

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ÁREA DE CONFLUÊNCIA: TRABALHO E EDUCAÇÃO
ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a KATIA LIMA

JOSÉ RENATO BEZ DE GREGÓRIO

**POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE NO GOVERNO LULA:
UMA ANÁLISE DO REUNI NA UFF E SEUS DESDOBRAMENTOS**

NITERÓI
2011

José Renato Bez de Gregório

**POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE NO GOVERNO LULA:
UMA ANÁLISE DO REUNI NA UFF E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação. Campo de confluência: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Kátia Regina de Souza Lima

Niterói

José Renato Bez de Gregório

**POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE NO GOVERNO LULA:
UMA ANÁLISE DO REUNI NA UFF E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação. Campo de confluência: Trabalho e Educação.

Aprovada em 24/03/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Kátia Regina de Souza Lima, orientadora (UFF)

Prof^a. Dr^a. Ângela Carvalho de Siqueira (UFF)

Prof^a. Dr^a. Deise Mancebo (UERJ)



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº 896

Ata da Defesa de Dissertação
do mestrando **JOSÉ RENATO BEZ DE GREGÓRIO**,
na forma que se segue:

Aos vinte e quatro dias do mês de março, às quatorze horas, na sala 540 B do Bloco D - do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de **JOSÉ RENATO BEZ DE GREGÓRIO**, formada pelas seguintes professoras doutoras: **KATIA LIMA (Presidente/UFF)**, **ANGELA SIQUEIRA (UFF)** e **DEISE MANCEBO (UERJ)**. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra ao mestrando para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado "*Política de Pessoal Docente no Governo Lula: uma Análise do Reuni na UFF e seus Desdobramentos*". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que arguissem o mestrando, para, a seguir, também comentar o trabalho e as observações feitas pelas professoras que o antecederam. Feitos os comentários e arguições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

A banca aprova a dissertação com louvor, indicando a continuidade dos estudos. Recomenda, ainda, a publicação no todo ou em partes, destacando a sua contribuição para a atuação do Programa Reuni.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói 24 de março de 2011.

Katia Lima
KATIA LIMA (Presidente - UFF)

Angela C. de Siqueira
ANGELA SIQUEIRA (UFF)

Deise Mancebo
DEISE MANCEBO (UERJ)

“...a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários.”

Marx & Engels (2008)

À memória de Antonio Carlos
Gregório, meu pai, ardoroso
trabalhador e maior entusiasta de todo
meu processo educacional.
Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Ana Paula, que tanto me incentivou a ingressar nessa caminhada, com carinho, amor e muita compreensão. Te amo pra sempre!!!

À minha mãe Wilma, que sempre depositou toda confiança no meu trabalho, me elogiando quando possível e me cobrando quando necessário.

À memória do meu pai Antonio Carlos, que onde quer que esteja, vibrará com minha vitória. Vitória que também lhe cabe, por sua luta incessante em meu processo educacional.

À querida e incrível Prof^ª. Kátia Lima, que conseguiu extrair o possível e o impossível deste meu trabalho através de sua sabedoria. Nada disso seria possível sem você!

Às professoras Ângela Siqueira, Deise Mancebo e Larissa Pereira, por aceitarem participar desta banca, colaborando sempre nas adversidades.

Aos professores Eunice Trein, Jaqueline Ventura e José Rodrigues, que sempre estiveram presentes para esclarecer todo tipo de dificuldades.

Aos demais professores do campo Trabalho e Educação, sempre presentes na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Aos primos mais que irmãos Beto, Fábio, Juliana e Fernanda, peças fundamentais nas horas que precisei de apoio. Vocês são parte importante da minha vida!!!

À minha sogra Elenir pelo incentivo e pelo carinho.

Aos amigos Luiz Eduardo, Fernando, Gerson, Luiz Antonio, Roberto, Elianderson, Klaus e Rodrigo que estiveram sempre juntos nestes dois últimos anos.

Aos colegas de turma de mestrado Viviane, Priscila, Raquel, entre tantos outros. Nossos encontros para discussão foram decisivos na construção deste trabalho.

Aos meus amigos de trabalho. Valeu Rosalva, Nelson, Camila, Ângela, Kátia Silva e André Gil. Sem a colaboração de vocês teria sido muito mais difícil.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema central a política de pessoal docente executada pelo Governo Lula da Silva através do REUNI e sua implicação sobre o trabalho docente na UFF, esmiuçando a evolução do seu quadro de pessoal, buscando compreender as particularidades de cada uma de suas unidades acadêmicas, comparando sua situação atual com a anterior à reforma neoliberal da educação superior. Apontamos para a necessidade de observarmos este movimento não como fato isolado, mas como parte de uma estratégia burguesa de obtenção de consenso ao seu projeto de sociabilidade e de conformação da classe trabalhadora, a fim de que esta se adeque às novas necessidades do capitalismo contemporâneo, através de políticas disseminadas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial. Apresentamos o movimento percorrido pelo governo brasileiro desde a implementação das reformas do Estado e da educação superior nos governos FHC e Lula da Silva, ressaltando o caráter de continuidade e novidade destas ações, a fim de cooptar a classe trabalhadora. Enfim, temos como objetivo desconstruir o argumento sustentado pelo Estado, de que o REUNI é um instrumento de democratização do acesso à educação superior pública e gratuita, ressaltando o caráter precário e ineficiente desta ampliação e como essa precarização reflete num trabalho docente intensificado.

Palavras-chave: REUNI, trabalho docente e reforma universitária.

ABSTRACT

This thesis is as the central theme the staff policy implemented by Lula da Silva Government by REUNI and its implication on the teaching work in UFF, detailing the human resources evolution, trying to understand the particularities of each academic units, comparing his current situation with the previous neoliberal reform of higher education. Pointed out the importance of seeing this move not as an isolated fact, but as part of a bourgeois strategy of consensus building to his project of sociability and conformation of the working class, so that it fits the new needs of contemporary capitalism, through policies disseminated by international organizations, especially the World Bank. Present the motion covered by the Brazilian government since the implementation of the State and higher education reforms in the FHC and Lula da Silva, emphasizing the character of novelty and continuity of these actions in order to coopt the working class. Finally, we aim to deconstruct the argument supported by the State of the REUNI is an democratization instrument of access to free and public higher education, highlighting the precarious and inefficient character of this expansion and how that precarious reflects a intensified teaching work.

Key-words: REUNI, teaching work and university reform.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo I – Reconfigurações atuais no capitalismo: alterações no mundo do capital e da classe trabalhadora.....	19
1.1 – Imperialismo: as contribuições de Lênin e Trotski.....	21
1.2 - Capitalismo dependente e padrão compósito de hegemonia burguesa: as contribuições de Florestan Fernandes para a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.....	28
1.3 - Acumulação flexível: reconfiguração da classe trabalhadora.....	35
Capítulo II – A contra-reforma do Estado e da educação superior no Brasil de FHC à Lula.....	46
2.1– Organismos Internacionais e a difusão do projeto burguês de dominação: o Banco Mundial e a contra-reforma do Estado e da educação superior.....	46
2.2 – A contra-reforma do Estado e da educação superior em FHC.....	70
2.3 - A contra-reforma do Estado e da educação superior em Lula da Silva.....	89
Capítulo III – O trabalho docente e o REUNI na UFF.....	120
3.1 - Alguns elementos históricos da Universidade Federal Fluminense e da política de pessoal docente nos anos de neoliberalismo.....	120
3.2 - O Reuni na UFF e os impactos no Quadro de Pessoal Docente.....	172
Considerações Finais.....	230
Referências Bibliográficas.....	234
Anexos.....	243

LISTA DE SIGLAS

ACG – Avaliação de Cursos de Graduação
ADUFF – Associação dos Docentes da UFF
ANDES/SN – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Seção Nacional
ASUFF – Associação dos Servidores da UFF
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CANP – Colégio Agrícola Nilo Peçanha
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM – Centro de Ciências Médicas
CDT – Contrato por Tempo Determinado
CEDERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEG – Centro de Estudos Gerais
CEP – Conselho de Ensino e Pesquisa
CES – Centro de Estudos Sociais Aplicados
CF – Constituição Federal
CFE – Conselho Federal de Educação
CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPEMAG – Comissão Permanente para o Magistério Superior e Médio
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CREDUC – Crédito Educativo
CRUTAC – Central Rural Universitária de Treinamento e Ação Comunitária
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTAIBB – Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges
CTC – Centro Tecnológico
DAP – Departamento de Administração de Pessoal
DE – Dedicção Exclusiva
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa
DOPS – Departamento da Ordem e Política Social
EAD – Educação à Distância
ECHSVR – Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
EEIMVR – Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda
ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FEC – Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF
FIES – Programa de Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
FHC – Fernando Henrique Cardoso

GED – Gratificação de Estímulo à Docência
GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
HUAP – Hospital Universitário Antonio Pedro
IACS – Instituto de Artes e Comunicação Social
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICEEx – Instituto de Ciências Exatas
ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
IES – Instituição de Ensino Superior
IFC – Corporação Financeira Internacional
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFF – Instituto Federal Fluminense de Educação Tecnológica
IFRJ – Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
MBA – Mestrado em Administração de Negócios
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NEAMI - Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDV – Plano de Desligamento Voluntário
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLANGEUFF – Plano Geral da UFF
PNE – Plano Nacional de Educação
PPi – Projeto Político Institucional
PPP – Parceria Público-Privada
PROAC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUNF – Pólo Universitário de Nova Friburgo
PURO – Pólo Universitário de Rio das Ostras
PUVR – Pólo Universitário de Volta Redonda
REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU – Regime Jurídico Único

SESu/MEC – Secretaria de Ensino Superior do MEC
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SINTUFF – Sindicato dos Trabalhadores da UFF
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UAJV – Unidade Avançada José Veríssimo
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFERJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado Norte-Americano

Introdução

Após oito anos de Governo FHC, havia uma expectativa de que, com o advento de um governo dito de esquerda, conduzido por um ex-sindicalista, houvesse uma reversão na política de reconfiguração estatal e precarização das relações trabalhistas implementadas de 1995 a 2002 no Brasil. No entanto, o que se vê ainda são políticas que operam as referidas reconfiguração estatal e precarização das relações trabalhistas especialmente nas Universidades Federais brasileiras. Isso se verifica de maneira mais clara a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 6096/07, que estabelece o REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Esta dissertação tem como objetivo analisar as bases teóricas das ações do governo federal em relação ao trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), atentando para o caso específico da Universidade Federal Fluminense, principalmente após o Decreto Presidencial que instituiu o REUNI, realizando um apanhado profundo da evolução do quadro de pessoal docente da Universidade desde 1995 até 2010.

Para tanto, utilizarei o método Marxista, com base no materialismo histórico dialético, deixando de maneira clara um posicionamento contrário ao ideário burguês, conforme explica Lowy:

“...Marx não escondeu jamais a perspectiva de classe que orienta seu pensamento. Ele não somente “revelou” o caráter burguês da obra de seus adversários (economia política clássica e vulgar) mas afirmou também, em alto e bom som, o caráter proletário de seu próprio ponto de vista.”(LOWY, 1978; p.18)

Segundo Lowy (1978), em toda sua obra, Marx faz questão absoluta de explicitar sua concepção das relações sociais, fazendo críticas profundas ao ideário positivista da classe burguesa. Para Lowy, o simples fato da escolha de determinado objeto de pesquisa, já é uma tomada de posição. Portanto não existe um ponto de vista que seja neutro, em relação ao pesquisador.

Marx nos apresenta uma nova maneira de apreender a essência dos fatos, nos mostra a metodologia que não se aplica apenas como método de pesquisa sobre os fatos, mas

sim como a própria forma de investigar, interpretar e transformar a realidade. Pois segundo Marx:

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.(MARX e ENGELS, 1977; p. 116)

A concepção marxista de análise da realidade fica mais clara à medida que utilizamos a obra de Kosik, através do que o autor denomina pseudoconcreticidade. Kosik afirma que os fatos se apresentam num todo caótico, ou seja, numa situação onde o homem não pode determinar a verdade dos acontecimentos a partir de sua aparência, e para conseguir chegar a esta verdade é necessário fazer a separação do que é fenômeno e do que é essência:

“O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, sem decomposição não há conhecimento – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo.”(KOSIK, 1976; p. 14)

Para Kosik, a práxis utilitária do cotidiano faz com que essa tarefa de separar o fenômeno da essência não seja uma tarefa simples para o homem, que precisa pensar de maneira prática, para que sua análise seja ferramenta de intervenção e transformação da realidade. Os acontecimentos e fatos são obras dos homens que personificam classes sociais ao interagirem com a natureza e entre si. Essas relações sociais que são construídas ao longo do tempo expressam fins e interesses antagônicos constitutivos de uma sociedade de classes. É neste cenário em que há divisão do trabalho, luta de classes, que o homem tende a perceber na imediaticidade, o “fenômeno” como sendo a realidade e a totalidade dos fatos e acontecimentos.

Para chegar à estrutura da “coisa” é necessário portanto, decompor o todo, afastar-se do objeto para ampliar a visão sobre o mesmo, daí então organizar as partes de maneira orgânica destruindo a aparente independência entre elas.

”A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade ou, numa palavra, a cisão do único é o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si.”(idem, ibidem; p. 20)

Entretanto, Kosik (1976) alerta que, apesar de necessário o recorte de determinado objeto de análise, em momento algum podemos esquecer, que este objeto é parte integrante desse mesmo todo, e que sua análise isolada simplesmente nos levaria a uma análise vazia e fragmentada do real.

Kosik (1976) ainda considera que o mundo em sua forma fetichizada, reificada ao se apresentar cotidianamente através dos diversos fenômenos, ainda que nos revelem sobre determinados ângulos, esconde a essência. Portanto, a aparência não é falsa, mas não corresponde a essência. Trata-se do mundo das aparências ou da pseudoconcreticidade da falta de clareza da representação da “coisa”.

“O homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente” (Kosik, 1976; p. 30). O que não quer dizer que ele compreende o que está vendo, ou seja, o homem apesar de dotado de capacidade de abstrair, estabelecer relações, atuar em sociedade, se encontra quase sempre alienado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela divisão social do trabalho sobre a hegemonia do capitalismo.

“Cada coisa sobre a qual o homem concentra o seu olhar, a sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação, emerge de um determinado todo que a circunda, todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado, ou como uma conexão imaginária, obscuramente intuída. Como o homem percebe os objetos isolados? Como únicos e absolutamente isolados? Ele os percebe sempre no horizonte de um determinado todo, na maioria das vezes não expresso e não percebido explicitamente. Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado.”(idem, ibidem; p. 25)

Enfim, o materialismo histórico é o método capaz de apreender a essência do real, concebido conforme Kosik (1976), a partir da seguinte afirmação:

“A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade já ressaltamos repetida vezes) significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do

seu lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social.”(idem, ibidem; p. 61)

Esta breve introdução, se faz necessária para compreendermos a metodologia utilizada para análise do momento atual da educação superior no Brasil, onde as vagas no ensino superior, tanto público quanto privado, “brotam” em quantidade, sob o discurso de ampliação e democratização do acesso difundido pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, e apoiado pelos Reitores através da ANDIFES.

A partir dessas inquietações, a escolha do tema foi motivada por minha vivência institucional na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolvi minhas atividades profissionais primeiramente junto ao Departamento de Administração de Pessoal e posteriormente à COPEMAG (Comissão Permanente para Concursos do Magistério Superior), executando diversas atividades relacionadas à concursos, contratações, nomeações e vacâncias de docentes.

Considero que o tema escolhido seja relevante, visto que trata-se de uma análise atual, tendo como base fatos que estão em curso, como a reconfiguração do trabalho docente no contexto da contra-reforma da educação do Governo Lula nas IFES, no período de 2003 a 2010, particularmente na UFF. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à originalidade do tema em tela, visto que, apesar do grande número de dissertações e teses desenvolvidos para analisar o trabalho docente nas IFES, não há registro algum de trabalhos que tratem da precarização no trabalho docente nos marcos do REUNI, e principalmente, no caso específico da UFF.

Terei como objetivo, analisar as transformações e as possíveis conseqüências desta contra-reforma da educação superior com relação aos docentes da UFF. O primeiro capítulo analisa o contexto do capitalismo atual e a reconfiguração do trabalho e da classe trabalhadora de uma maneira mais ampla, tendo como eixo o conceito de luta de classes concebido por Marx e Engels, de desenvolvimento desigual de Lênin, de desenvolvimento combinado de Trotsky e de Capitalismo dependente de Fernandes e os trabalhos desenvolvidos por Antunes e Mattos, referências na análise da reconfiguração do trabalho em nosso país.

No segundo capítulo analisarei o papel desempenhado pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial ao apontar as políticas a serem implementadas pelos países capitalistas periféricos, em especial no caso brasileiro, tomando como base os trabalhos de Siqueira e Leher e refletindo a partir de documentos publicados no final dos anos

de 1990 e início do novo século por esta organização multilateral. Ainda tratarei da reforma do Estado e das políticas de pessoal docente nas universidades federais adotadas durante a década de 1990 pelo Governo FHC e as que atualmente vem sendo implementadas pelo Governo Lula da Silva. Para tal usarei como referência os trabalhos publicados por Lima, Neves, Leher, Mancebo, Silva Junior e Sguissardi, ressaltando as transformações que ocorrem nas relações trabalhistas entre governo e docentes, analisando as ações referentes à flexibilização do Regime Jurídico Único, alterações na carga horária docente, perda de direitos adquiridos, carreira docente desestruturada, achatamento salarial, criação de instrumentos de avaliação, políticas de gratificações produtivistas, além das condições gerais de trabalho em sala de aula, que interferem de maneira direta na qualidade do ensino e na reconfiguração das condições de trabalho docente, como o aumento do número de alunos em sala de aula e o cumprimento de metas estabelecidas pelo MEC através do REUNI.

Por fim, no Capítulo III mostrarei os impactos de tais políticas no âmbito da Universidade Federal Fluminense, recorrendo ao contexto histórico da criação da Universidade até aos dias atuais, analisando dados públicos e oficiais da reconfiguração do trabalho docente na universidade, mapeando de maneira clara a evolução/involução do quadro de pessoal docente da UFF nos anos de neoliberalismo . Esses dados foram coletados através de pesquisa documental e bibliográfica, bem como por meio de pesquisa na rede mundial, em sítios governamentais ou não. Além disso foi necessária uma minuciosa pesquisa no Diário Oficial da União e no Catálogo da UFF.

Esta dissertação, portanto não esgota a riqueza e a complexidade do tema apresentado, entretanto visa colaborar com o debate tão em voga na universidade pública brasileira, mostrando as reais condições de trabalho em que estão inseridos os docentes das IFES no contexto do REUNI.

Capítulo I – Reconfigurações atuais no capitalismo; alterações no mundo do capital e na classe trabalhadora

O objetivo deste capítulo é inscrever as reconfigurações da educação superior no conjunto de alterações em curso no capitalismo, apreendendo a essência da contra-reforma da educação conduzida pelo Governo Lula da Silva (2003-2010), especialmente através do REUNI (Decreto Presidencial nº6096/07), sob o argumento da ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, concebida como estratégica para formação de força de trabalho e garantia da coesão social.

É um movimento de novidades e continuidades, pois essa necessidade do capital de abrir novas frentes de exploração econômica e dominação ideológica é intrínseca ao capitalismo, que ao longo da história só fez aprimorar suas formas de expropriação, se adequando às novas realidades a fim de manter o seu motor propulsor, ou seja, o lucro. Esse movimento é fundamental, porém não é possível compreendê-lo sem levarmos em conta os objetivos ideoculturais, ou seja, a necessidade da divulgação da concepção burguesa de mundo como sendo algo inevitável e inexorável. Cabe destacar que esses dois objetivos em momento algum se separam, e que um não existe sem o outro.

O sistema educacional brasileiro, desde os primórdios da colonização, quando os jesuítas começaram a introduzir as doutrinas cristãs, até os dias atuais, sempre apresentou uma deflagrada dualidade estrutural, onde a educação se divide na educação das elites e a educação dos mais pobres. Sempre ficou claro que o ensino para os filhos das classes mais abastadas era direcionado para o ensino superior, para a formação de profissionais liberais ou dos quadros dirigentes e os filhos das classes menos favorecidas se dirigia para a formação técnica profissionalizante. Essa estrutura educacional colabora para uma formação desqualificada e alinhada com os interesses do capital, conformando os trabalhadores para serem apenas “usados” pela grande indústria e os privando de uma formação humana completa, capaz de produzir conhecimentos, analisar criticamente e intervir na sociedade.

Apesar dessa dualidade estrutural, o discurso hegemônico sempre atribuiu à educação o papel de fator de mobilidade social.

Para compreendermos tal dualidade é necessário que recorramos a análise de Marx, tomando sempre como referência um aspecto constitutivo do capitalismo: o conceito de luta de classes. Marx foi fundo na análise desta relação de classes, onde afirmava que a luta de classes é o motor do capitalismo, que o capital não tem razão de ser sem o trabalhador. No Manifesto do Partido Comunista, Marx começa essa análise de forma bastante esclarecedora, afirmando que a luta de classes sempre existiu e é ela que move a história.

“Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada: uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.”(MARX e ENGELS, 2008; p. 8)

A história também nos mostra que o capital precisa de novas áreas de exploração para desenvolver plenamente a extração de mais-valia, sempre aliada a difusão do ideário burguês de mundo que fundamenta essa exploração. Marx afirma que: “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (Marx, 1979; p. 14). Esta conclusão de Marx, já deixava claro que em meados do século XIX, a classe burguesa se estabelecia como hegemônica e que a burguesia sempre teve a necessidade de expandir suas fronteiras por áreas cada vez mais amplas a fim de garantir a plena reprodução do capital, e que as faces econômica, política e ideocultural estão interligadas todo o tempo a fim de afirmar essa expansão do capital.

Portanto, é importante ressaltar que para analisarmos o REUNI e as condições de trabalho docente no âmbito na Universidade Federal Fluminense, devemos considerar que todas as ações do Governo Lula da Silva (2003-2010) assim como toda a contra-reforma da educação superior estão inseridas num contexto muito maior de reconfiguração do capitalismo atual, com fundamentos que passam por uma disputa de classes interna entre burguesia e classe trabalhadora até a expansão imperialista do países centrais frente aos países periféricos, fatores inerentes ao capitalismo.

A desconstrução dos conceitos capitalistas de “globalização econômica” e “sociedade da informação” passa pela análise dos conceitos marxistas de imperialismo e mundialização financeira. Para tanto recorreremos às análises de Lênin e Trotski, que já no começo do século passado identificaram o processo de desenvolvimento capitalista como sendo “desigual e combinado”, ressaltando o caráter simbiótico dessas relações entre países centrais e periféricos.

1.1 – Imperialismo: As contribuições de Lênin e Trotski

Para entendermos a atual fase do capitalismo nos marcos do processo que Chesnais (1996) identifica como a mundialização do capital, retomaremos o conceito de imperialismo, buscando apreender de que maneira o capital financeiro se expandiu pelo mundo, eliminando fronteiras temporais e espaciais. É importante sempre frisar que o processo de internacionalização é constitutivo do capitalismo conforme Marx e Engels (2008) já defendiam no Manifesto do Partido Comunista. Para eles, as crises de superprodução¹ e a formação de um mercado mundial são inerentes ao capitalismo, e que, portanto são inevitáveis e geram uma contradição insolúvel no sistema.

Através da leitura de Lênin (2005), podemos identificar a forma e momento histórico em que o capitalismo atinge a sua fase monopolista, ou seja, o imperialismo, onde Lênin nos apresenta o conceito de desenvolvimento desigual².

A livre concorrência que, para Marx era uma “lei estrutural” do capitalismo, levaria a uma concentração do capital. Já Lênin (2005; p. 21) analisa que: “a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio.”

Com relação ao surgimento do monopólio, Lênin considera que as diferenças entre os diversos países capitalistas quanto ao protecionismo e o livre câmbio, não são essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, e que este se

¹ Para melhor compreensão do conceito de crise de superprodução, ver explicação na pág. 35.

² O conceito de desenvolvimento desigual apresentado por Lênin consiste no desenvolvimento da economia capitalista pautada na presença simultânea das diversas economias nacionais em diferentes estágios históricos, marcados por saltos, que só podem ser resolvidos através de métodos mais desenvolvidos e que essas economias ainda não dispõem. Essas economias se vem pressionadas externamente a precipitar ou saltar estágios dessa evolução, que levariam um período histórico inteiro para se desenvolver integralmente.

deve à concentração da produção e é uma lei geral e fundamental da então presente fase de desenvolvimento capitalista.

“O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.”(LENIN, 2005; p.26)

Os grandes trustes passam a dominar o mercado mundial, ocupando fatias gigantescas do mercado mundial e nesse momento surgem os grandes bancos conforme explicação de Lênin (2005):

“... a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente a importância destes últimos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.”(idem, ibidem; p.35)

O que se viu a partir daí foi o aumento da concentração dos bancos, que diminuiu o número de instituições a que os capitalistas industriais poderiam se dirigir em busca de crédito, o que fez com que aumentasse a dependência da grande indústria em relação a um reduzido número de grupos bancários. “Como resultado dessa estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitavam do capital bancário viu-se bastante restringida”(Lênin, 2005; p. 40). Lênin (2005) chama esse processo de “trustificação dos bancos”, e afirma que esta é cada vez mais intensa. Por outro lado, viu-se “a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa”.(Lênin, 2005; p. 41)

Desta forma surge o capitalismo financeiro:

“O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas.” (idem, ibidem; p.53)

Neste momento, as grandes corporações financeiras conseguem obter grandes lucros seja qual for a situação econômica. Mesmo durante os períodos de depressão, os bancos se aproveitavam da derrocada das pequenas empresas, participando da aquisição das mesmas a baixo preço, saneando-as, reorganizando-as, e obtendo lucro em operações futuras. Lênin, citando o Marxista austríaco Hilferding (1910), enfatiza que todo esse processo teve uma dupla importância para os bancos, pois além de uma operação lucrativa, aquela era uma ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas sociedades necessitadas.

Além disso, o capital financeiro passou a atuar em outras áreas, como por exemplo na especulação imobiliária, e nas áreas de comunicações e transportes, como observamos na seguinte passagem do livro de Lênin:

“Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços de terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e da distribuição dos cargos diretivos.” (idem, ibidem; p.56)

Portanto, o que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital. O que se vê a partir daí é o desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países. Toma força a formação de monopólios, como as uniões monopolistas de capitalistas em todos os países centrais e a situação monopolista de uns poucos países, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado grandes proporções. Constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países centrais.

Na era da financeirização do capital “os monopólios de Estado e privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo”.(Lênin, 2005; p. 72)

Neste contexto da “partilha do mundo”, os países centrais disputam novas áreas de exploração com a finalidade de expandir o capital financeiro das grandes corporações. A citação abaixo nos mostra como a internacionalização do capital acontece e como esta leva a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais conforme veremos no próximo item deste capítulo.

“O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como “caso intermédio”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido.” (idem, *ibidem*; p.82)

Para compreendermos melhor tal dependência, vejamos o que Lênin diz sobre a América do Sul:

“A América do Sul, e sobretudo a Argentina, encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.” (idem, *ibidem*; p.86)

De acordo com Lênin (2005), a política colonial e o imperialismo já existiam antes do chamado capitalismo financeiro e até mesmo antes do próprio capitalismo, entretanto a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões, na medida em que estes monopólios adquirem a máxima solidez em virtude de reunirem em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, retirando do adversário toda a possibilidade de concorrência, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Para o capital financeiro, não importa apenas as fontes de matérias primas existentes, mas também as possíveis futuras fontes, por isso a ambição por mais e mais territórios.

Na análise de Lênin estas relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas no imperialismo capitalista tornam-se sistemáticas, e entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do

mundo", portanto explica-se a corrida desenfreada dos países da Europa e da América pela expansão territorial no final do Século XIX e início do Século XX, sob pena de ficarem de fora da exploração gigantesca do globo. No capitalismo em sua fase imperialista:

“...A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar.”(idem, ibidem; p. 102)

E mais: pode-se dizer que o mundo dividiu-se num grupo de Estados usurários e numa maioria esmagadora de Estados considerados devedores. Os países centrais passam a controlar as políticas públicas dos países periféricos através de empréstimos concedidos por organismos internacionais do capital a fim de garantir o controle da dívida pública desses países. O financiamento da educação passa a ser gerido por esses organismos através de “recomendações” que visam garantir a continuidade da relação de dependência, tanto econômica quanto política e ideocultural.

Lênin aponta que apesar de ter acontecido um aumento absoluto da produção e da exportação industriais, também cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas provenientes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. E isso constitui a estrutura econômica do imperialismo.

“As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só as massa dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo.” (idem, ibidem; p.111)

Outra contribuição importante para entendermos o imperialismo, vem da análise elaborada por Leon Trotski, que a partir do conceito de “desenvolvimento desigual” elaborado por Lênin, nos traz o conceito de “desenvolvimento combinado”. Este faz com que compreendamos as formações econômicas e sociais do capitalismo periférico que são inerentes ao próprio capitalismo, como podemos ver na seguir:

“a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamamos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido de reaproximação de diversas etapas, da

combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas.” (TROTSKI, 1980; p. 21, grifo nosso)

Em sua análise, Trotski afirma que o capitalismo estabelece através de relações “hierarquizadas e diferenciadas” entre os países centrais e os periféricos a fim de garantir a busca de novos mercados, a apropriação do excedente produzido pelos países periféricos e para a internacionalização do projeto de sociabilidade burguesa. Essas relações, segundo Lima (2007, p. 25-26), fazem com que ocorram a aproximação de “diferentes fases históricas [que] confundem-se no interior de cada formação econômico-social e sob pressão das condições de avanço mundial do sistema capitalista, os países periféricos absorvem valores e projetos dos países centrais, adaptando-os através de saltos históricos, a sua formação econômico-social.”

É imperativo que tomemos ainda a análise que Trotski faz a respeito das pressões externas para que as burguesias dos países periféricos se insiram no contexto capitalista dependente, tornando essa dependência econômica, política e ideocultural cada vez mais profunda. A industrialização e a urbanização destes países se darão ao mesmo tempo em que as condições pré-capitalistas se mantêm de forma combinada.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado é muito importante na análise do imperialismo, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, além de elucidar aspectos da luta de classes no contexto mundial e nos países do capitalismo periférico.

No começo dos anos 1980, segundo Chesnais (1996), o termo globalização começou a ser utilizado por professores norte americanos das escolas de negócios radicados em Harvard, Columbia e Stanford para os grandes grupos empresariais, a fim de passar a mensagem de que os obstáculos à expansão do capital já não existiam mais. Todos os limites até então encontrados pelo capitalismo haviam sido levantados através da liberalização e da desregulamentação dos mercados, da telemática e dos satélites de comunicação, que abriam possibilidades jamais vistas de reorganizar e fundamentar as políticas internacionais dessas grandes empresas. Surgia a tese de que as pequenas divergências por cotas de importação deveriam ser deixadas em segundo plano, e o importante para esses grandes grupos era a cooperação. Para esses grandes grupos despontava um novo mundo onde não existiam mais fronteiras nacionais e as grandes empresas não possuíam nacionalidade.

È importante frisar que, esse termos são carregados de ideologia e logo impregnaram os discursos políticos e econômicos, a fim de manipular o “imaginário social”, pois tratava-se de termos vagos que caberiam em qualquer discurso, conforme lhe fosse conveniente. (Chesnais, 1996; p. 24)

Ao mesmo tempo surgia o termo francês mundialização, que encontrou alguma resistência em se impor, primeiro devido à barreira lingüística, pois o inglês é o principal veículo de comunicação do capitalismo, e em segundo lugar porque a própria expressão em si, já denota um sentido de regulamentação, pois numa economia mundializada fazia-se necessária a existência de instrumentos de controle em nível mundial, o que seria desastroso para o mundo capitalista desenvolvido.

A idéia propagada era a de adaptar-se rapidamente às novas circunstâncias globais, pois seria “benéfico e necessário” para tal sociedade. Porém adaptar-se a que? O discurso propalado era de que para adaptar-se era necessário descartar quaisquer possibilidades de controle, orientação, dominação ou regulamentação econômica. Essa ideologia foi encampada rapidamente pelos governos neoliberais do início dos anos 1980, principalmente os de Reagan nos Estados Unidos e de Thatcher no Reino Unido, e pelos organismos internacionais do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc), pregando a liberdade total dos movimentos do capital em todos os segmentos da vida social. Logo esse movimento se espalhou por diversas partes do globo, ganhando força inclusive nos países do capitalismo periférico, com a ascensão ao poder de governos neoliberais em países como Brasil, México, Chile e Argentina.

A internacionalização do capital marca o início do capitalismo baseado no investimento internacional, que torna-se mais importante que o comércio internacional, moldando suas estruturas de produção. Essa estrutura tem por consequência a facilitação de novas fusões e aquisições de empresas e instituições financeiras internacionais. Cabe destacar o importante papel das novas tecnologias neste processo de mundialização, pois aparecem como “condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização.” (CHESNAIS, 1996; p. 26)

Há uma passagem da obra de Chesnais (1996) que caracteriza muito bem as ações dos grandes grupos empresariais na era da “globalização”:

“(…) O que há de novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua

expansão internacional e racionalizar suas operações. As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local.” (CHESNAIS, 1996; p. 27)

A mundialização financeira é a conseqüência da incapacidade da economia real de gerar lucros capazes de satisfazer a necessidade do capital de obter altas taxas de lucros e de se expandir indefinidamente.

Podemos concluir então que a dependência não é apenas econômica, mas também ideocultural e neste processo de expansão capitalista, a educação tem papel fundamental, tanto na exploração de novos mercados a fim aumentar a área de ação do capital, quanto na disseminação do projeto de ideologia burguesa.

1.2 – Capitalismo dependente e padrão compósito de hegemonia burguesa: as contribuições de Florestan Fernandes para a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Para melhor apreendermos o desenvolvimento do capitalismo e sua configuração atual na América Latina e em especial no Brasil, recorreremos à obra de Florestan Fernandes. Partiremos da análise de Fernandes sobre os vários padrões de desenvolvimento capitalista, pois segundo o autor

“Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se *vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica*. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história.” (FERNANDES, 1975b; p. 222, grifo nosso)

Fernandes nos mostra que os países latino americanos são produtos da “expansão da civilização ocidental”, e que estes possuem uma “incapacidade” para acompanhar a velocidade da transformação do capitalismo nos países hegemônicos. Neste

sentido, a organização baseada na aristocracia e na oligarquia, contribuem para a exclusão dos trabalhadores dos processos políticos e do poder, privilegiando as camadas sociais mais ricas. O interesse da nação portanto, será historicamente reduzido aos interesses dos privilegiados, assim

“...ficamos presos à órbita do impasse do poder burguês. Por serem incapazes de avançar, as classes burguesas lutam por suas vantagens relativas e pelo equilíbrio do poder pura e simplesmente, negando espaço histórico, social e político às pressões radicais de baixo pra cima, ou seja, as classes trabalhadoras e aos seus representantes. Esmagam os movimentos alternativos e bloqueiam até o inconformismo que nasça intramuros, o que resulta no fato espantoso de nunca termos tido expressões autênticas do célebre radicalismo burguês, pelo qual suspiramos descrevendo-nos em função da França...ou da Argentina!” (FERNANDES, 1980; p.2)

Segundo Fernandes, os países latino americanos se depararam com dois problemas; o primeiro refere-se à forma e a difusão do imperialismo inglês, e posteriormente o norte-americano e o segundo é a maneira como enfrentar esse imperialismo baseado em grandes corporações, tendo em vista a “debilidade econômica” mesmo dos países mais avançados da região. O autor destaca ainda uma tradição colonial de subserviência baseada numa “cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora”(Fernandes, 1975).

Durante quase três séculos o padrão de dominação dos países hegemônicos sobre os países latino-americanos foi baseado no antigo sistema colonial, ou seja na exploração ilimitada para benefício exclusivo da coroa e seus colonizadores. Entretanto esse modelo de dominação esbarrou em diversos fatores que emperraram seu funcionamento. O primeiro deles diz respeito a fragilidade da estrutura econômica de Portugal e Espanha, que não eram suficientemente fortes para sustentar o financiamento das atividades mercantis das colônias. Outro fator importante, foram as disputas entre as potências européias como Inglaterra, França e Holanda, pelo controle econômico das colônias latinas. E por fim, o descontentamento de setores da população local com a rigidez da ordem social vigente.

Surge então um novo padrão de dominação, liderado pela Inglaterra, baseado no controle dos negócios de exportação e importação na América Latina, ou seja, havia o interesse apenas no comércio e não na produção das colônias. Esse sistema proporcionou uma rápida investida capitalista nos centros urbanos das colônias. Ao ficar com parte do

excedente que lhes era tirado, os produtores locais passaram a receber os primeiros impulsos para a internalização de um mercado capitalista moderno.

O terceiro tipo de dominação surge como consequência da reorganização da economia mundial provocada pela revolução industrial na Europa. Nesta fase o imperialismo surge como modelo de dominação na América Latina como nos mostra Fernandes:

“O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir da integração do comércio interno, a proteção dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a introdução das indústrias de bem de consumo, a intensificação das operações bancárias, etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra lucrativas” (FERNANDES, 1975; p. 17)

O quarto e último padrão apresentado por Fernandes, refere-se ao que ele chama de imperialismo total, e tem como base a expansão das grandes corporações hegemônicas nos países latinos em diversas áreas como comércio, serviços e finanças, e principalmente na indústria leve e pesada. Segundo o autor essas empresas atingem seus objetivos financeiramente, ou por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios. Esse padrão segue ao controle exercido pelo antigo sistema colonial, porém compartilhado por diversos países como os EUA, os países europeus e o Japão.

Essa relação imperialista com os países latino-americanos se constrói a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. Tanto os interesses privados externos quanto os internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento. Fica destruída a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional.

Os países latino-americanos mais desenvolvidos como o Brasil, só atingiram o estágio de exploração imperialista graças a um considerável crescimento econômico interno e a uma boa estrutura de poder nacional, que possibilitou a burguesia nacional um poder de barganha para inserção na economia mundial.

A concentração de renda e de prestígio na mão de poucos, a manutenção de estruturas arcaicas e modernas e a exclusão da maioria da população são os fatores preponderantes para a manutenção desta lógica imperialista.

“O novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. A razão é facilmente compreensível. Não possuindo condições para um crescimento auto-

sustentado, para a integração nacional da economia e para uma rápida industrialização, os países capitalistas da América Latina estavam tentando explorar uma espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa através de expedientes improvisados e oportunistas”(FERNANDES, 1975; p. 21)

Entretanto, durante os períodos em que a dominação dos países centrais diminuiu (em virtude das grandes guerras e da depressão de 1929) os países latinos encontraram oportunidades para a expansão interna. Tal expansão sempre consistia na “absorção de meios de produção de produtos importados e na seleção estratégica de importação de bens e serviços”(Fernandes, 1975; p. 22).

A inserção de empresas multinacionais nestes países atenderia os interesses da burguesia local e contribuiria para um crescimento nacional (desenvolvimentismo). Porém o que aconteceu foi a absorção ou a destruição das indústrias locais por estas estrangeiras, adaptando as estruturas econômicas às dimensões e as funções das empresas corporativas. As conquistas passam a servir aos interesses dessas corporações.

“Não obstante a conquista de um certo grau de autonomia relativa e a capacidade de imprimir um elevado dinamismo ao processo de acumulação, o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil revelou-se totalmente incapaz de transcender o *status quo*. De um lado, a persistência de bloqueios extra-econômicos à monopolização do capital e a perpetuação de mecanismos de acumulação primitiva comprometeram o papel criativo da concorrência econômica como mola propulsora da introdução e difusão de progresso, técnico. Por essa razão, apesar do aprofundamento da industrialização pesada, o desenvolvimento capitalista continuou sendo um processo induzido de fora para dentro, incompatível com a reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais.” (SAMPAIO JR, s/d; p.6)

Além disso, a presença militar norte-americana torna incontestável a sua hegemonia sobre os países latino-americanos, sob o pretexto de segurança e ações contra-revolucionárias.

Fernandes ressalta ainda que as grandes corporações apenas são a porção visível dessa dominação, e que as porções menos visíveis são as mais prejudiciais, como cita as instituições oficiais e semi-oficiais que controlam as finanças, a educação, a pesquisa científica, os meios de comunicação de massa, as políticas extranacionais e até mesmo as forças armadas.

O imperialismo total não terá a mesma facilidade que o modelo anterior teve, tendo em vista as tensões provocadas pelas migrações internas, a pobreza generalizada e a

frustração sistemática das populações mais pobres. A solução para Fernandes, seria um capitalismo de estado ou socialismo, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sócio-cultural aos requisitos da revolução dentro da ordem social.

A alternativa posta seria uma rebelião popular e radical, de orientação socialista, conforme abaixo:

“A estranha combinação de uma ampla maioria de gente destituída, miserável ou quase miserável, a uma exploração externa implacável e uma péssima utilização interna da riqueza, por minorias privilegiadas, gera um componente histórico imprevisível. (...) A estrutura da sociedade e suas permanentes condições de anomia contem os ingredientes básicos da desintegração...”(FERNANDES, 1975. p. 32)

Em seguida, Fernandes ressalta que:

“A estratificação em classes não extinguiu relações, estruturas e funções que não foram suprimidas pelas sucessivas reorganizações do espaço econômico, sócio-cultural e político, provocadas pelas diversas revoluções do capitalismo moderno (...) porém foram absorvidas pelo mercado capitalista, pelo sistema de produção capitalista ou por ambos, e perderam eficácia social e significado histórico. O que quer dizer que não tenham contribuído (ou não estejam contribuindo) para projetar nas relações de classe tensões e conflitos que seriam típicos do capitalismo moderno.”(FERNANDES, 1975, p. 35)

Ainda afirma que na América Latina essa situação torna-se mais complicada e mais profunda. Pois nela, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna e que por isso não é a maior fonte de problemas. Para o autor, a ausência de certas estruturas e dinamismos, faz com que as contradições de classes sejam “amortecidas”, anuladas e “pouco dramatizadas”, graças a opressão sistemática, a omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas. Para Fernandes, “onde a sociedade de classes emerge, mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final.” (FERNANDES, 1975; p. 36)

Trata-se portanto de uma “sociedade sem história”, porque todas as mudanças convergem para a perpetuação do poder nas mãos de pequenos grupos.

“As classes são identificadas com a herança colonial, com tradições de estilo de vida a *La Grande*, com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas(...) E negligenciam-se as conseqüências que, aparecem na superposição de orientações de valor

exclusivas (de classe e de estamento) e na persistência da acumulação de desigualdades sociais numa sociedade global na qual a estratificação bifurcada cedeu lugar a uma estratificação pluralista.” (FERNANDES, 1975, p. 39)

Essas condições de dependência reforçam esse modelo de desenvolvimento que socializa os custos sociais e privilegia os interesses privados. Além disso, as classes possuidoras só tendem a se proteger contra a estrutura rígida que elas próprias criaram.

O capitalismo industrial que surge na América Latina floresce graças a modernização do arcaico, ou seja, o capitalismo se adaptou e se aliou às estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou pré-capitalistas e dependentes.

As classes sociais na América Latina falham, porque operam unilateralmente a fim de preservar e intensificar o privilégio de poucos e excluir os demais. “A Revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes privilegiadas e a classe trabalhadora estaria tentando aprender a realizar a “revolução contra a ordem”.

Cabe aqui um parêntese para explicarmos os conceitos desenvolvidos por Fernandes de revolução dentro e contra a ordem. Fernandes entende como revolução dentro da ordem, todos os movimentos que, apesar de terem como horizonte uma revolução socialista, utilizam-se de meios estabelecidos pela ordem capitalista vigente. Esses movimentos reformistas, para Fernandes, nunca atingirão seus objetivos finais, pois a todo instante a classe burguesa regula os mecanismos e estruturas utilizadas pela classe trabalhadora, muitas vezes até concedendo pequenos avanços pontuais, porém barrando o alvo principal do proletariado, que é a superação do capitalismo. Já o conceito de revolução contra a ordem se refere a derrubada do modo de produção capitalista através da força da classe trabalhadora, transpondo toda a ordem estabelecida pela burguesia e pela estrutura política, econômica e ideocultural que a sustenta no poder.

O modelo de capitalismo que vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno, mas possui um componente específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos internos e externos.

O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Na verdade, o que exhibe relevância não seria tanto a coexistência do arcaico e do moderno, e sim o modo pelo qual as transformações

sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas sócio-econômicas herdadas do passado com a formação de estruturas sócio-econômicas novas.

Fernandes entende que, enquanto a revolução burguesa “clássica” se deu em um caminho de ruptura contra o “antigo regime” seguido “da construção da ordem social competitiva”, na América Latina, a modernidade, não se colocou na ruptura contra o antigo sistema colonial e na superação posterior do neocolonialismo, e que ambos desembocam na emergência e posterior consolidação do capitalismo dependente.

No que diz respeito ao nível estrutural e morfológico da “condição burguesa” no que tange a formação da ordem social competitiva, o que percebe-se na América Latina, e portanto no Brasil, é uma base estrutural mínima e com forma fraca. Se observamos que este caráter plural das estruturas sociais está presente, também, nos países centrais, o que sustenta a diferença em relação à América Latina são, segundo Fernandes, as probabilidades de objetivação que encontra sob o capitalismo dependente, a qual exhibe ritmos de desenvolvimento característicos da dependência, em que as articulações das estruturas coadunadas com os dinamismos desembocam na condição específica de subserviência ao capital hegemônico.

As classes altas e médias, desfrutam assim, de um privilégio no qual elas repousam em processos que ficam largamente, fora e acima das funções classificadoras do mercado e das funções estratificadoras do sistema de produção da ordem social competitiva propriamente dita. Porém, a base estrutural com que contam para se afirmar como classe em si e para si³, é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extracapitalistas.

“Não obstante, dadas as possibilidades de autodefesa das classes privilegiadas, o ônus dos mencionados efeitos é suportado pelas classes “baixas”, em particular pelos trabalhadores assalariados e pelas camadas despossuídas (embora as classes médias” também sofram, pela mesma razão, um debilitamento crônico).” (FERNANDES, 1975a ; p.72)

Desse modo, cabe questionar sobre o tipo e origem dos vários dinamismos que compõem a forma como a condição burguesa vai sendo construída na América Latina já que os esforços realizados com o objetivo de manter e aperfeiçoar a ordem social competitiva são no mínimo equivalentes que os feitos na Europa e nos Estados Unidos com

³ Para aprofundar os conceitos de classe em si e classe para si, ver Marx (1987).

a mesma finalidade. Entretanto, os resultados de tais esforços convergem sempre para o mesmo ponto: a conjugação das influências internas e externas de estabilidade e de mudança sociais, o que converte a modernização dependente no processo real de absorção dos dinamismos mais gerais da evolução interna, ou se efetivam através da civilização recebida de fora.

Sendo assim, o que interessa nessa evolução, é que o dimensionamento da expansão interna do capitalismo não foi determinado, exclusiva ou predominantemente, nem a partir de fora (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem a partir de dentro (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, auto-sustentado e autopropelido), mas por uma combinação de influências externas e internas, que calibrou os dinamismos das sociedades de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista.

Enfim, o aspecto a ser destacado são os diferentes modelos de desenvolvimento, que nos países centrais é bastante acelerado e baseado num ritmo acelerado de produção de conhecimento, enquanto que nos países periféricos esse ritmo é marcado pela exploração econômica e pela heteronomia cultural, levando a um crescimento econômico limitado e dependente. Essa relação de heteronomia cultural e dependência econômica se reflete no processo educacional dos países periféricos, que se reconfigura a cada novo padrão de dominação dos países centrais, a fim de se adequar aos interesses e dinamismos das sociedades hegemônicas, visando formar a classe trabalhadora de acordo com as necessidades do capital.

Portanto, as alterações provocadas pela crise do capitalismo que se iniciou nos anos de 1970, vai afetar de forma significativa o padrão educacional dos países periféricos, a fim de que a classe trabalhadora seja moldada aos novos padrões de produção implementados pelo capital com a finalidade de suplantando os efeitos de tal crise.

Para que possamos entender a contra-reforma do sistema educacional brasileiro, em especial na educação superior, faz-se necessário um estudo pormenorizado da crise que afeta o capital desde a década de 1970, e que pode ser percebida de maneira contundente no Brasil na década de 1990.

1.3 – A Acumulação Flexível: reconfiguração da classe trabalhadora

A crise do sistema capitalista, iniciada nos anos 1970, decorre do esgotamento do modelo fordista-keynesiano⁴, da sua incapacidade de dar respostas aos problemas inerentes ao próprio regime de acumulação capitalista

Para Harvey:

“Isto aconteceu em parte devido a uma crise do capitalismo nos anos 70. As taxas de lucro estavam baixas, a inflação e o desemprego estavam a crescer por todo o lado quando o consenso econômico (chamado keynesiano) dos anos 60 ditou que eles deviam contrabalançar-se. Os sistemas financeiros estavam um caos, o mercado de valores em declínio e havia uma crise fiscal nas despesas do Estado (sendo emblemática a falência da cidade de Nova York em 1975). A forma de Estado “social-democrata” que surgiu depois de 1945 não conseguia superá-la. Alguma coisa nova tinha de ser inventada. A resposta que venceu foi o neoliberalismo” (Harvey, 2004b; p. 2)⁵.

A crise que se estende desde o final dos anos 1960 e início de 1970, agrega outras reflexões que fazem com que o entendimento de alguns processos se torne mais claro, segundo Behring e Boschetti (2008). As autoras com base em Mandel (1982) chamam esse estágio de capitalismo tardio ou maduro, onde este aprofunda suas contradições e tendências de barbarização da vida social.

Para tal análise Behring e Boschetti baseadas em Mandel, e no próprio Marx (2008; p. 17-18), partem do princípio do caráter cíclico das crises do capitalismo, onde ondas de expansão e estagnação se alternam durante o tempo, e que um longo período de estagnação se inicia no período que se segue aos anos 60 do século passado. As autoras ainda afirmam que não existe capitalismo sem perturbações e que não existe tendência ao equilíbrio no capitalismo. A busca incessante pelos lucros cada vez maiores é sempre a busca pelo diferencial de produtividade do trabalho, o que explica de certa forma o não nivelamento das taxas de lucros. Assim se explica as ondas do capitalismo, ora acelerando, ora desacelerando.

Para as autoras com base em Mandel (1982) a economia de guerra da década de 1930 e a ascensão do fascismo foram a base para o processo de acumulação que sustentou os anos de ouro do *Welfare State*. Além disso, ressaltam que a Guerra Fria e a necessidade de se contrapor aos Estados socialistas sustentaram o sucesso do modelo fordista-keynesiano. Portanto podemos concluir que a principal característica deste período foi “a busca contínua de rendas tecnológicas derivadas da monopolização do progresso técnico direcionada à diminuição dos custos salariais diretos.”(Behring e Boschetti, 2008; p. 115)

⁴ Ver Behring e Boschetti (2008; p. 82-91)

⁵ Harvey se refere a essa nova forma de exploração capitalista como sendo a Acumulação Flexível.

A partir de então começam a surgir algumas características para podemos compreendermos melhor o que acontece nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Behring e Boschetti (2008) passa a haver um forte deslocamento do trabalho vivo para o trabalho morto, a perda da importância do trabalho individual, a mudança da proporção de funções desempenhadas pela força de trabalho no processo de valorização do capital, a mudança na proporção da mais valia gerada na própria empresa e a gerada em outras empresas, o aumento no investimento em equipamentos, a diminuição da rotação do capital, a aceleração da inovação tecnológica e a diminuição da vida útil do capital fixo e uma conseqüente tendência ao planejamento.

Para as autoras baseadas em Mandel (1982), surge então um período de capitalismo maduro, caracterizado pelo forte desenvolvimento das forças produtivas em contradição cada vez mais intensa com as relações de produção.

O que se vê a partir de 1970 é uma crise de superprodução, quando o desemprego se agrava devido às novas técnicas de intensificação do capital e poupadoras de mão de obra, ao aumento dos preços das matérias primas, à queda do comércio mundial e ao alto poder de barganha atingido pelos trabalhadores empregados (resquícios do *welfare state*).

O capitalismo tentou, segundo Behring e Boschetti, administrar a crise do anos 1970, através de políticas monetárias ainda no estilo keynesiano, utilizando o estado como “almofada amortecedora” para a crise. Neste momento o Estado se vê no “dilema contemporâneo” entre a recessão profunda e a inflação acentuada. Observa-se pequenos ciclos dentro da longa depressão e mesmo depois dos pequenos momentos de retomada, o desemprego nunca era revertido, fato inerente ao sistema capitalista.

Com a crise do capitalismo, apresentam-se mudanças, principalmente na concepção de Estado, que se apresenta não mais como interventor e sim como gestor de todas essas mudanças.

O fato de o Estado⁶ se apresentar como o gestor, executor e financiador dessas políticas das classes hegemônicas, não se apresenta como novidade na história do capitalismo. O Estado sempre tende a adotar os preceitos da classe dominante, ou seja, o Estado é burguês em sua essência. Marx já entendia o Estado como tal e dizia que “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”(MARX e ENGELS, 1979; p. 12). Outra afirmação importante foi proferida por

seu companheiro Engels em “A Sagrada Família”, onde este define a origem do Estado da seguinte forma:

“...o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, e por regra geral, o Estado da classe dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida.”(ENGELS, 1982; p. 62)

Para Engels, o Estado nada mais é do que um instrumento da classe hegemônica, a fim de mediar as relações antagônicas entre a classe hegemônica e a classe explorada. Engels diz que o Estado é resultado da dominação econômica que se transforma em dominação política.

Isso se explica, segundo Marx, através do controle burguês sobre a classe operária, a fim de que essa se mantenha competindo entre si, de maneira que não possa se unir em torno da luta revolucionária.

“A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação.”(MARX e ENGELS, 2008; p. 29-30)

O que se vê a partir daí é uma busca incessante dos países do capitalismo central pela incorporação dos países periféricos ao seu projeto de sociedade, com o propósito de buscar novos mercados e novos campos de exploração para os investidores internacionais. Vale ressaltar que tal processo de agregação dos países periféricos se dá de maneira consensual numa associação da burguesia internacional com a classe burguesa dos próprios países periféricos, que em busca de uma inserção no sistema do capital internacional, acaba por permitir que as potências hegemônicas interfiram em suas decisões políticas e econômicas, principalmente sob a égide dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial.

Essa associação ainda contribui para impedir que os trabalhadores se organizem e ameacem o projeto de sociedade burguesa, dificultando o caráter revolucionário que é inerente ao proletariado, e ainda impedindo que os países periféricos atinjam um patamar de

⁶ Neste trabalho me remeterei à concepção de Estado utilizada por Marx e Engels ao longo de suas obras, na qual se referem ao Estado como mediador dos interesses da classe dominante.

desenvolvimento autônomo, contribuindo também para a manutenção dos níveis de exploração da própria burguesia interna desses países.

Como ressalta Lima (2006; p. 21-22), “A burguesia brasileira, portanto, associa-se conscientemente ao capital internacional para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos, bem como limita a participação dos trabalhadores com vistas a impedir qualquer possibilidade de construção de uma revolução contra a ordem, ou mesmo, uma revolução dentro da ordem que não seja conduzida e consentida por seus quadros dirigentes”.

O projeto burguês de sociabilidade defende a noção de que a crise é do Estado e não do capitalismo. O neoliberalismo⁷ surge como estratégia para solucionar a crise do capital, e tentar estabelecer o fim da luta de classes. A internacionalização do capital, o processo de desindustrialização, as novas tecnologias e as novas formas de gerenciamento do trabalho, vieram para reconfigurar profundamente o capital e o trabalho. Segundo Harvey (2004):

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. [...] Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financeirização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação, deveria se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição (HARVEY, 2004, p. 129).

Harvey (2004, p.114) entende como acumulação por espoliação uma “diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro” que para alcançar os objetivos da classe burguesa é capaz de aliar ações classificadas por ele como canibalescas e forçadas, com ações capazes de “promover um desenvolvimento global harmonioso”, que são possíveis apenas no discurso burguês, a fim de tornar as reconfigurações do capitalismo mais palatáveis, pois trata-se de algo impossível se tratando de uma sociedade de classes.

Tais medidas acabaram por afetar diretamente a classe trabalhadora, que agora passa a ter uma exigência maior de qualificação, com um aumento no subemprego, na terceirização, no trabalho informal e no desemprego. O que a primeira impressão pode nos

⁷ Segundo Boito Junior (1999) a ideologia neoliberal contemporânea é essencialmente um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitado de modo enérgico porém vago, a intervenção do Estado na economia. Ele não leva em consideração o liberalismo político e tenta transplantar historicamente o liberalismo econômico da aurora do capitalismo para uma época em que predominam os monopólios, a especulação financeira e o imperialismo.

parecer uma contradição, fica claro se entendermos a própria ordem constitutiva do capitalismo, que para se manter em vigor necessita da formação de um exército de reserva para atender ao capital. Todas essas constatações atingem as organizações sindicais autônomas e classistas da classe trabalhadora, contribuindo e muito para o esvaziamento destas entidades, assim como na descaracterização dos partidos políticos representantes dos trabalhadores que tem no horizonte a ruptura com a ordem do capital, sob o argumento de que não há alternativas ao capitalismo e que o socialismo está “morto”.

O argumento burguês de que o trabalho deixa de ser contraponto ao capital ganha força e não são incomuns as considerações de que já não fazem mais sentido as análises baseadas em classes. Essas análises – como Klaus Offe⁸ - baseiam-se no fato de que os trabalhadores, já não são a maioria da população, ou seja, seria o fim da sociedade do trabalho. Esse argumento vem do fato de que o número de desempregados está cada vez maior e de que a jornada de trabalho está diminuindo cada vez mais. Para esses autores - como Offe - as novas tecnologias são decisivas para a diminuição da carga de trabalho e para o enxugamento dos quadros das empresas. É importante frisar que nosso objetivo não é uma crítica vazia as novas tecnologias, mas sim deixar claro que em momento algum o capital tem o interesse de facilitar ou melhorar a vida dos trabalhadores. Com as inovações tecnológicas o capital objetiva garantir o aumento de produtividade, a diminuição dos custos de produção e um conseqüente aumento nas taxas de lucro. Isso já seria constatado por Marx numa passagem do Capítulo XIII d'O Capital, quando afirma que diversos operários, em geral crianças eram mutilados ao varrerem embaixo das máquinas e que até então nenhum industrial havia se preocupado em inventar uma maquinaria para fazer tal serviço no lugar dos pobres empregados (nota de rodapé nº131).

Segundo Mattos (1998): as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental entre produtores diretos e proprietários a que se referia Marx, em suas obras. O convívio “pacífico” - pacífico para o capital – entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero, etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É

⁸ Offe, Claus. Capitalismo Desorganizado, São Paulo, Brasiliense, 1989.

no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho - ou seja, elevar o grau de exploração - que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobre-trabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores. (MATTOS, 1998)

Fica bastante claro que a precarização do trabalho, o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, a informalidade e o desemprego não servem para descaracterizar o trabalho como categoria central da análise da configuração atual do capitalismo. Isso pode ser definido, segundo Mattos (1998), como uma mudança no perfil da classe trabalhadora nos dois últimos séculos, e que, portanto, não esvazia as categorias trabalho e luta de classes.

Diante de tantas transformações, ocorreu, por certo, uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho infantil, ou o análogo à escravidão. As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres, com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial (muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista); os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto. (MATTOS, 1998; p. 55-56)

A heterogeneidade da classe trabalhadora não é um fenômeno atual. Ela existiu em diversos momentos da História. A unificação e homogeneidade da classe aconteceram em determinados momentos históricos, e segundo o autor, foram momentos de exceção e não regra, visto que os trabalhadores são a classe dominada. Essas constatações de fatos históricos servem para afirmar o caráter atual da luta de classes, que de forma alguma pode ser ignorada.

É preciso destacar que, se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século XX, ela também não está em vias de desaparecimento, nem deixou de ter seu sentido estruturante.

Na era da acumulação flexível, ocorre uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista-fordista. Esse proletariado diminui com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. Contribui com esse processo a flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo e a

introdução da máquina informatizada, substituindo as formas de emprego formais por terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global, como o crescimento do setor de serviços.

Esta mudança não atinge somente os países do capitalismo central, atinge também, ainda que de diferente modo, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, encontram-se hoje em verdadeiros processos de redução industrial, apresentando como resultado o aumento do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado, além de significantes níveis de desemprego.

“Mas o nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, a cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *welfare state*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o estado de bem estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor.” (ANTUNES, 2005; p. 139)

Outro aspecto que precisamos nos ater, trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, “que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado” (ANTUNES E ALVES, 2004; p. 337). Apesar desta expansão do trabalho feminino, nota-se um movimento contrário quando se trata do aspecto salarial, no qual o nível de remuneração feminino é em média bastante inferior aos salários recebidos pelos trabalhadores do sexo masculino.

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa “expansão dos assalariados médios no setor de serviços”. É necessário acrescentar que “as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados.” (ANTUNES e ALVES, 2004; p. 338)

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, terminam aumentando o número de trabalhadores em regime precário e de desempregados.

Da mesma forma vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. (ANTUNES e ALVES, 2004; p. 339)

“...ainda que passando por uma monumental reestruturação produtiva, o capital, mesmo sob enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o trabalho vivo do processo de mercadorias. Ele pode incrementar ao máximo o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico, aumentando desse modo a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que tempo e espaço se transformam nesta fase dos capitais globais e destrutivos. Uma nova modalidade da forma do valor aparece para mostrar os limites e equívocos daqueles que haviam decretado o fim da teoria do valor-trabalho.” (ANTUNES, 2005; p. 141)

Antunes (2005) ainda destaca que para dar conta das novas demandas, nasce um trabalhador mais qualificado, “participativo”, multifuncional, polivalente. Destaca ainda que os trabalhos em equipes são valorizados, bem como a “competência” pessoal⁹.

Há também um contínuo aumento do trabalho no chamado “Terceiro Setor”¹⁰, que se verifica através de empresas com perfil comunitário, predominantemente baseadas no trabalho voluntário, de caráter assistencial e sem fins diretamente lucrativos.

A desconcentração do processo produtivo permitiu a expansão do trabalho em domicílio, principalmente pelo surgimento de pequenas e médias unidades produtivas. “Por meio da telemática¹¹, com o aumento das formas de flexibilização e precarização do trabalho e com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo” (Antunes e Alves, 2004; p. 340-341).

⁹ Sobre o discurso das competências consultar Ramos (2001).

¹⁰ Sobre Terceiro Setor consultar Neves (2005).

¹¹ A telemática (ou teleinformática) nasceu da convergência entre os sistemas de telecomunicações por satélite e por cabo, juntamente com as novas tecnologias de informação e a microeletrônica, possibilitando enorme expansão e a aceleração das atividades das transnacionais. Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a Benetton, a Nike, entre as inúmeras empresas que vêm aumentando as atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas

A “nova classe trabalhadora” incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital e engloba também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não cria diretamente mais-valia, uma vez que é utilizado como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista.

Cabe destacar, que segundo Antunes e Alves (2004):

“A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo”(ANTUNES E ALVES, 2004; p. 342).

Antunes e Alves (2004) incluem ainda, a totalidade dos trabalhadores desempregados. Portanto, compreender o sentido de classe trabalhadora, deve implicar em entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como “todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo”, uma noção contemporânea de classe trabalhadora “deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados”.

O capitalismo sempre teve como o objetivo aumentar a subsunção do trabalho ao capital, com o objetivo de se extrair mais mais-valia.

Atualmente há uma tendência ao aparecimento de teorias que tentam transformar a ciência em “principal força produtiva” (Habermas), em substituição ao valor-trabalho. Essa teoria desconsidera “as interações entre trabalho vivo e trabalho morto”, visto que, segundo Marx, somente o trabalho vivo, ou seja, o fator força de trabalho gera mais-valia. Portanto, este processo tenta automatizar o sistema de produção, desconsiderando o trabalho humano. Entretanto, o trabalho vivo jamais poderá se extinguir. Toda e qualquer automação só pode ser introduzida mediante a transferência de atributos intelectuais do trabalhador para a máquina informatizada.

“...Estabelece-se então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva a extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos de maior incremento tecnológico.(...) acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-la.” (ANTUNES, 2008; p.176)

ou integradas às empresas. Desse modo, o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

Quanto à tendência a imbricação entre o trabalho material e o imaterial¹², o que constatamos é uma metamorfose no mundo do trabalho, na medida em que ambos são capturados pelo capital como mercadoria. A nova fase capitalista transfere o saber fazer para o trabalho, se apropriando cada vez mais da capacidade intelectual do trabalhador, ou seja, atingindo a subsunção real do trabalho, onde o trabalhador já não domina mais os processos de produção.

“E, ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que se utilizam de mecanismos ainda mais coativos, renovando as formas primitivas de violência na acumulação, uma vez que - paradoxalmente - ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou ‘envolvimento’ subjetivo e social do trabalhador” (ANTUNES, 2005; p. 150)

Portanto, concordando com Antunes (2005), ao contrário do fim ou da redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho.

O importante para darmos seguimento à análise das alterações no trabalho docente nas universidades federais mais adiante, é compreendermos o fato de que o modelo de acumulação flexível implantado pela burguesia para defesa do capital está pautado na produtividade, no empreendedorismo, na criatividade do trabalhador, na intensificação deste trabalho e na utilização das novas tecnologias, a fim de capturar a subjetividade do trabalhador para conformá-lo ao projeto burguês de dominação.

A aplicação deste projeto burguês de espoliação econômica e dominação ideocultural dos países centrais sobre os países periféricos passa imperativamente pela análise do papel dos organismos internacionais do capital, que são de fundamental importância para que esse projeto seja colocado em prática. No próximo capítulo analisaremos como e porque esses organismos internacionais do capital foram criados e como mantêm o controle sobre as políticas econômicas e sociais dos países periféricos, em especial a política de educação superior.

¹² Para Marx só seria considerado trabalho material aquele que gera riqueza material, ou seja, mercadoria, também chamado trabalho produtivo. Nesta definição Marx não considera os trabalhadores que não gerem riquezas materiais, e que portanto produzem trabalho imaterial ou improdutivo, que pode ser de dois tipos: um que resulta em bens materiais como livros e imagens; e outro em que o produto é separável do ato de produção como o trabalho de atores, padres, médicos e professores. Segundo Marx, que não leva em consideração o trabalho doméstico, tal parcela da produção é tão insignificante, que deveria ser desprezada.

Capítulo II – A contra-reforma do Estado e da educação superior no Brasil de FHC à Lula

2.1– Organismos Internacionais e a difusão do projeto burguês de dominação: o Banco Mundial e a contra-reforma do Estado e da educação superior

Nesta seção iremos demonstrar o caráter de compartilhamento ocorrido entre as políticas implantadas no Brasil nos governos FHC e Lula da Silva e as diretrizes elaboradas e difundidas pelos organismos internacionais do capital, em especial o Banco Mundial, em virtude deste ter sido, historicamente um dos organismos com maior influência nas políticas de educação no Brasil. Tal compartilhamento será analisado tanto na concepção de Estado, quanto na concepção de educação superior e de universidade apresentadas pelo BM e posta em prática pelos governos brasileiros nas duas últimas décadas.

Os organismos internacionais são sujeitos políticos importantes no processo de difusão do projeto burguês de dominação, contribuindo de maneira decisiva para a expansão desenfreada do capital por todos os cantos do mundo e em todas as áreas das políticas sociais dos países periféricos.

Neste trabalho tomaremos o Banco Mundial como organismo a ser estudado, visto que suas ações foram e são as mais contundentes, principalmente na década de 1990, através da disseminação da ideologia neoliberal, com a publicação de documentos que advogam a contra-reforma do Estado, e os novos papéis da educação no desenvolvimento capitalista dependente dos países latino americanos.

Todas essas ações serão tratadas no contexto da luta de classes, na contradição entre capital e trabalho, ressaltando as características comuns aos documentos do Banco e

as ações implementadas no Brasil, tanto nos dois mandatos de FHC (1995-2002), quanto nos de Lula da Silva (2003-2010).

Para tanto selecionamos alguns documentos considerados essenciais para compreensão de tal processo de difusão das concepções do Banco Mundial no que se refere ao Estado e em relação à educação superior especificamente. Serão analisados: o documento de 1994 que se refere à educação superior, o de 1996 que se refere à concepção de educação como um todo, o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1997 que se refere à contra-reforma do Estado, o de 1999 que destaca a preocupação do BM com o “alívio da pobreza” e a “sociedade do conhecimento”, e o de 2003 que reafirma a concepção de educação do Banco na qualidade de “educação terciária”.

O Banco Mundial: um breve apanhado histórico

Concebido em 1944, em Bretton Woods, Estado de Novo Hampshire (EUA), o Banco Mundial inicialmente foi criado com a proposta de reconstruir a Europa após a II Guerra Mundial, com o nome de BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

A “cooperação técnica” e financeira do BM à educação brasileira iniciou-se na segunda metade da década de 1970. Anteriormente o que ocorria era apenas uma relação entre associações de educadores brasileiros e estadunidenses para “incorporação dos ideais democráticos e constitucionais daquele país que perdurou até os anos de 1950” (FONSECA, 2000; p. 230). A partir de então essa cooperação ocorrerá através de acordos bilaterais entre os governos dos EUA e do Brasil, destinados basicamente à assistência técnica e administrados pela USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado Norte-americano).

Nos anos de 1970, os projetos do BM, que anteriormente se destinavam apenas para o financiamento de projetos relacionados à infraestrutura e energia, passam a se direcionar ao incremento da produtividade, principalmente no setor agrícola, a fim de conter o crescimento da “pobreza” (FONSECA, 2000; p. 231). A partir de então o BM direcionará suas políticas nos países periféricos para o ensino fundamental, tendo como discurso a “finalidade de assegurar aos trabalhadores o mínimo de educação a um baixo custo”, concepção que perdurará até o final da década de 1990, camuflando seus reais

objetivos que eram “combater” o fantasma do comunismo e defender o projeto burguês de sociabilidade.

A função principal de reconstrução dos países destruídos pela II Guerra Mundial foi cedendo seu lugar à tarefa de emprestar recursos e direcionar as políticas econômicas e sociais dos países da periferia do capitalismo.

Desde a moratória decretada pelo governo mexicano em meados da década de 1980, quando os bancos privados estadunidenses sofreram risco de colapso, o Banco Mundial encampou tais dívidas, salvando as finanças dessas corporações bancárias. A partir deste momento os países de capitalismo dependente passaram a ter como credores estes organismos internacionais. É neste contexto que surge a interferência desses organismos nas políticas econômicas e sociais de países como o Brasil, forçando a queda nos investimentos diretos, o aumento do superávit primário e o controle das taxas de inflação, a fim de garantir o mínimo de recursos para que estes honrem seus compromissos com os tais organismos, ou seja, paguem os juros absurdos cobrados por estas instituições, em particular o BM¹³ e o FMI.

É indispensável afirmarmos que todo o discurso neoliberal que tomou conta dos países de capitalismo dependente a partir da década de 1980 não foi por acaso, pois surgiu através da pressão dos países imperialistas em renegociar as dívidas externas desses países e de uma opção política consciente da burguesia brasileira que aderiu ao projeto burguês internacional. Para sustentarmos tal argumento, basta nos remetermos aos próprios documentos do Banco, onde brasileiros são citados como colaboradores e consultores do BM, dentre eles diversos nomes que detinham cargos no primeiro escalão dos governos Collor de Mello, FHC e Lula da Silva. Destacam-se nesta tarefa nomes como Claudio Moura e Castro e Luiz Carlos Bresser Pereira; o primeiro até hoje continua envolvido em ações no Ministério da Educação e o segundo foi por muitos anos Ministro do governo FHC, sendo o responsável maior pela implantação da política neoliberal no país através da contra-reforma do Estado brasileiro.

Para sustentar todo esse mecanismo, o Banco divulga os documentos que iremos analisar, sempre apontando diretrizes a serem seguidas pelos países capitalistas periféricos, como sendo “tábua de salvação” para seus problemas. Num primeiro momento,

¹³ Para aprofundar a análise da história do BM e sua relação com os governos brasileiros ver FONSECA (2000) e TOUSSAINT (2007)

a contra-reforma da educação superior, que está inscrita na contra-reforma da educação e do próprio Estado brasileiro.

Atualmente, o Grupo Banco Mundial (World Group Bank) é constituído por cinco instituições estreitamente relacionadas e sob uma única presidência, indicada pelo governo estadunidense, e é formado por 184 países-membros, entre os quais o Brasil.

O BIRD proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com “bons antecedentes de crédito”. O poder de voto de cada país-membro está vinculado às suas subscrições de capital, que por sua vez, estão baseadas no poder econômico relativo de cada país.

A Associação Internacional de Desenvolvimento desempenha o papel de, segundo o Banco, reduzir a “pobreza”¹⁴. A assistência da AID concentra-se nos países mais pobres, aos quais viabiliza empréstimos sem juros e outros serviços.

A IFC (Corporação Financeira Internacional) “promove o crescimento no mundo em desenvolvimento”, segundo o discurso oficial, mediante o financiamento de investimentos do setor privado e a prestação de assistência técnica e de assessoramento aos governos e empresas. Em parceria com investidores privados, a IFC proporciona tanto empréstimos quanto participação acionária em negócios nos ditos “países em desenvolvimento”.

A AMGI (Agência Multilateral de Garantia de Investimentos) “ajuda a estimular investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento” por meio de garantias a investidores estrangeiros contra prejuízos causados por riscos não comerciais. A AMGI também proporciona assistência técnica para “ajudar” os países a divulgarem informações sobre oportunidades de investimento.

O CIADI (Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos) proporciona instalações para a resolução - mediante conciliação ou arbitragem - de disputas referentes a investimentos entre investidores estrangeiros e os seus “países anfitriões”, portanto, ações relacionadas com a ampliação de campos de exploração lucrativa para o capital.

O Banco Mundial começou a interferir na educação em 1963 e “segue firmemente decidido a seguir dando apoio à educação” (BANCO MUNDIAL, 1996; p.

¹⁴ Sobre o uso da categoria pobreza nos documentos do BM, consultar UGÀ (2004) e (2008).

16), pois o financiamento do Banco, segundo o próprio, equivale a 25% de toda a “ajuda” recebida pelo setor educacional.

Apresentaremos a seguir os aspectos centrais dos principais documentos elaborados pelo BM nos anos de 1990 e início do novo século.

O Estado em um Mundo de Transformações: o documento do BM de 1997

Neste documento (1997), o Banco expressa sua opinião sobre qual deve ser o papel do Estado, o que pode e o que não pode fazer e como deve fazê-lo. Para o BM, o Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não como agente direto do crescimento e sim como sócio, como elemento catalisador e impulsor deste processo. Para o Banco, o Estado sempre teve um papel demasiadamente simplista, servindo para corrigir as deficiências do mercado. O BM atribui à corrupção dos governantes dos países dependentes, à consolidação da “pobreza” nestes países. Para a instituição, esta tornou-se um mal endêmico e é a causa da perda de impulso do crescimento econômico destes países.

O Banco critica ainda o desenvolvimento dos países de economias centrais, na medida em que estes ampliaram o Estado de bem estar, acarretando uma enorme expansão da amplitude das funções do Estado. O documento ainda defende a idéia de que o mais importante é qualidade e não o tamanho deste, e que o Estado deve apenas orientar as economias. Não se trata, portanto de um Estado grande, mas sim de um Estado forte. O primordial é a eficácia para atender as “necessidades da população”.

O BM aponta as funções do Estado como promotor e regulador dos mercados, principalmente em função das novas mudanças tecnológicas “abertas a novas possibilidades”, ou seja, a abertura de novas áreas de exploração do capital.

Neste momento fica clara a intenção dos organismos internacionais, no caso o Banco Mundial, em classificar a crise que assolava o capitalismo na década de 1980, como sendo uma crise do Estado. Em todo instante, os organismos internacionais tentam transferir o foco da crise do capital como sendo um problema de gestão. Este discurso é logo incorporado pelos governos de caráter neoliberal que emergem na década de 1980 e

que no Brasil começa a surgir em 1989 com Collor de Mello, apresentando-se de forma mais agressiva com a eleição de FHC em 1994.

A crítica à incapacidade dos “países em desenvolvimento” em sustentar direitos básicos como saúde e educação e a derrocada das economias da União Soviética e dos países do Leste Europeu servem como “exemplos” a servir de sustentação aos argumentos neoliberais que pregavam a minimização das ações do Estado e a privatização de serviços públicos, abrindo espaço para o capital estender suas ações à campos antes não explorados plenamente.

A solução apresentada pelo Banco Mundial seria fazer com que as sociedades aceitassem a redefinição das funções do Estado, sustentando uma maior participação individual e das “comunidades” na administração desses bens coletivos fundamentais. O Estado deveria se concentrar em ações que pode e deve fazer (gestão e regulação), passando as demais áreas para o controle da “comunidade empresarial” (leia-se capital) e para a sociedade civil, concebida como um somatório de indivíduos e grupos destituídos do corte de classe.

O documento sustenta ainda a importância da credibilidade que os governos devem passar aos empresários para que estes se sintam “confortáveis” para investir nessas áreas. Como credibilidade entende-se normas e políticas claras, ou seja, a criação de marcos regulatórios e agências reguladoras, que garantam a operação e os lucros desses capitalistas dispostos a investir em setores até então monopolizados pelo Estado.

Salta aos olhos a preocupação do Banco Mundial em frisar a todo instante que os governos dos países dependentes gastam muito mal seus recursos, citando o sistema universitário público como sendo elitista, dispendioso e ineficaz. O Banco deixa claro que, naquele momento defendia o emprego de verbas públicas na educação básica, devido sua maior amplitude em alcançar os “mais necessitados”.

Outra proposta apresentada pelo Banco Mundial vai de encontro às reformas dos sistemas previdenciários dos países periféricos, que para o banco possuem populações envelhecendo rapidamente, proporcionando altos custos de previdência a seus governos. A proposta apresentada sugere a participação de empresas, dos trabalhadores e da “sociedade civil”, deixando clara a brecha para os grandes grupos de previdência privada atuarem nesse “mercado”.

O fim do monopólio estatal sobre setores estratégicos e de infraestrutura também é defendido no documento de 1997. As privatizações e a participação de empresas privadas nesses setores, segundo o Banco, são essenciais para melhorar a qualidade dos serviços prestados a população, tornando-os mais baratos e eficientes. Daí a necessidade de estabelecerem-se leis de regulamentação da exploração destes serviços por empresas privadas (principalmente transnacionais) e a criação de agências reguladoras independentes do governo, ou seja, de “caráter técnico” e “imune a intervenções políticas”, segundo o discurso do BM.

Para o BM, a abertura dos mercados é condição elementar para uma melhor adaptação desses países a nova realidade mundial. Afinal para obter desenvolvimento econômico os países devem remover qualquer tipo de obstáculo comercial. Essa face do neoliberalismo, aliada à privatização e a desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, colaboram para a inserção cada vez mais dependente dos países periféricos no capitalismo internacional.

Este documento difunde ao mesmo tempo a “redução” das atividades do Estado e a introdução da lógica empresarial nas instituições estatais através da “revitalização e do estímulo ao funcionalismo público”, para que este possa prestar “melhores serviços”. A mudança que se percebe claramente é em relação à meritocracia, que passa a ser vista como a solução para resolver os problemas do serviço público. O funcionalismo deve ser estimulado através de gratificações produtivistas a melhorar seu rendimento. A meritocracia, o individualismo são marcas da ideologia neoliberal e não é diferente em relação às políticas salariais dos servidores.

Toda a política sugerida em relação ao funcionalismo público é pautada sobre a flexibilidade dos contratos de trabalho, a meritocracia e a remuneração condicionada à produtividade. Defende ainda a descentralização das unidades de contratação de pessoal, com autonomia para contratar e demitir a qualquer momento, ou seja, desejava-se o fim da estabilidade do funcionalismo público.

Por fim o Banco Mundial afirma que os países que não aderirem à “globalização” e não implantarem as políticas neoliberais, ficarão estagnados economicamente e socialmente. O isolamento econômico e a exclusão deste processo condenariam essas economias e suas populações. Porém ressalta que tais alterações

políticas devem ser implantadas de maneira cautelosa, pois esbarrariam em interesses de setores clientelistas e corruptos.

O Documento de 1996 e as Recomendações Gerais para a Educação

Para uma melhor compreensão da interferência dos organismos internacionais nos sistemas educacionais dos países periféricos e principalmente no Brasil, recorreremos inicialmente ao documento de 1996, intitulado “Prioridades e Estratégia para a Educação”. Tal documento apenas ratifica todas as propostas apresentadas na “Conferência Mundial de Educação Para Todos”, realizada em Jomtien na Tailândia no início dos anos 1990, patrocinada pelos organismos internacionais, dentre eles o Banco Mundial, que apresentava o ensino fundamental como sendo a principal preocupação desses organismos em relação aos países periféricos. Na verdade tal preocupação tem três razões principais: a) a primeira refere-se ao alívio das tensões sociais causadas pelo endividamento desses “países pobres” atingindo a massa dos trabalhadores; b) a segunda diz respeito à articulação das políticas de “alívio da pobreza” com a diminuição dos gastos com a educação superior, colaborando para o aumento do superávit primário e conseqüentemente com o pagamento dos juros das dívidas externas dos “países pobres”; c) e por fim a terceira razão é diretamente ligada a abertura de novas oportunidades para o capital se reproduzir, com a ampliação dos mercados referentes à educação superior.

Neste texto o Banco Mundial atribui à educação o papel de resolver os problemas econômicos resultantes das transformações que vem acontecendo no mercado de trabalho desde a década de 1970. Para o BM, cabe à escola o papel de formar “cidadãos” preparados para constantes mudanças de emprego, capazes de se adaptar facilmente a estas mudanças. Segundo o documento, estes “cidadãos” devem estar preparados para atender a crescente demanda por “trabalhadores adaptáveis”, e estes precisam adquirir sem dificuldade novos conhecimentos durante toda a vida e expandir constantemente seus conhecimentos.

O Banco afirma que o principal ativo que os “pobres” possuem é o seu trabalho, e que por isso devem se concentrar no seu uso produtivo para “reduzir” tal “pobreza”. Neste sentido, a educação, sobretudo o ensino fundamental deve servir para aumentar a

produtividade deste trabalho, além de reduzir a taxa de natalidade e melhorar a saúde destas pessoas¹⁵.

Portanto, como já identificamos anteriormente, o BM mais uma vez reforça que naquele momento, os governos deveriam concentrar seus recursos na promoção do ensino fundamental, pois esta agrega “conhecimentos gerais como a linguagem, as ciências, a matemática e a capacidade de comunicação, que proporcionam a base para a educação e capacitação posteriores.” (Banco Mundial, 1996; p. 2) E continua afirmando a importância do ensino fundamental para a formação necessária para desempenhar as funções no local de trabalho.

E o documento segue relatando que os gastos governamentais com a educação são “ineficientes e pouco equitativos” e que os gastos com a educação superior seguem altos e, portanto devem diminuir, visto que os estudantes deste nível provem de famílias ricas, com capacidade de financiarem eles próprios os seus estudos. Essa diminuição no gasto do governo com a educação superior geraria um remanejamento de verbas públicas para financiar o ensino fundamental.

O BM defende ainda o pagamento de mensalidades pelos alunos nas universidades públicas, indicando a tendência a um processo de privatização do sistema universitário federal.

Na passagem a seguir, o BM deixa claro que as prioridades educacionais devem ser estabelecidas, levando-se em conta análises de indicadores econômicos, através de normas estabelecidas e de resultados mensurados, comparando a relação custo-benefício.

“As prioridades educacionais devem estabelecer-se tendo em conta os resultados, utilizando análises econômicas, estabelecendo normas e medindo resultados através da avaliação da aprendizagem (...) geralmente se comparam os benefícios (em produtividade da mão de obra, medida pelos salários) com os custos para as pessoas e para a sociedade. Se identificam como prioridades dos investimentos públicos, os investimentos para os quais a taxa de rendimento social é mais alta e o nível de subsídio público é mais baixo.” (BANCO MUNDIAL, 1996; p. 10, tradução nossa)

Por fim o documento volta seu ataque aos sindicatos de professores, às associações de alunos, às elites dominantes e à setores do próprio governo, como sendo empecilhos à tais reformas educacionais. Ao defender a universidade pública e gratuita, essas instituições sindicais passam a ser vistas pelo Banco Mundial como um obstáculo a

¹⁵ Para o BM, ao adquirir níveis maiores de educação, a população mais “pobre” tem acesso a métodos anticoncepcionais mais modernos e seguros, prevenindo a gravidez precoce a disseminação de doenças

ser transposto e para isso passam a ser classificadas como defensoras de privilégios corporativistas e elitistas. Essas entidades são apontadas como beneficiárias de tal sistema educacional, considerado arcaico pelo BM.

O Banco segue afirmando seu “compromisso” com o ensino fundamental, porém destaca que quando atingido os níveis universais de qualidade e equidade poderá financiar projetos de educação superior desde que estes sejam para torná-la mais eficaz e menos dispendiosa, ou seja, está de acordo com as diretrizes apontadas pelo Banco em seus documentos, dando ênfase a participação de capital privado, que servem aos interesses da classe burguesa.

Recomendações para o Ensino Superior: o documento de 1994

Pouco tempo antes, mais precisamente em 1994, o Banco Mundial já havia manifestado sua opinião sobre quais deveriam ser as diretrizes a serem seguidas pelos países do capitalismo periférico em relação ao ensino superior. Mais uma vez constatamos a presença da relação custo/benefício como sendo a base dos argumentos apresentados pela instituição.

É importante ressaltar que tal fenômeno não aconteceu isoladamente com o Brasil. Quase a totalidade dos países periféricos sofreu influência dos organismos internacionais nas décadas de 1980 e 1990, uns um pouco mais cedo e outros mais tardiamente como o caso do Brasil.

Esse documento de 1994 serve para mostrar como o próprio título diz “As Lições Derivadas da Experiência”, apresentado estudos de casos e ações isoladas em diversos países, que segundo o ponto de vista do Banco Mundial, deveriam ser tomadas como exemplo a ser seguido pelos países periféricos.

É interessante o fato de a instituição reconhecer a importância do ensino superior, porém a finalidade deste ensino e a maneira como ele deve ser oferecido à população é que surge como ponto crucial de nossa crítica. Em nenhum momento a educação superior surge como elemento de formação crítica do ser humano, mas sim como: a) formação de força de trabalho para servir aos interesses da burguesia; b) campo

sexualmente transmissíveis como a AIDS.

de exploração para o capital privado e; c) difundir a concepção burguesa de mundo. (LIMA, 2007)

Segundo o documento do Banco, o objetivo das instituições de ensino superior dos países periféricos deve ser apenas o de “transferir, adaptar e divulgar conhecimentos gerados em outras partes”. (BANCO MUNDIAL, 1994; p.1, tradução nossa) Estas instituições serviriam ainda para prestar serviços de assessoria e consultoria a empresas privadas.

Na página 2 deste documento surge claramente a preocupação que marcou os documentos do BM na década de 1990, referente à relação custo/benefício. O documento cita o “esforço feito por diversos países, tanto industrializados como em desenvolvimento, para resolver o problema da educação superior” a fim de “melhorar a qualidade e ao mesmo tempo de diminuir os gastos por estudantes”. (BANCO MUNDIAL, 1994; p.2, tradução nossa)

Em seguida reafirma a opinião dos organismos internacionais, que apontam o ensino superior dos países periféricos como sendo “elitista”, e que este beneficia apenas indivíduos provenientes de “famílias acomodadas”. É necessário destacar a orientação dada pelo BM, recomendando cautela na implantação dessas reformas educacionais, pois podem afetar diretamente famílias que detém o poder econômico nestes países e desencadear um processo de instabilidade dos regimes políticos. Sabemos que tais tensões dentre as diversas frações burguesas são inerentes ao capitalismo e que, portanto, os governos que servem ao capital estarão sempre prontos para mediar tais conflitos.

O Banco constata que os recursos por estudantes do ensino superior vêm diminuindo nos países pobres e que o problema se agrava pelo uso ineficiente destes recursos. E cita como exemplo de ineficiência os gastos com alimentação e moradia estudantil. Para o Banco Mundial tais “privilégios” devem ser suprimidos. Sabemos que tal medida impediria o acesso ao ensino superior de uma substancial camada da população proveniente de pequenas cidades do interior e da periferia dos grandes centros, que consegue chegar á universidade pública, pois além de não ter condições de manterem-se nas imediações geográficas da instituição devido ao alto custo de moradia e de alimentação, precisarão trabalhar para conseguirem sobreviver.

Logo após tal afirmação, o documento aborda um aspecto primordial para nossa análise, que é a relação entre o quantitativo de estudantes e o de docentes, que é considerada baixa pelo BM, e a subutilização das instalações físicas.

Outra preocupação do BM que podemos apreciar no documento de 1994, se refere aos altos índices de reprovação, repetição e evasão apresentados no ensino superior nos países pobres. O documento diz:

“Em muitos países em desenvolvimento o ensino superior se caracteriza pela baixa relação entre estudantes e pessoal docente, serviços subutilizados, duplicação de programas, elevadas taxas de deserção e repetição, e uma proporção muito alta de gastos destinados a atividades não educacionais, como moradia, alimentação e outros serviços subvencionados para os estudantes.”(BANCO MUNDIAL, 1994; p.3, tradução nossa)

O documento de 1994 segue com suas orientações para o ensino superior e nos chama atenção o fato de recomendar o aumento no número de matrículas na educação superior, sem que haja o incremento de recursos para isso.

Afirma que o modelo europeu de universidade de pesquisa é “muito custoso e pouco apropriado” para os países do “capitalismo em desenvolvimento”. Deve-se fomentar um novo modelo de ensino superior, mais diversificado, com maiores investimentos privados, que atenda a crescente demanda social e se adapte as constantes mudanças do mercado de trabalho. Em outras palavras podemos afirmar que o que o BM tenta difundir em seu “manual de instruções” é que o padrão a ser seguido é o modelo estadunidense de universidade, baseado na diversificação de instituições e cursos e que os países periféricos não devem desenvolver pesquisa e desenvolvimento a fim de alcançar novas tecnologias, mas apenas se moldarem as mudanças do mercado de trabalho a fim de atenderem as necessidades do capital.

A diversificação de modelos de instituições de ensino superior é mais um ponto que o Banco incentiva insistentemente. Como afirmamos anteriormente, o BM considera o modelo europeu de universidade de pesquisa ineficiente e altamente custoso e para tal oferece como alternativa a expansão de faculdades isoladas, centros universitários, cursos politécnicos, institutos profissionais e técnicos de curta duração e a elaboração de cursos a distância.

“O modelo tradicional de universidade européia de pesquisa, com sua estrutura de programa de um só nível, tem demonstrado ser custoso e pouco apropriado no mundo em desenvolvimento. A maior diferenciação na educação superior, o desenvolvimento de instituições não universitárias e o fomento de estabelecimentos privados, pode contribuir para satisfazer a

crecente demanda social por educação pós-secundária e fazer os sistemas de nível terciário serem mais sensíveis às necessidades mutantes do mercado de trabalho.” (BANCO MUNDIAL, 1994; p. 5, tradução nossa)

O Banco reconhece ainda a importância do apoio às instituições privadas que para ele, podem aumentar o número de vagas no ensino superior com “pouco ou nenhum custo para o Estado”. Cita também o caso de alguns países como o Chile, que oferecem incentivos fiscais para instituições privadas que ofereçam vagas para o ensino superior.

Além disso, o BM insiste na participação dos alunos no financiamento da educação pública de nível superior, seja através da cobrança de mensalidades, ou através de formas recompensatórias de ex-alunos, como doações ou prestação de serviços públicos gratuitamente.

O incentivo à captação de recursos externos por parte das instituições de ensino superior públicas também é indicado pelo organismo. A associação entre instituições públicas e empresas privadas para fins de consultoria, oferecimento de cursos pagos e realização de pesquisas encomendadas é apontada como solução para o aumento da captação de recursos para as universidades públicas.

“Em resumo, o maior apoio financeiro privado para a educação superior mobilizado mediante a eliminação de subsídios não relacionados com a instrução, a cobrança de mensalidades, a obtenção de doações e a realização de atividades que gerem recursos, podem proporcionar às instituições uma base de financiamento mais diversificada e provavelmente mais estável.” (BANCO MUNDIAL, 1994; p. 8, tradução nossa)

Podemos observar ainda a recomendação por parte do BM para a criação de mecanismos de avaliação e fiscalização por parte do governo para que possa controlar as metas estabelecidas de eficácia e desempenho, condicionando a distribuição dos recursos aos resultados obtidos pela instituição nos programas de avaliação deste desempenho.

“Na maioria dos países, a distribuição dos recursos estatais às instituições de nível terciário se baseia em pressupostos negociados. Este sistema não proporciona incentivos para o funcionamento eficiente e o melhoramento da qualidade, e torna difícil ajustar a distribuição dos recursos financeiros às circunstâncias mutáveis. Cada vez mais se estão utilizando outros mecanismos que vinculam o financiamento a critérios de desempenho nos países da OCDE, e que poderiam ser considerados também nos países em desenvolvimento.” BANCO MUNDIAL, 1994; p. 9, tradução nossa)

Existe também a defesa do Banco ao sistema de *vouchers*, onde os estudantes recebem vales educacionais do governo, que podem ser utilizados em qualquer instituição que estes escolham, caracterizando uma clara transferência de recursos do Estado para a

iniciativa privada, sob o pretexto de promover a igualdade entre os estudantes, mediante medidas focalizadas, conforme passagem abaixo nos mostra:

“Também se pode melhorar a equidade mediante planos de subsídios focalizados aos estudantes do grupo de recursos mais baixos e através de programas de trabalho e estudo. Os programas de assistência financeira que serão administrados por um órgão central (como nos EUA e no Reino Unido), e que permitam aos estudantes utilizar seus planos de assistência em qualquer instituição que eles escolham...” (BANCO MUNDIAL, 1994; p. 9, tradução nossa)

E prossegue apresentando a suposta necessidade de criação de organismos para fiscalizar a atuação das instituições de ensino superior, a fim de garantir “um marco jurídico bem definido” e “políticas coerentes” com o objetivo de transformar a educação superior em um mercado disponível para a exploração do capital, como fora feito com outras áreas como saúde e infraestrutura. Esse órgão de fiscalização funcionaria como agência reguladora, garantindo autonomia às universidades públicas em setores administrativos considerados chave, como a cobrança de mensalidades, captação de recursos junto à iniciativa privada e a contratação e demissão de pessoal.

A partir daí, o que se vê é uma mudança de rumo na estratégia dos organismos internacionais como veremos na análise do documento do BM de 1999.

Estratégias para o Setor Educacional: o documento de 1999 e uma mudança no discurso

A primeira característica do documento de 1999 que nos salta aos olhos é a análise não tão centrada com a relação custo/benefício, presente nos estudos do BM em toda a década de 1990, passando a uma visão mercantil e comercial. Neste momento o que nos parece mais importante para o Banco Mundial é fazer com que os governos se adêquem ao discurso da “sociedade do conhecimento”, se referindo à educação como fator primordial para o desenvolvimento e a competitividade das nações no mundo dito “globalizado”. A educação superior é posta como fator importante de “alívio da pobreza” e torna-se importante instrumento de coesão social.

“A educação determinará quem tem as chaves dos tesouros que o mundo pode fornecer. Isso é particularmente importante para os mais pobres, que têm que confiar no seu capital humano como o principal, se não o único, meio para escapar da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 1999, p.1, tradução nossa)

Cabe um parêntese para ressaltarmos uma constatação de que o conceito “pobreza”¹⁶ assumiu centralidade nos documentos de formulação de políticas públicas para os países do capitalismo periférico. Segundo Ugá:

“...o que poderia ser visto como uma mudança de política – de uma política apenas voltada para o ajuste fiscal, para uma política mais ‘social’ (por meio de um ‘combate a pobreza’) – faça parte da própria lógica do marco teórico do neoliberalismo: políticas focalizadas e compensatórias voltadas para os ‘pobres’.” (UGÁ, 2004; p.55)

A preocupação do BM com o “alívio da pobreza” vem da necessidade do neoliberalismo tratar as conseqüências negativas do duro ajuste estrutural que o capitalismo optou por aplicar nos países periféricos¹⁷, gerando aumento da informalidade no trabalho e do desemprego. Portanto a “pobreza”, definida pelo BM com “a incapacidade de atingir um nível de vida mínimo” (UGÁ, 2004; p. 58), só pode ser aliviada através de políticas focalizadas e compensatórias, visando aumentar a capacidade de consumo desses indivíduos (programas de complementação de renda) e superando a “incapacidade” desses indivíduos através da abertura de oportunidades econômicas (aumento do capital humano¹⁸) e da prestação de serviços sociais mínimos (saúde e educação).

Neste documento de 1999, percebemos que o BM redireciona seu foco para o ensino superior, reconhecendo sua importância, porém defendendo outra linha de financiamento e outra estrutura para a oferta desse nível de ensino. A partir de então o Banco passa a incentivar os investimentos do setor público na expansão do ensino superior associado a ampliação do setor privado, através da transferência de recursos públicos para o setor privado via créditos educativos (*vouchers*), baseando sua argumentação principalmente no direito de “escolha dos indivíduos” e em “preços mais acessíveis”. Nota-se uma clara intenção do BM em abrir os mercados do setor educacional para a exploração do capital privado, transformando o ensino superior em mercadoria, transferindo a maior parte dos custos para as famílias dos estudantes.

Além de defender a diversificação de instituições, o BM deixa claro que as instituições de ensino caracterizadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

¹⁶ Para um maior aprofundamento sobre a categoria “alívio da pobreza” nos moldes utilizados pelo Banco Mundial, consultar UGÁ (2004) e (2008).

¹⁷ Para aprofundar análise sobre ajuste estrutural ver CHOSSUDOVSKY (1999).

¹⁸ A teoria do Capital Humano afirma que a diferença de rendas entre os indivíduos é diretamente relacionada ao nível de investimento que o próprio indivíduo faz em si mesmo (principalmente através da educação). Segundo esta teoria o principal bem dos pobres é o tempo para trabalhar; ao educar-se o indivíduo aumenta a produtividade do seu trabalho, conseguindo assim melhores salários no competitivo mercado de trabalho.

extensão, não devem mais ser o predominante. Poucas universidades devem se dedicar a pesquisa e atender exclusivamente à elite intelectual do país, relegando aos trabalhadores as instituições que enfoquem apenas o ensino. As primeiras seriam financiadas prioritariamente com verbas públicas, já as segundas caberiam ao setor privado.

Neste caso o objetivo que se deixa transparecer é o de controlar com maior facilidade o cotidiano das salas de aulas, padronizando os conteúdos através de currículos e avaliações, engessando a pesquisa nacional, tornando países como o Brasil, ainda mais dependentes tecnologicamente dos países centrais, e conseqüentemente os forçando a consumir pacotes educacionais e tecnológicos produzidos por esses países.

Segundo o documento de 1999, os “países pobres” devem desenvolver pesquisas apenas em áreas onde possuem alguma vantagem comparativa, e dessa forma jamais atingirão patamares de tecnologia de ponta, garantindo aos países do capitalismo central a vantagem nas relações comerciais, na medida em que estes produzem mercadorias com um valor agregado infinitamente superior às mercadorias oferecidas pelos países periféricos, em geral produtos agropecuários, ou no máximo agroindustrializados.

E mais uma vez as aparecem previsões para os “países pobres” que se negarem a seguir tais recomendações, classificados pelo Banco como antiquados.

“As escolhas que os países fazem agora, terão reflexos a longo prazo. Os que responderem rapidamente farão progresso, os que não, se arriscam a ficar para trás. As disparidades educacionais entre os países já são grandes - muitos ainda estão lutando para fornecer livros básicos, quadro-negro e prédios escolares, enquanto outros estão adotando rapidamente novas tecnologias de informação e de educação.” (BANCO MUNDIAL, 1999, p. vi, tradução nossa)

Pode-se encontrar também neste documento de 1999 uma tendência à implantação em massa do ensino à distância, tanto como forma de treinamento (não formação) de professores em serviço, quanto como instrumento de massificação do ensino superior a baixo custo.

Percebe-se outra tendência neste documento, quando se refere à educação em passos graduais, onde segundo o BM, os “países pobres” devem primeiro universalizar a educação básica (leia-se ensino fundamental), para depois sim investir nos níveis seguintes, sob a alegação de que não há tempo nem recursos financeiros disponíveis para atender a todos os níveis concomitantemente. O investimento na educação básica está entre as mínimas concessões feitas aos países periféricos, limitados aos poucos recursos

disponíveis a estes, a fim de garantir a coesão social em torno das reformas estruturais elaboradas pelo organismos internacionais e implantadas pelas burguesias locais. Como resultado, os países do capitalismo periférico jamais poderão atingir recursos tecnológicos próprios ou desenvolver C&T, assim como recursos materiais e intelectuais relacionados com seu ambiente social, cultural, geográfico, religioso, étnico e político. A capacidade local para proposições e criação de instrumentos educacionais fica de maneira muito severa comprometida, colaborando para uma uniformidade que agrava a dependência externa.

Portanto, resumidamente o que vemos neste documento de 1999 é a preocupação do BM em garantir a mercantilização e a padronização do conhecimento, a fim de transformá-lo em produto negociável em qualquer parte do mundo, abrindo novos mercados para os investidores internacionais interessados em se apropriar dos lucros gerados por mais esta frente capitalista.

Documento de 2003: “Sociedade do conhecimento e educação terciária”

O documento de 2003 do BM intitulado “Construir Sociedades do Conhecimento: Novos Desafios para a Educação Terciária”¹⁹ visa disseminar as idéias do Banco referentes a importância da formação pós-média para o desenvolvimento econômico dos países do capitalismo periférico e como o melhoramento da educação “terciária” pode contribuir para a estratégia global do Banco de “redução da pobreza”, cumprindo as metas de desenvolvimento das Nações Unidas (ONU) para o milênio. Devemos, sempre destacar que tal importância propalada pelo BM refere-se à educação nos moldes do capital, sempre destacando a relevância de um processo de aprendizagem continuada e da construção da “sociedade do conhecimento”, conforme passagem abaixo:

“No marco atual do processo de aprendizagem continuada, a educação terciária brinda não só as destrezas de alto nível que exigem os diversos mercados de trabalho, como também o aperfeiçoamento de professores, médicos, enfermeiras, funcionários públicos, engenheiros, humanistas, empresários, cientistas, sociólogos e especialistas dos diferentes campos do saber.” (BANCO MUNDIAL, 2003; p.ix, tradução nossa)

¹⁹ O Banco Mundial utiliza a definição de Educação Terciária criada pela OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) como sendo o nível de estudos após o ensino médio.

A partir de então o BM desloca o eixo da educação superior para a educação terciária, sendo esta definida por tudo aquilo que possa vir depois do ensino médio. Este novo padrão de ensino pós-médio terá que se estabelecer de diversas maneiras e apresentase como “uma “alternativa realista” capaz de massificar à graduação e, cada vez mais, a pós-graduação” (LEHER e BARRETO, 2008; p. 433). Diversas modalidades de cursos pós-médios deveriam ser implantados, desde universidades virtuais para ministrar o ensino a distância até a reforma curricular para a criação de cursos aligeirados. A presença empresarial é vista como muito importante para criar um ambiente favorável ao mercado, porém a chancela estatal também torna-se imprescindível a fim de marcar tais iniciativas com um “selo de qualidade” (LEHER e BARRETO, 2008).

A formação aligeirada a fim de massificar a educação terciária proposta pelo BM, seria implementada através da criação de ciclos básicos, nos moldes dos *community colleges* – cursos genéricos de dois ou três anos, podendo ou não ser vocacionais, seguida de uma segunda etapa que seria reservada apenas para os especialmente talentosos, de natureza profissionalizante. Dependendo do “talento”, o estudante pode cursar mais um ano e licenciar-se para o magistério, nos moldes das chamadas licenciaturas curtas. Estudantes especialmente talentosos poderiam cursar as carreiras mais prestigiosas, de quatro ou cinco anos adicionais, ou mesmo dirigir-se à pós-graduação *stricto sensu*.

O Banco continua e destaca a importância das universidades neste processo de aprendizagem continuada e de produção do conhecimento para o desenvolvimento capitalista, porém amplia a concepção de diversificação das instituições de ensino superior, ressaltando a importância das escolas técnicas, dos laboratórios de pesquisas, dos *community colleges*, dos centros de excelência, dos centros de educação à distância, entre outros.

O documento de 1994 é citado como tendo sido um marco importante para o Banco, tendo servido de parâmetro para a definição de políticas e como referência para a participação contínua do BM nas políticas de educação superior, tornando-as, no seu modo de ver, mais eficiente, pertinente, transparente e receptiva. Entretanto destaca que algumas alterações no mundo do capital, o fizeram rever algumas posições referentes à maneira de encaminhar as políticas de educação superior:

“Desde a publicação do estudo em 1994, o conhecimento se converteu, mais que nunca, em um fator primário de produção em todo o espectro da economia mundial. As recentes transformações que se tem produzido no

... mundo e na educação terciária tem feito reexaminar as políticas e hipóteses para divulgar o trabalho realizado em um setor que atravessa uma contínua e acelerada transformação. Sem dúvidas, a velocidade da mudança e da inovação tem se intensificado de maneira notória. Assim como o ciclo de desenvolvimento dos produtos tem se reduzido, os serviços representam hoje uma parcela muito maior da produção econômica mundial, a potência e a capacidade dos computadores continuam crescendo a medida que seus preços baixam, os custos de transmissão de dados diminuem e a tecnologia da comunicação se expande, especialmente nos países em desenvolvimento. A educação terciária e, em, particular, seu papel na capacitação, na pesquisa e na informação, é um fator vital para que os países possam se adaptar as mudanças de longo prazo.” (BANCO MUNDIAL, 2003; p. x, tradução nossa)

A discussão segue afirmando o caráter “atrasado” das universidades dos “países em desenvolvimento e em transição”²⁰, que devem se adaptar as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC’s), mudando seus modos de “operação e prestação de serviços”.

Diante da necessidade de expansão do ensino pós-médio, o BM aponta que esta deve acontecer com financiamento sustentável, reduzindo as desigualdades de acesso e garantindo resultados adequados à “sociedade da informação”.

O Banco reafirma a preocupação com o desenvolvimento econômico e com a “redução da pobreza”, e aponta algumas novas tendências as quais os países periféricos devem dar ênfase especial:

- O conhecimento como principal motor do desenvolvimento econômico;
- A aparição de novos provedores de educação (educação sem fronteiras);
- A mudança nos padrões da educação dita terciária devido às novas tecnologias;
- A aparição das forças do “mercado educacional”, concebido como um mercado global do capital humano;
- O aumento na procura dos países periféricos por apoio financeiro e técnico do BM;
- A visão equilibrada e integral da educação para a criação do capital humano como “bem público global”.

Entre os objetivos do documento, destaca o fato do Banco outorgar ao Estado a responsabilidade de estabelecer um marco favorável que impulse as “instituições de educação terciária” a serem mais “inovadoras” e a responder melhor as necessidades de uma

economia do conhecimento globalmente competitiva, assim como as novas exigências do mercado de trabalho, ou seja, o Estado deve ser o responsável por criar instrumentos legais e institucionais, a fim de favorecer os interesses do capital, através de uma conformação da força de trabalho às necessidades da economia.

“As instituições de educação terciária são coerentes com as estratégias de crescimento econômico baseado no conhecimento, assim como de redução da pobreza, já que contribuem para: a) capacitar força de trabalho qualificada e adaptável, de alto nível, que inclui cientistas, profissionais, técnicos, professores da educação básica e secundária e futuros dirigentes governamentais, empresariais e da sociedade civil; b) gerar novos conhecimentos; e c) construir a capacidade de chegar ao conhecimento global e adaptá-lo ao uso local. As instituições de educação terciária são únicas enquanto a sua capacidade de integrar e criar sinergia entre as três dimensões citadas.” (BANCO MUNDIAL, 2003; p xx, tradução nossa)

Segundo o BM, as inovações tecnológicas e a difusão das inovações científicas, inclusive a pesquisa de base, servem apenas para aumentar a produtividade da economia, ou seja, o fortalecimento das habilidades dos trabalhadores é insumo para o aumento qualitativo da força de trabalho desde que permita o referido aumento de produtividade. E o Banco continua seu discurso afirmando que além das vantagens econômicas, a “educação terciária” colabora para uma maior coesão social, contribuindo para um “diálogo aberto e democrático”, valorizando a diversidade em termos de gênero, étnica, religiosa e social.

O Estado deve promover a “equidade” entre os indivíduos, evitando que parcela da população que possui “méritos acadêmicos suficientes” seja impedida de ingressar na educação terciária por desvantagem econômica. Para tal o Estado deve fornecer meios de financiamento estudantil para que estas pessoas “excluídas” do processo tornem-se capazes de ingressar neste nível de ensino pós-médio.

Outro importante papel da “educação terciária”, segundo o BM, é a formação de professores e diretores escolares para uma maior capacidade na “elaboração de currículos”, na “pesquisa sobre ensino e aprendizagem” na “gestão econômica dos recursos” para a educação básica. Neste momento o BM revela a sua preocupação com a formação dos quadros de professores da educação básica, a fim de disseminar as idéias deste organismo, perpetuando o projeto de dominação burguesa sobre os países periféricos através da conformação dos docentes, formadores de opinião e responsáveis pela formação dos futuros trabalhadores do país, naturalizando as práticas educacionais defendidas pelos países centrais.

²⁰ O Banco Mundial usa tal denominação para se referir aos antigos países comunistas.

O documento chega ao absurdo de recomendar que as normas para a criação de novas instituições e novos cursos devem ser “flexibilizadas e restringir-se a requisitos mínimos, a fim de não se gerar barreiras de acesso ao mercado” (BANCO MUNDIAL; 2003; p xxv, tradução nossa).

Deverá também, segundo o documento do Banco, haver uma ampliação da diversificação no financiamento das instituições públicas, gerando novas formas de captação de recursos que não seja apenas o fundo público, mas também recursos provenientes das famílias dos estudantes (cobrança de mensalidades), de ativos institucionais (cursos pagos e consultorias a empresas) e de doações de empresas privadas (sempre com algum interesse econômico).

Podemos seguir enumerando características deste documento de 2003, dentre elas as previsões para àquele país que não seguir as diretrizes apontadas pelo banco. Segundo o informe, os países que não fizerem os investimentos suficientes na “educação terciária” nos moldes do BM sofrerão com a diminuição da capacidade de competir com eficiência nas economias regional e global, com o aumento das desigualdades econômicas e sociais, com a diminuição da qualidade de vida e com a deterioração da saúde e da expectativa de vida, provocando um aumento dos gastos sociais do governo com programas de bem estar social, além de uma debilidade da coesão social. E continua:

“não se pode conseguir uma transformação e um crescimento sustentável nos diversos campos da economia se não existe um sistema de educação terciária inovador que contribua para construir uma capacidade de absorção necessária para que o investimento do setor privado e o recurso dos contribuintes produzam um impacto produtivo e duradouro” (BANCO MUNDIAL, 2003; p. xxiv, tradução nossa)

E ainda propala que, aliado à recomendação de associação ao capital privado, deverá haver uma “distribuição de forma mais equilibrada” dos recursos e que o investimento nos três subsectores da educação siga uma “sequência adequada ao nível de desenvolvimento educativo, ao padrão de crescimento econômico e à situação fiscal do país”, ou seja, para os países centrais haverá um padrão educacional e para os países periféricos outro, muito provavelmente de acordo com sua realidade econômica. Além disso, ressalta que os países periféricos aplicam de maneira ineficiente seus recursos na educação terciária, citando o exemplo dos subsídios estudantis (moradia e alimentação) como sendo gastos que poderiam estar sendo “melhor direcionados” se fossem aplicados em equipamentos, materiais

pedagógicos e recursos bibliotecários. Chama a atenção o fato de o BM não citar o fator remuneração dos recursos humanos como importante na qualidade do ensino.

No ponto de vista do BM, o simples fato de direcionar vultosas quantias para a ciência e tecnologia, não significa que necessariamente se conseguirá bons resultados econômicos, e cita o caso de países como o Brasil, a Índia e os países do antigo bloco soviético como exemplos de ineficiência por não possuírem “um sistema completo de instituições e práticas conhecido como sistema nacional de inovações” (BANCO MUNDIAL, 2003; p. 28, tradução nossa), ou seja, um sistema de C&T voltado exclusivamente para atender aos interesses do capital²¹.

Por fim podemos identificar as diretrizes básicas do Banco Mundial em relação aos países periféricos, sempre salientando que a estabilidade econômica e política são fundamentais para as ações do capital internacional que deseja se estabelecer nesses países, baseados nas reformas educacionais que devem ser promovidas por estes governos nos moldes defendidos pelo Banco, como facilmente poderemos constatar no caso brasileiro:

- Introduzir currículos mais flexíveis e menos especializados;
- Promover programas e cursos de curta duração;
- Criar um marco regulatório adaptável;
- Estabelecer sistemas de financiamento público que ajudem as instituições privadas e públicas a responder as demandas do mercado;
- Melhorar o acesso através de financiamento estudantil para instituições privadas;
- Buscar participação externa na gestão dos assuntos públicos;
- Profissionalizar a gestão universitária;
- Ampliar a oferta de cursos à distância;
- Criar cursos com base da demanda;
- Incluir formação permanente ao pessoal docente e diretivo no sentido de uma gestão empresarial nas instituições de ensino superior públicas;
- Combinar instituições públicas e privadas a fim de minimizar os custos;

²¹ O sistema de C&T passa a ser CT&I, onde a inovação passa a ter importância relevante para o desenvolvimento industrial. Para aprofundar ver OLIVEIRA (2002).

- Investir em pesquisa em algumas áreas selecionadas, onde haja alguma vantagem comparativa para o desenvolvimento econômico do país.

Portanto, não é difícil identificar cada uma dessas diretrizes do capital internacional para o sistema educacional superior dos países da periferia do capitalismo, em especial no caso brasileiro como veremos nas seções 2.2 e 2.3, porém é importante entendermos que não se trata de imposição do BM, mas sim do compartilhamento de interesses, das concepções de educação e de universidade que parte tanto de fora para dentro, quanto de dentro para fora do país.

Destas análises podemos concluir que os organismos internacionais, financiados e com sede nos países do capitalismo central são os instrumentos que essas potências utilizam de forma freqüente para ditar as diretrizes a serem adotadas pelos países do capitalismo dependente²². Essas instituições ditas multilaterais, impõem metas e políticas a serem implementadas e atingidas pelos países periféricos, para que esses tenham acesso a empréstimos e financiamentos para desenvolver o projeto de dominação de sua burguesia local, associada a burguesia internacional.

Segundo nos mostra Harvey (2003), o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva, porém as informações precisas e atualizadas são, também agora, uma mercadoria muito valorizada, o acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados tornaram-se essenciais. O conhecimento da última técnica implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O saber passa a ser uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais. Assim, universidades e institutos de pesquisas competem vorazmente.

Devido à crise atual do capitalismo, a busca por novas áreas de exploração é incessante, e o campo educacional surge como um grande filão para investimentos do capital internacional, principalmente nos países do capitalismo periférico. E a burguesia já identificou essa como uma grande oportunidade de ampliação de suas taxas de lucros, que vem sofrendo queda acentuada nas últimas décadas, como nos aponta Harvey (2004):

“Como a expansão geográfica com freqüência envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção

²² Para uma análise mais aprofundada ver Lima (2007; p. 51-76), Leher (2004) e Siqueira (2000) e (2004).

e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo.” (HARVEY, 2004)

Para tal, os organismos internacionais apontam o baixo nível de escolaridade nos países periféricos como sendo a causa destes não conseguirem uma devida inserção na “nova ordem mundial” globalizada. Para atingir tais objetivos recomendam uma educação voltada para atender os interesses dos setores produtivos do capital.

Essa ampliação do acesso à educação superior deve se voltar, segundo estes organismos, para a “população mais pobre”, sob uma diversificação maior das instituições de ensino superior²³ e dos cursos de graduação, e ainda com formas alternativas de captação de recursos externos.

Cabe destacar que essa expansão do ensino superior se daria de duas formas que se completam: através da ampliação da rede privada, com o oferecimento de vagas a população mais pobre através de subsídios governamentais (PROUNI²⁴, FIES²⁵) e também da privatização “por dentro” das IFES (cursos autofinanciáveis, fundações de apoio institucional, REUNI, UAB²⁶) como poderemos verificar nas próximas seções.

Harvey (2003) nos revela o caráter importante desempenhado pela educação superior no projeto burguês, como vemos a seguir:

“A produção de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo).” (HARVEY, 2003; p. 151)

Outro aspecto que surge como pilar na estratégia dos organismos internacionais do capital é a utilização em larga escala dos recursos tecnológicos para promover a ampliação do acesso através de cursos à distância, a fim de superar o “analfabetismo tecnológico” e o

²³ Segundo o Banco Mundial, o “modelo único” adotado para a educação superior no Brasil – o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão - é muito caro, anacrônico e obsoleto (Banco Mundial, 1994).

²⁴ O Prouni é o Programa Universidade para Todos criado pelo Governo Federal através da Lei nº 11.096 de 13/05/2005, que estabelece incentivos fiscais para instituições de ensino superior privadas que oferecerem vagas a estudantes aprovados no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos.

²⁵ FIES é o Fundo de Financiamento Estudantil instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 10.260 de 12/07/2001 que estabelece o financiamento de cursos de superiores não gratuitos e com avaliação positiva por parte do MEC, através da Caixa Econômica Federal.

²⁶ Universidade Aberta do Brasil - UAB, é um sistema implantado pelo governo Federal através do Decreto nº 5800 de 08 de junho de 2006, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de

chamado “desemprego tecnológico”. Essa recomendação na verdade, acaba por criar mais uma frente para o investimento externo da burguesia dos países centrais, pois abre a possibilidade de venda de pacotes educacionais tecnológicos, na maioria dos casos, vindos desses países, assim como a utilização de equipamentos e mídias desenvolvidos por estes mesmos países, o que acarretará numa maior dependência tecnológica, controle da formação e controle do conhecimento.

Esse processo descrito acima, de ampliação do acesso ao ensino superior omite os reais objetivos do capital internacional, que, ao analisarmos o REUNI como importante referência deste processo ficará claro o aligeiramento da formação acadêmica voltada para as áreas ditas “produtivas” e a certificação em larga escala, com vistas a coesão social.

Para finalizarmos esta seção é importante frisar que este movimento de mão dupla entre os organismos internacionais do capital e as parcelas burguesas que dominam e governam os países periféricos é contínuo e incessante, apresentando desdobramentos ininterruptamente. Para efeito de análise neste trabalho, nos detemos em alguns dos mais importantes documentos do Banco Mundial publicados até 2003, mas vale ressaltar que outros organismos internacionais, como a UNESCO e o FMI, participam deste processo e que hoje se destaca neste papel o Acordo de Bolonha²⁷, firmado em 1999 entre os Ministros da Educação de diversos países europeus a fim de padronizar o modelo de educação superior europeu, principalmente através da formação em ciclos, e que hoje ganhou força em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

2.2 – A contra-reforma do Estado e da educação superior em FHC

Cabe aqui destacarmos que a crise e a conseqüente reestruturação das funções do Estado e da educação superior, não é exclusividade dos países periféricos, mas está presente na maioria dos países do mundo, diretamente vinculada às mudanças nas bases

expandir e interiorizar a oferta de cursos, oferecendo, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

²⁷ Tal processo propôs e vem estabelecendo uma padronização quanto à duração dos cursos superiores, organizando-os em três ciclos, com as seguintes durações: 1º ciclo, com até 3 anos, correspondente à graduação; 2º ciclo, com 2 anos, chamado de mestrado e o 3º ciclo, com 3 anos, sendo o doutorado. Em todos esses ciclos deveria haver um sistema de créditos transferíveis, acreditação/revalidação de títulos por agências nacionais, agências de certificação de qualidade, mas de preferência rumo a uma agência supranacional, européia e quiçá mundial, baseadas na avaliação de competências, definidas no sistema europeu de *standards* e *guidelines*- diretrizes; revalidação de títulos, mobilidade estudantil, etc. Bolonha também institucionalizou de cobrança de mensalidades/anuidades em todos os ciclos, mesmo em estabelecimentos oficiais onde não existia. Para aprofundar ver ROSA (sem data).

econômicas do capitalismo constatadas na década de 1970 como definem Sguissardi e Silva Junior:

“A crise do Estado atual definir-se-ia como crise fiscal, de esgotamento da estratégia estatizante e de intervenção (Estado de bem-estar social, nos países desenvolvidos; substituição de importações, no terceiro mundo; estatismo, nos países comunistas) e de superação da forma burocrática de sua administração.” (SGUISSARDI e SILVA JR, 2001; p. 39)

No Brasil, faz-se necessário entendermos as ações desencadeadas pelo governo FHC através do então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, mentor intelectual da contra-reforma do Estado no caso brasileiro, principalmente através de uma análise detalhada do documento publicado pelo MARE com assinatura do então Ministro, defendendo o projeto de sociabilidade elaborado e difundido pelos organismos internacionais do capital e sustentando sua aplicabilidade no Brasil.

A contra-reforma do Estado em FHC

Ao analisarmos o caso brasileiro, torna-se notório o quanto o governo FHC mostrou-se alinhado com as recomendações desses organismos internacionais. No ano de 1997, o recém criado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado tendo a frente Bresser Pereira, publica o documento “A Contra-Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle”, que ao ser analisado, faz-se perceber as diretrizes do Banco Mundial.

O primeiro trecho que chama a atenção é a afirmação de que a crise do capitalismo que se iniciou nos anos de 1970, já amplamente discutida no primeiro capítulo deste trabalho, não era uma crise do capitalismo, mas sim uma crise do Estado como podemos ver no trecho destacado a seguir:

“A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo.” (MARE, 1997; p. 7)

Bresser continua, se dizendo contra a implantação de um Estado mínimo, como propalava a “ideologia liberal”, porém ressalta que o Estado precisava encolher

consideravelmente, ou seja, o papel do Estado deveria ser redefinido como regulador, aumentando sua capacidade de governança²⁸ e governabilidade²⁹. Portanto, segundo ele, “o objetivo não é enfraquecer o Estado e sim fortalecê-lo.” (MARE, 1997; p. 8)

Sguissardi e Silva Junior (2001) nos confirmam que Bresser se apegava a necessidade de uma reforma do Estado baseada na “modernização” e na “eficiência” dos serviços públicos.

“A chamada *modernização* ou o *aumento de eficiência* da administração pública será, para o Ministro [Bresser Pereira], resultado de um complexo projeto de reforma, que vise a um só tempo o fortalecimento da administração pública direta – *núcleo estratégico do Estado*- e a descentralização da administração pública com a implantação de *agências executivas* e de *organizações sociais* controladas por contratos de gestão.” (SGUISSARDI e SILVA JR., 2001; p. 28)

Assim como os documentos do BM, o documento do MARE também anuncia a crise do capitalismo como uma crise gerencial do Estado e afirma que este tentou ignorar durante muito tempo a “distinção entre ele próprio e a sociedade civil, tentando substituir o mercado ao invés de complementá-lo.” (MARE, 1997; p. 10)

Adiante, Bresser tenta eximir de culpa o sistema capitalista em vigor, dizendo que esta crise que se iniciou na década de 1970 não é uma crise de demanda ou de superprodução como foi a dos anos 30 do século XX. Para ele existem dois tipos de crises que afetam o sistema: as crises de mercado, como a que Keynes descreveu na década de 1930, e as crises do Estado, como ele acredita se tratar a iniciada na década de 1970. Portanto, Bresser acredita que o Estado intervencionista passa a ser um obstáculo ao desenvolvimento capitalista.

Alguns aspectos vão ser apresentados pelo governo FHC como sendo imprescindíveis para uma resposta adequada à “crise do Estado”, a começar pela necessidade de um ajustamento fiscal duradouro e de reformas econômicas voltadas para o mercado e para a competitividade internacional.

Mais uma vez o governo FHC se alinha com o pensamento do Banco Mundial que disseminava idéias a fim de destruir o estado de bem-estar (Welfare State) que ainda vigorava nos países europeus e privatizar todo o aparato estatal construído a muito custo

²⁸ Governança é a capacidade administrativa e financeira que um governo precisa para transformar em realidade as decisões que toma.

²⁹ Governabilidade é a capacidade política de governar, ou seja, deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade.

pelos países da periferia do capitalismo, desregulamentando mercados e abrindo as fronteiras nacionais para o livre trânsito de capitais internacionais.

Bresser Pereira responsabiliza a Constituição de 1988 por ser o arcabouço jurídico que agrava a crise do Estado, condenando quase tudo que nela estava contido, em especial a criação do RJU (Regime jurídico Único) dos servidores públicos federais. Para Bresser, segundo Sguissardi e Silva Junior (2001; p. 30) “...a Constituição de [19]88, tentando voltar aos anos [19]50, teria voltado aos anos [19]30, tal o arcaísmo que via nas soluções constitucionais encontradas” e que o Estado deveria buscar “novas formas de intervenção mais leves”.

O documento do MARE apresenta como solução para a crise, a modernização do Estado, que passaria a ser um Estado gerencial, em contraponto ao Estado liberal, que já não daria conta de atender a todos os “cidadãos-clientes” do grande “Estado social do século vinte”.

Outro ponto extremamente interessante no documento do MARE é a classificação da esquerda como “arcaica e populista”, além de “paralisada” por um diagnóstico errôneo de que a crise era causada pelo imperialismo e pela “globalização”.

E o que mais nos chama a atenção é a tentativa do MARE em se excluir do ideário neoliberal, se referindo a este como se fosse algo infinitamente distante daquilo que prega no documento, como podemos ver a seguir:

“A direita neoliberal, por sua vez, que criticara desde os anos 30 o crescimento do Estado mas não tinha audiência, agora ganhou adeptos, e assumiu uma atitude triunfante. Entendeu que estas reformas orientadas para o mercado, que apoiou e ajudou a formular, trariam automaticamente o desenvolvimento de volta, desde que estivessem firmemente direcionadas para o objetivo do Estado mínimo e do pleno controle da economia pelo mercado. Em decorrência era necessário privatizar, liberalizar, desregular, flexibilizar os mercados de trabalho, mas fazê-lo de forma radical, já que para o neoliberal o Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos, devendo, portanto, desvencilhar-se de todas as suas funções de intervenção no plano econômico e social. Sua política macroeconômica deveria ser neutra, tendo como único objetivo o déficit público zero e controle do aumento da quantidade de moeda para que esta cresça de forma constante à mesma taxa do crescimento natural do PIB; sua política industrial, nenhuma, e sua política social, na versão mais pura do neoliberalismo, também nenhuma, dados os efeitos inesperados e perversos que as políticas sociais teriam.” (MARE, 1997; p. 16)

Basta analisarmos o que ocorreu nos dois mandatos do governo FHC para observarmos que o exposto acima fez parte de suas ações mais importantes, como a

reconfiguração das condições de trabalho e de carreira do funcionalismo público, o sucateamento da máquina pública e o dismantelamento do aparato estatal através de nebulosas privatizações, a política fiscal rígida baseada, sobretudo no superávit primário, a abertura dos mercados às grandes empresas multinacionais, a desregulamentação do mercado de trabalho e do mercado financeiro e a ausência quase que total de políticas sociais para além da focalização. Houve a dilapidação do patrimônio público, a desvalorização dos servidores com achatamento salarial e perda de direitos, o abandono de áreas como a saúde e a educação e a ênfase em áreas gerenciais como fiscalização, diplomacia e agências reguladoras. Segundo Boito Junior:

“A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. (...) a ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas” (BOITO JR, 1999; p. 23).

Para esse Estado gerencial, tarefas como as descritas no parágrafo anterior como sendo de interesses social e científico, deveriam ser desempenhadas por organizações de caráter público, porém não estatal.

A partir deste momento, o documento do MARE reforça o conceito de público não estatal, onde as organizações podem ter caráter público, no sentido de servirem ao interesse público, porém sem serem geridas pelo Estado. E ainda apresenta o conceito de “publicização”, que se diferencia do de privatização, pois continua a contar com fortes subsídios do Estado e com doações da “sociedade civil”. O que o documento não explica é o fato de que, apesar de estarem em áreas de interesse público, essas empresas que as administram e que obtém lucros com sua operação, são privadas e representam os interesses dos grandes capitalistas.

A educação, principalmente a de nível superior, é uma dessas áreas onde a contra-reforma do Estado estabelece que o governo deva se retirar para que a iniciativa privada possa assumir de maneira mais eficiente. Esses recursos destinados as universidades públicas deveriam ser redirecionados para a educação básica, a fim de ampliar a massa populacional a ser atingida. Cabe ressaltar que esta é exatamente a mesma visão dos organismos internacionais, conforme já mencionamos anteriormente e veremos mais adiante em detalhes.

“No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica (...) Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado – seria difícil garantir educação fundamental gratuita ou saúde gratuita de forma universal contando com a caridade pública - sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados.” (MARE, 1997; p. 25)

O governo FHC incentiva a criação de entidades a partir da “sociedade civil” (ONG’s) e de dentro do próprio governo, como as fundações de apoio às universidades, que são pessoas jurídicas de caráter privado que tem como objetivo arrecadar recursos privados e públicos para fomentar projetos de caráter científico com interesses também privados, dentro do espaço público das universidades federais.

O quadro apresentado pelo referido documento sintetiza bem o pensamento neoliberal para as atividades do Estado:

	Atividades Exclusivas de Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços para o Mercado
Atividades Principais	Estado enquanto Pessoal	Entidades Públicas Não Estatais	Empresas Privatizadas
Atividades Auxiliares	Empresas Terceirizadas	Empresas Terceirizadas	Empresas Terceirizadas

Fonte:BRASIL/MARE (1995).

O mais importante para nós neste momento é entendermos que a contra-reforma, em especial a contra-reforma da educação superior, têm sua base de fundamentação teórica e prática na ideologia neoliberal que começou a predominar no Brasil na década de 1990.

A partir de então, o que houve foi a “delimitação das funções típicas do Estado”, reduzindo seu tamanho, em termos principalmente de pessoal, por meio de programas de privatização e terceirização, mas, especialmente, por meio daquilo que se pode chamar de ‘publicização’ dos serviços sociais e científicos que o Estado ainda presta. Substituiu-se o conceito de direito social, pelo de “serviço sociais e científicos”, com o

entendimento de que os investimentos na infra-estrutura e na execução desses serviços não seriam mais obrigações exclusivas do Estado.

Encontravam-se entre esses “serviços sociais e científicos”: escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais. Atividades que são direitos sociais, mas que passaram a ser consideradas atividades de “constituição de quase mercados”, segundo o MARE.

Num primeiro momento, as funções do Estado brasileiro foram classificadas em duas esferas fundamentais: “um núcleo burocrático” voltado para as funções exclusivas do Estado, composto pelos Poderes Legislativo e Judiciário, e pelas Forças Armadas, Polícia, Tesouro, diplomacia e arrecadação de impostos; e um “setor de serviços sociais e de obras de infraestrutura”, que faria parte do Estado, mas não seria governo, e que seria responsável pela educação, pesquisa, saúde pública, cultura, seguridade social.

Posteriormente, aprofunda essa divisão em quatro grupos distintos dentro do Estado brasileiro conforme passagem de Bresser Pereira (1996) citada por Sguissardi e Silva Junior (2001)

“A proposta de reforma do aparelho do Estado parte da existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas de Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. (...) Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los voluntariamente em organizações sociais, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem a autorização do parlamento para participar do orçamento público.” (p. 31-32)

A grande meta da contra-reforma do Estado, era a flexibilização e a consequente descentralização dos serviços sociais, baseada especialmente nas chamadas “organizações sociais”³⁰ que teriam autonomia financeira e administrativa e que receberiam do Estado apenas seus bens e seus funcionários. Seriam, segundo Bresser, um contraponto ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo que impera na administração pública brasileira.

O MARE defendia a necessidade de uma reforma previdenciária, principalmente em relação ao funcionalismo público, a fim de consolidar a diminuição de

³⁰ Organizações sociais seriam organizações públicas não-estatais (fundações de direito privado) que tem autorização legal para celebrar contratos de gestão com o poder executivo, e assim fazer parte do orçamento público.

custos com aposentadorias e uma maior isonomia com o setor privado, porém sem ter conseguido completo êxito neste aspecto por grande pressão da oposição no Congresso Nacional. Seu objetivo seria impedir aposentadorias antes dos 60 anos de idade, fazer com que os proventos fossem proporcionais ao tempo de contribuição, eliminar as aposentadorias especiais e desvincular os reajustes dos proventos dos salários dos trabalhadores da ativa. A emenda constitucional nº 20, consegue parcialmente tais objetivos, como o aumento da idade mínima para aposentadoria e a transformação do critério de efetivo exercício para o de tempo de contribuição, conforme passagem reproduzida abaixo. Mais adiante veremos que diversos destes objetivos foram atingidos logo no início do primeiro mandato de Lula da Silva.

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Segundo o MARE, a legislação deveria permitir a coexistência de mais de um regime jurídico dentro do Estado, mantendo o RJU e a estabilidade apenas para as carreiras do núcleo burocrático do Estado, prevendo o regime celetista e a possibilidade de dispensa por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros para os demais funcionários das diversas áreas.

As contra-reformas, promovidas ao longo dos doze anos que se seguiram às primeiras investidas efetivadas pelo governo Collor³¹, transformaram a estrutura da organização do Estado brasileiro, dividindo-a na prática em três grandes blocos. O primeiro ficou caracterizado como o bloco das ‘funções típicas de Estado’, que se resumem à segurança nacional e interna (forças armadas e de repressão), à emissão de moeda (Banco Central, Casa da Moeda), ao corpo diplomático (Itamarati) e à fiscalização/arrecadação (Receita Federal, IBAMA, agências reguladoras).

Em um segundo bloco foram agregadas as instituições das áreas de saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia. O objetivo era transformar todos os órgãos públicos desse bloco (hospitais, museus, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa) em “organizações sociais” ou em fundações públicas de direito privado, facilitando o processo de privatização dos recursos humanos e patrimoniais desses órgãos que, ainda são de direito público. Muitos dessas instituições foram, ao longo do tempo, total ou parcialmente “publicizados”, ou seja, gerenciados, na prática, por fundações privadas ditas de apoio.

No terceiro bloco do Estado brasileiro estão as empresas estatais dos setores de energia, mineração, telecomunicações, recursos hídricos, saneamento entre outras. Neste bloco da infra-estrutura do Estado, o governo FHC, aprofundou a dependência econômica do país em relação aos países hegemônicos, por meio das privatizações/desnacionalizações, licitações fraudulentas e venda do patrimônio nacional, como ocorreu com o Sistema Telebrás, com as distribuidoras de energia elétrica, com a Companhia Vale do Rio Doce e com a Companhia Siderúrgica Nacional. Ressaltamos ainda que, tais transações foram viabilizadas com financiamento público através do BNDES, à juros muito baixos em relação ao mercado, e a utilização dos fundos de pensão das estatais como o Petrus e o Previ, permitindo-se inclusive, que fossem utilizados como parte do pagamento as chamadas moedas podres, ou seja, títulos da dívida pública.

Com relação aos servidores públicos federais, o que vimos, foi uma verdadeira “caça as bruxas”, onde o governo FHC além de promover um discurso apontando-os como os grandes vilões dos “gastos públicos excessivos”, também promoveu a perda dos poucos direitos adquiridos por estes ao longo de anos de lutas das entidades sindicais dos trabalhadores do setor público. A começar pelo temor imposto pela contra-reforma

³¹ Para aprofundar ver LIMA (2007).

previdenciária, que levou milhares de servidores públicos federais à aposentadoria precocemente, em virtude da suposta perda salarial que amargariam em caso contrário.

Planos de demissão voluntária (PDV) foram sistematicamente “oferecidos” nos anos de 1995 a 1998, onde os servidores federais que se dispusessem a deixar seus cargos por “vontade própria” receberiam indenizações correspondentes a um salário por ano de efetivo exercício no Serviço Público Federal. Cabe ressaltar que muitos servidores que se encontravam em dificuldades financeiras aderiram ao programa com receio de serem demitidos posteriormente ou com a perspectiva de desenvolverem seu próprio negócio, porém sem apoio logístico, financeiro e técnico, não incomum acabaram sem nenhum dinheiro e sem o seu emprego.

Aos que ficaram restaram anos de longas greves e um congelamento salarial por oito anos, perdendo direitos como a incorporação de gratificações de cargos de chefia exercidos (chamados quintos de chefia³²) e dos anuênios³³ (adicional por tempo de serviço - inciso III, do art. 61 da Lei 8.112/90), que foi revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, assegurando as situações constituídas até 08 de março de 1999.

Além desses somam-se a perda de outros direitos infraconstitucionais, como a proibição de conversão de um terço das férias em pecúnia, o fim da licença prêmio por assiduidade, a transformação dos tíquetes alimentação e do vale transporte em depósitos direto no contracheque e o fim das horas extras. E ainda, a desvinculação dos reajustes dos

³² É a retribuição devida pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, ou de cargo de provimento em comissão. A redação original do art. 62 da Lei nº 8.112/90 previa, em seu § 2º, a possibilidade de a então denominada gratificação ser incorporada à remuneração do servidor. A Medida Provisória nº 831, de 18/01/1995, determinou a extinção do direito a essa incorporação, MP essa sucessivamente reeditada, sendo a última a Medida Provisória de nº 1.644, de 17/03/1998, que veio a ser convertida na Lei nº 9.624, de 02/04/1998. Por sua vez, a Lei nº 9.527, de 10/12/1997, igualmente resultante da conversão de Medida Provisória – a de nº 1595-14, de 10/11/1997 –, além de dar nova redação ao art. 62 da Lei nº 8.112/1990, extinguiu, em seu art. 15, a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial, determinando que importância paga em razão da incorporação a que se refere o mencionado artigo passaria a constituir, a partir de 11/11/1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente a atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. Posteriormente, a Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, determinou a inclusão, à Lei nº 8.112/90, do art. 62-A, trazendo, para o corpo desta Lei, a disposição prevista na Lei nº 9.527/97, acerca da transformação, em VPNI, das incorporações daquelas gratificações.

³³ O inciso III, do art. 61 da Lei 8.112/90, foi revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, que assegurou que serão respeitadas as situações constituídas até 08 de março de 1999. O adicional por tempo de serviço – denominado de anuênio – é calculado à razão de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo, por cada ano de efetivo exercício no serviço público federal, observada a data limite acima mencionada.

militares dos servidores civis, a ampliação de dois para três anos do estágio probatório, o fim da isonomia salarial, e a regulamentação do direito de greve por lei ordinária.

Outras alterações que afetaram de forma direta ou indireta os servidores públicos federais no governo FHC que merecem ser elencadas: a) Investidura - Não havia previsão de provimento de quaisquer cargos com estrangeiros, exceto nas universidades e institutos de pesquisa. Agora, está possibilitado o provimento de cargos por estrangeiro, fora dessas áreas, de acordo com as normas e os procedimentos do RJU; b) Interinidade - O ocupante de cargo de confiança fica autorizado, interinamente, a exercer cumulativamente outro cargo de confiança vago, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, devendo, entretanto, optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade; c) Ingresso e desenvolvimento de carreira - Foram excluídas as formas de ascensão, em face de terem sido declaradas inconstitucionais. O governo retirou em 1995 o projeto de lei que fixava as diretrizes para os planos de carreira; d) Posse - Fixou-se em 30 dias o prazo para posse, eliminando a possibilidade de prorrogação desse prazo, exceto para quem esteja impedido, cuja contagem se inicia a partir do término do impedimento; e) Exercício - Foi reduzido de 30 para 15 dias o prazo para servidor empossado entrar em exercício, contado da posse. A regra também vale para cargo de confiança. O não cumprimento do prazo implica a exoneração do cargo ou, na hipótese de função de confiança, a anulação do ato de designação; f) Transferência - O artigo que previa o instituto de transferência foi revogado em razão da declaração de inconstitucionalidade; g) Readaptação - Aumentou a exigência para readaptar, em cargo de atribuições afins, servidor que tenha sofrido limitação física ou mental. Foram acrescentados como requisitos, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos. Na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente à lotação, até o surgimento de vaga; h) Remoção para acompanhar cônjuge - A remoção para acompanhar o cônjuge ou companheiro no caso de deslocamento ficou restrita à condição de ambos serem servidores públicos; i) Substituição - O pagamento por substituição em função de direção e chefias só ocorrerá quando a substituição for superior a 30 dias; j) Reposição ao erário - Ampliou-se de 10% para 25% da remuneração os descontos em favor da União, ou, integral quando constatado pagamento indevido no mês anterior.

A todas essas medidas soma-se o fato de estar proibida a realização de concursos públicos e a reposição automática dos quadros de pessoal de todos os órgãos da administração pública federal. As vacâncias geradas por falecimentos, exonerações, aposentadorias e demais

afastamentos, não poderiam ser supridas, gerando uma enorme defasagem no número de servidores dos diversos órgãos, em especial nas áreas sociais como saúde e educação. Hospitais federais, universidades e escolas técnicas sofreram um esvaziamento de recursos humanos sem precedentes aliados a um corte significativo nos investimentos e nas verbas de manutenção que acabaram por colaborar muito para o sucateamento das instalações físicas dos prédios destes órgãos públicos. Segundo Sguissardi e Silva Junior (2001, p. 66) houve o não preenchimento de aproximadamente 7.000 vagas de docentes de um total aproximado de 50.000 cargos.

Veremos a seguir o quanto todo este processo atingiu o setor educacional brasileiro nos anos do governo FHC, e as principais ações da contra-reforma da educação superior neste período.

A Contra-Reforma da educação superior em FHC

A princípio temos que analisar a contra-reforma da educação superior em FHC como sendo um movimento de dupla face que tem como eixo uma privatização “por fora com um aumento explosivo dos cursos privados e a “privatização interna”, através do desmantelamento do aparato do sistema universitário público federal.

Assim, a educação superior pública, que no Brasil, ainda que tardiamente, estruturou-se principalmente, na forma de universidade, com base na indissociabilidade entre as funções de ensino, pesquisa e extensão (modelo humboldtiano), passou a ser questionada de forma bastante contundente.

Na verdade, já nos anos 80, durante o governo José Sarney, foi criado o GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior), com o objetivo de elaborar relatório e anteprojeto de lei, visando à reformulação do ensino superior. Esse grupo foi dissolvido ante a reação das entidades ligadas à comunidade universitária. A partir desse período, contudo, ganha força a alegação de que o “modelo único” adotado para a educação superior – o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão - é muito caro e ultrapassado.

No governo Collor, nomeado como Ministro da Educação, José Goldemberg constrói com sua equipe, constituída por integrantes da comunidade universitária de destacado

desempenho acadêmico³⁴, argumentação de ataque ao “modelo único” de universidade, defendendo a necessidade de sua diversificação, explicitada, sobretudo na idéia da criação de “Universidade de Ensino”³⁵.

Mas, é apenas no governo de FHC que essa idéia é operacionalizada na forma de linhas de atuação do MEC, dentre as quais, expandir o ensino superior público através da otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes. Tal iniciativa governamental tem referência em uma das diretrizes do Banco Mundial para a Contra-Reforma do Ensino Superior nos países periféricos: “proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamentos, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e resultados”. (Banco Mundial, 1994, p. 4).

A partir dessa época, a propaganda governamental, auxiliada pela mídia impressa, falada e televisiva, faz com que ganhe força a idéia da flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Prova concreta disto são a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/96 – LDB), com a previsão de diversas modalidades de instituições de ensino superior e a formatação desse ensino diversificado, feita por meio dos Decretos nº2.207/97 e nº2.306/97. Essas iniciativas, entretanto, num primeiro momento, pouco afetaram as instituições públicas, servindo primordialmente para facilitar ações da iniciativa privada na direção de maior lucratividade para seus negócios.

Tais mudanças colaboram para fortalecer os verdadeiros objetivos do modelo neoliberal para as diretrizes do ensino superior brasileiro: 1) formar elites e dirigentes; 2) formar profissionais, função que envolve um longo período de aprendizagem específica; 3) formar técnicos, função que demanda cursos de mais curta duração e que devem ter laços com o mercado; 4) formar indivíduos com educação geral (generalistas), não voltada para uma única profissão, em áreas que exigem menos investimento.

Durante todo o governo FHC, as medidas apontadas no item anterior (proibição de concursos, congelamento salarial, contingenciamento de recursos, etc.) colaboraram para certo distanciamento dos docentes e funcionários das IFES, tanto através das exonerações e das aposentadorias, quanto através do enfraquecimento da participação do movimento sindical na

³⁴ Cabe destacar que estes professores eram membros do NUPES (Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior) da USP, que foi idealizado por José Goldemberg em 1989, com financiamento do BM e da UNESCO, justamente no período em que este foi Reitor da USP.

³⁵ Ver LIMA (2007).

luta contra o projeto de transformação das universidades em “organizações sociais”, apesar das incessantes lutas de organizações sindicais dos trabalhadores como o ANDES/SN .

O sistema baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão sofria pesadas críticas do governo FHC, que afirmava através do MEC que deveria haver distinção entre universidade de pesquisa e universidades de ensino, apontando para a tendência já apresentada pelo BM de diversificação das modalidades de instituições de ensino superior e que se concretiza na LDB de 1996. O regime de dedicação exclusiva passa a ser considerado um entrave ao sistema público de educação superior, pois apenas serviria como forma de compensação salarial. O financiamento exclusivamente público era insuficiente e a forma como os recursos eram gastos eram ineficientes. Os governos federal, estaduais e municipais gastavam mais do que podiam e jamais teriam condições financeiras de arcar com tão pesados custos de manutenção. Segundo o MEC havia falta de uma efetiva autonomia administrativa nas IFES. As Instituições Federais de Ensino Superior estavam defasadas em relação à demanda, possuindo uma baixa relação professor/aluno e um alto custo/aluno.

Já no ano de 1995, o governo FHC cria o Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Lei nº 9.131/95, que extingue o Conselho Federal de Educação (CFE), retirando-lhe toda a autonomia, transformando-o em órgão consultor do MEC, tendo como atribuições vinculadas á educação superior: “a) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior; b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação; c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação; d) deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias; e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o recredenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto; f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino; deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos; h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior; i) assessorar o Ministro de Estado da

Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior” (BRASIL, Lei nº 9.131/95).

Além disso, esta lei instituiu o Exame Nacional de Cursos (Provão) para, segundo o MEC, avaliar periodicamente as instituições e os cursos de graduação “fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Lei nº 9.131/95). Os procedimentos do processo de avaliação dos cursos e instituições foram discriminados pelo Decreto nº 2.026/97, através de indicadores de desempenho global e de critérios de avaliação individual das instituições de ensino superior. Cabe destacar que este instrumento de avaliação não atingiu sua finalidade principal que, segundo o MEC, era avaliar a qualidade dos cursos, muito em virtude dos protestos dos estudantes das universidades públicas que boicotaram o exame de forma sistemática, alterando significativamente os resultados da avaliação e a classificação das instituições.

Ainda em 1995, a Lei nº 9.172/95 regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das IFES, reduzindo a participação dos funcionários técnico-administrativos e dos estudantes. Até então os reitores eram escolhidos pelo Presidente da República através de uma lista sêxtupla elaborada e encaminhada por um Colégio eleitoral com formação paritária (docentes, técnico-administrativos e estudantes). Na maioria das vezes o mais votado nesta consulta era nomeado Reitor, porém algumas exceções demonstravam a fragilidade deste sistema. Ao assumirem o governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da Educação Paulo Renato Souza, editaram tal lei que estabelecia o critério de elaboração de uma lista tríplice, a ser constituída por uma consulta interna à instituição, onde a composição do colegiado fosse de 70% de docentes, 20% de funcionários técnico-administrativos e 10% de alunos. Este processo segue o mesmo até hoje e continua a provocar polêmicas no meio universitário, sendo criticado por muitos que o consideram injusto e desigual, onde a representatividade dos técnico-administrativos e dos estudantes é irrelevante, além de ferir o princípio da autonomia universitária.

No ano de 1996, o governo FHC sanciona a Lei nº 9.288/96 que regulamenta o financiamento público ao estudante do ensino superior privado, estabelecendo o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), através da Caixa Econômica Federal, que posteriormente seria revisado, renegociado e ampliado primeiramente pela Medida Provisória nº 1.827/99 que instituiu o FIES (Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior), e que

transformou-se na Lei nº 10.260 de 12/07/2001. É o início de uma forte tendência na transferência de recursos públicos para as empresas privadas que exploram o setor educacional através de incentivos fiscais e renúncia de tributos, que no decorrer do governo FHC se ampliará e tornar-se-á pilar importante da política do governo Lula da Silva para o ensino superior.

Sem dúvida o principal marco legal do governo FHC foi a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que;

“Do desrespeito com o processo democrático de construção do projeto de LDB pelos movimentos sociais, até a realização de um conjunto de manobras regimentais, a burguesia de serviços educacionais viabiliza a aprovação da nova LDB, absolutamente afinada com a política de privatização da educação brasileira (LIMA, 2007; p. 142)

A grande contribuição da LDB de 1996 com a política de privatização da educação superior disseminada pelos organismos internacionais e seguida pelo governo FHC foi a regulamentação da diversificação das modalidades de instituições de ensino superior, antes restritas ao modelo universitário humboldtiano e agora dividida em diversas modalidades conforme o artigo 45 da LDB:

Art. 45º. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização³⁶.

Esse artigo forneceu a brecha que o governo FHC e os empresários da educação queriam para regulamentar as questões através de decretos e portarias, sendo a LDB completamente omissa em relação ao princípio do ensino-pesquisa-extensão. Posteriormente, através do Decreto nº 2.207 de 15/04/1997, o governo regulamenta as diversas modalidades de instituições que compõem o Sistema Federal de Ensino, classificadas como universidades, centro universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos superiores e escolas superiores. Conforme Sguissardi e Silva Junior (2001; p. 54) constata, estranhamente “mesmo pressupondo várias formas de organização, apenas a universidade é definida e de modo bastante sumário, quanto aos parâmetros e requisitos para que faça jus a esta denominação e demais prerrogativas”.

Cabe aqui explicitar que algumas das portarias posteriormente editadas (Portarias 637, 638, 639 e 640 e 641 de 1997) a fim de regulamentar os procedimentos para autorização de implantação de cursos de graduação, faziam exigências bastante criteriosas e severas para a

implantação de cursos em universidades, enquanto que para os demais, as exigências eram mínimas. Torna-se claro que a expansão dos cursos de graduação nesse período migrou para estas modalidades de instituições de ensino superior, fazendo com que o número de matrículas no setor não universitário crescesse exponencialmente. Segundo o censo do Inep, o número total de matrículas no ensino superior no Brasil saltou de 1.945.615 em 1997 para 3.887.022 em 2003, correspondendo a um aumento de 99,78%. Neste mesmo período, as matrículas em instituições universitárias aumentaram 71,60%, pulando de 1.326.459 para 2.276.281 em 2003, ou seja, bem menor que o aumento total do número de matrículas. A situação fica mais clara quando analisamos os números referentes às instituições não universitárias, que em 1997 tinham apenas 619.156 matrículas em todo o Brasil, e em 2003 já contava com um número 160,15% maior, totalizando 1.610.741 matrículas, o que corresponde a 41,43% do total de estudantes no ensino superior, enquanto que em 1997 essa relação representava apenas 31,82%.

Ainda na LDB, em seu artigo 54, fica clara a sintonia do governo FHC com as diretrizes do BM pois a legislação define as universidades como instituições semelhantes às organizações sociais e as fundações de direito privado defendidas nos documentos do MARE:

Art. 54º. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

§ 1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

Na prática, isso significaria o fim do Regime Jurídico Único nas IFES, com a liberdade para contratar e demitir seus funcionários, quebrando a isonomia salarial entre os funcionários das diversas IFES, colaborando muito com o aspecto diferenciado das instituições de ensino então propalado pelo MEC. Além disso, fica caracterizada a abertura necessária para a aplicabilidade da diversificação das fontes de financiamento das IFES e da implantação dos contratos de gestão entre o governo e essas “organizações sociais” tão mencionados pelo BM e pelo MARE.

³⁶ Para melhor compreensão ver Saviani (1997)

Também com relação às IFES, o que se viu foi um aumento explosivo do número de professores substitutos contratados de maneira precária e temporariamente (Lei nº 8.745/93), que durante o governo FHC, chegou a representar em algumas universidades como a UFF, quase 30% da força de trabalho docente. Lembrando sempre que tendo em vista a proibição das nomeações para cargos efetivos, esta era a única saída encontrada pelas IFES para tentar atender a demanda de novos cursos e do aumento do número de matrículas, principalmente nos cursos de graduação. Soma-se a isso, o fato do vínculo temporário fazer com que o professor substituto não possa assumir cargos de chefia ou de direção, desenvolver e/ou orientar pesquisas, submeter e coordenar projetos. Isso leva a um comprometimento do trabalho institucional-acadêmico como um todo, pois um número cada vez menor de professores efetivos teve que acumular essas tarefas.

Essas contratações temporárias atendiam em cheio às recomendações do Banco Mundial, tanto na parte referente à flexibilização dos contratos de trabalho quanto na parte referente à autonomia administrativa. Além disso, atendiam as diretrizes do BM, à medida que representavam uma contenção de gastos com aposentadorias, visto que os professores contratados não eram abrangidos pelo regime de previdência do setor público, mas sim pelo regime geral de previdência do INSS.

Já em 1998, sempre alinhado com as recomendações do Banco Mundial, o governo FHC consegue aprovar a Lei nº 9.678/98 que instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência³⁷ (GED), fazendo valer a lógica meritocrática e produtivista. Após uma greve de quase cem dias, o governo FHC, adotando mais uma vez a política do não aumento salarial, viu na concessão de gratificação a forma adequada de aliviar o déficit salarial dos docentes aliada à aplicação de políticas que privilegiem o produtivismo. A partir daí o MEC consegue estabelecer a associação entre avaliação de resultados e recursos financeiros (na forma de salário) de forma diferenciada³⁸.

A GED contemplava os docentes pela sua titulação, pelas suas atividades de ensino em sala de aula e também por produtividade nas áreas de pesquisa, extensão, publicação de artigos, orientações de trabalhos finais, dissertações e teses, participação em bancas, além das atividades administrativas em cargos comissionados. Para cada atividade desenvolvida seria atribuída determinada pontuação, conforme transcrição da legislação abaixo:

³⁷ Para maior detalhamento sobre a GED, ver BELLONI (2000, p. 103-130) *in* SGUISSARDI (2000).

³⁸ Os docentes inativos receberam uma GED com a porcentagem fixa de 60%, e os professores contratados temporariamente (substitutos e visitantes) não foram contemplados na Lei.

Art. 1º É instituída a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor do 3º Grau, lotados e em exercício nas instituições federais de ensino superior, vinculadas ao Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

§ 1º - Os valores a serem atribuídos à Gratificação instituída no caput corresponderão à pontuação atribuída ao servidor, até o máximo de cento e quarenta pontos, sendo cada ponto equivalente ao valor estabelecido no Anexo desta Lei, observado o limite fixado no artigo 10 da Lei n. 9.624, de 2 de abril de 1998.

§ 2º - A pontuação será atribuída a cada servidor em função da avaliação de suas atividades na docência, na pesquisa e na extensão, observado o seguinte:

I - dez pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos;

II - um máximo de sessenta pontos pelo resultado da avaliação qualitativa das atividades referidas neste parágrafo. (BRASIL, Lei nº 9.678/98)

Em 2001, o governo FHC consegue que o Congresso Nacional aprove a Lei 10.172/01 que estabelece o PNE (Plano Nacional de Educação), documento onde constam os objetivos e as diretrizes do setor educacional brasileiro pelos próximos dez anos. Ao analisarmos tal documento percebemos claramente a concordância com as recomendações dos organismos internacionais do capital e a intenção do governo brasileiro em “reafirmar a transferência de responsabilidades do Poder Público para a sociedade no financiamento da educação” (LIMA, 2007; p. 143). Mais uma vez podemos encontrar o uso da educação superior como instrumento de “alívio da pobreza”, baseada na teoria do capital humano, como vimos anteriormente nos documentos do BM.

E o PNE segue apontando a necessidade da diversificação das instituições de ensino superior, “favorecendo e valorizando instituições não-universitárias”, defendendo a autonomia universitária, estabelecendo sistemas de avaliação e afirmando que seria imprescindível o estabelecimento de currículos flexíveis a nível nacional, dando ênfase a criação de cursos noturnos. Estabelece também a criação de um amplo sistema nacional interativo para o oferecimento de cursos superiores à distância.

Portanto, podemos concluir que o governo FHC implantou de forma clara e implacável a sua contra-reforma tanto no âmbito do Estado brasileiro, quanto na educação superior, usando de todas suas forças no Poder Executivo e contando com a maioria no Congresso Nacional, aprovando quase a totalidade das legislações que lhe eram favoráveis. Porém, alguns reveses foram inevitáveis e isso se deu a forte oposição feita pelos partidos de esquerda e da luta das entidades sindicais.

Daqui em diante, analisaremos o governo Lula da Silva e suas ações no âmbito da contra-reforma do Estado e da educação superior, esmiuçando cada ato de sua política de continuidades e mudanças em relação ao seu antecessor.

2.3 – A contra-reforma do Estado e da educação superior em Lula da Silva

Com o fim do Governo FHC, havia por parte da maioria da população brasileira certa expectativa de que, com um governo do Partido dos Trabalhadores, houvesse uma reversão na tendência de desmantelamento do aparato estatal e precarização das relações trabalhistas entre governo e servidores públicos federais. No entanto, o que vimos foi um governo calcado nos parâmetros neoliberais, que estruturou-se na continuidade da contra-reforma do Estado e da educação superior, com algumas novidades em relação ao governo anterior, como analisaremos adiante.

Tal inversão da concepção política e ideológica do Partido dos Trabalhadores (PT) não seria nenhuma novidade, pois já em 1991, o ex-Deputado Federal pelo próprio PT e sociólogo Florestan Fernandes (1991) afirmava que o Partido dos Trabalhadores abdicou de seu projeto político-ideológico inicial para ter como horizonte um projeto de poder, ou seja, desistiu de atingir seu objetivo de construção de uma revolução contra a ordem pela ocupação do poder no horizonte do capitalismo³⁹.

“Por mais que o capitalismo progrida e tente reparar as condições de vida dos assalariados, ele não elimina a propriedade privada (principalmente no modo de produção), não suprime as classes e as desigualdades de classe (com a concentração social e racial da riqueza, da cultura e do poder) e não forja uma sociedade instituída sob a liberdade maior, isto é, a liberdade com igualdade, de democracia integral.” (FERNANDES, 1991; p.16-17)

As análises elaboradas por Fernandes (1991) para o I Congresso do PT são de uma atualidade impressionante. O que analisamos hoje é a continuidade no governo Lula da Silva dos mesmos eixos neoliberais da política do governo anterior, embora com mudanças significativas na estratégia política (LIMA, 2007).

Identificamos que algumas mudanças ocorreram no encaminhamento das políticas, em particular com maior investimento nas políticas sociais (Programa Saúde da Família, Bolsa

Família, Fome Zero, ProUni, Reuni, entre outras). Um investimento que tem se dado pela necessidade de amenizar os efeitos da política econômica neoliberal através de uma política focalizada no “alívio da pobreza”, em acordo com as diretrizes apresentadas pelos organismos internacionais do capital, em especial do Banco Mundial, baseadas no conceito de público não estatal (Parcerias Público Privadas – PPP) e nos contratos de gestão (banco de professores equivalentes e Reuni), alicerçado na manutenção do capitalismo dependente e nos seus interesses de classe hegemônica que a orientam.

A burguesia sabia que o neoliberalismo somente seria hegemônico se conseguisse contar com a adesão dos segmentos mais valorosos dos subalternos. O PT passa a ser o instrumento que faltava a burguesia para instrumentalizar essa lógica de coesão social, através do chamado “Pacto Social”. A imagem de um governante operário, “gente do povo” que saiu ainda jovem do sertão pernambucano, passou por diversas dificuldades e venceu, além de um governo formado por integrantes da classe trabalhadora e ex-companheiros do movimento sindical era o roteiro perfeito para o projeto burguês hegemônico se consolidar e conseguir implantar o que ainda restava das contra-reformas neoliberais, tanto no Estado, quanto na educação superior.

A Contra-Reforma do Estado em Lula da Silva

Como já mencionado anteriormente, o núcleo central da contra-reforma do Estado no governo Lula da Silva está baseado no conceito de “público não estatal”, focando principalmente nas parcerias público privadas (PPP’s) e nos contratos de gestão. Esse processo se estabelece, na medida em que o governo brasileiro se coloca a disposição dos interesses da burguesia, tanto do empresariado brasileiro quanto do capital internacional, a fim de favorecer a exploração de novos campos, fundamentalmente nas áreas estratégicas como infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia.

O eixo central desta contra-reforma passa pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem suas ações determinadas por um conjunto de medidas que visam incentivar os investimentos privados e aumentar os investimentos públicos através da remoção de barreiras administrativas, burocráticas, normativas, jurídicas e legislativas, atuando em diversas áreas como infra-estrutura, concessão de financiamento e crédito,

³⁹ Para maior aprofundamento ver FERNANDES (1991).

melhora do ambiente de investimentos, medidas fiscais de longo prazo e aperfeiçoamento do sistema tributário.

Quando anunciado em 22 de janeiro de 2007, o PAC previa um investimento da ordem de R\$ 503 bilhões até 2010, divididos em três grandes áreas: “Logística” (transportes), “Energia” e “Infra-Estrutura Social e Urbana” (habitação e saneamento), a fim de obter taxas de crescimento econômico maiores que as alcançadas nos últimos anos. Ao analisarmos mais atentamente, podemos perceber que o PAC aprofunda a política de superávits primários e de priorização aos gastos com a dívida pública, através do chamado “Déficit Nominal Zero”, que consiste em aumentar o superávit primário de forma a viabilizar o pagamento de todos os juros da dívida através da realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que corte os gastos sociais com previdência, salário mínimo e salários dos servidores públicos federais por um período de 10 anos, de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida⁴⁰.

Ao apreciarmos a primeira vista, valor tão vultoso (R\$ 503 bilhões) nos parece suficiente para realização de tal Programa, porém não precisamos ir longe para vermos que tal montante é insignificante se dimensionarmos os gastos do governo com o pagamento de juros e amortizações das dívidas interna e externa apenas do ano de 2006 (R\$ 275 bilhões), que equivaleriam a 37% do Orçamento de 2006 (mais da metade do valor atribuído ao PAC de 2007 a 2011)⁴¹.

Uma das medidas do PAC é o limite dos gastos com servidores, alterando a "Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmando que o gasto com o funcionalismo público federal somente poderá aumentar pela inflação mais 1,5% de aumento real, pelos próximos 10 anos. Esta medida elimina a possibilidade da recuperação de perdas passadas, tendo em vista que o próprio crescimento absoluto do número de servidores através de novas nomeações e contratações ou a progressão funcional dos servidores ativos, já consumiria grande parcela deste 1,5% de aumento real. Cabe ressaltar que, o limite de 1,5%, se refere à folha de pagamentos como um todo, o que na prática permitiria aumentos diferenciados entre as diferentes categorias do funcionalismo público federal.

Devemos ainda ressaltar que o PAC atende basicamente a setores da economia voltados para a exportação, mantendo a política brasileira de superávit primário para sustentar o pagamento dos juros da dívida. A começar pelo enorme investimento no setor de energia

⁴⁰ A proposta chamada “Déficit Nominal Zero” foi apresentada pelo economista e ex-Ministro dos governos da ditadura militar Antonio Delfim Neto em 2005. Para maiores detalhes acessar http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_71k.pdf.

elétrica através de empréstimos a baixo custo pelo BNDES, que visam atender as “grandes indústrias exportadoras de matérias primas eletrointensivas” (ÁVILA, 2007; p. 5) sem riscos de um novo “apagão” e a um baixo custo. Outro exemplo é a forte concentração dos investimentos no setor de infraestrutura na área de transportes voltados para escoamento da produção para fora do país através da construção de portos, ferrovias e estradas ligando o interior do país ao litoral a fim de favorecer a venda de produtos para o exterior. Além disso, em nenhum momento a reforma tributária proposta se apresenta como solução para os problemas da população como, por exemplo, isentar de impostos a cesta básica ou remédios, mas ao contrário disso, ela só visa a desoneração dos produtos exportáveis (*commodities*) através de pequenos incentivos fiscais.

Parte importante deste projeto são as Parcerias Público Privadas (PPP), que nada mais é do que a instrumentalização jurídica e legislativa da aplicação do conceito de “público não estatal” disseminado pelos documentos do Banco Mundial já no final dos anos de 1990, superando as fronteiras legais, ideológicas e de financiamento entre o público e o privado. Ao sancionar a Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, o governo Lula da Silva abriu as portas para a conformação dos contratos de gestão no âmbito dos serviços públicos, mesmo apresentando como motivo “à falta de disponibilidade de recursos financeiros e aproveitamento da eficiência de gestão do setor privado”.(BRASIL, Lei nº 11.079/04)

A lei das PPP's prevê a concessão de serviços públicos ou de obras públicas das mais diversas naturezas, excluindo-se apenas as tarefas exclusivas de Estado como de polícia, regulação e jurisdição. Todos os demais setores do Estado, quer estejam ligados à produção e à comercialização de bens e serviços de natureza pública e coletiva, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, à defesa do meio ambiente, à conservação do patrimônio histórico e cultural, ou à representação externa dos interesses da Nação e do Estado, estarão sujeitos à contratação de parceria público-privada, nos quais tanto o financiamento quanto a responsabilidade pelo investimento e pela exploração cabem ao parceiro privado.

Ao delegar competência ao setor privado para gerir atribuições até então de responsabilidade exclusiva do Estado, o governo Lula da Silva ganha uma enorme margem de manobra para canalizar recursos públicos para a implementação de políticas focalizadas de cunho assistencialista voltada para os “pobres” e “miseráveis”, conforme determinavam os documentos do Banco Mundial já analisados anteriormente.

⁴¹ Dados extraídos de Ávila (2007; p. 1)

Com isso, haverá uma nova divisão de responsabilidades na sociedade brasileira, criando dois núcleos de decisão diametralmente opostos quanto ao seu poder político e quanto à sua capacidade econômico-financeira: por um lado, o mercado (direcionado pelo grande capital nacional e internacional), que deverá se incumbir do atendimento das demandas dos segmentos médios e ricos, e, por outro, o Estado provedor de programas assistenciais aos “pobres” e “miseráveis”.

O argumento apresentado como justificativa pelo governo Lula da Silva de que os recursos disponíveis são insuficientes para o Estado prover suas atribuições constitucionais, pode ser facilmente desconstruído se levarmos em consideração que o modelo de acumulação rentista vigente no qual o déficit e a dívida pública são absolutamente funcionais às necessidades do grande capital.

Podemos constatar mais uma vez que a centralidade das ações do governo federal é o pagamento de altas taxas de juros de uma dívida pública com títulos indexados ao câmbio, sem vinculação com o crescimento econômico, tornando o Estado um parceiro do grande capital. Parte daí a falta de recursos alegada pelo governo brasileiro, para suas atribuições sociais e estratégicas, que serviu de motivo para a apresentação da necessidade das parcerias público-privadas.

A fim de comprovarmos nossos argumentos recorreremos aos dados da Auditoria Cidadã, entidade formada por algumas instituições, dentre elas a UNAFISCO, a fim de realizar uma auditoria extra-oficial da dívida brasileira. Ao analisarmos os dados referentes ao ano de 2005 para observarmos o quanto os recursos públicos são desviados das funções sociais do Estado para o pagamento das dívidas externa e interna.

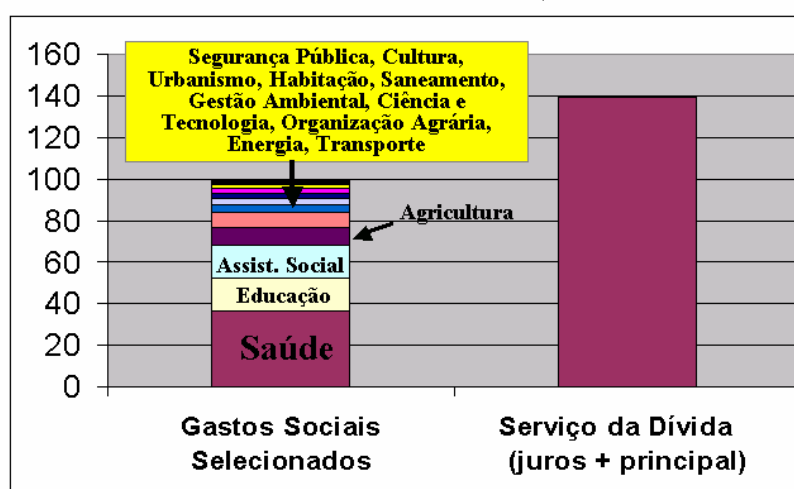
“O ano de 2005 foi mais um ano de sacrifício para o povo brasileiro: recorde de arrecadação de tributos; recorde de contingenciamento de investimentos e gastos públicos, tudo para se cumprir e superar a estéril meta de superávit primário. Ao todo, os governos federal, estadual e municipal realizaram um superávit primário (reserva de recursos para o pagamento da dívida pública) de R\$ 93,5 bilhões, valor esse equivalente a 4,84% do PIB (Produto Interno Bruto, que representa a soma de todas as riquezas produzidas no país durante o ano). Este valor superou a meta de 4,25% do PIB, e foi o maior desde a Era FHC. Porém, este superávit não foi suficiente para o pagamento dos juros da dívida pública, que atingiram R\$ 157,1 bilhões (referentes às esferas federal, estadual e municipal), devido às altíssimas taxas de juros praticadas no país.” Na esfera federal, as indecentes taxas de juros fizeram crescer a própria dívida e, apesar do superávit primário recorde e de todo o sacrifício social, a dívida interna rompeu a barreira dos R\$ 1 trilhão: subiu de R\$ 857,47 bilhões (em dez/2004) para R\$ 1,002 trilhão em dezembro de 2005. Ou seja: em apenas 1 ano, esta dívida externa subiu nada menos que R\$ 145 bilhões, ou R\$ 276 mil por minuto! Já a dívida externa estava, ao final do terceiro trimestre de 2005, em US\$ 202 bilhões (de acordo com a última informação do governo). Destes US\$ 202 bilhões, US\$ 116 bilhões

correspondiam à dívida pública e US\$ 86 bilhões à dívida "privada". A dívida com o FMI era de US\$ 15,6 bilhões, e foi quitada antecipadamente em dezembro do ano passado." (AUDITORIA CIDADÃ, 2006; p. 2)

A disparidade entre os recursos aplicados no pagamento da dívida e os recursos direcionados para investimentos torna-se mais absurda se comparada graficamente conforme veremos abaixo:

GOVERNO FEDERAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Realizado em 2005 – R\$ bilhões



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – www.stn.fazenda.gov.br

Apesar da alegada fragilidade financeira e da incapacidade de gestão do Estado, este segue mantendo a concessão de privilégios aos projetos privados da classe burguesa através de instrumentos de política monetária adotados a partir do Plano Real. Não são raros os casos em que grandes grupos internacionais recebem incentivos fiscais através de isenção de impostos e de financiamentos a juros irrisórios através de bancos estatais para promover a exploração econômica do país e da classe trabalhadora.

Mais uma vez na história brasileira a burguesia torna imperativo um projeto de contra-reforma educacional para conformação da classe trabalhadora a esse novo modelo de difusão da sociabilidade burguesa a fim de manter sua hegemonia. Faz-se necessário a esse novo projeto burguês desenvolver conhecimentos e tecnologias que se adaptem a essa nova lógica capitalista, conformando o sistema educacional brasileiro ao padrão de acumulação capitalista atual, com o objetivo de promover a coesão social. Não é em vão que o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) lançado pelo governo Lula da Silva em 2007 foi

incorporado ao PAC, como um conjunto de ações essenciais para o estabelecimento dessa nova concepção burguesa de Estado, a fim de fazer das PPP's e dos contratos de gestão uma realidade no sistema educacional brasileiro, em especial na educação superior, sempre alinhada com os documentos do Banco Mundial, como veremos na próxima seção.

A Contra-Reforma da educação superior em Lula da Silva

O fundamento teórico da contra-reforma da educação superior em Lula da Silva passa por alguns pontos básicos como a noção da educação como “bem público”; a diversificação das instituições de ensino superior, dos cursos e do financiamento e as concepções de desenvolvimento, expansão e avaliação da educação superior brasileira (LIMA, 2007). A educação tomada como um “bem público”, e não como direito, fornece as bases jurídicas e políticas para que se eliminem as diferenças entre público e privado. Neste caso, a educação torna-se um “bem público” e, portanto, instituições públicas e privadas devem prestar esse serviço público (não-estatal), podendo ser financiadas por fontes públicas ou privadas.

Sendo assim, instituições privadas são financiadas pelo fundo público através da ampliação da renúncia fiscal, e, por outro lado, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas são baseados em investimentos privados através de parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas.

Contudo, o empresariamento da educação (NEVES, 2002) superior foi iniciado de maneira tímida no governo Collor-Itamar, e se aprofundou no governo FHC, é conduzido no governo Lula da Silva a partir de um mecanismo que atua em duas frentes: a ampliação do número de cursos privados e a privatização interna das instituições públicas.

Como a privatização das universidades e a submissão da produção acadêmica à configuração atual do capitalismo não poderiam ser realizadas, de um só golpe, por meio de alterações constitucionais, essa intensificação da contra-reforma da educação superior no Brasil ocorre a partir de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias, como: a) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – Lei nº 10.861/2004; b) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, a fim de captar recursos privados para financiamento de atividades acadêmicas; c) a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004) que trata do

estabelecimento de parcerias e convênios entre instituições públicas de pesquisa e empresas; d) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) - Lei nº 11.079/2004 - que compreende uma gama enorme de atividades governamentais, e) o Programa Universidade para Todos (ProUni) – Lei nº 11.096/2005 – que trata da isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior em troca de vagas; f) a política de educação superior a distância, com a criação da Universidade Aberta do Brasil; g) o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI; e h) o Banco de Professor-Equivalente (LIMA, 2009).

Pode-se dizer que a Contra-Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou-se oficialmente, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tinha como objetivo analisar a situação da educação superior brasileira e propor ações visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI era composto por 12 membros, com representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

Seu relatório final foi divulgado, extra-oficialmente, em dezembro de 2003. O documento era composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; financiamento e a implementação da Reforma Universitária. O texto concebe a crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, resumindo a crise da educação à crise fiscal do Estado, sem um maior aprofundamento de sua origem. Logo após, tenta esclarecer que a crise já está atingindo também as universidades privadas, ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada e de uma crescente desconfiança em relação à qualidade dos cursos. Em seguida, mostra as possíveis soluções: um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais; uma reforma universitária mais profunda (Brasil, 2003).

A reforma “mais profunda” englobaria a reposição do quadro de pessoal docente, a ampliação do número de vagas, a ampliação dos cursos à distância, a autonomia universitária e o aumento do financiamento.

Esta mesma cópia será retomada e apresentada em 15/03/2007. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado oficialmente em 24/04/2007, simultaneamente ao Decreto n. 6.094/07, que dispunha sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” que segundo o MEC, seria a conjugação dos esforços da

União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da “comunidade”, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica, através de 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes.

A composição global do PDE agregou outras 29 ações do MEC. Na verdade, o denominado PDE aparece como um grande “guarda-chuva” que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. No lançamento do PAC pelo governo Lula da Silva, cada ministério teria que enumerar as ações que se enquadrariam no referido Programa. O MEC então, lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas. Trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infra-estrutura. A maioria das ações contempladas pelo PDE era relacionada à educação básica, porém a educação superior também era contemplada por um grande número de ações que são o foco desta dissertação.

Uma das ações lançadas pelo governo Lula da Silva como parte da contra-reforma da educação superior foi a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e que segundo o MEC, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Porém, ao compararmos com as argumentações do Banco Mundial, podemos logo estabelecer um alinhamento de idéias deste com o governo brasileiro. Tal alinhamento se reflete nas políticas de avaliação implementadas pelo MEC baseadas na meritocracia e no produtivismo acadêmico, condicionando o direcionamento de recursos financeiros aos resultados obtidos nos diversos e confusos critérios de avaliação.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) que é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais: auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, e avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES (Comissão Nacional de

Avaliação da Educação Superior); b) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas⁴²; e c) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

Cabe ainda lembrar e esclarecer que o papel da CONAES, a partir da implantação do SINAES, é de fazer o Estado exercer seu efetivo papel regulatório, ao estabelecer regras claras de ingresso e permanência no Sistema de Ensino Superior. Em momento algum o MEC omite a intenção de fazer do SINAES um método de regular o mercado da educação superior no Brasil, transformando o que deveria ser um direito constitucional do cidadão em valiosa mercadoria para a exploração capitalista. Assim como foi feito com os setores de infra-estrutura no governo FHC através da regulação de setores como energia elétrica, telecomunicações, saúde e água, o governo Lula da Silva estabelece marcos regulatórios para o controle do mercado educacional.

Segundo o MEC, o INEP é o órgão responsável pela operacionalização da avaliação a partir das diretrizes e normas definidas pela CONAES. Em caso de resultados insatisfatórios no processo de avaliação, a instituição assinará protocolo de compromisso com o MEC para “superação das dificuldades detectadas”.

O credenciamento ao ProUni (Programa Universidade para Todos) está vinculado à participação no SINAES, portanto será o Estado que irá selecionar as instituições privadas que farão jus a renúncias fiscais. O Estado abre mão do seu papel de provedor de educação pública, gratuita e de qualidade para assumir o papel de regulador de mercado.

Outro fato que chama a atenção além da centralização do poder de decisão na CONAES, é sua própria composição formada por 13 membros assim distribuídos: INEP (1), CAPES (1), MEC (3), mais 5 membros indicados pelo Ministro da Educação, representante dos docentes (1), dos técnico-administrativos (1) e dos estudantes (1). Será

⁴² O parecer da avaliação externa é um somatório de todas as avaliações indicadas pelo SINAES: PDI, relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, dados do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação superior, dados do ENADE, relatórios de avaliação dos cursos de graduação, dados dos questionários socioeconômico dos estudantes, relatórios e conceitos da CAPES, documentos sobre credenciamento ou reconhecimentos, (Art.15 da Portaria 2051/04)

uma comissão majoritariamente governista, portanto alinhada com os interesses dos grandes grupos empresariais da educação superior.

O ENADE, realizado pelo INEP como parte das avaliações do SINAES, resignifica o Provão e estabelece uma lógica ranqueadora, produtivista e punitiva, já que este é componente curricular obrigatório no histórico escolar dos alunos egressos. Portanto o SINAES não se alinha com o ideal que, durante anos, educadores preocupados com um ensino superior público compromissado com a emancipação humana e com uma sociedade de fato democrática defenderam, pois não contempla uma avaliação participativa e descomprometida com os interesses dos organismos internacionais do capital.

No rastro desta, surgem outras medidas aparentemente isoladas que compõem a sistemática da contra-reforma da educação superior de forma fragmentada, porém sem perder seu horizonte de privatização, da transferência de recursos públicos para o setor privado e de massificação da formação profissional. É neste contexto que o governo Lula da Silva lança o Programa Universidade para Todos (ProUni) através da Lei nº 11.096 de 13/01/2005 (editado inicialmente pela MP nº 213/2004), com o objetivo aparente de atender a uma demanda reprimida por educação superior e ao mesmo tempo diminuir o número de vagas ditas ociosas nas instituições privadas⁴³.

Hoje, o setor privado da educação superior conta com uma inadimplência da ordem de 35 a 40%, de acordo com as entidades patronais. Elas não têm mais como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes mais baixas não têm poder aquisitivo para comprar serviços educacionais. Hoje, o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concluintes do segundo grau; às vezes, alguns deles até fazem um sacrifício e ficam um, dois semestres, e depois evadem ou ficam inadimplentes. O PROUNI é uma operação de salvamento para o setor privado. As grandes empresas educacionais, que atendem as elites, não têm muito interesse no programa – não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo que sequer vão poder pagar 50% das bolsas. No entanto, as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie de bóia de salvação num setor que vive uma crise profunda. É razoável, porém que o Estado socorra instituições privadas em detrimento ao direito da juventude, do povo brasileiro, de acesso à educação pública e gratuita? Essa é a pergunta fundamental. (LEHER, 2004; p. 44).

Ao lançar o ProUni o governo federal parte de forma definitiva para executar sua estratégia de beneficiar os empresários da educação superior e ao mesmo tempo se eximir de sua obrigação de prover uma educação pública e gratuita. Com isso o governo transfere

⁴³ Dizer que as instituições privadas possuem vagas ociosas nos parece um verdadeiro absurdo, pois instituições privadas só contratam professores e abrem turmas novas à medida que a demanda por novas turmas se apresenta.

suas obrigações constitucionais para o capital privado, financiando este com recursos públicos através de renúncias fiscais. Ou seja, o que acontece é uma verdadeira compra de vagas privadas pelo governo brasileiro com dinheiro público, como podemos comprovar na legislação abaixo:

Art. 1o Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

(...)

Art. 8o A instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social

Fica bastante evidente que o ProUni é um mecanismo de parceria público-privada, em que o Estado contrata entes privados para executar aquilo que deveria ser um serviço público. Além disso, mais uma vez aparecem as políticas focalizadas com a retórica de “aliviar a pobreza” nos moldes das diretrizes do Banco Mundial, pois segundo a legislação, somente serão beneficiados pelo ProUni, alunos que possuam renda familiar mensal per capita abaixo do valor de 3 (três) salários-mínimos, e que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas, ou bolsistas integrais em escolas privadas, ou ainda que sejam portadores de deficiência. Somam-se a estes os professores da rede pública que desejarem frequentar cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda. O critério para seleção dos participantes é o resultado obtido pelo aluno no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

É importante frisarmos que não nos colocamos contra o acesso à educação superior, porém devemos apontar o fato de que essa responsabilidade é única e exclusiva do Estado, e que portanto não deveria ser repassada à iniciativa privada sob o financiamento público através de renúncias fiscais, que nada mais é que dinheiro público sendo transferido para empresas privadas e que no fim de todo o processo vão gerar lucros para enriquecer ainda mais a fração da burguesia que detém o controle dos grandes grupos empresariais ligados ao ensino superior. Também é importante lembrar que a concessão

das bolsas de estudo e os critérios para seleção são de responsabilidade das instituições, e por tal motivo, não são raros os casos noticiados de fraudes ao sistema do programa.

“Caso implementado, o PROUNI não implicará, propriamente, uma redução dos recursos estatais destinados à educação superior pública, todavia colocará em curso um mecanismo de realocação de verbas públicas para a iniciativa privada, aquelas até então auferidas com a cobrança fiscal e que deixarão de sê-lo para a compra das vagas no setor educacional privado. Assim, o que está em jogo com esse Programa não é o "afastamento" da ação estatal, senão sua reconfiguração quanto à oferta do ensino superior. Aliás, com relação a esse Programa, deve-se insistir no seu aspecto privatizante, também, porque ele delega responsabilidades públicas para entidades privadas e, mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo.” (MANCEBO, 2004; p. 5)

Passando a diante na análise das ações da contra-reforma da educação superior no governo Lula da Silva, chegamos a outro marco importante na tentativa do capital em estabelecer a nova sociabilidade burguesa no sistema educacional brasileiro. Trata-se do Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004⁴⁴ que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado ditas de apoio, que são fundamentais ao projeto burguês hegemônico a medida que regulamentam de forma categórica o fim da fronteira entre as atividades de responsabilidade do governo e da iniciativa privada no âmbito das IFES.

Desde a década de 1990, essas fundações ditas de apoio, iniciaram mesmo que de forma desregulamentada, um processo de “privatização por dentro” das IFES, caracterizado por estreitas relações com empresas privadas através de venda de projetos, incubadora de empresas e realização de cursos pagos (MBA’s e mestrados profissionais) entre outros. O caráter público das universidades federais é perigosamente posto em cheque, desvirtuando a atividade fim das IFES, que é o tripé ensino-pesquisa-extensão, passando as instituições a atenderem a lógica do mercado, em detrimento da produção do saber e do desenvolvimento científico.

A criação deste “frankstein jurídico” atingia os objetivos do governo, indo de encontro aos interesses e recomendações dos organismos internacionais, desobrigando o Estado de seu papel fundamental de financiar a educação. Este era o passo principal para que o governo Lula da Silva implantasse a sua lógica de autonomia universitária, conforme o Banco Mundial já propalava desde os anos de 1990. Assim as IFES poderiam obter

⁴⁴ O Decreto Presidencial 5.205 vem regulamentar a Lei nº 8.958/94 do governo Itamar Franco.

recursos próprios através da captação junto ao setor privado, desonerando os cofres públicos.

Essa captação de recursos privados passou a se dar através da prestação de serviços de consultoria por parte das IFES para as empresas privadas, utilizando o espaço físico público (laboratórios, salas e bibliotecas) e recursos humanos pagos com dinheiro público (docentes e técnico-administrativos). O interesse privado passaria a direcionar o caminho das pesquisas e dos projetos da universidade pública brasileira. As incubadoras de empresas surgiram em profusão nas IFES, e empresários passam a se valer do espaço público e dos recursos humanos também público, para desenvolver projetos e novas tecnologias a fim de multiplicarem seus lucros sem riscos e sem investimentos maiores. Esses empresários apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para auferir grande lucratividade, oferecendo pouco ou nada em troca à instituição que as sedia.

Um grande número de cursos pagos passa a surgir nesta mesma época, baseados nesta possibilidade aparente de trazer recursos para a universidade pública. A ganância por tais recursos dentro da própria universidade e a possibilidade de complementação salarial para um número significativo de docentes faz com que a profusão deste tipo de atividade acabe por gerar problemas dentro dos cursos de graduação e de pós-graduação regulares das instituições. Além disso, este tipo de atividade viola, frontalmente tanto a LDB, quanto a Constituição Federal, que, em seu art. 206, inciso IV, diz que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais.

Um aspecto que também deve ser destacado é o fato de os baixos salários recebidos pelos docentes, colaborarem para a cooptação destes a fim de que participem destes projetos privados, com o objetivo de receberem complementação salarial através de bolsas, mesmo que exerçam formalmente o regime de dedicação exclusiva nas IFES. A coerção econômica é um poderoso elemento para cooptar os docentes para o empreendedorismo, obrigando-os a procurar outras fontes de renda. Para tal, o projeto burguês hegemônico utilizou de sua usual sutileza, que durante anos incorporou ao serviço público, e principalmente a categoria dos docentes das IFES, um caráter individualista em seu dia-a-dia no local de trabalho, através da meritocracia e do produtivismo, transformando os docentes em unidades empreendedoras voltadas apenas para a sua realização pessoal.

As divisões começam a surgir dentro do próprio departamento de ensino, onde os docentes são mesmo que inconscientemente divididos entre os que participam dos projetos extraordinários (remunerados por fora) e os que não tem a chance de complementar sua renda com as bolsas oferecidas pelas fundações, visto que não há espaço para todos.

Ainda em 2004 é aprovada a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10973/2004), que estabelece medidas para incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, baseada nas PPP's, mais uma vez transpondo a fronteira entre o público e privado, incrementando a participação do capital privado no direcionamento da pesquisa desenvolvida no interior do espaço público das IFES. Essa relação acaba por minar a autonomia das pesquisas e o compromisso com o desenvolvimento de uma educação emancipatória e baseada nos ideais de liberdade na formação humana.

Segundo o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), a Lei vem também ao encontro da atual Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo Lula da Silva, na medida em que esta propõe entre outros objetivos, o de melhorar a eficiência do setor produtivo do país de forma a capacitá-lo tecnologicamente para a competição externa, ou seja, a manter a política de superávit primário, a fim de honrar seus compromissos de pagamento dos juros das dívidas externa e interna, conforme já explicitamos anteriormente.

Além disso, o MEC divulgou três documentos com o objetivo de apresentar a proposta de Reforma da Educação Superior para discussão da sociedade brasileira. O primeiro deles é datado de 02 de agosto de 2004 e tem o título “Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes”. Este reafirma os princípios e consolida as diretrizes contidas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial nunca divulgado oficialmente, que foi analisado no início deste texto. O segundo documento, de 06 de dezembro de 2004, foi apresentado como a primeira versão do Anteprojeto de Lei do MEC para a Reforma da Educação Superior. O terceiro teve sua divulgação em maio de 2005, como a segunda versão do Anteprojeto de Lei da Educação Superior⁴⁵.

Em fins de 2006, começo de 2007, circulou, em ambiente restrito, o documento não-oficial do MEC com o nome de “Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras”. Nesse documento, o art. 1º especificava os objetivos

⁴⁵ Para aprofundar consultar NEVES (2004) e (2006).

do plano, em sete itens, dos quais a absoluta maioria tentava detalhar como iria se dar a revisão profunda da estrutura acadêmica que evitasse uma “profissionalização precoce e fechada”, por meio da “introdução dos ciclos ou níveis de formação”. No sexto desses itens, afirmava-se querer “produzir, por meio de novas arquiteturas curriculares, uma substancial redução das taxas de evasão e aumento de vagas...” No art. 2º, esse projeto detalhava, em nove outros itens, as diretrizes específicas para as IFES.

O art. 6º desse projeto de decreto referia-se à Universidade Aberta do Brasil – consórcio, cujos cursos são oferecidos, dentro da modalidade de ensino a distância, a partir de editais públicos, que posteriormente seria criada pelo Decreto Presidencial nº 5.800 de 08/06/2006 e que em seu artigo 1º assim diz:

Art. 1o Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Segundo o MEC, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central, a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia de ensino à distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional dito presencial. Ao nos debruçarmos sobre tais afirmações do governo Lula da Silva, logo percebemos o caráter real de tais políticas, destacando os aspectos defendidos pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, conforme já demonstramos anteriormente.

Leher e Barreto (2008) definem a UAB como:

“A rigor, trata-se de uma fundação de direito privado que, por meio de consórcios, organiza cursos à distância, em especial para formar (e, principalmente, certificar) centenas de milhares de profissionais engajados na “sociedade do conhecimento”. Essa universidade está consignada na forma de um consórcio entre estatais, prefeituras, universidades públicas e privadas, sob a coordenação de um conselho gestor constituído, entre outras entidades, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A presença empresarial é concebida como crucial para que a educação terciária seja considerada pertinente (ao mercado). Por sua vez, a presença da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pode contribuir para que essa educação comodificada circule no mercado com um selo de qualidade.” (2008; p. 433)

A Universidade Aberta do Brasil é mais uma política do governo Lula da Silva com o cunho de “alívio da pobreza” através do ensino, da formação profissional, e de políticas focalizadas a fim de fornecer aos “pobres” apenas o necessário a sua sobrevivência, não importando se este ensino não possui a qualidade adequada, nem se esta formação profissional não se encarrega de fornecer a formação de um trabalhador com visão crítica de mundo, mas apenas a fim de defender e incutir nos trabalhadores a conformação necessária para atender aos interesses do capital e dos países hegemônicos.

O discurso de democratização do acesso e de interiorização da educação superior serve de pano de fundo ao capital, para que este se torne o único horizonte possível, a única sociabilidade possível, desempenhando importante papel na coesão social necessária à sobrevivência do próprio capital.

Ao priorizar a formação de professores da educação básica, o governo Lula da Silva pretende naturalizar na classe trabalhadora o uso das novas tecnologias na educação, fazendo com que os docentes, como formadores de opinião, difundam a concepção burguesa de mundo, conformando os futuros trabalhadores à realidade defendida pela burguesia, além de constituir lucrativo campo de compra de pacotes tecnológicos.

A modalidade de ensino à distância ainda colabora e muito para o crescimento de um novo nicho de mercado para os grandes empresários internacionais da educação, que vislumbram um novo e enorme mercado para seus pacotes educacionais, que além de lhes reservarem lucrativas oportunidades de negócios, ainda chegam ao Brasil nos padrões escolhidos pela burguesia internacional.

Além disso, os alunos (con)formados pela UAB não entram em contato em momento algum com o ambiente universitário, com a pesquisa e a extensão, que é fator importante numa formação humana crítica e dotada de instrumentos capazes de fazer com que

os alunos tenham uma visão de mundo libertária, rompendo com os interesses da classe burguesa.

Outro argumento que o governo Lula da Silva lança mão para justificar o programa UAB é o aspecto geográfico do Brasil, devido às enormes distâncias entre os grandes centros econômicos e as regiões norte e nordeste do país (mais pobres). Este enorme distanciamento geográfico é realmente um grande desafio a ser enfrentado por nosso país e as novas tecnologias da informação e de comunicação (TIC's) devem ser ferramentas muito úteis na implantação de um sistema universitário que atenda com eficiência e qualidade aos lugares mais remotos do país, porém não devem ser a única metodologia, pois a presença do professor em sala de aula é indispensável na formação humana. Além disso, devemos respeitar as grandes diferenças regionais, tanto culturais quanto sociais, encontradas no Brasil, o que impossibilita o uso de materiais prontos, padronizados e injetados nas diferentes culturas locais. No entanto, esta afirmação do governo não confere com os dados apresentados pelo próprio MEC, pois a maior parte dos cursos de graduação à distância está na Região Sudeste. Ao examinarmos os dados disponibilizados nas estatísticas da UAB no sítio do Ministério da Educação constatamos que no período de 2007 a 2009, a UAB ofereceu 87.057 vagas na Região Sudeste, das quais só em Minas Gerais foram alocadas 50.766 vagas. Em contrapartida, no mesmo período, a Região Norte recebeu apenas 16.639 vagas.

O carro-chefe das medidas adotadas pelo governo Lula da Silva a fim de promover uma contra-reforma universitária de maneira fragmentada a fim de não chamar muito a atenção como o PL 7200 foi sem dúvida alguma o REUNI. Enxergamos ainda este Decreto como sendo o marco de implementação do conceito de educação terciária defendido pelo Banco Mundial no documento de 2003, anteriormente analisado.

Segundo o MEC, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, tem como objetivos, oferecer às universidades federais as condições necessárias para ampliação do acesso e permanência no ensino superior, como uma das ações que tornam viável o PDE. O REUNI pretende implementar uma política de expansão do ensino superior público, que de acordo com o Ministério da Educação, o Brasil poderá cumprir o papel atribuído pelo PNE (Lei nº 10.172/2001) que estabeleceu o aumento da oferta de ensino superior para, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até 2010.

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

A possibilidade desse incremento no ingresso está fortemente relacionada à razão de 18 estudantes de graduação, em cursos presenciais por professor, colocada como uma das metas, logo no art. 1º (§ 1º). Historicamente, o número médio de estudantes de graduação por professor situa-se próximo a 9 nas IFES. Nos últimos três anos, esse número já vem aumentando bastante, sendo citado nos últimos dados do INEP, correspondente ao ano de 2005, como sendo de 10,9 (ANDES-SN, 2007; p. 24). É necessário não confundir a razão estudante/professor com o atendimento de estudantes pelos professores, ou seja, com o tamanho das classes de aula, que é muito maior em função de cada estudante cursar várias disciplinas simultaneamente. É necessário também considerar que o mesmo professor atende estudantes de pós-graduação, faz pesquisas, executa tarefas administrativas e supervisiona atividades de extensão.

“Os valores da relação estudante/professor atualmente praticados no Brasil são muito próximos às razões que se verificam em vários outros países que têm organização acadêmica semelhante à brasileira, como, por exemplo, os países nórdicos da Europa, a Alemanha e também o Japão. (...) Além do dobro de ingressantes, o programa, ao estabelecer como outra meta, no mesmo art. 1º, a taxa de conclusão média dos cursos presenciais em 90%, pretende uma ampliação adicional no total de estudantes matriculados. Atualmente, essa taxa é de 60% nas IFES, segundo dados do Inep (2005 para concluintes e 2002 para ingressantes), valor também veiculado pela SESu/MEC (Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação). Destaque-se que, nos países componentes da OCDE, a taxa média de conclusão é de 70%, situando-se abaixo desse valor em vários países, como, em ordem decrescente, Estados Unidos, Bélgica, França, Suécia e, finalmente, Itália, onde tal taxa está em 42% (dados da OCDE).”(ANDES-SN, 2007; p. 24)

Para uma real ampliação do acesso nas dimensões propostas, mas com qualidade, faz-se necessário, além da renúncia a índices irrealistas, um rápido aumento no financiamento público para a educação, como um todo, até alcançar a ordem de 10% do PIB, conforme previsto no PNE.

Treze anos depois da publicação do documento do BM “Educação superior: Lições Derivas da Experiência” o REUNI apresenta no seu artigo primeiro a mesma centralidade no ensino de graduação defendida em 1994 pelo Banco Mundial:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a

ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Em relação à otimização das instalações físicas das IFES, devemos frisar que o problema está relacionado diretamente com o financiamento insuficiente para obras e para aquisição de material. Para tal, o Decreto aponta a necessidade de redução da evasão e a ocupação de vagas ociosas, principalmente no período noturno.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

Lembrando ainda que isto nada mais é do que o cumprimento do que já deveria ser observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) em seu § 4º do art. 47, que reza sobre o oferecimento de cursos de ensino superior noturnos.

Ainda segundo o MEC, o REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que tem como premissa respeitar a autonomia universitária e a diversidade das instituições, como também preconiza o Banco Mundial. Os projetos apresentados pelas universidades poderão iniciar-se no conjunto de suas unidades acadêmicas, e em novas unidades a serem criadas (expansão), desde que, ao final do período de cinco anos (2012), a meta estabelecida seja alcançada. Aqui também podemos apreender as diretrizes do BM, visto que, a criação de centros de excelência em pesquisa nos grandes pólos regionais e a interiorização de cursos de graduação sem nenhuma associação com a pesquisa e a extensão universitária, é uma realidade nos marcos do REUNI, como analisaremos adiante.

O MEC afirma que junto com a ampliação do acesso, o melhor aproveitamento da estrutura física e o aumento do qualificado contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública. O Ministério afirma que isto é fundamental para que os “diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de indivíduos aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige profissionais com formação ampla e sólida” (MEC, 2007; p. 5). Não é o que parece ao verificarmos que o Reuni prepara todo o caminho para a desestruturação do modelo atual de

universidade para a implantação de um modelo de instituições diversificadas, quebrando o tripé ensino-pesquisa-extensão, contribuindo para uma formação aligeirada, acrítica e voltada para a conformação dos futuros profissionais a nova realidade imposta pelo capital.

Basta analisarmos o “Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): o Brasil e sua gente estão nas Universidades Federais” publicado pela ANDIFES (Associação nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), onde esta associação faz uma descrição pormenorizada das ações implementadas pelas IFES nos três primeiros anos do REUNI.

O relatório segundo Lima (2010, p.7), aponta como eixo principal do REUNI a ampliação do número de vagas no ensino superior, principalmente nos cursos noturnos e nas licenciaturas, baseadas em quatro temáticas principais:

- O aumento do número de vagas;
- A reestruturação acadêmico-curricular;
- A política de assistência estudantil;
- O suporte da pós-graduação para o desenvolvimento da graduação.

Essa ampliação está sendo implementada através do aumento do número de vagas nos cursos já existentes e da criação de novos cursos, diminuindo a evasão e o número de vagas ociosas, nos moldes abaixo:

“Reestruturações acadêmicas e curriculares, busca por novas metodologias e carreiras, modernização do fazer universitário, incorporação de experiências internacionais e formação de profissionais demandados pelo mercado de trabalho contemporâneo completam e qualificam o programa” (ANDIFES, 2010, p. 8).

Segundo dados analisados por Lima (2010; p. 9), em 2006 eram ofertadas 122.003 vagas nos cursos de graduação presencial das universidades federais. Já em 2010 foram ofertadas 199.282, representando um incremento de 77.279 vagas, aumentando 63% no período de 2006 a 2010.

De acordo com a tabela abaixo, extraída do relatório do relatório da ANDIFES, o curso que mais ofereceu vagas em 2010 foi o Engenharia, porém se analisarmos a tabela de maneira pormenorizada, observaremos que relativamente, o cursos que mais cresceu foi o de Tecnólogo, com o incremento de 756,08%, seguido de perto pelo curso de Serviço Social com 116,19% de aumento. Chama a atenção o fato do curso de Medicina aparecer em último lugar com um crescimento de apenas 19,07%.

EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL NO PERÍODO 2006-2010						
CURSO	2006	2007	2008	2009	2010	Δ% 2006/2010
ENGENHARIA	16.340	19.101	21.333	28.096	32.502	98,91
LETRAS	12.184	13.439	14.434	18.883	19.348	58,80
MATEMÁTICA	6.515	8.115	8.631	10.968	11.000	68,84
ADMINISTRAÇÃO	5.610	6.314	6.622	8.425	9.167	63,40
PEDAGOGIA	5.515	6.544	6.666	7.653	7.493	35,87
BIOLOGIA	4.480	5.276	5.582	6.841	7.177	60,20
COM. SOCIAL	5.093	5.399	5.571	6.662	6.916	35,79
DIREITO	5.284	5.503	5.685	6.359	6.702	26,84
FARMÁCIA	4.074	4.478	4.963	5.819	6.385	56,73
COMPUTAÇÃO	2.388	2.582	2.988	4.092	4.935	106,66
HISTÓRIA	3.558	4.125	4.277	4.760	4.867	36,79
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3.566	3.806	3.901	4.481	4.780	34,04
FÍSICA	3.225	3.556	3.676	4.594	4.734	48,79
ECONOMIA	3.758	4.073	4.130	4.524	4.709	25,31
QUÍMICA	2.807	3.306	3.602	4.440	4.647	65,55
EDUC. FÍSICA	3.143	3.487	3.620	4.182	4.548	44,70
MEDICINA	3.649	3.970	4.178	4.355	4.345	19,07
ENFERMAGEM	2.978	3.318	3.595	4.306	4.237	42,28
GEOGRAFIA	3.002	3.433	3.600	4.243	4.150	38,24
ARTES	2.356	2.558	2.717	3.759	4.143	75,85
AGRONOMIA	3.414	3.539	3.752	4.026	4.120	20,68
SOCIOLOGIA	2.314	2.580	2.756	3.392	3.667	58,47
TECNÓLOGO	378	238	502	2.020	3.236	756,08
SERVIÇO SOCIAL	1.421	1.896	2.086	2.701	3.072	116,19
PSICOLOGIA	1.864	2.300	2.445	2.792	3.065	64,43
NUTRIÇÃO	1.370	1.798	1.743	2.524	2.772	102,34
ZOOTECNIA	1.535	1.825	2.024	2.495	2.615	70,36
VETERINÁRIA	1.811	2.111	2.216	2.434	2.559	41,30
FILOSOFIA	1.425	1.528	1.758	2.113	2.496	75,16
ARQUITETURA	1.630	1.749	1.831	2.146	2.462	51,04

Fonte: ANDIFES (2010)

Esse crescimento no número de vagas no período 2006-2010 pode ser observado na totalidade das universidades federais brasileiras que aderiram ao REUNI segundo o relatório, e pode ser claramente observada quando recorremos aos quadros elaborados por Lima (2010, p. 15-20) e abaixo reproduzidos:

<i>UNIVERSIDADE</i>	<i>AUMENTO DO Nº DE VAGAS</i>
UFAC	52%
UFAM	36%
UFPA	26%
UFRA	73%
UFRR	38%
UFT	76%
UNIFAP	28%

UNIR	65%
UFAL	44%
UFBA	86%
UFC	37%
UFCG	170%
UFERSA	253%
UFMA	54%
UFPB	96%
UFPE	27%
UFPI	100%
UFRB	277%
UFRN	65%
UFRPE	68%
UFS	68%
UNIVASF	55%
UFG	73%
UFGD	89%
UFMS	35%
UFMT	67%
UnB	86%
UFES	68%
UFF	63%
UFJF	52%
UFLA	155%
UFMG	43%
UFOP	143%
UFRJ	25%
UFRRJ	43%
UFSCAR	87%
UFSJ	223%
UFTM	313%
UFU	92%
UFV	79%
UFVJM	169%
UNIFAL	194%
UNIFEI	169%
UNIFESP	324%
UNIRIO	75%
FURG	85%
UFCSPA	167%
UFPEL	106%
UFPR	40%
UFRGS	18%
UFSC	54%
UFSM	59%
UTFPR	601%

Fonte: LIMA (2010, p. 15-20)

Exemplos não faltam e citarei apenas alguns para ilustrarmos a situação descrita anteriormente.

A FURG (Fundação Universidade do Rio Grande) promove uma flexibilização curricular, criando cursos e reformulando outros, organizando-os em ênfases, promovendo a flexibilização e a autonomia nos percursos da formação acadêmica. (ANDIFES, 2010, p. 18)

Na UFF estão sendo introduzidas novas metodologias a partir de recursos didáticos como vídeo aulas, monitoria *on line*, reformulação do sistema acadêmico e reformulação curricular. Segundo o documento da ANDIFES essas mudanças caracterizam-se por promover “maior flexibilização curricular e pela redução do tempo de permanência do aluno”, (ANDIFES, 2010, p. 19) apesar disto não ter se concretizado na prática.

Já na UFG (Universidade Federal de Goiás) houve uma reorganização da estrutura acadêmica, extinguindo-se os Departamentos de ensino, fazendo com que as decisões sejam tomadas de maneira centralizada por um conselho diretor de Unidade. (ANDIFES, 2010, p. 19)

A UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), IFE recém criada, implementou um período de formação comum de três semestres, onde o aluno cursa seis disciplinas obrigatórias comuns a todos os cursos e seis disciplinas específicas ao seu curso. Além disso, ao fim desse período o aluno tem a possibilidade de mobilidade entre os diversos cursos.

Seguindo no documento da ANDIFES constatamos que a UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) optou diretamente pelos cursos de bacharelado interdisciplinares, onde o aluno obtém uma formação básica em uma das três grandes áreas (Artes & Design, Ciências Exatas ou Ciências Humanas), e posteriormente escolhe um outro bacharelado mais específico. (ANDIFES, 2010, p. 20)

A UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) tem dado ênfase a promover novas técnicas que utilizem tecnologias de educação à distância (EAD) em diversas disciplinas de cursos presenciais, assim como a UFPB (Universidade Federal da Paraíba) vem desenvolvendo a utilização de inovações didático-pedagógicas e de novas tecnologias de ensino como a construção de salas multimeios com acesso a internet e a videoconferências. (ANDIFES, 2010, p. 20).

Outra faceta apresentada pelo relatório apareceu na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e se refere à articulação entre a graduação e pós-graduação, com a inserção de alunos de pós-graduação em atividades docentes em cursos de graduação, “no sentido de carrear algumas experiências ou conhecimentos da pós a espaços limitados da graduação.” (ANDIFES, 2010, p. 22)

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a mais antiga e tradicional do Brasil, que sempre fez da pesquisa a sua maior “vocação”, transformou diversos de seus

cursos de bacharelados em licenciaturas como o de Filosofia, Ciências Sociais e Dança. (ANDIFES, 2010, p. 23)

A UFT (Universidade Federal do Tocantins) implantou a formação composta por ciclos (ciclo de formação geral, ciclo de formação específica e ciclo de pós-graduação), optando por uma articulação ainda maior, abrangendo também a pós-graduação. Além disso implementou um programa de formação continuada para os docentes (ANDIFES, 2010, p. 25)

No caso da UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuripe), esta adotou em dois cursos um “modelo interdisciplinar em que o aluno, após três anos, recebe o diploma de bacharel, sem nenhuma formação profissionalizante, podendo optar, logo em seguida, por um curso profissionalizante.” (ANDIFES, 2010, p. 25). Poderíamos aqui citar dezenas de casos descritos no relatório da ANDIFES, entretanto, os apresentados acima servem para ilustrar com palavras da própria associação dos reitores, as aplicabilidades do REUNI nas IFES, e caracterizam de maneira clara as diversas faces da contra-reforma da educação superior no Brasil.

Em resumo, o documento da ANDIFES, ressalta que:

“o REUNI respeitou a autonomia universitária na medida em que cada universidade pode elaborar seu projeto próprio de expansão, partindo da consideração de que o REUNI expressa o apoio, por parte do governo federal, a demanda de expansão apresentada pelos reitores das universidades federais em 2003.”(LIMA, 2010; p.2)

Nas diretrizes do Plano, a mobilidade estudantil surge como uma primordial meta a ser atingida pelas IFES que aderiram ao REUNI “por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente” (MEC, 2007; p. 5). Para o governo brasileiro, o exercício profissional no mundo atual requer aprendizagens múltiplas e demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária. Entretanto, a existência efetiva de programas de mobilidade impõe não só condições materiais para que os estudantes se façam presentes em outras instituições.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

Segundo o MEC, é necessário, sobretudo, “superar o problema do distanciamento entre as instituições de ensino, estimulando uma cultura de cooperação permanente e garantindo ao aluno o aproveitamento dos conteúdos estudados” (MEC, 2007; p. 5-6). Entretanto, não se vê nenhum incentivo por parte do governo federal a fim de conceder algum tipo de auxílio aos estudantes para que estes possam se locomover, alimentar e muito menos se alojarem nas diversas IFES.

Essa lógica perversa pode ser perfeitamente identificada na contra-reforma universitária implementada pelo governo Lula da Silva de forma salteada, dividida em decretos diversos, que por fim atende em cheio aos objetivos dos organismos internacionais. O REUNI, em especial, transplanta todas essas orientações para as ações práticas do governo como, por exemplo, a padronização dos cursos através da uniformização de conteúdos e da articulação dos vários níveis de ensino, a transformação das universidades em repetidoras de tecnologias desenvolvidas de fora pra dentro, formando trabalhadores sem pensamento crítico e voltados apenas pra atender aos interesses da grande indústria, deixando de lado todo em qualquer interesse pela pesquisa.

A tudo isso dito anteriormente dito, se articula a grande dificuldade imposta aos docentes por todas essas medidas adotadas pelo governo brasileiro ao atender ao aceno dos organismos internacionais. Os mestres têm a autonomia “compartilhada” por programas anteriormente direcionados, currículos pré-determinados, falta de apoio técnico e financeiro para desenvolver pesquisas, acúmulo de tarefas extraclasse que beiram ao absurdo, culminando com o adoecimento e até a invalidez permanente. Ainda podemos citar o fato do aumento desenfreado do número de alunos por sala de aula que colabora com a queda da qualidade do ensino prestado, a reposição insuficiente dos quadros docentes das IFES, a expansão a “toque de caixa” para o interior sem nenhum critério técnico (apenas político), a ingerência sobre a administração das universidades através de contratos de gestão, que ficam reféns de metas pré estabelecidas pelo MEC (diga-se de passagem, aprovadas pela comunidade universitária).

Segundo o Decreto, os planos de reestruturação apresentados pelas universidades federais por meio de adesão, e aprovados pelo Ministério da Educação, teriam sua contra

partida financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas firmado entre o MEC e as universidades participantes.

Segundo o MEC, o governo Lula da Silva, ao contrário do governo FHC, realizou um importante movimento de recuperação do orçamento das universidades federais e “deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de 49 novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de dez novas universidades”. (BRASIL, 2007c; p. 9)

Também segundo o MEC, com relação ao orçamento das IFES de 2007, “houve um aumento real de 31,5% em relação a 2002. Nesse mesmo período, o investimento nas universidades aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal. Houve o provimento de mais de 9.000 professores de terceiro grau, 14.000 servidores técnicos administrativos e a criação de 30.000 vagas em cursos de graduação.” (BRASIL, 2007c; p. 9) Entretanto, é importante salientar que o incremento de 20% no orçamento de custeio previsto no REUNI para uma ampliação no número de estudantes da ordem de 100%, significa na prática numa redução real da relação de custeio por estudante.

O que acontece é uma alteração na sistematização do financiamento, que passa a ser baseada num contrato de gestão, aprofundando a lógica gerencial, instituída através de um acordo de metas e resultados, se colocando em contraponto à autonomia universitária.

As IFES têm ainda hoje, seu financiamento baseado no modelo incremental, onde o MEC transfere seu orçamento global para as IFES, determinando que os recursos financeiros de um ano sejam baseados no orçamento do ano anterior. Neste caso, um determinado valor é definido pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional. Outro modelo também utilizado para financiamento das IFES é o de fórmulas, que acontece através do estabelecimento de variáveis e indicadores onde fórmulas matemáticas determinam o percentual a ser destinado a cada IFE.

Além desses dois modelos de financiamento, o REUNI estabelece um terceiro modelo, o de financiamento contratual com o governo federal, que tem como alicerce um contrato de gestão entre a instituição e o Estado, em que as IFES pactuam com um programa e se comprometem a atingir determinados objetivos, recebendo em contrapartida, determinado apoio financeiro. Com o REUNI, os recursos serão distribuídos entre as IFE's de acordo com o número de matrículas projetadas entre 2007 e 2012. Quanto mais aumentarem suas vagas, mais recursos serão liberados para aquela instituição. Cabe destacar que, a ampliação de 20% em relação a 2007 nas verbas de custeio, desconsidera a inflação do período.

A tabela a seguir apresenta os recursos de investimento e custeio, previstos para o REUNI, considerando a hipótese de participação de todas as universidades federais. O total de investimentos projetados para o período de 2008 a 2011 é da ordem de 2 bilhões de reais. O valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de cinco anos, até atingir, ao final, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007. (BRASIL, 2007c; p. 13)

<i>Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto n° 6.096/2007 (em milhares de Reais)</i>					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: Diretrizes do Reuni (BRASIL, 2007c; p. 13)

Os recursos previstos para cada universidade federal no ano de 2008 seriam alocados diretamente em sua unidade orçamentária no Programa Brasil Universitário, Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Sua liberação seria condicionada à aprovação do plano, assinatura de termo de pactuação de metas correspondente e capacidade orçamentária e financeira do MEC. Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

O Decreto previa ainda que, caso uma universidade não aderisse ao REUNI em 2008, os recursos a ela previstos seriam realocados para outras instituições, como antecipação

orçamentária, sem prejuízo de ingresso posterior no programa. Isto acirrou a competição entre as instituições e as pressionou para que aderissem ao Programa.

Uma parte do total dos recursos de investimento, correspondendo a 500 milhões de reais, seria alocada considerando-se o número de matrículas projetadas com base nos dados consolidados PingIFES 2005. O valor restante, da ordem de 1,5 bilhão, seria distribuído considerando-se um valor de referência-SESu de cinco mil reais para cada nova matrícula projetada. (BRASIL, 2007c; p. 13)

Portanto, às metas do REUNI, poderão em último caso, implicar na flexibilização dos processos de avaliação do ensino-aprendizagem e o desprezo pelas especificidades de determinadas áreas acadêmicas. Tudo isso poderá resultar, na precarização dos processos de formação, pois, ao exigir do professor o trabalho com um número de alunos por turma incompatível com um atendimento individualizado, além de flexibilizar os processos de avaliação, induzindo uma “promoção automática”, fará com que o resultado final do seu trabalho não será o da efetiva promoção do conhecimento e da formação integral do homem. Ao contrário, promoverá uma formação aligeirada, superficial, desvinculada da pesquisa, com perspectivas polivalentes, conformada às demandas de curto prazo do mercado.

Outra ação importante do governo Lula da Silva que incorpora bastante a lógica dos organismos internacionais e traz o instrumento dos contratos de gestão para as IFES é o banco de professores equivalentes, que foi instituído pelas Portarias Interministeriais MEC/MPOG nº 22/07 e 224/07, para ser um “instrumento de gestão administrativa de pessoal”. Cada universidade ganha autonomia para gerir seu quadro de pessoal, porém dentro das limitações orçamentárias impostas pelo banco, lembrando sempre que o MEC não levou em consideração em nenhum momento a imenso déficit de docentes deixado pela contra-reforma no governo FHC e pela pequena, porém constante, expansão do número de vagas na graduação e uma grande expansão na pós-graduação nos últimos quinze anos.

Em síntese, o banco de professores-equivalente corresponde ao total de professores de 3º grau efetivos e substitutos em exercício na universidade, no dia 31/12/2006, expresso na “unidade professor-equivalente”. Para chegar a essa unidade, o governo, tomando como referência a equivalência salarial entre um professor efetivo e um professor substituto (Lei nº 11.344, de 08/09/2006, que dispõe sobre a reestruturação e a remuneração das carreiras de Magistério de Ensino Superior e outras), atribuiu um fator (peso) diferenciado a cada docente segundo sua condição de trabalho.

A necessidade do cumprimento das metas de expansão propostas no decreto, os limites orçamentários já explicitados, e a dinâmica de contratação de professores nas universidades, pautando-se pelo ‘banco de professores-equivalentes’, forçará imperiosamente a um aumento de produtividade em detrimento da qualidade, que irão necessariamente resultar na precarização das condições de trabalho docente.⁴⁶

Ao considerar que 3 professores em regime de 20 horas semanais, praticamente, equivalem a 1 professor 40 horas com DE, a universidade possivelmente será induzida a preferir este em favor daqueles, dos quais obterá uma carga horária de ensino maior do que a de um único docente DE que também teria as atribuições de pesquisa e extensão, além das burocrático-administrativas.

Como a meta global do decreto é expansão do número de matrículas nos cursos de graduação, a contratação de professores substitutos para a função exclusiva de ensino, como já ocorre atualmente (em média, um professor substituto 20 horas ministra três disciplinas por semestre), seria a maneira mais “racional”, sem custos adicionais, de atender às demandas de crescimento do ensino superior, uma vez que três professores substitutos 20 horas (equivalentes a um professor DE) atenderiam, em média, doze turmas-disciplinas. Até o momento essa possibilidade não se concretizou, e o que tem se constatado é uma proporção bastante grande de professores em regime de dedicação exclusiva sendo nomeados para as vagas disponibilizadas pelo banco, com exceção de áreas específicas como Direito e Engenharia. Embora as nomeações de docentes para o quadro permanente das IFES, tenham sido até aqui, predominantemente em DE, isto não significa que a atuação destes docentes esteja pautada na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, como analisaremos posteriormente.

No que diz respeito às relações de trabalho no âmbito das universidades, a adoção da estratégia de contratação de substitutos e de professores com carga horária de 20 horas semanais, com base no banco de professores-equivalentes, caso aconteça, poderá aprofundar, além do processo de precarização, o fosso entre o trabalho realizado pelo professor efetivo, com dedicação exclusiva, e o trabalho do professor substituto, cujo contrato de trabalho o limita a dar aulas.

⁴⁶ Para efeito de pontuação do banco de professores equivalentes, atribuiu-se valores para cada situação. Os professores em regime de dedicação exclusiva valeriam 1,55 pontos, enquanto que os 40 horas valeriam 1 ponto e os 20 vinte horas e os professores substitutos valeriam apenas 0,5 ponto.

Como possui vínculo temporário com a IFES, o professor substituto não pode assumir cargos de chefia ou de direção, desenvolver e/ou orientar pesquisas, submeter e coordenar projetos. Isso leva a um comprometimento do trabalho institucional-acadêmico como um todo, pois um número cada vez menor de professores efetivos terá que acumular essas tarefas.

Assim, expomos as ações mais relevantes implementadas pelo governo Lula da Silva no período de 2003 a 2010, lembrando sempre que todas estão interligadas e que precisam ser compreendidas como um todo, ou seja, como um processo único que não demonstra o seu real sentido se analisado isoladamente.

No próximo capítulo, passaremos a analisar as alterações recentes no trabalho dos professores nas IFES, tomando como exemplo a Universidade Federal Fluminense (UFF), analisando aspectos históricos desde sua criação, passando pela evolução do seu quadro de pessoal docente no governo FHC (1995-2002), até chegarmos ao REUNI, desde a sua implantação (2007-2010) problematizando possíveis consequências para o trabalho docente.

Capítulo III – O Trabalho docente e o REUNI na UFF

3.1 – Alguns elementos históricos da Universidade Federal Fluminense e da política de pessoal nos anos de neoliberalismo

Nesta seção iremos analisar alguns aspectos históricos da Universidade Federal Fluminense, desde a sua criação até o início dos anos 2000, dando ênfase às lutas políticas presentes já na década de 1960 até um mapeamento da movimentação do quadro de pessoal na segunda metade da década de 1990 e início do novo século.

Uma análise do contexto político da criação da Universidade se faz necessária para compreendermos a estrutura diversificada que formou a antiga UFERJ e que deu origem as divergências políticas que atualmente encontramos na UFF, mostrando-nos que tais embates são inerentes à criação da própria instituição.

Da Criação aos anos de Neoliberalismo

Desde a década de 1950, já havia por parte da elite do então Estado do Rio de Janeiro uma demanda pela criação de uma universidade federal com o objetivo de “fortalecer o aspecto ruralista e industrial pregnantes naquela unidade da federação” (MANCEBO, 1999, p. 19). Havia por parte do Estado do Rio uma necessidade pela formação de suas elites através de uma instituição de ensino superior de caráter universitário e, administrada pelo governo federal.

Vale lembrarmos ainda que, naquele contexto, o Rio de Janeiro era um dos poucos estados da federação que não possuía uma universidade federal e a classe trabalhadora sentia-se prejudicada em virtude de considerá-lo bastante apto para recebê-la. Cabe destacarmos que além do anseio da classe trabalhadora e da vontade das elites locais,

havia ainda grande pressão por parte dos docentes das faculdades isoladas, a fim de que estas passassem à administração federal. Segundo Mancebo (1999, p. 20) “isso poderia representar uma forma de segurança, melhoria salarial e status social”.

Algumas tentativas foram feitas para que fosse criada uma universidade do Estado do Rio administrada pelo governo estadual, porém um forte movimento político e a pressão exercida pelos movimentos estudantis impediram que este projeto fosse levado à frente, em virtude destes acreditarem que o processo ideal para o Rio de Janeiro era a federalização e não a estadualização.

Depois dessas tentativas preliminares, em 18 de dezembro de 1960, finalmente era criada através da Lei nº 3.848 a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), que nada mais era do que uma “junção de dez faculdades isoladas existentes, que contavam com cerca de 3.000 alunos matriculados em seus cursos, algumas prestando serviço à comunidade a mais de 40 anos” (MANCEBO, 1999; p. 20). Na realidade, o que aconteceu foi a formalização da junção de algumas unidades isoladas na forma de “universidade conglomerada” apresentada por Fernandes (1979, p. 52)), mantendo o mesmo padrão arcaico anterior das escolas isoladas. Para Fernandes (1979) este modelo de “universidade conglomerada” apenas continuaria a reproduzir o “padrão brasileiro de escola superior” de transmissão institucional de “conhecimentos e técnicas absorvidos do exterior” e não uma universidade “integrada e multifuncional”, extinguindo um padrão voltado para a transmissão de conhecimentos vindos de fora. Para isso, seria necessário um forte estímulo ao desenvolvimento da pesquisa original a fim de construir e difundir novos conhecimentos para que a dependência econômica e a heteronomia cultural não se fizessem tão presentes no Brasil.(FERNANDES, 1979; p. 52 e 54)

Em 11 de abril de 1961 finalmente foi efetivamente instalada e, sua primeira reunião do Conselho Universitário foi realizada na sede da Associação Comercial de Niterói para a escolha do primeiro Reitor.

Já neste momento, caracterizava-se uma forte luta política interna na UFERJ entre as faculdades incorporadas então federalizadas e as chamadas agregadas, que eram instituições de origem particular ou estadual que foram posteriormente federalizadas.

Na época da criação da UFERJ somente eram federalizadas as Faculdades de Direito, de Medicina, de Farmácia e Odontologia, e a de Veterinária. As agregadas eram as

de Enfermagem, Serviço Social e Engenharia – de origem estadual – e as de Economia e Filosofia – de origem particular.

Essa diversidade de características e naturezas no interior da UFERJ criava um enorme desnível acadêmico, jurídico e de instalações físicas entre as diferentes faculdades. Inexistia uma sistemática acadêmica entre as diferentes escolas em virtude de haver uma autonomia didática entre as unidades. A integração das diversas unidades em uma universidade ficou bastante prejudicada. Não existia um padrão para a contratação de pessoal docente, “prevalecendo, um certo clientelismo no momento da escolha” (MANCEBO, 1999; p. 22). Essa característica tornou-se marcante na UFF, pode-se observar ainda hoje a presença de famílias inteiras no corpo docente e técnico-administrativo da Universidade, pois a falta de regras e critérios para contratação favoreceram os privilégios e o nepotismo.

Além dos problemas mencionados anteriormente, ainda existia o problema relativo ao financiamento, que segundo nos relata Mancebo: havia um tratamento orçamentário e jurídico especial para a Faculdade de Filosofia em relação as faculdades incorporadas e até mesmo em relação as outras particulares, causando “uma política de favoritismo do Estado em relação às faculdades particulares, através da concessão de subsídios e até cessão de prédios públicos”. (1999; p. 23)

Uma característica marcante do processo de criação da UFF foi a “dificuldade na construção de uma hegemonia” (MANCEBO, 1999; p. 23), tendo em vista a grande diversidade de forças políticas envolvidas neste processo de implantação, como por exemplo, a elite local, o movimento estudantil e o então governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira. A UFERJ tornava-se então um importante espaço político num estado com poucos recursos financeiros, devido à crise agrária e a uma incipiente industrialização. A carreira docente numa universidade pública federal surgia como oportunidade para ascensão profissional, com estabilidade e status social.

A disputa política já começaria com a aprovação do primeiro estatuto da UFERJ, onde havia discriminação entre as faculdades incorporadas e as agregadas, algo que até então se desconhecía na legislação brasileira. Em 26 de janeiro de 1961, após reunião da Diretoria de Ensino Superior, era publicado no Diário Oficial da União o Estatuto da Universidade (Decreto nº 49.973) que excluía as faculdades agregadas do processo de escolha do Reitor.

A partir de então, formou-se um Conselho Universitário composto por membros das faculdades incorporadas com a finalidade de elaborar uma lista tríplice para a escolha do Reitor da UFERJ. Este processo não foi levado adiante por iniciativa dos professores Álvaro Sardinha e Paulo Gomes, ambos da Faculdade de Direito (diga-se de passagem, que eram faculdades incorporadas), que entraram com um mandado de segurança impedindo a escolha. Deve-se destacar também o fato de alunos e professores das faculdades agregadas, terem invadido o anfiteatro da Faculdade de Medicina, onde funcionava a administração central da UFERJ.

Mais tarde, em março de 1961, o presidente Jânio Quadros editou um decreto (nº 50.340) que revogaria o decreto que impedia a participação das faculdades agregadas das atividades da universidade, impondo que a UFERJ deveria aplicar no que coubesse o estatuto da então Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

Depois de todo esse imbróglio jurídico, finalmente em 13 de abril de 1961, foi escolhida a lista tríplice, com a presença de todos os segmentos da universidade (inclusive das agregadas), composta pelos professores Álvaro Sardinha, Deoclécio Dantas de Araujo e Durval de Almeida Baptista Pereira. O Professor Durval acabou sendo nomeado pelo presidente Jânio Quadros em 26 de abril de 1961, o primeiro Reitor da universidade.

Logo terminado o processo de escolha do Reitor, o então senador Paulo Fender começa a articular medidas jurídicas tentando anular o pleito, alegando ilegalidade no ato, pois segundo ele, as faculdades agregadas não poderiam participar do processo em virtude do decreto nº 50.066 (que proibia a participação das agregadas nas atividades mais importantes da universidade) não ter sido revogado.

Essa pressão aumentou a partir de uma visita do Reitor Durval Pereira ao Ministério da Educação e Cultura em Brasília a fim de preparar uma reunião de Reitores das Universidades Federais. Segundo jornais da época, o Reitor “aproveita-se da ocasião para captar verbas para a Faculdade de Filosofia” e “por este fato, é acusado de desvio de verba federal (...) culminando com a sua demissão efetivada pelo presidente Jânio Quadros.” (MANCEBO, 1999; p. 26)

Somente com a participação do então Ministro da Educação Brígido Tinoco e do próprio professor Durval Pereira, é que o decreto é finalmente revogado, porém a disputa entre as forças políticas continua e enquanto o professor Durval era demitido em virtude de pertencer ao quadro das faculdades agregadas, os membros das faculdades

incorporadas se reúnem e escolhem o professor Deoclécio Dantas de Araújo para Reitor. Porém os aliados do professor Durval reagem e pressionam o presidente Jânio Quadros, que anula sua demissão e o reconduz ao cargo. Neste mesmo mês o presidente Jânio Quadros renuncia ao mandato e a Reitoria fica sem comando, e “não era nem o Deoclécio, nem o Durval, ficou um negócio completamente acéfalo.” (MANCEBO, 1999; p. 26)

Diante do impasse entre agregadas e incorporadas, o MEC resolve o problema nomeando uma pessoa que satisfizesse ambos os lados e o escolhido foi o Professor Paulo Gomes da Silva (1961-1963) que teve como missão a elaboração do estatuto da UFERJ. Em meados de 1963 o presidente João Goulart nomeia o Professor Deoclécio Dantas (1963-1965) para Reitor com base na antiga eleição em que ele tinha ficado em terceiro lugar na lista tríplice. Mais uma vez inicia-se uma campanha para retirá-lo do cargo, dando o resultado esperado em meados de 1965. Já nesta época, havia suspeitas de envolvimento de partidos políticos na disputa pelo poder na UFERJ, e que a nomeação do professor Deoclécio Dantas seria “fruto de manobras políticas do PTB fluminense” (MANCEBO, 1999; p. 27). O meio universitário fluminense dizia-se perplexo com a medida adotada pelo presidente João Goulart e após declaração de luto pelos estudantes e de ameaça de deflagração de uma greve geral, uma sindicância foi pedida pelo grupo do professor Durval Pereira ao MEC, alegando arbitrariedades administrativas, porém nada foi comprovado além da disputa pelo poder político.

Em 1965 foi nomeado Reitor “pró tempore” o professor Raul Jobim Bittencourt, que viria a propor a demissão do professor Deoclécio Dantas. Ainda em 1965 assume a Reitoria o professor Argemiro de Oliveira (1965-1966), então Vice-Reitor. Nesta época, através da Lei nº 4.831, a UFERJ ganha definitivamente a nomenclatura de Universidade Federal Fluminense (UFF).

No ano de 1965, os professores da Escola de Serviço Social, Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama e Jamil El-Jaick ao caminharem pela Praia de Icaraí vislumbram a possibilidade de compra do prédio do Hotel Balneário Cassino Icaraí para instalar a Reitoria da UFF, que até então funcionava na parte da frente do Hospital Universitário Antonio Pedro⁴⁷ (HUAP), onde hoje funciona o Anfiteatro Argemiro de

⁴⁷ No ano de 1961, o Presidente João Goulart em visita as vítimas do incêndio do Gran Circo Norte Americano, onde mais de 300 pessoas morreram, concorda com a proposta de transferência do Hospital Antonio Pedro para o âmbito do MEC, exigindo em contrapartida da UFF a prestação de serviços de emergência e maternidade à população. Tal transferência se efetiva em 1963 e o HUAP torna-se o primeiro Hospital Universitário do Brasil.

Oliveira. A propriedade da Rua Miguel de Frias nº 09 pertencia a família Paes, que consultada pela professora Violeta, concordou em repassar o imóvel. Tal proposta logo foi aprovada pelo Conselho Universitário e a Reitoria passaria a funcionar no histórico prédio de Icaraí mediante desapropriação, a partir de 1967.

Com o advento do golpe de Estado em 1964, a Universidade Federal passa por momentos difíceis no final da década de 1960. A UFF estaria sempre presente nos movimentos de resistência ao regime militar, enfrentando o autoritarismo do governo que seqüestrava líderes estudantis, censurava publicações, queimava livros que consideravam subversivos e perseguia e torturava professores que por muitas vezes tiveram que se exilar em outros países⁴⁸.

Em 1966, toma posse o Reitor Manoel Barreto Netto, que “avança no processo de modernização da universidade, tanto em relação à sua estrutura física, como a ampliação e reestruturação de seus cursos.” (MANCEBO, 1999; p. 29) A abolição da cátedra vitalícia foi um exemplo marcante do desejo de uma reforma universitária que fortalecesse os docentes das IFES, formando um quadro de pessoal especializado e com consciência da realidade social. Entretanto a reforma universitária de 1968 encontrou uma universidade “sem infraestrutura de espaço físico, sem corpo docente concursado e qualificado e sem institucionalização” (MANCEBO, 1999; p. 29-30) em virtude de toda a disputa política de sua fase de fundação.

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante o período da ditadura, no mandato do professor Manoel Barreto Netto a UFF experimentou um forte crescimento quantitativo no número de matrículas e no número de cursos. Foi a partir da reforma universitária de 1968 que foram criados os centros universitários (CEG, CES, CCM e CTC), os institutos, departamentos e os sistemas de créditos, e que eram parte dos acordos MEC-USAID de financiamento norte americano que mencionamos no Capítulo II.

Em 1968 o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP) passa a integrar a Faculdade de Educação da UFF⁴⁹.

⁴⁸ A Professora Violeta Campofiorito no CD “No ar 40 anos da UFF” revela um episódio onde homens do DOPS invadem a biblioteca da Escola de Serviço Social e fazem uma fogueira com todos os livros que tinham capa vermelha e poderiam fazer alguma referência ao comunismo.

⁴⁹ A história do CANP começa na Fazenda São José do Pinheiro que pertencia ao Comendador José Joaquim de Souza Breves. A sede da Fazenda foi concluída em 1851. Tratava-se de um palácio elegante e suntuoso erguido na colina cercada de morros, voltado para as águas do Rio Paraíba do Sul. Em testamento, feito em 1877, José Joaquim deixou sua fortuna para seus escravos e ainda algumas Apólices Federais, cujos rendimentos deveriam ser aplicados em prêmios aos melhores livros editados para o ensino primário e para a

Com o modelo nacional desenvolvimentista adotado pelo Brasil na década de 1960, há uma mudança significativa na concepção de universidade, e não foi diferente na UFF, onde a reflexão crítica perde importância para o ensino profissionalizante.

No ano de 1969, a UFF inicia um grande processo de recrutamento sistemático de pessoal, tanto técnico quanto docente, através de concursos públicos. Todo o quadro de pessoal até então, ainda era formado por pessoal derivado das antigas unidades isoladas, e tinha sua origem fortemente vinculada ao sistema de cátedras vitalícias.

O que se viu na década de fundação da UFF foi uma enorme disputa pelo poder, sem que um ou outro grupo conseguisse a hegemonia por muito tempo. Todo esse processo se reflete nos padrões políticos atuais, onde ainda verificamos uma forte luta política por cargos e por *status*, com grupos se alternando no ápice da estrutura da universidade. Dessa forma podemos compreender melhor as ações empreendidas pela UFF nos diversos momentos históricos e percebermos sempre algum interesse político por trás de cada ação, “gerando uma estrutura gigantesca e heterogênea” (MANCEBO, 1999; p. 30)

No início de 1970 é nomeado Reitor pró-tempore o Prof. Luis Alfredo Juruena Mattos, que logo em seguida seria substituído pelo Tenente Coronel e Professor de matemática Jorge Emmanoel Ferreira Barbosa (1970-1974), indicado pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Em 1971 são criados os primeiros cursos de pós-graduação da UFF, em História, Engenharia Civil e Medicina.

Neste período começa a aflorar a tendência a interiorização da Universidade, que por muitos é vista como uma vocação natural, tendo em vista o compromisso da instituição desde a sua fundação com os interesses das elites econômica e política do

educação religiosa, mas seu desejo não foi cumprido. Em 1879, faleceu o Comendador sem deixar herdeiros. Em 1880, através do Decreto nº. 6862, de 23 de agosto, foram declaradas de utilidade pública as terras da Fazenda Pinheiro. Em 1891 foi feita a aquisição pela Receita Federal, e instalado o Serviço de Imigração. Em 1897, a Fazenda Pinheiro foi cedida ao Ministério da Guerra, passando a funcionar nela um Hospital Militar. Em 1899 foi transferida para o Ministério da Agricultura que instalou um Posto Zootécnico e em 1910 foi criada a Escola Média de Agronomia e Veterinária de Pinheiro, que formou sua primeira turma em 1914. No ano de 1934 foi criado o Aprendizado Agrícola "Nilo Peçanha" através do Decreto nº 2415 de 12/04/34 e em 1940 foi transferido para o Km 47, da Antiga Rodovia Rio - São Paulo pelo Decreto nº. 6359, de 30/09/1940, mas não chegou a funcionar neste local. Em 1941 foi novamente transferido para Campos dos Goytacases pelo Decreto nº 7072, de 09/04/41 sob a denominação de "Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha" (Ministério da Agricultura). Finalmente em 1947, através do Decreto nº 22506, de 22/01/47, foi o Aprendizado transferido definitivamente para Pinheirais, quando passou a denominar-se "Escola Agrícola Nilo Peçanha". Desde 1968 passou a vincular-se à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, pelo Decreto nº 62178, de 25/01/68. Em 2009 foi desvinculado da UFF e passou a integrar o Campus Pinheiral do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (IFRJ). (Fonte: www.coseac.uff.br/canp)

interior do antigo Estado do Rio de Janeiro. Apesar de, neste período, já contar com a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda que foi criada em 1960⁵⁰, a década de 1970 foi importantíssima na definição do papel que a UFF exerceria no contexto das IFES do Rio de Janeiro, assumindo uma função comprometida em especial com o ensino de graduação e principalmente com a interiorização.

Em 1971 é criado o Centro Rural Universitário e Ação Comunitária de Bom Jesus de Itabapoana, que em 1974 se juntaria ao Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB).⁵¹ Em 1972 a UFF cria a Unidade Avançada José Veríssimo (UAV) em Óbidos no Pará para realizar atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa na região amazônica. Em 1974 a sede da UAV se transfere para o município de Oriximiná, também no Pará.

Cabe ressaltar que nessa época, qualquer pessoa que fosse admitida ao quadro de pessoal da Universidade Federal Fluminense precisava preencher uma ficha com dados pessoais diversos, a fim de que essa fosse submetida aos órgãos superiores que serviam ao

⁵⁰ Criada através do Parecer nº 90/69 em 08/02/1968 no berço da siderurgia pesada do Brasil, a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR) é uma das unidades avançadas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Instalada no interior do Estado do Rio de Janeiro, está situada na cidade de Volta Redonda, no Vale do Paraíba, a 120 Km da cidade do Rio de Janeiro e a 300 Km da cidade de São Paulo. A EEIMVR foi criada dentro de um programa governamental "A Universidade do Trabalho" que se propunha a estabelecer escolas de nível superior em áreas industriais relevantes. A EEIMVR foi a única realização deste programa. Desde sua fundação, a Escola tem uma experiência de interação com a indústria em geral e, em particular, com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Depois de mais de 30 anos atuando no ensino de graduação em Engenharia Metalúrgica, chegou-se a conclusão, em 1993, que era hora de se iniciar o ensino em nível de Pós-graduação. Isto viria ao encontro da demanda, por parte da indústria, de uma melhoria da qualificação de seus profissionais para fazer frente a constante busca de maior produtividade e competitividade. Entretanto, era necessário que se criasse um curso consoante com a vocação da EEIMVR. Além disto, seria desejável criar um curso com uma filosofia que o diferenciasse de outros cursos de Pós-graduação já existentes no Brasil. Daí surgiu a idéia da criação de um curso com ênfase em simulação e modelamento de processos siderúrgicos. O Curso de Mestrado teve início em janeiro de 1994 com o processo seletivo da primeira turma seguido de um curso de nivelamento em fevereiro de 1994 e início do curso regular em março de 1994. (Fonte: www.eeimvr.uff.br)

⁵¹ O CTAIBB iniciou suas atividades em abril de 1970, autorizado pela Decisão nº 45/70, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, o CTAIBB foi mantido pela Fundação Educacional de Bom Jesus, uma entidade sem fins lucrativos e que se mantinha com recursos financeiros da Prefeitura Municipal. Ofereceu, inicialmente, o curso técnico em Agropecuária e o curso técnico em Economia Doméstica Rural. Hoje, oferece apenas o curso técnico em Agropecuária e o Ensino Médio, de acordo com a Lei 9394/96. Em 1º de julho de 1973, a Fundação Educacional de Bom Jesus e a Prefeitura Municipal iniciaram contatos com a Universidade Federal Fluminense (UFF) a fim de firmarem um Convênio que integrasse as atividades do CTAIBB aos programas da Universidade. Em 1974, a UFF assinou convênio com a Fundação Educacional de Bom Jesus e instalou junto ao CTAIBB a Unidade Avançada Duque de Caxias e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC - com o objetivo de interiorizar as atividades de extensão da Universidade. Em 1976, a Resolução nº 27/76, do Conselho Universitário da UFF, tornou o CTAIBB integrante da Faculdade de Educação, do Centro de Estudos Sociais Aplicados. Desde 2009 o CTAIBB foi desvinculado da UFF e passou a integrar o Instituto Federal Fluminense de Educação Tecnológica (IFF). (Fonte: www.coseac.uff.br/ctaibb)

regime ditatorial como o DOPS (Departamento de Ordem e Política Social) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa), por exemplo. Neste período inclusive, funcionava no interior da Universidade uma Assessoria de Segurança e Informação, diretamente ligada ao SNI (Serviço Nacional de Informação), que era equivalente a um serviço de espionagem a favor do regime militar. Entretanto, ainda assim a UFF era menos vigiada que as coirmãs do outro lado da Baía de Guanabara (UERJ e UFRJ), o que gerou a migração de diversos professores para a UFF. Para conseguirem exercer suas atividades docentes naquelas IES, os professores precisavam apresentar um atestado ideológico fornecido pelas autoridades militares.

Ainda em 1974 acontece a Idealização do PLANGEUFF — Plano Geral da Universidade Federal Fluminense: modernização da estrutura administrativa, consolidação da Reforma Universitária e implantação do Campus em Niterói. É escolhido Reitor o Professor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso (1974-1978). Em 1975 a UFF torna-se alvo dos militares e seus alunos e professores são perseguidos e torturados. Segundo o Professor do IACS (Instituto de Artes e Comunicação Social) Antonio Serra, existia uma ordem no DOPS para que se fizesse “uma limpa na UFF”.⁵² Fernando Santa Cruz, aluno do curso de Direito e líder estudantil é seqüestrado pelos militares durante o carnaval e nunca mais foi visto, hoje em dia emprestando seu nome ao DCE (Diretório Central dos Estudantes).⁵³

O Professor Rogério Benevento é escolhido para o mandato de 1978 a 1982, período bastante importante para os docentes da UFF em virtude de neste ano ter sido fundada a ADUFF (Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense) sob a presidência do Professor Jorge da Silva Paulo Guimarães. Posteriormente o SINTUFF (1981) seria fundado inicialmente com a nomenclatura de ASUFF (Associação dos Servidores da UFF).

Apesar da concepção de universidade vislumbrada pelos militares do poder, baseada na formação de um exército industrial de reserva que atendesse aos interesses da grande burguesia, a década de 1970 foi marcada pelo grande crescimento quantitativo da UFF, tanto em número de cursos de graduação e pós-graduação, quanto em estrutura física.

A década de 1980 começa com a nomeação a partir de lista tríplice do Prof. José Raymundo Martins Romêo para o cargo de Reitor no quadriênio 1982-1986. Um fato

⁵² Relato extraído do CD “No ar 40 anos de UFF”.

importante para a UFF acontecido em seu mandato foi a criação das Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Além disso, em 1984 começam as obras de construção dos *Campi* da Praia Vermelha e do Gragoatá, que seriam inaugurados em 16 de agosto de 1990. Em 1985 acontece a primeira eleição direta para Reitor com a vitória do Professor Hildiberto Ramos Cavalcanti Albuquerque Junior (1986-1990), apesar da atribuição de pesos diferenciados entre os votos de alunos, técnico-administrativos e professores. Em 1988, a UFF adquire o terreno para a criação do *campus* rural de Cachoeiras de Macacu ligado à Faculdade de Veterinária, reforçando sua atuação no interior do Rio de Janeiro.

Em 1990 acontece a eleição do Prof. José Raymundo Martins Romeo (1990-1994) e nessa época a UFF começa o seu processo de informatização com a troca das antigas máquinas de escrever pelos “modernos computadores”, que permitiriam que as novas tecnologias da informação chegassem às áreas acadêmica e administrativa. Isso possibilitou a implantação do Sistema de Administração de Pessoal (SIAPE) e do Sistema de Administração Financeira (SIAFI) em 1991, permitindo um controle quase que total sobre a folha de pagamentos e o cadastro de pessoal da Universidade, além de controle sobre os pagamentos de notas e empenhos pelo Departamento de Contabilidade e Finanças. Isto permitiu maior agilidade as ações no âmbito da própria UFF, porém em contrapartida, forneceu ao governo federal, através do MARE (atual MPOG) um controle total sobre os gastos da universidade.

Quase que simultaneamente ao início do governo FHC, assume o Professor Luiz Pedro Antunes (1994-1998), num período que a política neoliberal foi implantada de maneira contundente no Brasil, iniciando de maneira efetiva a contra-reforma da educação superior.

O Processo de Interiorização da UFF

A respeito do processo de interiorização da UFF é necessário ressaltar que, a partir de meados da década de 1980, por meio dos cursos de Administração e Ciências

⁵³ Neste época, os agentes do DOPS esperavam as férias dos estudantes para executarem suas torturas e sequestros, em virtude de ser um período onde os estudantes ficavam sem a suposta “proteção da Universidade”

Contábeis e de Licenciatura em Matemática⁵⁴, houve grande expansão no número de localidades contempladas com cursos da UFF, como S. Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna, São João do Meriti, Cabo Frio e Arraial do Cabo, além de um curso de Pedagogia em Angra dos Reis e de Direito em Macaé.

A UFF hoje tem presença forte no interior do Estado do Rio de Janeiro. Desde sua formação, como agregação de várias instituições de ensino superior já existentes, nos moldes da concepção de universidade conglomerada (FERNANDES, 1979), demonstrou esta sua intenção (vocação segundo alguns) de interiorizar o ensino de graduação. Por ter sua sede em Niterói, embora à época fosse a capital do Estado do Rio de Janeiro, esta fugia do foco das demais instituições, sediadas na cidade do Rio de Janeiro (com exceção da Universidade Rural, localizada em área distante da capital, pela sua característica), o que já indicava sua “vocação”. Além disso, das instituições agregadas, duas foram de cidades fora do Rio de Janeiro, a Escola de Serviço Social de Campos e a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda, além das duas Escolas Técnicas Agrícolas, em Pinheiral e Bom Jesus do Itabapoana.

Cerca de vinte anos após sua formação, esta “vocação” foi lembrada, com a instalação de um curso de Licenciatura em Matemática na cidade de Santo Antônio de Pádua, que hoje em dia também se transformou em Pólo e já conta com mais dois novos cursos de licenciatura (Pedagogia e Física).

Pouco tempo depois, a UFF começou a firmar convênios com prefeituras do interior, e instalou cursos de Administração em Itaperuna e Macaé e Ciências Contábeis em Miracema e Macaé. Numa segunda etapa, firmou convênios com as prefeituras de Cabo Frio, Arraial do Cabo e S. João de Meriti, todas com o curso de Ciências Contábeis que acabaram não dando certo em virtude de divergências políticas entre as diferentes administrações municipais. Ainda aproveitando a experiência da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, instalou-se um curso experimental de Pedagogia na cidade de Angra dos Reis que já dura dezesseis anos e transformou-se também em Pólo Universitário a partir de 2009.

No início de 2001, a Escola de Volta Redonda, que já funcionava, além do curso de graduação em Engenharia Metalúrgica, com o Mestrado e o Doutorado em

⁵⁴ O Curso de Licenciatura Plena em Matemática-Interiorização foi criado em 1984, pela Resolução n.º 141 de 26/12/84 do Conselho Universitário e reconhecido através da Portaria n.º 1902, de 18/10/91, do Conselho

Engenharia Metalúrgica, iniciou com os cursos de graduação em Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica. Mais recentemente transformou-se no Pólo Universitário de Volta Redonda, com a criação de cursos de Direito e Administração.

Já em 1999 a Escola de Serviço Social de Campos se transforma no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, ampliando o número de cursos para posteriormente em 2009, originar o Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes, com cursos de Economia, Geografia, Ciências Sociais e Psicologia.

Mais recentemente, desde o ano de 2003, a UFF firmou um convênio com a Prefeitura de Rio das Ostras, no sentido de instalar um Pólo Universitário naquela localidade, inicialmente com os cursos de Ciência da Computação, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia em 2004 e Engenharia de Produção e Produção Cultural em 2005, o que se concretizou em 2007. Também para iniciar no segundo semestre de 2004 e no primeiro de 2005, novos convênios foram feitos, com as prefeituras de Quissamã e Armação de Búzios, respectivamente, ambas com o curso de Turismo.

Em 2007 a UFF recebe em sua estrutura a Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo, dando origem ao Pólo Universitário de Nova Friburgo, que em 2009, também receberia os cursos de Biomedicina e Fonoaudiologia.

A Contra-Reforma da Educação no âmbito da UFF: uma análise da evolução do quadro de pessoal docente no período 1995-2005

Como já abordamos no capítulo anterior, o período do governo FHC (1995-2002) foi o início efetivo da contra-reforma do Estado brasileiro e isso se manifestou claramente na política para a educação superior, principalmente em relação ao sistema público federal, nas chamadas IFES. Neste contexto, assume como Reitor da UFF, o professor Luiz Pedro Antunes (1994-1998) que se deparou com as restrições orçamentárias e com a proibição de recomposição do quadro de pessoal da Universidade impostas pelo governo federal através do MARE. Em 1998, assume a Reitoria o professor Cícero Mauro Fialho Rodrigues. (1998-2006) que é reeleito e permanece por dois mandatos, até a eleição

Federal de Educação (CFE). Funciona no município de Santo Antônio de Pádua e se constitui como a primeira experiência da Universidade Federal Fluminense em interiorizar um curso de licenciatura.

do Professor Roberto de Souza Sales (2006-2010) e recentemente também reeleito (2010-2014).

A fim de compreendermos o que aconteceu na UFF nestes anos de neoliberalismo, faremos um mapeamento do trabalho docente na UFF no governo FHC e no início do governo Lula da Silva (1995-2005), analisando as vacâncias ocorridas no período e a reposição do quadro docente.

Para realizarmos um mapeamento da evolução/involução do quadro de pessoal docente na UFF, faz-se necessária uma pequena análise a cerca da aplicação dos recursos pelo governo federal nas IFES, e em particular no caso da UFF. A tabela abaixo reproduz os investimentos totais do governo federal no período de 1995 a 2005, e nos mostra de maneira bastante destacada a involução no volume dos recursos aplicados tanto na totalidade das IFES, quanto no caso específico da UFF.

<i>Evolução dos recursos totais das IFES e da UFF – Todas as fontes 1995-2005 – em milhões de reais</i>			
ANO	UFF	IFES	Δ% IFES
1995	767	16.155	0,0
1996	699	14.558	-9,9
1997	668	14.302	-1,8
1998	655	14.050	-1,8
1999	687	13.753	-2,1
2000	573	12.964	-5,7
2001	522	11.863	-8,5
2002	551	12.063	1,7
2003	485	10.707	-11,2
2004	507	11.851	10,7
2005	506	11.465	-3,3
Δ% 1995-2005	-34	-29	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 81), elaboração nossa.

Segundo SGUISSARDI e SILVA JUNIOR (2009; p. 80), “esta involução é homogênea, gradativa e praticamente sem exceção”. Só percebemos um desnível na curva de desaceleração dos investimentos nos anos de 1996 (-9,9%; primeiro orçamento elaborado pelo governo FHC), 2001 (-8,5%) e 2003 (-11,2%; já no governo Lula da Silva, porém executando o último orçamento elaborado pelo governo FHC). Aumento significativo só aconteceu em 2004 (10,7%; na execução do primeiro orçamento elaborado pelo governo Lula da Silva), porém acompanhado de nova queda em 2005 (-3,3%).

Nos dez anos do período analisado (1995-2005) os recursos totais das IFES encolheram 29%, enquanto os da UFF em especial tiveram queda ainda maior, da ordem de 34%, caindo de R\$ 767 milhões em 1995 para R\$ 506 milhões em 2005.

Esta queda no volume de recursos totais das IFES se reflete na evolução/involução dos recursos gastos com pessoal e encargos sociais no mesmo período. Mais uma vez fica clara a redução dos gastos com a folha de pagamentos de pessoal vem diminuindo de maneira semelhante ao ritmo de diminuição dos gastos totais, com reduções mais contundentes nos anos de 1996 (-12,4%) e 2003 (-23,2%), pelos mesmos motivos já expostos anteriormente. Identifica-se também pelos mesmos motivos anteriores, uma razoável recuperação no ano de 2004 (21,2%), seguida de nova queda em 2005 (-6,4%).

<i>Evolução dos recursos gastos com pessoal e encargos sociais das IFES e da UFF – sem inativos, pensionistas e precatórios - 1995-2005 – em milhões de reais</i>			
ANO	UFF	IFES	Δ% IFES
1995	458	8.937	0,0
1996	370	7.830	-12,4
1997	320	7.259	-7,3
1998	345	7.034	-3,1
1999	416	7.582	7,8
2000	324	7.160	-5,6
2001	304	6.499	-9,2
2002	313	6.832	5,3
2003	233	5.250	-23,2
2004	278	6.365	21,2
2005	260	5.959	-6,4
Δ% 1995-2005	-13	-33	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 83), elaboração nossa.

Apesar de todas as dificuldades orçamentárias encontradas neste período, a UFF não parou de crescer, porém de forma desordenada e inadequada. Novas unidades foram criadas como o Instituto de Saúde da Comunidade, o Instituto de Computação, além de diversos novos departamentos de ensino e cursos de graduação e pós-graduação. A estrutura organizacional da Universidade cresceu sem o respaldo financeiro e de pessoal. Esse “engessamento” provocado pela diminuição dos gastos do governo com as IFES aliado à restrição de novas nomeações para o quadro de pessoal atingia em cheio a qualidade do ensino prestado pela UFF.

Para ilustrarmos esse crescimento da UFF analisaremos a evolução do número de cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense conforme tabela abaixo:

Evolução do número de cursos de graduação e pós-graduação - UFF - 1995-2005				
ANO	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
1995*	45	-	-	45
1996	45	27	6	78
1997	40	27	6	73
1998	42	27	7	76
1999*	47	-	-	47
2000	51	39	10	100
2001	49	36	12	97
2002	49	20	15	84
2003	52	20	20	92
2004	58	43	21	122
2005	63	40	22	125
Δ% 1995-2002	40	48	267	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 91)

*Os dados referentes à pós-graduação nos anos de 1995 e 1999 não estão disponíveis.

Num período de 11 anos (1995-2005) o número de cursos de graduação saltou de 45 em 1995 para 63 em 2005, registrando um crescimento de 40%. Se considerarmos os cursos de pós-graduação *Strictu Sensu* (mestrado e doutorado) esse crescimento pula para 60%⁵⁵. Salta aos olhos o extraordinário crescimento no número de cursos de doutorado na UFF, com a marca de 267%.

Para tornarmos nossa análise mais balizada, cabe verificarmos também os números referentes à evolução das matrículas neste mesmo período⁵⁶.

Evolução do número de matrículas na UFF - Graduação e Pós-graduação 1995-2005				
ANO	GRADUAÇÃO	Δ%	PÓS-GRADUAÇÃO	Δ%
1995*	15.967	-	-	
1996	16.234	1,7	1.180	
1997*	22.097	36,1	-	
1998	19.756	-10,6	1.501	
1999	19.824	0,3	1.981	32
2000	21.177	6,8	1.869	-5,7
2001	21.177	0	2.084	11,5
2002	21.579	1,9	2.322	11,4
2003	19.473	-9,8	2.601	12
2004	17.793	-2,3	3.238	24,5
2005	19.123	7,5	3.153	-2,6
Δ% 1995-2002	20		167	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 96)

⁵⁵ Em virtude dos dados referentes aos cursos de mestrado e doutorado no ano de 1995 não estarem disponíveis, utilizados a variação no período de 1996 a 2005.

⁵⁶ Devido a não disponibilidade dos dados do ano de 2001, repetiu-se os números de 2000.

CINEMA	30	30	30	40	40	40	40	40	40	50
DIREITO (NITERÓI)	180	180	200	200	200	200	200	200	200	200
DIREITO (MACAÉ)							50	50		
ENFERMAGEM		100	100	100	100	100	100	100	100	100
ENFERMAGEM (RIO DAS OSTRAS)									30	60
ENGENHARIA	350	360	360	360	360	370	370	420	450	450
ENGENHARIA QUÍMICA	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
ENGENHARIA (VOLTA REDONDA)		70	60	60	60	180	180	180	180	220
ENGENHARIA (RIO DAS OSTRAS)										60
ESTUDOS DE MÍDIA										40
FARMÁCIA	120	120	100	100	100	100	100	100	100	100
FÍSICA	80	80	80	80	80	80	80	80	80	100
GEOFÍSICA										20
GEOGRAFIA	200	100	100	100	100	100	100	100	100	100
HISTÓRIA	100	100	100	120	180	180	180	180	180	180
INFORMÁTICA	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
INFORMÁTICA (RIO DAS OSTRAS)										60
JORNALISMO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
LETRAS	280	190	215	215	215	205	215	215	215	215
MATEMÁTICA (NITERÓI)	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
MATEMÁTICA (SANTO ANTONIO DE PÁDUA)		40	40	60	60	70	70	40	40	40
MEDICINA	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
NUTRIÇÃO	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
ODONTOLOGIA	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
PEDAGOGIA (NITERÓI)	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
PEDAGOGIA (ANGRA DOS REIS)		40	40	40	40	80	40	40		40
PRODUÇÃO CULTURAL	30	40	40	40	60	60	60	40	40	50
PRODUÇÃO CULTURAL (RIO DAS OSTRAS)										60
PSICOLOGIA	80	80	80	80	80	80	80	90	90	90
PSICOLOGIA (RIO DAS OSTRAS)										60
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
QUÍMICA	40	40	40	40	40	40	40	40	40	60
QUÍMICA INDUSTRIAL	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
SERVIÇO SOCIAL (CAMPOS)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
SERVIÇO SOCIAL (NITERÓI)	200	100	100	100	190	200	200	200	200	200
SERVIÇO SOCIAL (BOM JESUS DO ITABAPOANA)								50	50	50
SERVIÇO SOCIAL (RIO DAS OSTRAS)									70	70
TURISMO								80	80	60
TURISMO (QUISSAMÃ)									40	40
TURISMO (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS)										40
VETERINÁRIA	100	100	100	100	160	100	100	100	100	100
TOTAL	3440	3520	3545	3635	4005	4127	4237	4277	4357	4767

Fonte: www.coseac.uff.br. Elaboração nossa.

Apesar de não ser o foco desta dissertação, faz-se imperativo um breve olhar sob o quadro de pessoal técnico-administrativo da UFF no período de 1995 a 2005, tendo em vista que este diminuiu 51% nestes dez anos, implicando num repasse de atribuições antes cabíveis a estes e agora sendo delegadas aos docentes, tais como atividades de

secretariado e burocráticas. Ao observarmos a tabela abaixo, facilmente percebemos que durante o governo FHC o quadro de pessoal técnico-administrativo encolheu substancialmente, principalmente no período de 1999 a 2001. O único ano em que houve uma recuperação significativa foi em 2005, já no governo Lula da Silva, porém sem reverter o quadro de esvaziamento do pessoal técnico-administrativo.

EVOLUÇÃO DO QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO NA UFF - PERÍODO 1995-2005				
ANOS	UFF	Δ%	TOTAL IFES	Δ%
1995	5.040	0	21.529	
1996	5.142	2	20.658	-4
1997	4.711	-8,4	18.700	-9,5
1998	4.721	0,2	15.540	-16,9
1999*	-	-	-	-
2000*	-	-	-	-
2001**	2.533	0	11.999	-
2002	2.540	0,02	12.212	1,8
2003	2.441	-3,9	11.755	-3,7
2004	2.487	1,9	11.350	-3,4
2005	2.454	-1,4	12.998	14,5
1995/2005 Δ%	-51		-40	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 113). Elaboração nossa.

*Os dados referentes aos anos de 1999 e 2000 não estão disponíveis.

**A partir de 2001 inclui-se os técnicos administrativos afastados.

Voltando à evolução do quadro de pessoal docente, e analisando este mesmo quadro com relação ao regime de trabalho, percebemos que este pouco foi alterado de maneira relativa. Apesar da redução nos números absolutos dos docentes, a proporcionalidade entre docentes em regime de 20 horas semanais e em dedicação exclusiva mantiveram-se estáveis, com aproximadamente 20 e 80% respectivamente. Abrimos um parêntese para destacar que esta proporcionalidade se mantém ao analisarmos apenas o quadro de pessoal docente permanente, ou seja, regidos pelo RJU (Lei nº 8.112/90). Devemos sempre lembrar que, como veremos mais a frente, a grande maioria dos contratos temporários (substitutos) foi e continua sendo em regime de 20 horas semanais.⁵⁷

⁵⁷ Ressaltamos que para análise do quadro de pessoal docente da UFF não levaremos em conta os professores visitantes, tendo em vista que estes somente lecionam em cursos de pós-graduação, não atuando na graduação.

QUADRO DOCENTE PERMANENTE DA UFF PERÍODO 1995-2005						
ANOS	20 h	%	40 h e DE	%	TOTAL	Δ%
1995	489	19,2	2.064	80,8	2.553	
1996	906	32,1	1.916	67,9	2.822	10,5
1997	510	21	1.919	79	2.429	-13,9
1998	949	35,3	1.738	64,7	2.687	10,6
1999*	-	-	-	-	-	-
2000**	530	20,6	2.044	79,4	2.574	-
2001	529	20,8	2.019	79,2	2.548	-1
2002	564	23	1.884	77	2.448	-3,9
2003	560	22,6	1.917	77,4	2.477	1,2
2004	503	21,3	1.863	78,7	2.366	-4,5
2005	448	19,4	1.857	80,6	2.305	-2,6
1995/2005 Δ%	-8		-10		-10	

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 110). Elaboração nossa.

*Dados não disponíveis na base de dados.

** A partir daí são incluídos os docentes que não estão em efetivo exercício.

Em relação à titulação dos docentes do quadro permanente, observamos que o número de professores com doutorado aumentou 89% no período analisado, passando de 596 em 1995 para 1.127 em 2005. Em contrapartida o número de mestres diminuiu 35% neste mesmo período, passando 957 em 1995 para 623 em 2005. Isso deveu-se à política adotada pelo MEC, de priorizar deliberadamente a capacitação de professores e a nomeação de professores em nível de Adjunto com Doutorado.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE POR TITULAÇÃO NA UFF - PERÍODO 1995-2005		
ANOS	MESTRADO	DOCTORADO
1995	957	596
1996	1.144	647
1997	943	629
1998	1.075	701
1999*	-	-
2000**	934	840
2001	862	961
2002	817	998
2003	750	1.015
2004	733	1.100
2005	623	1.127
1995/2005 Δ%	-35	89

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 102)

*Dados não disponíveis na base de dados.

** A partir daí são incluídos os docentes afastados.

Passaremos agora a analisar de maneira direta a movimentação do quadro de pessoal doente da UFF no período de 1995 a 2005, que compreende o governo FHC e o

início do governo Lula da Silva (até 2005), tentando esmiuçar o quantitativo de aposentadorias e vacâncias ocorridas no período e de que maneira foi ou não feita a reposição desse quadro.

Primeiramente podemos verificar o quantitativo de aposentadorias de docentes da UFF ocorridas no período de 1995-2005, verificando que grande parte destas ocorreram nos anos de 1995 a 1997, que coincidem com o primeiro mandato de FHC e com os rumores da reforma da previdência que assolavam todo o serviço público federal. Uma outra grande onda de aposentadoria veio em 2003, no primeiro ano do governo Lula da Silva, quando este encaminhou ao Congresso o projeto de Reforma Previdenciária que acabou por ser parcialmente aprovado. A tabela nos mostra que num período de dez anos a UFF teve 847 docentes passando à inatividade.

Aposentadorias de Docentes do Magistério Superior - Entre 1995 e 2005 UFF	
Ano	Qtd
1995	152
1996	134
1997	101
1998	84
1999	44
2000	39
2001	40
2002	66
2003	122
2004	34
2005	31
Total	847

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

Neste mesmo período podemos observar na tabela abaixo, que as vacâncias acarretadas por exonerações, falecimentos, posse em outro cargo inacumulável e demissões chegaram a 196, observando que nos anos de 1995 a 1997 o número também foi bastante elevado em relação aos demais. Chama atenção ainda, o fato da UFF ter perdido 5 docentes no Plano de Desligamento Voluntário de 1996 (PDV) promovido pelo governo FHC.

Vacâncias Docentes do magistério Superior UFF Entre 1995 e 2005		
Ano	VACÂNCIA	Qtd
1995	EXONERAÇÃO	7
	FALECIMENTO	8
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	1
1996	EXONERAÇÃO	11
	FALECIMENTO	11
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	4
	PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTARIO	5
1997	EXONERAÇÃO	19
	FALECIMENTO	6
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	7
1998	EXONERAÇÃO	12
	FALECIMENTO	6
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	4
1999	EXONERAÇÃO	4
	FALECIMENTO	7
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	4
2000	EXONERAÇÃO	5
	FALECIMENTO	3
2001	DEMISSÃO	1
	EXONERAÇÃO	6
	FALECIMENTO	4
2002	DEMISSÃO	1
	EXONERAÇÃO	4
	FALECIMENTO	2
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	3
2003	DEMISSÃO	2
	EXONERAÇÃO	9
	FALECIMENTO	2
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	5
2004	DEMISSÃO	1
	EXONERAÇÃO	5
	FALECIMENTO	5
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	4
2005	DEMISSÃO	2
	EXONERAÇÃO	2
	FALECIMENTO	6
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	8
TOTAL		196

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

Somando-se as aposentadorias, exonerações, falecimentos e demissões ocorridas no período de 1995 a 2005, chegamos a marca de 1043 professores deixando o quadro de pessoal da Universidade Federal Fluminense. Apesar de não contarmos com dados como regime de trabalho (20, 40 ou DE) dos professores excluídos, isto torna-se irrelevante a medida que observamos anteriormente que a proporção entre os regimes de trabalho se mantiveram inalterados ao passar dos anos.

A reposição do quadro se fez de maneira totalmente insatisfatória nestes dez anos, como observaremos na tabela abaixo. Foram nomeados apenas 429 professores do magistério superior, a maioria na classe Adjunto com doutorado e em regime de Dedicção Exclusiva. Salta aos olhos os anos de 2000 e 2001, onde não houve autorização para nomeações na UFF, com exceção de uma nomeação por mandado judicial no ano de 2001.

NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR UFF – PERÍODO 1995 A 2005		
Ano		Qtd
1995	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	69
1996	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	48
1997	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	28
1998	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	46
1999	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	28
2000	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	1
2001	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	0
2002	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	83
2003	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	42
2004	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	59
2005	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	25
TOTAL		429

Fonte: DOU. Elaboração nossa

A maneira encontrada pela UFF, apoiada pelo MARE, para tentar suprir esse déficit, foi a contratação de professores substitutos pela Lei nº 8745/93, com contratos precários através de um regime denominado CDT, que possui apenas os direitos trabalhistas mínimos (férias e 13º salário) e quase na totalidade em regime de 20 horas semanais, dedicadas exclusivamente ao ensino de graduação. Além disso, esses contratos são temporários, com prazo máximo de 24 meses, acarretando grande mobilidade ao quadro de pessoal conforme tabelas a seguir:

PROFESSORES SUBSTITUTOS CONTRATADOS UFF – PERÍODO 1995 A 2005		
ANO	Inclusão	Qtd
1995	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	272
1996	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	138
1997	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	194
1998	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	108
1999	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	104
2000	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	137
2001	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	97
2002	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	136
2003	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	145
2004	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	140
2005	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	104
TOTAL		1575

Fonte DOU. Elaboração nossa.

ANO	PROFESSORES SUBSTITUTOS – DESLIGAMENTOS UFF PERÍODO 1995 A 2005	Qtd
1995	RESCISAO DE CONTRATO	61
1995	TERMINO DE CONTRATO	3
1996	EXCLUSAO ACUMULACAO ILICITA (CF ART 37 INC XVI	2
1996	RESCISAO DE CONTRATO	206
1996	RESCISAO DE CONTRATO	5
1996	TERMINO DE CONTRATO	56
1997	TERMINO DE CONTRATO	50
1998	TERMINO DE CONTRATO	226
1999	TERMINO DE CONTRATO	123
2000	TERMINO DE CONTRATO	51
2001	RESCISAO DE CONTRATO	1
2001	TERMINO DE CONTRATO	80
2002	RESCISAO DE CONTRATO	9
2002	TERMINO DE CONTRATO	139
2003	RESCISAO DE CONTRATO	4
2003	TERMINO DE CONTRATO	127
2004	RESCISAO DE CONTRATO	16
2004	TERMINO DE CONTRATO	114
2005	RESCISAO DE CONTRATO	20
2005	TERMINO DE CONTRATO	125
TOTAL		1418

Fonte: DOU. Elaboração nossa

Constata-se então a “volatilidade” do quadro quando tem sua reposição pautada na contratação de professores substitutos. Num período de 10 anos foram contratados 1.575 professores temporários, ao mesmo tempo em que 1.418 contratados temporários se desligaram. Esta alta rotatividade faz com que esses professores, não possam se envolver em atividades de médio e longo prazo como projetos de pesquisas e extensão, além de orientações de monografias, dissertações e teses, não podendo assumir cargos de confiança e eletivos, implicando na intensificação do trabalho docente dos professores efetivos.

Todo esse processo culminou com uma grande elevação da relação professor/aluno na UFF, comprovando uma política pautada na relação custo/benefício, nos moldes das orientações do Banco Mundial disseminadas nos anos de 1990, que atingiu todas as IFES e que no caso especial da UFF pode ser comprado na tabela abaixo:

RELAÇÃO DOCENTES/ALUNOS UFF – PERÍODO 1995-2005 – EXCLUÍDOS PROFESSORES SUBSTITUTOS										
1995*	1996	1997*	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
-	9	-	12	-	12	13	14	13	15	15

Fonte: Sguissardi e Silva Junior (2009; p. 121). Elaboração nossa.

*Dados não disponíveis

Para melhor apreendermos os dados apresentados anteriormente, apresentamos agora uma tabela sintetizando as informações explanadas.

Quadro Sintético das ações referentes ao Corpo Docente da UFF no Período de 1995 a 2005						
ANOS	Prof. Efetivos Ativos	Aposentadorias	Outras Vacâncias	Nomeações	Substitutos Vigentes	Contratações
1995	2572	152	16	69	274	272
1996	2404	134	31	48	123	138
1997	2305	101	32	28	270	194
1998	2261	84	22	46	153	108
1999	2243	44	15	28	134	104
2000	2204	39	8	1	221	137
2001	2189	40	11	0	220	97
2002	2195	66	10	83	244	136
2003	2111	122	18	42	248	145
2004	2097	34	15	59	262	140
2005	2076	31	18	25	222	104

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

Apesar dos dados anteriormente serem suficientes para caracterizar o desmonte do quadro de pessoal docente da UFF, partiremos agora para uma análise minuciosa da evolução do destes nos anos de 1995 a 2005, analisando cada unidade da Universidade. Primeiramente observaremos uma “radiografia” do quadro de pessoal docente ano a ano, usando como referência os meses de dezembro de cada ano, conforme tabelas do Anexo 1.

Ao observarmos as referidas tabelas (Anexo 1), podemos chegar a algumas conclusões importantes para a análise do quadro de pessoal docente da UFF. Podemos concluir que, apesar da diminuição considerável no número total dos docentes efetivos, o número de professores Adjuntos aumentou sensivelmente, enquanto o número de professores nas classes de Auxiliar e Assistente caiu sistematicamente. Em 1995 eram 2.572 professores efetivos, enquanto que em 2005 passaram a 2.076, ou seja, uma diminuição de 496 docentes em toda a Universidade. Na classe Auxiliar eram 294 e na Assistente eram 636 professores em 1995, enquanto que em 2005 eram apenas 52 Auxiliares e 327 Assistentes. Já os Professores Adjuntos passou de 1.423 em 1995 para 1.553. Isso se deveu por três motivos principais: o primeiro deles foi a política do MEC que incentivou a realização de concursos preferencialmente para a classe de Adjunto com o título de doutorado; o segundo está diretamente ligado a progressão vertical na carreira docente, que prevê a mudança de classe através de avaliação periódica; e o terceiro se deveu a capacitação do quadro de pessoal através do doutoramento de professores já pertencentes ao quadro de pessoal da UFF.

Podemos observar também que os cargos de professor titular, que necessitam de concurso específico para provimento, também não foram repostos e tiveram uma diminuição bastante grande, caindo de 220 em 1995 para 144 em 2005.

A análise da evolução do quadro de pessoal também nos permite afirmar que a Faculdade de Medicina foi a Unidade que proporcionalmente perdeu mais docentes efetivos passando de 19,87% do total em 1995 para 14,64% em 2005, perdendo uma participação de aproximadamente 5% em relação ao quadro de pessoal docente da UFF nos 11 anos analisados. O Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), o Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), o Instituto de Letras, entre outros, também perderam participação proporcional no quadro efetivo, enquanto que a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e as Escolas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda aumentaram as respectivas participações no mesmo total.

Podemos perceber algumas outras perdas relevantes, que no entanto se devem a causas diversas das apresentadas. Como por exemplo a queda da Faculdade de Economia entre 1995 e 1996 se deveu ao desmembramento da Faculdade de Administração de sua estrutura. O mesmo acontece com o Instituto de Matemática em 1999 com a criação do Instituto de Computação, e com a Faculdade de Medicina em 1996 com a criação do Instituto de Saúde da Comunidade. Já o aumento apresentado pelo Instituto de Biologia em 2002 se deveu a prioridade dada pela UFF ao Instituto em virtude do recém criado curso de graduação em Ciências Biológicas. Já o aumento relativo apresentado pelo Departamento de Educação Matemática de Santo Antonio de Pádua se deveu a um processo administrativo que integrou e enquadrou definitivamente alguns professores visitantes ao quadro efetivo⁵⁸. O quadro abaixo nos revela em detalhes todo este processo de evolução da participação proporcional de cada unidade no total efetivo de professores da UFF .

PROPORCIONALIDADE DA UNIDADE EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DOCENTES EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UFF - PERÍODO DE 1995 A 2005											
UNIDADES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Letras	3,65%	3,70%	3,64%	3,67%	3,61%	3,58%	3,47%	3,23%	3,32%	3,34%	3,23%
Educação Física	0,89%	0,75%	0,78%	0,75%	0,76%	0,77%	0,82%	0,77%	0,81%	0,81%	0,63%
Matemática	6,57%	6,41%	6,33%	6,46%	4,90%	4,85%	4,84%	4,74%	4,88%	5,01%	5,06%
ICFH	7,12%	7,15%	7,33%	7,21%	7,13%	7,21%	7,35%	7,33%	7,15%	7,01%	6,70%
IACS	4,63%	4,58%	4,69%	4,60%	4,46%	4,45%	4,39%	4,46%	4,50%	4,43%	4,29%
Geociências	2,45%	2,50%	2,47%	2,61%	2,63%	2,63%	2,60%	2,37%	2,46%	2,38%	2,41%
Veterinária	3,62%	3,49%	3,69%	3,49%	3,52%	3,49%	3,52%	3,37%	3,03%	3,24%	3,13%
Farmácia	1,52%	1,71%	1,82%	1,86%	1,96%	1,95%	1,92%	1,96%	1,89%	2,10%	2,07%
Medicina	19,87%	17,35%	17,35%	17,34%	17,25%	17,20%	16,77%	16,08%	15,30%	14,93%	14,64%
Odontologia	3,62%	3,79%	3,69%	3,89%	3,88%	3,86%	3,88%	3,74%	3,74%	3,72%	3,61%
Enfermagem	2,92%	2,95%	3,08%	3,01%	3,08%	3,04%	2,97%	2,87%	2,98%	3,00%	2,89%
Saúde da Comunidade	0,00%	2,08%	2,04%	1,99%	2,10%	2,04%	2,06%	2,23%	2,42%	2,53%	2,50%
Nutrição	1,44%	1,46%	1,43%	1,46%	1,47%	1,50%	1,51%	1,50%	1,52%	1,53%	1,40%
Biomédico	3,77%	3,87%	3,86%	3,80%	3,97%	4,04%	4,02%	3,92%	3,79%	3,91%	3,90%
Educação	4,74%	4,74%	4,56%	4,42%	4,32%	4,22%	4,25%	4,33%	4,17%	4,10%	4,14%
Administração e Ciências Contábeis	0,00%	2,29%	2,13%	2,43%	2,32%	2,36%	2,56%	2,64%	2,89%	2,86%	2,60%
Serviço Social	1,40%	1,25%	1,39%	1,50%	1,52%	1,54%	1,55%	1,50%	1,47%	1,48%	1,49%
Campos dos Goytacazes	1,09%	1,16%	1,17%	1,24%	1,29%	1,27%	1,46%	1,41%	1,37%	1,34%	1,25%
Economia	4,35%	2,00%	2,00%	1,81%	1,92%	1,86%	1,92%	2,00%	1,99%	2,00%	2,12%
Direito	2,60%	2,58%	2,43%	2,70%	2,63%	2,63%	2,60%	2,78%	2,70%	2,72%	2,55%
Física	3,34%	3,33%	3,08%	2,96%	2,85%	2,86%	3,02%	2,87%	2,98%	3,05%	2,99%
Química	3,85%	3,99%	4,08%	4,16%	3,97%	3,99%	3,79%	3,87%	4,07%	4,29%	4,29%
Biologia	2,37%	2,41%	2,26%	2,17%	2,23%	2,27%	2,28%	2,55%	2,61%	2,91%	2,99%
Arquitetura e Urbanismo	1,52%	1,41%	1,69%	1,68%	1,83%	1,81%	1,83%	1,82%	1,89%	2,00%	1,93%
Computação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,83%	1,81%	1,92%	2,00%	1,99%	1,91%	1,97%
Engenharia	9,14%	9,28%	9,24%	9,29%	9,36%	9,44%	9,55%	9,61%	9,24%	8,77%	8,57%
Educ. Matemática de S. A. de Pádua	0,00%	0,00%	0,04%	0,09%	0,09%	0,14%	0,41%	0,41%	0,47%	0,48%	0,48%
Engenharia Metal. de V. Redonda	1,56%	1,66%	1,69%	1,68%	1,78%	1,91%	1,46%	1,82%	2,23%	2,19%	2,22%
Outras	1,98%	2,12%	2,04%	1,72%	1,34%	1,27%	1,28%	1,78%	2,13%	1,96%	3,95%

Fonte: Catálogo UFF. Elaboração nossa.

⁵⁸ Alguns professores visitantes contratados pela UFF em 1986, ingressaram com uma ação judicial pedindo integração definitiva ao quadro permanente da Universidade e obtendo êxito em seu pleito. Porém seu

Abaixo destacamos a evolução da proporção de professores substitutos em relação ao total de professores do quadro efetivo por unidades, e verificamos que apesar de no total essa proporção oscilar em torno de 10% do total efetivo, quando levamos para o interior de cada unidade essa variação aumenta bastante como podemos observar em alguns casos como a Faculdade de Administração que aumentou de 14,06% em 1996 para 31,65% em 2005, o Instituto de Letras que passou de 6,93% em 1995 para 18,29% em 2005 e o IACS que saltou de 6,30% em 1995 para 11,88% no final do período analisado. Em contrapartida podemos verificar que a Escola de Arquitetura e Urbanismo teve sua proporção de professores substitutos diminuída de 11,36% em 1995 para 6,98% em 2005. Entretanto, por ser altamente dinâmico, o quadro de professores substitutos deve ser analisado com maior ênfase em sua totalidade, pois contratos são firmados e rescindidos a todo tempo e existem unidades que tinham rescisões em massa em determinado período do ano, o que pode mascarar em determinadas situações a real condição desta mesma unidade.

PROPORCIONALIDADE ENTRE PROFESSORES SUBSTITUTOS E O TOTAL DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UFF - PERÍODO DE 1995 A 2005											
UNIDADES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Letras	6,93%	1,11%	4,55%	5,68%	5,81%	5,95%	7,32%	17,44%	20,45%	18,60%	18,29%
Educação Física	0,00%	14,29%	14,29%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Matemática	8,15%	9,41%	14,12%	5,19%	8,33%	10,83%	12,40%	16,80%	16,26%	11,76%	8,70%
ICFH	7,58%	3,91%	10,58%	1,81%	3,03%	4,79%	5,29%	4,17%	7,36%	5,77%	7,33%
IACS	6,30%	1,79%	6,09%	1,89%	3,85%	14,78%	13,51%	13,27%	9,52%	15,45%	11,88%
Geociências	10,00%	3,23%	9,52%	1,67%	4,84%	4,92%	6,56%	8,77%	5,45%	7,41%	12,28%
Veterinária	11,43%	3,45%	11,46%	8,14%	3,66%	6,10%	3,75%	5,13%	9,86%	10,53%	7,14%
Farmácia	23,53%	14,58%	12,50%	14,29%	13,73%	17,31%	16,00%	15,69%	18,37%	16,98%	8,51%
Medicina	6,58%	1,42%	1,48%	1,01%	1,78%	2,57%	2,39%	3,02%	3,58%	3,10%	3,18%
Odontologia	10,58%	5,21%	9,57%	5,38%	4,40%	15,00%	15,00%	12,77%	11,24%	13,33%	11,76%
Enfermagem	9,64%	11,25%	12,35%	4,23%	6,76%	12,99%	13,33%	16,00%	12,50%	13,70%	9,09%
Saúde da Comunidade	0,00%	0,00%	0,00%	13,46%	9,62%	0,00%	0,00%	3,92%	1,92%	0,00%	0,00%
Nutrição	9,76%	5,41%	10,81%	15,38%	2,94%	15,38%	8,33%	13,16%	13,51%	5,88%	12,12%
Biomédico	13,39%	3,13%	11,00%	5,49%	1,11%	3,26%	4,35%	4,44%	5,88%	4,65%	3,57%
Educação	17,01%	5,79%	18,60%	7,41%	6,73%	12,26%	12,26%	10,38%	12,87%	14,00%	13,13%
Administração e Ciências Contábeis	0,00%	14,06%	32,88%	17,91%	14,75%	26,76%	22,22%	20,55%	18,67%	26,83%	31,65%
Serviço Social	12,20%	6,25%	30,43%	17,07%	5,56%	2,86%	10,53%	13,16%	20,51%	24,39%	16,22%
Campos dos Goytacazes	0,00%	6,67%	18,18%	15,15%	14,71%	20,00%	17,95%	20,51%	25,64%	28,21%	27,78%
Economia	20,57%	12,73%	14,81%	10,87%	17,31%	18,00%	22,22%	21,43%	23,64%	20,75%	16,98%
Direito	15,19%	8,82%	24,32%	17,57%	16,90%	23,68%	24,00%	23,75%	19,72%	21,92%	17,19%
Física	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Química	9,17%	3,03%	10,48%	5,05%	5,32%	11,11%	8,79%	15,84%	14,00%	11,76%	10,10%
Biologia	10,29%	3,33%	14,75%	18,33%	7,41%	12,28%	15,25%	8,20%	8,33%	10,29%	8,82%
Arquitetura e Urbanismo	11,36%	10,53%	17,02%	7,32%	8,89%	18,37%	16,67%	11,11%	9,09%	10,64%	6,98%
Computação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,87%	11,11%	8,70%	10,20%	12,50%	13,04%	10,87%
Engenharia	4,86%	1,76%	4,05%	2,33%	2,78%	3,70%	5,00%	3,65%	4,88%	8,91%	6,32%
Educ. Matemática S. A. de Pádua	0,00%	100,00%	91,67%	80,00%	50,00%	66,67%	40,00%	50,00%	47,37%	50,00%	44,44%

enquadramento a regularização junto ao sistema SIAPE só foi efetivada em 2001, através de processo administrativo junto ao Ministério do Planejamento.

Engenharia Metal. de V. Redonda	4,76%	0,00%	9,30%	9,52%	2,44%	4,55%	8,57%	11,11%	12,96%	9,80%	13,21%
Outras	17,74%	1,92%	6,00%	9,30%	9,09%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	9,72%	4,87%	10,49%	6,34%	5,64%	9,11%	9,13%	10,00%	10,51%	11,11%	9,66%

Fonte: Catálogo UFF. Elaboração nossa.

Para compreendermos o que realmente acontece nesta evolução/involução do quadro de pessoal docente da UFF nestes 11 anos analisados, faz-se necessária uma análise interna em cada unidade, entendendo as particularidades em cada uma delas, o que faremos a seguir, visando explicitar a dinâmica constante no número de docentes e dissecando a realidade no interior da Universidade Federal Fluminense nos anos de 1995 a 2005.

Instituto de Letras

O Instituto de Letras teve uma queda considerável no número total de professores (-18,81%), passando de 101 docentes em 1995 para apenas 82 no ano de 2005, sendo que em 1995 eram 89 professores em regime de dedicação exclusiva, enquanto que em 2005 esse número passou para apenas 64 professores.

Se considerarmos apenas os docentes do quadro efetivo, a queda foi de 28,72%, passando de 94 para 67 professores num período de onze anos. Chama também a atenção o fato do aumento bastante significativo no número de professores substitutos na Unidade, que eram 7 (6,93%) em 1995 e chega a 15 em 2005 (18,29%).

Vale ressaltar que o Instituto de Letras viveu um processo inverso em relação a tendência da UFF, diminuindo o número de vagas oferecidas no vestibular, que em 1995 eram 280 e em 2005 foram apenas 215, caracterizando um encolhimento na unidade.

INSTITUTO DE LETRAS																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20					40	DE	
1995	2	0	2	1	0	25	1	3	54	1	0	5	94	4	0	3	7	101	6,93%
1996	0	0	3	0	0	26	0	2	53	0	0	5	89	1	0	0	1	90	1,11%
1997	0	0	1	0	0	22	0	2	55	0	0	4	84	4	0	0	4	88	4,55%
1998	0	0	0	0	0	18	0	2	59	0	0	4	83	5	0	0	5	88	5,68%
1999	0	0	0	0	0	13	0	2	62	0	0	4	81	5	0	0	5	86	5,81%
2000	0	0	0	0	0	10	2	1	63	0	0	3	79	5	0	0	5	84	5,95%
2001	0	0	0	0	0	6	2	1	64	0	0	3	76	6	0	0	6	82	7,32%
2002	0	0	0	0	0	5	4	0	61	0	0	1	71	13	2	0	15	86	17,44%
2003	0	0	0	0	0	4	3	0	62	0	0	1	70	14	4	0	18	88	20,45%
2004	0	0	0	0	0	3	3	0	63	0	0	1	70	13	3	0	16	86	18,60%

2005	0	0	0	0	0	3	3	0	60	0	0	1	67	11	4	0	15	82	18,29%
Δ1995/2005													-28,72%				114,29%	-18,81%	

Departamento/Instituto de Educação Física

O atual Instituto de Educação Física era anteriormente um Departamento de ensino ligado diretamente ao CEG, e só se transformou em unidade posteriormente ao período analisado. Apesar da UFF não possuir o curso de graduação em Educação Física, seus docentes oferecem disciplinas eletivas a todos os cursos da Universidade.

O então Departamento de Educação Física também sofreu o desmonte de seu quadro de professores que caiu quase pela metade (-43,48%), passando de 23 em 1995 para 13 em 2005. Observamos que os percentuais se repetem ao analisarmos o quadro efetivo, visto que esta unidade pouco recorreu aos professores substitutos no período de 1995 a 2005.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	1	0	0	6	0	3	13	0	0	0	23	0	0	0	0	23	0,00%
1996	0	0	2	0	0	6	0	2	8	0	0	0	18	3	0	0	3	21	14,29%
1997	0	0	2	0	0	6	0	2	8	0	0	0	18	3	0	0	3	21	14,29%
1998	0	0	2	0	0	7	0	2	6	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
1999	0	0	1	0	0	7	0	2	7	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2000	0	0	1	0	0	5	0	2	9	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2001	0	0	1	0	0	6	1	1	9	0	0	0	18	0	0	0	0	18	0,00%
2002	0	0	1	0	0	5	1	1	9	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2003	0	0	0	0	0	6	0	1	10	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2004	0	0	0	0	0	6	0	1	10	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2005	0	0	0	0	0	6	0	1	6	0	0	0	13	0	0	0	0	13	0,00%
Δ1995/2005													-43,48%					0,00%	-43,48%

Instituto de Matemática

O Instituto de Matemática é uma das maiores unidades da UFF e oferece disciplinas para diversos cursos de graduação da Universidade dentre os quais, Matemática, Computação, Administração, Ciências Contábeis, Arquitetura, Engenharia,

Física, entre outros. Com relação ao número de vagas oferecidas no vestibular, este permaneceu-se inalterado no período, mas os demais cursos anteriormente citados aumentaram bastante o número de vagas.

Nestes 11 anos analisados nesta dissertação sofreu uma enorme pressão em seu quadro de pessoal, causando uma perda de 37,50% no seu quadro total e de 37,87% se considerarmos apenas os professores efetivos (de 184 para 115). Destes, 160 exerciam dedicação exclusiva em 1995, passando para apenas 99 em 2005. Entretanto, a queda mais acentuada em 1999 pode ser explicada por um fator excepcional, pois neste ano o Departamento de Computação se desmembrou do Instituto de Matemática para dar origem ao Instituto de Computação.

O número de professores substitutos caiu de 15 em 1995 para 10 em 2005, porém a proporcionalidade de substitutos em relação ao total do Instituto manteve-se por volta de 8%, atingindo níveis mais altos nos anos de 1998 (14,12%), 2002 (16,80%) e 2003 (16,26%).

INSTITUTO DE MATEMÁTICA																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20					40	DE	
1995	0	0	4	1	0	42	10	7	98	0	0	7	169	6	0	9	15	184	8,15%
1996	0	0	3	1	0	38	11	5	90	0	0	6	154	15	0	1	16	170	9,41%
1997	0	0	3	0	0	36	9	6	87	0	0	5	146	24	0	0	24	170	14,12%
1998	0	0	3	0	0	33	9	6	90	0	0	5	146	5	2	1	8	154	5,19%
1999	0	0	2	0	0	23	6	6	68	0	0	5	110	3	7	0	10	120	8,33%
2000	0	0	2	0	0	16	4	6	74	0	0	5	107	6	7	0	13	120	10,83%
2001	0	0	2	0	0	15	4	6	74	0	0	5	106	9	6	0	15	121	12,40%
2002	0	0	2	0	0	14	4	6	73	0	0	5	104	16	5	0	21	125	16,80%
2003	0	0	1	0	0	14	3	4	76	0	0	5	103	15	5	0	20	123	16,26%
2004	0	0	1	0	0	11	3	3	82	0	0	5	105	12	2	0	14	119	11,76%
2005	0	0	0	0	0	11	3	3	83	0	0	5	105	9	1	0	10	115	8,70%
Δ1995/2005													-37,87%				-33,33%	-37,50%	

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

O Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) é marcado pela diversidade de áreas que o compõe como por exemplo os Departamentos de Psicologia, História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política e também pela forte conscientização política de seus docentes. Porém também não escapou do processo de desmonte promovido pelo neoliberalismo. O ICHF perdeu 24,24% de seus docentes no

período de 11 anos de 1995 a 2005, passando de 198 professores para 150. Com relação ao quadro efetivo, o Instituto caiu de 183 docentes para 139 em 2005, ou seja, uma diminuição da ordem de 24,04%. O número de professores substitutos também diminuiu de 15 em 1995 para 11 em 2005 (26,67%), dos quais em 1995 eram 7 em regime de DE, enquanto que em 2005 apenas 3 exerciam 40 horas semanais. Entretanto a proporção de substitutos em relação ao total do departamento manteve-se por volta de 7%, atingindo um pico de 10,58% em 1997.

Neste mesmo intervalo, as vagas oferecidas pelos cursos de Ciências Sociais, História e Psicologia, oferecidas pelo ICHF, aumentaram por volta de 10%.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20					40	DE	
1995	1	0	6	2	1	50	9	17	89	0	1	7	183	8	0	7	15	198	7,58%
1996	1	0	3	1	0	43	9	15	86	0	2	12	172	7	0	0	7	179	3,91%
1997	1	0	4	1	0	33	9	13	93	2	2	11	169	20	0	0	20	189	10,58%
1998	1	0	3	0	0	30	6	13	98	0	2	10	163	2	0	1	3	166	1,81%
1999	1	0	2	0	0	26	5	11	102	0	2	11	160	5	0	0	5	165	3,03%
2000	1	0	2	0	0	24	5	11	104	0	1	11	159	8	0	0	8	167	4,79%
2001	1	0	2	0	0	23	6	11	106	0	1	11	161	9	0	0	9	170	5,29%
2002	1	0	1	0	0	16	6	10	117	0	1	9	161	6	0	1	7	168	4,17%
2003	1	0	1	0	0	10	7	10	112	0	1	9	151	7	3	2	12	163	7,36%
2004	1	0	1	0	0	10	7	9	109	0	1	9	147	7	2	0	9	156	5,77%
2005	1	0	1	0	0	8	6	9	105	0	1	8	139	8	3	0	11	150	7,33%
Δ 1995/2005													-24,04%				-26,67%	-24,24%	

Instituto de Artes e Comunicação Social

O IACS, como toda a UFF, também teve perdas significativas em seu quadro docente. O total de professores do Instituto despencou de 127 em 1995 para 101 em 2005 (-20,47%). A situação torna-se ainda mais dramática se analisarmos somente os docentes efetivos da unidade, que caíram de 119 para 89 (-25,21%). Em 1995 eram 96 professores em regime de dedicação exclusiva, enquanto que em 2005 esse número totalizava apenas 79 professores.

O número de professores substitutos do IACS aumentou 50% neste período, passando de 8 em 1995 para 12 em 2005. A proporção de professores substitutos frente ao total de docentes da unidade aumentou bastante também, passando de 6,30% em 1995 para 11,88% em 2005, atingindo a porcentagem máxima (14,78%) no ano de 2000.

O número de vagas no vestibular oferecidas pelos cursos de Cinema e Produção Cultural aumentou consideravelmente e ainda foi criado um novo curso de graduação de Estudos de Mídias. Em contrapartida os cursos de Jornalismo e Propaganda mantiveram-se inalterados, enquanto que os Arquivologia e Biblioteconomia tiveram um declínio neste mesmo número.

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL																			
ANO	EFETIVOS													SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	17	3	0	30	6	9	45	1	1	4	119	8	0	0	8	127	6,30%
1996	1	0	15	3	0	32	4	8	41	1	1	4	110	2	0	0	2	112	1,79%
1997	2	0	13	2	0	33	3	8	41	0	1	5	108	7	0	0	7	115	6,09%
1998	2	0	13	2	0	30	3	7	41	0	1	5	104	2	0	0	2	106	1,89%
1999	3	0	11	2	0	29	3	6	42	0	1	3	100	4	0	0	4	104	3,85%
2000	3	0	7	2	0	29	3	5	45	0	1	3	98	16	1	0	17	115	14,78%
2001	2	0	5	3	0	27	3	5	48	0	0	3	96	14	1	0	15	111	13,51%
2002	2	0	2	2	0	27	3	4	56	0	0	2	98	14	1	0	15	113	13,27%
2003	1	0	3	3	0	27	3	3	54	0	0	1	95	10	0	0	10	105	9,52%
2004	1	0	2	3	0	25	3	3	54	0	0	2	93	16	1	0	17	110	15,45%
2005	1	0	1	2	0	20	4	3	56	0	0	2	89	12	0	0	12	101	11,88%
Δ1995/2005													-25,21%				50,00%	-20,47%	

Instituto de Geociências

O total de professores do Instituto de Geociências decresceu 18,57% no período analisado de 1995 a 2005, passando de 70 docentes para 57. Da mesma forma o total de docentes efetivos (desconsiderando os substitutos) também decresceu 20,63%, de 63 em 1995 até chegar a 50 em 2005. Eram 52 docentes DE em 1995 e apenas 42 em 2005.

Apesar de ter oscilado dentro do período analisado, o número de professores substitutos chegou ao final do período nos mesmos 7 docentes de 1995. A proporção em relação ao total do Instituto aumentou de 10% para 12,28%, embora durante todo o período tenha ficado abaixo deste patamar. Quanto às vagas oferecidas pelo curso de Geografia, estas tiveram um grande corte em 1996 (50%) e depois mantiveram-se inalteradas pelo resto do período.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS																			
ANO	EFETIVOS													SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	1	5	0	21	3	3	25	0	0	2	63	4	0	3	7	70	10,00%
1996	3	0	1	5	0	19	3	3	24	0	0	2	60	1	0	1	2	62	3,23%
1997	3	0	0	4	0	18	3	3	24	0	0	2	57	6	0	0	6	63	9,52%

1998	3	0	0	3	0	16	4	3	28	0	0	2	59	1	0	0	1	60	1,67%
1999	3	0	0	3	0	14	4	3	30	0	0	2	59	3	0	0	3	62	4,84%
2000	2	0	0	3	0	12	3	3	33	0	0	2	58	3	0	0	3	61	4,92%
2001	2	0	0	3	0	9	4	2	35	0	0	2	57	4	0	0	4	61	6,56%
2002	2	0	0	3	0	9	4	1	31	0	0	2	52	5	0	0	5	57	8,77%
2003	2	0	0	3	0	7	4	1	33	0	0	2	52	3	0	0	3	55	5,45%
2004	1	0	1	2	0	6	4	1	33	0	0	2	50	4	0	0	4	54	7,41%
2005	1	0	1	2	0	5	4	1	34	0	0	2	50	7	0	0	7	57	12,28%
Δ1995/2005													-20,63%				0,00%	-18,57%	

Faculdade de Veterinária

O efetivo total da Faculdade de Veterinária teve seu número bastante reduzido no período 1995-2005, caindo 33,33% (de 105 para 70). Se levarmos em conta apenas os docentes do quadro permanente esse decréscimo passa a ser de 30,11% (de 93 para 65). O número de professores titulares caiu de 19 em 1995 para 11 em 2005. Dos 80 professores em regime de dedicação exclusiva restaram 60 docentes. A diminuição chegou até aos professores substitutos que eram 12 em 1995 e em 2005 se reduziram a 5 (-58,33%). A proporção de substitutos em relação ao quadro total da unidade também diminuiu de 11,43% para 7,14%, o que revela que a queda do número de substitutos superou e muito a do quadro efetivo. O número de vagas para o curso de graduação em Medicina Veterinária manteve-se estável no período analisado.

FACULDADE DE VETERINÁRIA																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40	DE	Total Subst.	
1995	2	0	4	1	0	14	3	6	44	2	1	16	93	0	0	12	12	105	11,43%
1996	1	0	5	1	0	13	2	6	39	2	1	14	84	3	0	0	3	87	3,45%
1997	1	0	3	2	0	15	2	5	41	2	1	13	85	11	0	0	11	96	11,46%
1998	1	0	0	2	0	17	2	5	38	1	0	13	79	7	0	0	7	86	8,14%
1999	0	0	0	2	0	15	1	3	43	1	0	14	79	1	2	0	3	82	3,66%
2000	0	0	0	1	0	12	1	2	46	1	0	14	77	1	4	0	5	82	6,10%
2001	0	0	0	2	0	11	1	2	46	1	0	14	77	0	3	0	3	80	3,75%
2002	0	0	0	2	0	10	0	1	46	1	0	14	74	1	3	0	4	78	5,13%
2003	0	0	0	2	0	9	1	1	39	1	0	11	64	4	3	0	7	71	9,86%
2004	0	0	0	2	0	6	2	0	46	1	0	11	68	5	3	0	8	76	10,53%
2005	0	0	0	2	0	5	1	1	45	1	0	10	65	4	1	0	5	70	7,14%
Δ1995/2005													-30,11%				-58,33%	-33,33%	

Faculdade de Farmácia

A Faculdade de Farmácia ilustra um dos raros casos em que uma unidade teve o seu quadro de professores efetivos aumentado (10,26%), passando de 39 docentes em 1995 para 43 em 2005. Em compensação, se analisarmos todo o quadro docente da Faculdade observaremos que esse número decaiu em 7,84%, passando de 51 em 1995 para 47 em 2005. Isso se deveu a grande queda (-66,67%) no número de professores substitutos da Faculdade neste período, passando de 12 em 1995 para 4 em 2005. Essa mesma queda (de 23,53% para 8,51%) se verifica quando atentamos para a proporcionalidade entre os professores substitutos e o número total de professores da unidade.

O número de vagas oferecidas para o curso de graduação em Farmácia decresceu em 20 vagas no período analisado.

FACULDADE DE FARMÁCIA																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40					DE	Total Subst.
1995	1	0	5	2	0	10	4	6	9	0	1	1	39	11	0	1	12	51	23,53%
1996	1	0	5	2	0	12	3	6	10	0	0	2	41	7	0	0	7	48	14,58%
1997	1	0	3	2	0	13	3	4	13	0	0	3	42	6	0	0	6	48	12,50%
1998	1	0	3	2	0	10	3	5	15	0	0	3	42	7	0	0	7	49	14,29%
1999	1	0	1	1	0	11	4	5	18	0	0	3	44	7	0	0	7	51	13,73%
2000	1	0	0	1	0	9	4	5	20	0	0	3	43	9	0	0	9	52	17,31%
2001	1	0	0	1	0	9	3	5	20	0	0	3	42	8	0	0	8	50	16,00%
2002	1	0	0	1	0	6	4	5	23	0	1	2	43	8	0	0	8	51	15,69%
2003	0	0	0	1	0	4	3	4	25	0	1	2	40	9	0	0	9	49	18,37%
2004	0	0	0	1	0	4	3	4	30	0	1	1	44	9	0	0	9	53	16,98%
2005	0	0	0	1	0	4	3	2	31	0	1	1	43	4	0	0	4	47	8,51%
Δ1995/2005													10,26%				-66,67%	-7,84%	

Faculdade de Medicina

Embora as vagas para o curso de Medicina da UFF tenham se mantido inalteradas no período 1995-2005, esta unidade foi a que mais perdeu docentes em toda a UFF, tanto em números absolutos, quanto em proporcionais. Mesmo levando em conta que em 1996 o Departamento de Saúde da Comunidade se desmembrou para dar origem ao Instituto de Saúde da Comunidade, a Faculdade de Medicina teve o número de professores

do quadro efetivo diminuído em 40,51%, caindo de 511 docentes em 1995 para 304 em 2005. ao considerarmos também os professores substitutos (que diminuíram 72,22%) esse decréscimo passa para 42,60% (547 para 314). A proporção de professores substitutos em relação ao total da unidade caiu de 6,58% em 1995 para 3,18% em 2005. Eram 195 professores em DE e agora restam apenas 130 docentes neste regime. Os professores titulares que eram 46 em 1995, se reduziram a 26 em 2005. Chama também a atenção o grande número de professores em regime de 20 horas semanais, que se dá devido a possibilidade de acumulação de cargos facultada aos ocupantes do cargo de médico com um cargo de professor (140 em 1995 e 83 em 2005).

FACULDADE DE MEDICINA																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	31	2	27	31	12	24	49	174	115	4	24	18	511	25	0	11	36	547	6,58%
1996	26	0	15	26	10	22	41	147	86	1	21	22	417	5	0	1	6	423	1,42%
1997	20	0	15	28	8	25	40	138	83	1	19	23	400	6	0	0	6	406	1,48%
1998	19	0	12	28	7	27	41	132	84	1	16	25	392	4	0	0	4	396	1,01%
1999	17	0	10	28	7	24	45	127	88	1	15	25	387	7	0	0	7	394	1,78%
2000	17	0	5	25	7	24	45	121	96	1	13	25	379	10	0	0	10	389	2,57%
2001	15	0	4	23	7	18	45	115	102	1	12	25	367	9	0	0	9	376	2,39%
2002	13	0	3	23	7	17	44	110	104	0	10	22	353	11	0	0	11	364	3,02%
2003	11	0	3	24	7	15	42	99	93	0	8	21	323	12	0	0	12	335	3,58%
2004	11	0	2	24	7	15	41	90	96	0	8	19	313	10	0	0	10	323	3,10%
2005	11	0	2	23	6	13	39	87	97	1	7	18	304	9	1	0	10	314	3,18%
Δ1995/2005													-40,51%				-72,22%	-42,60%	

Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia também apresenta uma grande depreciação no seu quadro de pessoal, tanto no total (-18,27%) quanto no de professores efetivos (-19,35). O número de professores da unidade caiu de 104 para 90 no período analisado. Se considerarmos apenas os professores em regime de dedicação exclusiva, veremos que a diminuição não foi tão alarmante, passando de 79 docentes em 1995 para 74 em 2005.

A proporção de professores substitutos em relação ao total da Faculdade pouco se alterou no fim do período (de 10,58% para 11,76%), entretanto em 1999 esta proporção atingiu um patamar mínimo de 4,40%. O número de professores substitutos diminuiu de 10 para 11 no período 1995-2005, porém dos 11 professores constatados em 1995, 10

exerciam o regime de dedicação exclusiva, enquanto que todos os professores substitutos de 2005 exerciam apenas 20 horas semanais.

Com relação as vagas oferecidas no vestibular UFF, a Faculdade de Odontologia não teve nenhum incremento nos anos analisados.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA																			
ANO	EFETIVOS													SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	24	3	3	27	5	7	15	1	2	3	93	1	0	10	11	104	10,58%
1996	2	0	25	2	3	28	3	6	16	0	1	5	91	3	0	2	5	96	5,21%
1997	2	0	23	2	2	27	3	4	16	0	1	5	85	8	0	1	9	94	9,57%
1998	2	0	22	2	2	27	3	5	19	0	1	5	88	4	0	1	5	93	5,38%
1999	2	0	14	1	1	30	3	5	25	0	1	5	87	4	0	0	4	91	4,40%
2000	2	0	8	1	0	31	1	6	31	0	1	4	85	15	0	0	15	100	15,00%
2001	1	0	8	2	0	26	1	6	36	0	1	4	85	15	0	0	15	100	15,00%
2002	0	0	4	2	0	25	1	5	41	0	0	4	82	12	0	0	12	94	12,77%
2003	0	0	3	1	0	26	1	4	40	0	0	4	79	10	0	0	10	89	11,24%
2004	0	0	3	0	0	26	1	4	40	0	0	4	78	12	0	0	12	90	13,33%
2005	0	0	1	0	0	24	1	4	41	0	0	4	75	10	0	0	10	85	11,76%
Δ1995/2005													-19,35%				-9,09%	-18,27%	

Escola de Enfermagem

A Escola de Enfermagem se encaixa perfeitamente no padrão do que aconteceu com a UFF nos anos de 1995 a 2005. Perdeu 20% do seu quadro de professores efetivos (caiu de 75 para 60) e 20,48% do quadro total (de 83 para 66). Eram 72 professores em DE no ano de 1995 e em 2005 passaram a ser 52 docentes. Os professores substitutos diminuíram 25%, porém a proporção em relação à força de trabalho docente da unidade manteve-se a mesma ao fim do período (em torno de 9%). O pico das contratações de substitutos aconteceu no ano de 2002, onde esse percentual chegou a atingir 16%.

Em contrapartida o número de professores titulares aumentou de 4 para 7 nestes 11 anos pesquisados, sendo todos em regime de dedicação exclusiva.

As vagas oferecidas no vestibular para a cidade de Niterói permaneceram no mesmo patamar, porém foi criado um curso de Enfermagem em Rio das Ostras em 2004 com 30 vagas, aumentando para 60 em 2005. Este novo curso contava com os docentes da Escola de Enfermagem de Niterói, que recebiam bolsas para ministrarem aulas no

1996	0	0	1	6	3	5	8	9	18	0	0	0	50	0	0	0	0	50	0,00%	
1997	1	0	1	6	3	3	7	9	17	0	0	0	47	0	0	0	0	47	0,00%	
1998	1	0	1	4	3	3	8	9	16	0	0	0	45	7	0	0	7	52	13,46%	
1999	1	0	1	0	2	6	10	11	16	0	0	0	47	5	0	0	5	52	9,62%	
2000	0	0	0	1	2	6	10	10	16	0	0	0	45	5	0	0	5	50	10,00%	
2001	0	0	2	0	2	6	10	10	15	0	0	0	45	4	0	0	4	49	8,16%	
2002	0	0	2	0	2	7	10	10	18	0	0	0	49	2	0	0	2	51	3,92%	
2003	0	0	2	0	2	9	10	9	19	0	0	0	51	1	0	0	1	52	1,92%	
2004	0	0	2	0	2	8	10	8	23	0	0	0	53	0	0	0	0	53	0,00%	
2005	0	0	2	0	1	6	9	6	28	0	0	0	52	0	0	0	0	52	0,00%	
Δ1995/2005													4,00%					0,00%	4,00%	

Faculdade de Nutrição

Mais uma vez verificamos uma unidade que teve seu quadro de professores bastante reduzido no período 1995-2005. A Faculdade de Nutrição perdeu 8 professores (19,51%) em relação ao número inicial em 1995, passando de 41 docentes para 33. Se considerarmos apenas os docentes do quadro efetivo, essa perda foi ainda maior (-21,62%), caindo de 37 para 29. O número de professores em regime de dedicação exclusiva caiu de 39 em 1995 para 27 em 2005. Os 3 professores titulares em exercício em 1995 se reduziram a apenas 1 em 2005, embora o número de adjuntos tenha aumentado de 11 para 17 e o de assistentes de 10 para 11.

A proporção de professores substitutos em relação ao total de docentes da Faculdade aumentou de 9,765 para 12,12% em 2005, tendo atingido o pico nos anos de 1998 e 2000, com 15,38%. As vagas oferecidas pelo curso de graduação em Nutrição permaneceram inalteradas de 1995 a 2005.

FACULDADE DE NUTRIÇÃO																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	1	0	12	1	0	9	0	0	11	0	0	3	37	0	0	4	4	41	9,76%
1996	0	0	12	2	0	10	0	0	9	0	0	2	35	2	0	0	2	37	5,41%
1997	0	0	11	2	0	10	0	0	9	0	0	1	33	4	0	0	4	37	10,81%
1998	0	0	8	2	0	13	0	0	9	0	0	1	33	6	0	0	6	39	15,38%
1999	0	0	8	1	0	12	1	0	10	0	0	1	33	1	0	0	1	34	2,94%
2000	0	0	3	1	0	17	1	0	10	0	0	1	33	6	0	0	6	39	15,38%
2001	0	0	3	0	0	15	1	0	13	0	0	1	33	3	0	0	3	36	8,33%
2002	0	0	3	1	0	11	1	0	16	0	0	1	33	5	0	0	5	38	13,16%
2003	0	0	1	1	0	11	1	0	17	0	0	1	32	5	0	0	5	37	13,51%
2004	0	0	1	0	0	11	2	0	17	0	0	1	32	1	1	0	2	34	5,88%
2005	0	0	0	0	0	11	2	0	15	0	0	1	29	3	1	0	4	33	12,12%

Δ 1995/2005																-21,62%				0,00%	-19,51%		
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------	--	--	--	-------	---------	--	--

Instituto Biomédico

A força de trabalho docente do Instituto Biomédico também foi reduzida no período analisado. O total de professores do Instituto caiu de 112 para 84 (-25%), concentrando-se principalmente na queda dos professores substitutos (-80%) que diminuiram de 15 (sendo 8 em DE) para apenas 3 em 2005. O número de professores efetivos caiu de 97 para 81 (-16,49%). Dos 81 professores em regime de dedicação exclusiva em 1995, restaram ao final do período 64 docentes. Entretanto o número de professores titulares manteve-se inalterado, permanecendo em 5 docentes.

A porcentagem de professores substitutos caiu significativamente, passando de 13,39% em 1995 para 3,57% em 2005.

INSTITUTO BIOMÉDICO																				
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.			
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40					DE		
1995	1	0	21	3	0	24	7	9	27	1	3	1	97	7	0	8	15	112	13,39%	
1996	3	0	15	3	0	26	5	8	28	1	2	2	93	3	0	0	3	96	3,13%	
1997	4	0	11	4	0	27	3	7	30	1	2	0	89	11	0	0	11	100	11,00%	
1998	5	0	6	6	0	25	2	7	32	1	2	0	86	5	0	0	5	91	5,49%	
1999	5	0	6	7	0	23	3	8	34	1	1	1	89	1	0	0	1	90	1,11%	
2000	5	0	6	7	0	22	4	8	34	1	1	1	89	3	0	0	3	92	3,26%	
2001	4	0	4	8	0	23	5	8	33	1	1	1	88	3	1	0	4	92	4,35%	
2002	4	0	3	6	0	22	4	6	38	1	1	1	86	3	1	0	4	90	4,44%	
2003	4	0	2	4	0	19	5	7	37	1	1	0	80	4	1	0	5	85	5,88%	
2004	4	0	2	4	0	14	4	6	46	0	1	1	82	3	1	0	4	86	4,65%	
2005	4	0	2	5	0	11	2	5	47	0	1	4	81	2	1	0	3	84	3,57%	
Δ 1995/2005													-16,49%				-80,00%	-25,00%		

Faculdade de Educação

Uma das unidades mais prejudicadas durante o período de 1995 a 2005 foi a Faculdade de Educação, que apesar de não ter aumentado a oferta de vagas no Vestibular para o curso de graduação em Pedagogia, teve suas atividades bastante intensificadas devido ao aumento de vagas em cursos de outras unidades, como os de licenciatura em

História, Ciências Biológicas, Química e Física, pois oferece disciplinas a todos esses cursos (totalizando 17 cursos de graduação).

Chama-nos a atenção a grande proporção de professores em regime de dedicação exclusiva, mesmo depois de perder 32,13% do seu quadro total (passou de 147 para 99) e 29,51% do seu quadro efetivo (122 para 86). Isso se deveu a grande resistência interna imposta pelos professores nas reuniões de colegiado de curso. O número de professores titulares caiu vertiginosamente de 13 em 1995 para apenas 3 em 2005. A Faculdade Educação desde 1998 não conta com docentes em nível de Auxiliar. Mesmo mantendo uma grande proporção de professores em DE, o número destes caiu de 114 para 80 no período analisado. Salta aos olhos também a diminuição no número de professores substitutos ao final do período (25 para 13), com uma queda de 48%. Cabe ressaltar que neste período os professores atendiam também ao curso de Pedagogia de Angra dos Reis sem direito a complementação salarial através de “bolsas por fora”.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	1	0	3	2	1	64	2	1	35	1	2	10	122	23	0	2	25	147	17,01%
1996	1	0	1	1	0	67	2	1	29	1	2	9	114	7	0	0	7	121	5,79%
1997	1	0	0	0	0	60	2	1	31	0	1	9	105	24	0	0	24	129	18,60%
1998	0	0	0	1	0	44	2	1	43	0	1	8	100	8	0	0	8	108	7,41%
1999	0	0	0	1	0	34	2	1	50	0	1	8	97	7	0	0	7	104	6,73%
2000	0	0	0	1	0	19	1	1	64	0	1	6	93	13	0	0	13	106	12,26%
2001	0	0	0	1	0	16	1	1	67	0	1	6	93	13	0	0	13	106	12,26%
2002	0	0	0	1	0	13	1	1	72	0	1	6	95	11	0	0	11	106	10,38%
2003	0	0	0	1	0	10	1	1	72	0	1	2	88	13	0	0	13	101	12,87%
2004	0	0	0	1	0	10	1	1	70	0	1	2	86	14	0	0	14	100	14,00%
2005	0	0	0	1	0	9	1	1	71	0	1	2	86	13	0	0	13	99	13,13%
Δ1995/2005													-29,51%				-48,00%	-32,65%	

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Em 1996 os Departamentos de Administração e de Contabilidade se desmembraram da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, dando origem a duas unidades distintas. Posteriormente, em 2003 com a criação do curso de graduação em Turismo, passou a denominar-se Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Inicialmente contava com 55 docentes efetivos, dos quais 35

exerciam dedicação exclusiva. Passou por um crescimento nos anos seguintes até atingir a marca de 61 docentes em 2003 e novamente cair para 54 em 2005, apresentando uma taxa de decréscimo de 1,82% no período estudado.

Apesar da diminuição ao final do período 1995-2005, chama a atenção o alto número de professores Auxiliares da unidade (22 em 1995 e 5 em 2005) em relação a outras da UFF. Quando analisamos o quadro de pessoal docente da Faculdade como um todo, percebemos que este cresceu 23,44% no período, principalmente em razão do grande aumento no número de professores substitutos (9 em 1995 e 25 em 2005), atingindo a proporção de 31,65% deste mesmo quadro (crescimento de 177,78% no período).

Mesmo os cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis não aumentando o número de vagas no Vestibular UFF (Ciências Contábeis até diminuiu) para Niterói, foram esses cursos que nortearam e sustentaram todo o processo de interiorização da Universidade, criando muitas vagas em municípios do estado como Macaé, Itaperuna, Volta Redonda, Miracema, Cabo Frio, Arraial do Cabo e São João de Meriti, além do curso de Turismo em Quissamã. Relembrando que as aulas desses cursos de interiorização eram ministradas por professores da Faculdade, mediante o pagamento de bolsas através da Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF (FEC).

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO																				
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.			
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE								
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1996	8	0	14	1	0	10	9	2	10	0	0	1	55	9	0	0	9	64	14,06%	
1997	8	0	10	1	0	12	7	0	10	0	0	1	49	24	0	0	24	73	32,88%	
1998	8	0	11	1	0	14	8	0	12	0	0	1	55	12	0	0	12	67	17,91%	
1999	7	0	6	2	0	16	7	0	13	0	0	1	52	9	0	0	9	61	14,75%	
2000	7	0	3	4	0	17	6	0	14	0	0	1	52	19	0	0	19	71	26,76%	
2001	6	0	3	7	0	16	6	0	17	0	0	1	56	16	0	0	16	72	22,22%	
2002	6	0	0	8	0	16	6	0	21	0	0	1	58	15	0	0	15	73	20,55%	
2003	6	0	0	7	0	17	6	0	24	0	0	1	61	14	0	0	14	75	18,67%	
2004	6	0	0	7	0	14	6	0	26	0	0	1	60	20	2	0	22	82	26,83%	
2005	5	0	0	5	0	14	6	0	24	0	0	0	54	25	0	0	25	79	31,65%	
Δ1995/2005													-1,82%				177,78%	23,44%		

A Escola de Serviço Social de Niterói também teve o seu quadro de professores diminuído no período em questão, perdendo 13,89% dos seus docentes efetivos e 9,76% do total. Em 1995 eram 36 docentes do quadro efetivo e 5 substitutos (todos em DE), para em 2005 serem apenas 31 efetivos e 6 substitutos (apenas 1 em DE). A unidade não conta com professores titulares desde 1998 e a proporção de professores substitutos em relação ao total passou de 12,30% em 1995 para 16,22% em 2005, tendo atingido o ápice em 1997 (30,43%), quando dos 46 docentes da unidade, 14 eram contratados temporários.

No período analisado as vagas oferecidas pelo cursos de graduação em Serviço Social sofreram algumas variações, porém ao final do período voltaram ao patamar inicial (200 vagas). Neste período foram criados os cursos de graduação em Serviço Social em Bom Jesus do Itabapoana e em Rio das Ostras, onde os docentes atuavam da mesma forma explanada na seção anterior, de maneira dividida com os docentes da unidade de Campos dos Goytacazes.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	2	0	1	1	0	20	1	0	10	0	0	1	36	0	0	5	5	41	12,20%
1996	2	0	1	1	0	19	1	0	4	0	0	2	30	2	0	0	2	32	6,25%
1997	3	0	1	1	0	20	0	0	5	0	0	2	32	14	0	0	14	46	30,43%
1998	2	0	1	2	0	22	0	0	6	0	0	1	34	7	0	0	7	41	17,07%
1999	2	0	1	2	0	22	0	0	7	0	0	0	34	2	0	0	2	36	5,56%
2000	2	0	1	2	0	20	0	0	9	0	0	0	34	1	0	0	1	35	2,86%
2001	1	0	2	2	0	19	0	0	10	0	0	0	34	4	0	0	4	38	10,53%
2002	1	0	1	2	0	18	0	0	11	0	0	0	33	1	4	0	5	38	13,16%
2003	1	0	1	2	0	17	0	0	10	0	0	0	31	5	3	0	8	39	20,51%
2004	1	0	1	2	0	14	0	0	13	0	0	0	31	8	2	0	10	41	24,39%
2005	1	0	1	2	0	9	0	0	18	0	0	0	31	5	1	0	6	37	16,22%
Δ1995/2005													-13,89%				20,00%	-9,76%	

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Originado do Departamento de Serviço Social de Campos, que continua em atividade como um de seus membros, o Instituto sofreu perdas no seu quadro de professores efetivos (-7,24%). Porém a grande mudança aparece quando analisamos o

quadro de professores substitutos que aumentou 66,67%, passando de 6 em 1995 para 10 em 2005. A proporção de substitutos da unidade subiu de 17,65% em 1995 para 27,78%, mantendo-se quase sempre acima dos 15% no período analisado. As vagas oferecidas em Campos dos Goytacazes mantiveram-se inalteradas nos 11 anos pesquisados.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAMPOS DOS GOYTACAZES																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	1	0	13	0	0	4	2	0	7	0	0	1	28	3	0	3	6	34	17,65%
1996	2	0	12	0	0	5	2	0	6	0	0	1	28	2	0	0	2	30	6,67%
1997	1	0	12	0	0	5	2	0	6	0	0	1	27	6	0	0	6	33	18,18%
1998	1	0	9	0	0	9	2	0	6	0	0	1	28	5	0	0	5	33	15,15%
1999	1	0	6	0	0	13	2	0	6	0	0	1	29	5	0	0	5	34	14,71%
2000	1	0	5	0	0	14	2	0	5	0	0	1	28	7	0	0	7	35	20,00%
2001	1	0	3	0	2	14	3	1	7	0	0	1	32	7	0	0	7	39	17,95%
2002	1	0	3	0	2	13	2	1	8	0	0	1	31	8	0	0	8	39	20,51%
2003	1	0	3	0	1	13	2	2	6	0	0	1	29	10	0	0	10	39	25,64%
2004	1	0	2	0	0	11	1	4	8	0	0	1	28	11	0	0	11	39	28,21%
2005	1	0	1	0	0	9	1	3	10	0	0	1	26	10	0	0	10	36	27,78%
Δ1995/2005													-7,14%				66,67%	5,88%	

Faculdade de Economia

Ao analisarmos os dados referentes à Faculdade de Economia precisamos tomar algum cuidado e pontuar que a queda de 60,71% do quadro efetivo não é real, em virtude do desmembramento da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis em 1995. Entretanto, mesmo se analisarmos os anos subsequentes veremos uma diminuição do quadro de docentes efetivos de 48 em 1996 para 44 em 2005.

Em contrapartida o número de docentes em regime de dedicação exclusiva subiu de 31 em 1996 para 37 em 2005 e o de substitutos de 7 para 9. O topo do índice de

substitutos sobre o total de docentes foi atingido em 2003 com 23,64%, caindo em seguida para atingir 16,98% em 2005. o número de professores titulares manteve-se estável em 5 docentes, porém o número de vagas oferecidas no vestibular caiu bastante de 240 em 1995 para 160 em 2005.

FACULDADE DE ECONOMIA																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	8	0	13	4	1	26	19	3	33	1	0	4	112	11	0	18	29	141	20,57%
1996	0	0	0	2	1	11	10	0	20	1	0	3	48	7	0	0	7	55	12,73%
1997	0	0	0	2	0	11	10	0	18	1	0	4	46	8	0	0	8	54	14,81%
1998	0	0	0	2	0	12	11	0	15	1	0		41	5	0	0	5	46	10,87%
1999	0	0	0	2	0	11	10	0	15	2	0	3	43	2	7	0	9	52	17,31%
2000	0	0	0	2	0	10	11	0	13	2	0	3	41	1	8	0	9	50	18,00%
2001	0	0	0	1	0	7	10	0	19	1	0	4	42	1	11	0	12	54	22,22%
2002	0	0	0	0	0	6	8	0	25	1	0	4	44	1	11	0	12	56	21,43%
2003	0	0	0	0	0	6	7	0	24	1	0	4	42	1	12	0	13	55	23,64%
2004	0	0	0	0	0	6	6	0	26	1	0	3	42	1	10	0	11	53	20,75%
2005	0	0	0	0	0	6	6	0	27	1	0	4	44	3	6	0	9	53	16,98%
Δ1995/2005													-60,71%				-68,97%	-62,41%	

Faculdade de Direito

Dois características chamam a atenção no quadro referente a Faculdade de Direito: o primeiro é o grande número de docentes em regime de 20 horas semanais, fato explicado pela grande quantidade de magistrados que acumulam o cargo de professor universitário conforme permitido pela legislação; o outro é o alta incidência de professores substitutos, com uma proporção em relação ao total do quadro da unidade quase sempre superior aos 15%, atingindo em 2002 o absurdo número de 19 professores substitutos, ou seja, 23,75% dos docentes (em 2001 foram 18 substitutos com 24% do total). Destacamos também o alto número de professores Auxiliares em relação ao todo da UFF (eram 28 em 1995 e 10 em 2005).

Neste período o quadro de pessoal efetivo encolheu 20,99%, passando de 67 docentes em 1995 para 53 em 2005. Na contramão desses números, o número de vagas oferecidas em Niterói cresceu mais de 20% e ainda foi criado um curso de graduação em Direito no município de Macaé, seguindo a mesma lógica das bolsas pagas “por fora” aos docentes da unidade.

FACULDADE DE DIREITO																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	15	0	13	8	2	2	7	8	2	2	2	6	67	10	0	2	12	79	15,19%
1996	16	0	11	10	2	3	5	5	2	1	2	5	62	6	0	0	6	68	8,82%
1997	15	1	9	8	3	3	4	4	2	1	2	4	56	18	0	0	18	74	24,32%
1998	18	1	7	9	2	4	4	5	4	1	2	4	61	13	0	0	13	74	17,57%
1999	16	0	6	11	1	5	4	4	5	1	2	4	59	12	0	0	12	71	16,90%
2000	14	0	3	11	1	9	5	3	5	1	2	4	58	18	0	0	18	76	23,68%
2001	13	0	3	11	1	9	5	3	5	1	2	4	57	18	0	0	18	75	24,00%
2002	12	0	3	14	1	9	6	3	6	1	2	4	61	19	0	0	19	80	23,75%
2003	10	0	3	14	1	6	6	1	9	1	3	3	57	14	0	0	14	71	19,72%
2004	7	0	4	16	1	6	5	1	8	1	3	5	57	16	0	0	16	73	21,92%
2005	7	0	3	15	1	6	3	2	8	0	3	5	53	11	0	0	11	64	17,19%
Δ1995/2005													-20,90%				-8,33%	-18,99%	

Instituto de Física

Além do fato de nunca ter contratado professores substitutos para seu único departamento, o Instituto de Física também lamenta a enorme perda de docentes efetivos (-27,91%) nos anos pesquisados. Os 86 docentes efetivos de 1995 se resumiram a 62 em 2005, e dos 9 professores titulares de 1995, restaram apenas 5 em 2005.

Salta aos olhos também o fato da grande maioria dos docentes do Instituto serem Adjuntos DE (em 1995, 64 de 86; em 2005, 53 de 62). Em 2005 apenas um professor do Instituto exercia o regime de 20 horas semanais.

ANO	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	Subst.			Total Depto.	% Substitutos	
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	1	0	0	22	6	4	59	0	0	6	99	4	0	6	10	109	9,17%
1996	1	0	1	0	0	21	6	4	58	0	0	5	96	3	0	0	3	99	3,03%
1997	1	0	1	0	0	20	6	3	58	0	0	5	94	11	0	0	11	105	10,48%
1998	1	0	0	0	0	15	7	2	64	0	0	5	94	4	1	0	5	99	5,05%
1999	0	0	0	1	0	14	7	2	60	0	0	5	89	4	1	0	5	94	5,32%
2000	0	0	0	1	0	9	7	2	64	0	0	5	88	6	5	0	11	99	11,11%
2001	0	0	0	1	0	6	7	2	67	0	0	0	83	2	6	0	8	91	8,79%
2002	0	0	0	1	0	3	7	2	68	0	0	4	85	8	8	0	16	101	15,84%
2003	0	0	0	1	0	3	6	0	70	0	0	6	86	8	6	0	14	100	14,00%
2004	0	0	0	1	0	2	5	0	76	0	0	6	90	9	3	0	12	102	11,76%
2005	0	0	0	0	0	2	5	0	75	0	0	7	89	9	1	0	10	99	10,10%
Δ 1995/2005													-10,10%				0,00%	-9,17%	

Instituto de Biologia

O Instituto de Biologia tem uma situação um pouco diversa das outras unidades da UFF, tendo em vista que teve o seu quadro de pessoal docente aumentado (1,64%) nestes anos analisados, passando de 61 para 62 docentes, enquanto quase que a totalidade da Universidade decresceu. Isso pode ser explicado pelo fato do Instituto até 2000 oferecer disciplinas para diversos cursos, mas não possuir um curso de graduação diretamente ligado a sua estrutura, o que vai acontecer a partir de então com a criação do curso de graduação em Ciências Biológicas. Além de receber novos docentes a partir de 2002 (prioridade dada pela administração central), docentes de outras unidades foram deslocados para lá. O crescimento no número de professores Adjuntos em dedicação exclusiva (31 para 55) em bastante significativo e há um processo de concentração de docentes nessa classe/regime.

A participação dos professores substitutos em relação ao total permaneceu dentro da média da UFF (em torno de 10%), atingindo um nível máximo em 2001 (primeiro ano de funcionamento do curso) com 15,25%.

INSTITUTO DE BIOLOGIA																		
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	Subst.				
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE		

1995	0	0	2	0	0	21	2	3	31	0	0	2	61	0	0	7	7	68	10,29%
1996	0	0	2	0	0	17	3	2	32	0	0	2	58	2	0	0	2	60	3,33%
1997	1	0	1	0	0	12	2	1	32	0	0	3	52	9	0	0	9	61	14,75%
1998	1	0	0	0	0	15	7	2	64	0	0	5	94	4	1	0	5	99	5,05%
1999	1	0	1	0	0	8	0	1	36	0	0	3	50	3	1	0	4	54	7,41%
2000	1	0	1	0	0	8	0	1	36	0	0	3	50	2	5	0	7	57	12,28%
2001	0	0	0	1	0	6	0	1	39	0	0	3	50	4	5	0	9	59	15,25%
2002	0	0	0	1	0	5	0	1	46	0	0	3	56	3	2	0	5	61	8,20%
2003	0	0	0	1	0	3	0	1	47	0	0	3	55	3	2	0	5	60	8,33%
2004	0	0	0	1	0	2	0	1	54	0	0	3	61	5	2	0	7	68	10,29%
2005	0	0	0	1	0	2	0	1	55	0	0	3	62	4	2	0	6	68	8,82%
Δ1995/2005													1,64%				-14,29%	0,00%	

Escola de Arquitetura e Urbanismo

A Escola de Arquitetura e Urbanismo é uma das poucas unidades da UFF que manteve-se praticamente inalterada nos anos analisados. Seu corpo docente efetivo pouco se alterou (2,56%) e o número de vagas oferecidas pelo concurso vestibular também manteve-se estável. O número de professores em regime de dedicação exclusiva subiu de 26 em 1995 para 35 em 2005. O número de professores substitutos caiu 40%, de 5 docentes em 1995 para apenas 3 em 2005, baixando também a proporcionalidade frente ao número total de docentes de 11,36% para 6,98%, tendo como porcentagem máxima no período 18,37% em 2000.

ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO																			
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20					40	DE	
1995	2	1	2	0	0	6	7	2	15	0	1	3	39	5	0	0	5	44	11,36%
1996	2	1	2	1	0	6	1	2	15	0	1	3	34	4	0	0	4	38	10,53%
1997	2	1	0	3	0	8	4	2	15	0	1	3	39	8	0	0	8	47	17,02%
1998	1	1	1	3	0	8	4	1	15	0	1	3	38	3	0	0	3	41	7,32%
1999	1	1	1	3	0	9	3	1	18	0	1	3	41	4	0	0	4	45	8,89%
2000	1	1	1	3	0	8	3	0	19	0	0	4	40	9	0	0	9	49	18,37%
2001	1	1	1	3	0	6	2	0	22	0	0	4	40	8	0	0	8	48	16,67%
2002	0	1	2	3	0	6	1	0	23	0	0	4	40	5	0	0	5	45	11,11%
2003	0	1	1	3	0	5	1	0	26	0	0	3	40	4	0	0	4	44	9,09%
2004	0	1	1	3	0	5	1	0	28	0	0	3	42	5	0	0	5	47	10,64%
2005	0	1	1	3	0	4	1	0	27	0	0	3	40	3	0	0	3	43	6,98%
Δ1995/2005													2,56%				-40,00%	-2,27%	

Instituto de Computação

Como foi criado em 1999, quando o Departamento de Computação foi desmembrado do Instituto de Matemática, o Instituto de Computação tem seu período de análise reduzido para 7 anos, entre 1999 e 2005. Neste intervalo de tempo o quadro de docentes efetivos pouco variou, mantendo-se o mesmo em 1999 e 2005 (41 docentes). O mesmo aconteceu com os professores substitutos (5 docentes). O percentual de substitutos sempre variou em torno dos 10%, atingindo a fração máxima em 2004 (13,04%). Possui um alto número de docentes em nível de titular (7 em 41) e não possui nenhum docente em nível de auxiliar desde a sua criação.

As vagas para o curso de Ciência da Computação não variaram nos vestibulares UFF entre 1995 e 2005, entretanto em 2004 foi criado um curso de graduação em Ciência da Computação em Rio das Ostras com 60 vagas anuais, acompanhando o mesmo sistema de pagamento de bolsas a docentes do Instituto nos moldes anteriormente mencionados.

INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO																								
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos						
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20		40			Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE				20	40			
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1997	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1999	0	0	0	1	0	3	2	0	30	0	0	5	41	4	0	1	5	46	46	46	46	46	10,87%	
2000	0	0	0	1	0	1	2	0	31	0	0	5	40	5	0	0	5	45	45	45	45	45	11,11%	
2001	0	0	0	2	0	1	2	0	32	0	0	5	42	4	0	0	4	46	46	46	46	46	8,70%	
2002	0	0	0	2	0	1	2	0	34	0	0	5	44	5	0	0	5	49	49	49	49	49	10,20%	
2003	0	0	0	2	0	1	1	0	32	0	0	6	42	6	0	0	6	48	48	48	48	48	12,50%	
2004	0	0	0	2	0	0	1	0	30	0	0	7	40	6	0	0	6	46	46	46	46	46	13,04%	
2005	0	0	0	2	0	0	1	0	31	0	0	7	41	4	1	0	5	46	46	46	46	46	10,87%	
Δ1999/2005													0,00%				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		

Escola de Engenharia

Mesmo tendo o seu quadro docente total (incluindo os substitutos) caindo de 247 docentes para 190 (-23,08%) em 2005, a Escola de Engenharia manteve bastante baixo o índice de professores substitutos em sua estrutura, mantendo-se abaixo dos 5%, com

exceção nos anos de 2004 e 2005, onde obteve respectivamente 8,91 e 6,32%. O número de substitutos chegou nos mesmos 12 docentes, porém em 1995, 9 deles exerciam dedicação exclusiva, enquanto que em 2005 não havia sequer um.

O número de professores titulares caiu vertiginosamente entre 1995 e 2005, passando de 37 para 16 (quase três vezes menos). Enquanto isso o número de docentes Adjuntos DE mais que dobrou passando de 55 para 111. Pode-se constatar também que o número de professores em regime de 20 horas semanais também diminuiu na Escola de Engenharia, passando de 85 em 1995 para 42 em 2005.

ESCOLA DE ENGENHARIA																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	2	10	5	37	66	20	55	3	7	27	235	3	0	9	12	247	4,86%
1996	2	0	1	9	5	37	58	17	60	3	6	25	223	4	0	0	4	227	1,76%
1997	2	0	0	9	5	34	51	15	64	3	7	23	213	9	0	0	9	222	4,05%
1998	1	0	0	11	4	28	48	16	71	4	6	21	210	5	0	0	5	215	2,33%
1999	1	0	0	9	5	23	46	15	86	3	4	18	210	5	1	0	6	216	2,78%
2000	1	0	0	8	4	17	45	13	96	2	4	18	208	5	3	0	8	216	3,70%
2001	1	0	0	8	4	11	45	13	104	2	3	18	209	7	4	0	11	220	5,00%
2002	1	0	0	8	2	12	37	12	120	1	2	16	211	8	0	0	8	219	3,65%
2003	1	0	0	7	1	11	32	11	115	1	1	15	195	9	1	0	10	205	4,88%
2004	1	0	0	6	1	10	29	8	112	1	1	15	184	16	2	0	18	202	8,91%
2005	0	0	0	5	1	10	26	9	111	1	1	14	178	10	2	0	12	190	6,32%
Δ 1995/2005													-24,26%				0,00%	-23,08%	

Departamento de Educação Matemática de Santo Antonio de Pádua

Apesar de ter sido criado anteriormente (ligado à PROAC), só em 1996 que o então Curso de Interiorização de Licenciatura em Matemática de Santo Antonio de Pádua terá os seus primeiros professores efetivamente lá lotados. Posteriormente tornou-se Departamento de Educação Matemática, ligado diretamente ao CEG, e depois viria a transformar-se no Instituto de Educação Superior do Noroeste Fluminense. A análise dos dados referentes a essa unidade neste período torna-se bastante comprometida em virtude dela possuir alguns docentes em situação fora dos padrões da UFF (caso dos professores visitantes do quadro já citados anteriormente) que só foram definitivamente incorporados à sua estrutura em 2001, explicando o aumento do quadro efetivo da unidade de 3 para 9. O

grande número de professores substitutos sempre foi marca da unidade de Pádua, porém vem diminuindo sistematicamente nos últimos anos pesquisados (100% em 1995 e 44,44% em 2005). Outro fato marcante do Departamento é a ausência de professores em regime de 20 horas semanais.

No início dos anos 2000, a unidade começou a expandir o número de vagas oferecidas no vestibular, porém voltou a retrair-se, retornando aos números iniciais de 1995.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA																					
ANO	EFETIVOS												SUBST.				Total Depto.	% Substitutos			
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
1995	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	1	10	10	100,00%		
1997	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	0	1	11	12	91,67%		
1998	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	8	0	0	8	10	80,00%		
1999	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	4	50,00%		
2000	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	4	2	0	6	9	66,67%		
2001	0	0	1	0	0	7	0	0	1	0	0	0	9	4	2	0	6	15	40,00%		
2002	0	0	1	0	2	5	0	0	1	0	0	0	9	7	2	0	9	18	50,00%		
2003	0	0	1	0	2	6	0	0	1	0	0	0	10	9	0	0	9	19	47,37%		
2004	0	0	0	0	2	7	0	0	1	0	0	0	10	10	0	0	10	20	50,00%		
2005	0	0	0	0	2	6	0	0	2	0	0	0	10	7	1	0	8	18	44,44%		
Δ1996/2005													100,00%				-20,00%	80,00%			

Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda

A EEIMVR foi a unidade da UFF que mais cresceu em termo de vagas oferecidas no período analisado devido a criação de dois novos cursos de Engenharia na sua estrutura (Produção, Mecânica), além do já existente curso de Engenharia Metalúrgica, mais que triplicando o número de vagas.

Neste período o quadro de pessoal docente efetivo cresceu 15%, passando de 40 docentes em 1995 para 46 em 2005. Entretanto, o número de docentes na classe de

titular caiu de 13 para 6 no mesmo intervalo. Outro fato que nos aparece é o crescimento do número de professores na classe Adjunto que eram 11 em 1995 e passam a 36 em 2005.

O número de professores substitutos aumentou bastante (250%) nos anos de 1995 a 2005, passando de 2 para 7. a proporção entre os professores substitutos e o total da Escola também subiu de 4,76% para 13,21% em 2005 (ponto máximo).

ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA																			
ANO	EFETIVOS												Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Substitutos
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	2	4	0	10	11	0	0	6	0	7	40	0	0	2	2	42	4,76%
1996	0	0	1	4	0	10	10	0	8	0	0	7	40	0	0	0	0	40	0,00%
1997	0	0	1	4	0	10	10	0	7	0	0	7	39	4	0	0	4	43	9,30%
1998	0	0	1	3	0	9	9	0	9	0	0	7	38	4	0	0	4	42	9,52%
1999	0	0	1	3	0	9	8	0	12	0	0	7	40	1	0	0	1	41	2,44%
2000	0	0	1	1	0	8	11	0	14	0	0	7	42	2	0	0	2	44	4,55%
2001	0	0	1	2	0	6	2	0	14	0	0	7	32	3	0	0	3	35	8,57%
2002	0	0	1	2	0	4	12	0	15	0	0	6	40	5	0	0	5	45	11,11%
2003	0	0	1	2	0	5	11	0	21	0	0	7	47	4	3	0	7	54	12,96%
2004	0	0	1	2	0	4	11	0	21	0	0	7	46	3	2	0	5	51	9,80%
2005	0	0	1	1	0	2	12	0	24	0	0	6	46	4	3	0	7	53	13,21%
Δ1995/2005													15,00%				250,00%	26,19%	

Apresentamos a seguir uma tabela sintética para melhor observarmos quanto cada unidade da UFF teve seu corpo docente desfalcado ao longo do período 1995-2005.

EVOLUÇÃO/INVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOCENTE DAS UNIDADES DA UFF NO PERÍODO 1995-2005 - INCLUÍDOS PROFESSORES EFETIVOS E CONTRATADOS (EXCETO VISITANTES)			
UNIDADES	1995	2005	Δ% 1995/2005
Letras	101	82	-18,81%
Educação Física	23	13	-43,48%
Matemática	184	115	-37,50%
ICFH	198	150	-24,24%
IACS	127	101	-20,47%
Geociências	70	57	-18,57%
Veterinária	105	70	-33,33%
Farmácia	51	47	-7,84%
Medicina	547	314	-42,60%
Odontologia	104	85	-18,27%

Enfermagem	83	66	-20,48%
Saúde da Comunidade*	50	52	4,00%
Nutrição	41	33	-19,51%
Biomédico	112	84	-25,00%
Educação	147	99	-32,65%
Administração e Ciências Contábeis*	64	79	23,44%
Serviço Social	41	37	-9,76%
Campos dos Goytacazes	34	36	5,88%
Economia**	141	53	-62,41%
Direito	79	64	-18,99%
Física	86	62	-27,91%
Química	109	99	-9,17%
Biologia	68	68	0,00%
Arquitetura e Urbanismo	44	43	-2,27%
Computação***	46	46	0,00%
Engenharia	247	190	-23,08%
Educação Matemática S. A. de Pádua*	10	18	80,00%
Engenharia Metalúrgica de Volta Redonda	42	53	26,19%

* A partir de 1996.

** Em 1996 se desmembrou em duas unidades dando origem a Faculdade de Administração.

*** A partir de 1999.

Precisamos considerar que os professores lotados em outras unidades em virtude de temporariamente assumirem cargos administrativos como Pró-Reitorias e Superintendências e que por motivos operacionais não foram incluídos nessa análise, estão citados nas tabelas genéricas apresentadas no Anexo 1.

Em 2006, assume a Reitoria o professor Roberto de Souza Salles, que será o principal responsável pela implantação do REUNI na UFF, objeto de nossa análise no próximo item deste capítulo. Após analisarmos os anos anteriores ao REUNI, e mostrarmos de que maneira o quadro de pessoal da UFF foi sendo degradado durante os governos neoliberais, passaremos a partir de agora a analisar de que maneira o REUNI foi implantado na Universidade Federal Fluminense e se as vagas de docentes destinadas a ela serão suficientes para atender as metas do acordo firmado com o MEC.

3.2 – O Reuni na UFF e os impactos no Quadro de Pessoal Docente

Na UFF, a contra-reforma da educação superior também encontrava-se em vigor, tendo sido este processo acentuado com o decreto que estabeleceu o REUNI em 2007, ao qual esta aderiu de maneira bastante controversa.

Depois de uma série de protestos organizados pelos estudantes e pelas entidades sindicais representativas dos docentes e dos servidores, uma reunião do Conselho Universitário foi marcada para que fosse decidido que a “UFF não iria aderir ao REUNI e elaboraria um projeto próprio de expansão, autônomo, a partir do trabalho de uma comissão de representantes do conselho universitário.” (MATTOS, 2009; p. 198)

As indicações dos representantes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) não foram aceitas, e foi proposto um “novo projeto autônomo” de expansão, que era o mesmo projeto apresentado anteriormente, suprimindo-se apenas a palavra REUNI. Após algumas reuniões sem sucesso, algumas trocas de empurrões e cenas lamentáveis, a adesão da UFF ao REUNI foi aprovada no Palácio da Justiça de Niterói sob forte escolta policial, onde estudantes e sindicalistas foram barrados. (MATTOS, 2009; p. 198-199)

Apesar do clima de comemoração instalado pela administração central após tristes fatos ocorridos, baseados na retórica de que se conseguiria “fartos recursos” para a Universidade, o REUNI, como todos os mecanismos atrelados a ele na composição da contra-reforma universitária posta em prática pelo governo Lula da Silva (2003-2010), não nasceu na UFF naquela sala emprestada pelo Poder Judiciário, mas teve sua gênese em diversas ações desenvolvidas no interior da UFF, desde a administração anterior, através de documentos que iremos analisar em seguida como o Projeto Pedagógico Institucional da UFF, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF, o Regulamento dos Cursos de Graduação, o Projeto de Adesão da UFF ao Programa REUNI e o Termo de Acordo de Metas celebrado entre a UFF e o MEC.

Em junho de 2002 a Comissão de Redação instituída pela Portaria GAR nº 29.393, de 26/10/2001 divulgou o documento “Projeto Político Institucional da UFF”, aprovado pelo CEP através da Decisão nº 495/2002. O documento afirma reiteradas vezes o compromisso da UFF com os princípios da autonomia, liberdade de ensino e pluralidade de práticas pedagógicas, além da produção de conhecimento e da formação de profissionais capacitados para o mercado.

“Por compreender que o conhecimento não é neutro, bem como suas formas de produção e disseminação, a UFF concebe a atividade de ensino

num sentido amplo, que transcende a necessária formação técnica e de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.” (UFF, 2002; p. 15)

Entretanto, podemos observar que em diversas oportunidades o PPI menciona o direcionamento do projeto pedagógico para um modelo voltado para a “flexibilização das estruturas curriculares” (UFF, 2002; p.18) a fim de quebrar o paradigma da disciplinaridade, implantando o modelo interdisciplinar e/ou transdisciplinar, que mais tarde seria uma das bases do projeto do REUNI, através dos cursos de bacharelado interdisciplinar (BI).(UFF, 2002; p.17)

Segundo o documento, o enfoque interdisciplinar promoverá a

“...superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, pois ele pressupõe uma atitude de abertura não preconceituosa onde todo o conhecimento é igualmente importante, onde o conhecimento individual esvazia-se frente ao conhecimento universal.” (UFF, 2002; p.17)

A defesa da implantação do modelo transdisciplinar nos cursos da UFF continua, sempre pautada na “unidade do conhecimento” e na “compreensão do mundo atual”, ressaltando o “espírito de parceria e de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fim, tempo e espaço, professor e aluno, reflexo e ação.” (UFF, 2002; p. 17)

Nos chama também a atenção, o uso do discurso da UNESCO, citando os pilares da educação contemporânea defendidos no documento “Conferência Mundial sobre o Ensino Superior” de 1998. Neste trecho o PPI advoga a favor da aplicação dos fatores: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer, onde o aluno deve desenvolver a habilidade de transitar nas diversas áreas do saber, “aprendendo a resolver problemas globais e fundamentais, para neles inserir os conhecimentos parciais e locais” (UFF, 2002; p.19).

Além disso, o PPI/UFF, sinaliza a necessidade de se educar para a paz e para a compreensão entre todos os seres humanos” (UFF, 2002; p.20) e defende a aplicação de “metodologias que valorizem as experiências de auto-aprendizagem” (UFF, 2002; p.21)

O trabalho interdisciplinar e coletivo permitirá o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos, como a resolução de problemas, de modo global e abrangente. .” (UFF, 2002; p.22)

A UFF, segundo o PPI, deverá estimular a criatividade, combinando o saber tradicional com as novas tecnologias da informação, além transformar os cursos de graduação em etapas de um processo de educação continuada, nos moldes difundidos pelos documentos do Banco Mundial analisados no Capítulo II desta dissertação, assim como no incentivo e na promoção de cursos sequenciais e na implantação de cursos à distância e semi-presenciais. Aponta ainda a necessidade de atividades que integrem a pesquisa, o estágio, a monitoria e projetos de apoio social aos estudantes.

No ano de 2004, os Conselhos Superiores da UFF aprovam o primeiro PDI da UFF, referente ao quadriênio 2003-2007. Este documento mais uma vez destaca as “constantes mudanças” que acontecem num “mundo marcado pelo paradigma da pós-modernidade, pelo desgaste das utopias, o progressivo desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de comunicação e descentralização do conhecimento” (UFF, 2004; p. 10). O PDI 2003-2007 aponta a expansão da graduação, da pós-graduação e da extensão como rumo a ser seguido pela Universidade Federal Fluminense, destacando também a necessidade de diversificar suas fontes de recursos financeiros, maior interação com a sociedade e a implantação de currículos interdisciplinares em seus cursos.

Vale destacar entre as ações estratégicas apontadas pelo PDI 2003-2007, o combate a evasão estudantil, a redução da retenção dos alunos, a criação de cursos noturnos, a implantação de novos cursos de graduação, principalmente de caráter interdisciplinar e a implementação do NEAMI (Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos).

Podemos constatar então, conforme análise de Lima (2009) que;

“Se estas propostas já estavam presentes nos dois documentos fundamentais da política pedagógica da UFF e já eram, portanto, prioridades institucionais, com a divulgação, em 2007, do Decreto de criação do REUNI, elas serão consideradas como eixos centrais da reformulação político-pedagógica em curso na universidade. Estes eixos serão explicitados nos seguintes documentos: o Projeto de Adesão da UFF ao REUNI, aprovado pelo Conselho Universitário em novembro de 2007; o novo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF, divulgado

pela PROAC e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 2008 e o Termo de Acordo de Metas celebrado entre a UFF e o MEC por intermédio da SESu, assinado aos 13 dias do mês de março de 2008.” (LIMA, 2009; p. 7)

Portanto, os instrumentos legais elaborados no interior da UFF já encontravam-se em conformidade com as diretrizes do Decreto que instituiu o REUNI, e em consequência disso, os defensores do projeto governamental encontraram o caminho bastante pavimentado para disseminar suas idéias nas instâncias que decidiriam o futuro da UFF.

O documento que trata da adesão da UFF ao REUNI, aprovado em novembro de 2007, considera que a realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos estará, assim como a distribuição de novas gratificações para cargos comissionados condicionada à assinatura de um termo de metas entre a UFF e o MEC. Apresenta ainda medidas para o incremento da estrutura física da Universidade (reformas e construções de novos prédios), além de medidas de assistência estudantil e concessão de bolsas para alunos.

O combate a evasão e a reposição das vagas ociosas ocorrerá através de bolsas de monitoria *on line*, da implementação de EAD, de cursos de férias semipresenciais, além da articulação de discentes da pós-graduação com alunos da graduação. Além de tudo isso, previa-se a criação de novos cursos ou turnos no horário noturno e a elevação da relação professor/aluno, a fim de satisfazer as metas estabelecidas pelo Decreto do REUNI. O documento de adesão previa a criação de pelo menos 25 novos cursos de graduação, preferencialmente nos pólos do interior do estado, além do aumento do número de matrículas na sede.

O aligeiramento da formação profissional também aparece no documento de 2007, onde afirma que “cada aluno possa cursar suas disciplinas/atividades no menor número possível de turnos e que sejam criados mecanismos de aprofundamento e aceleração de estudos para os bons alunos”(UFF, 2007, p.23). Salientamos ainda a defesa de currículos mais flexíveis, com menos disciplinas obrigatórias e mais optativas, para que o aluno direcione a sua formação, embora não mencione em momento algum os bacharelados interdisciplinares e os ciclos básicos.

“O documento não defende claramente a “Diversificação das modalidades de graduação” através dos BI ou ciclos, mas realiza dois movimentos: “espalha” essa lógica de fragmentação e aligeiramento no conjunto das

estratégias de reorganização acadêmica e neste item específico (“Diversificação das modalidades de graduação”) avalia que existem cursos da universidade com configuração mais flexível e multidisciplinar que poderão funcionar através da oferta de disciplinas obrigatórias comuns, o que significa, na prática, a implantação dos ciclos/BI em alguns cursos de graduação considerados mais “flexíveis”. Em relação à estratégia de “espalhar” a diversificação das modalidades de graduação pelas várias ações propostas, destaco o item “Implantação de regimes curriculares e de um novo sistema de títulos” que apresenta a possibilidade de certificação ao longo do itinerário formativo e da emissão de diplomas quando o aluno completar o seu itinerário.” (LIMA, 2009, p. 8)

Com relação ao projeto político-pedagógico, este documento sustenta três pilares para uma reformulação da UFF, fundamentados no uso das novas tecnologias da informação e comunicação, na inserção de alunos na docência e na mobilidade estudantil, sempre nos moldes apresentados pelo Decreto do REUNI.

Em 2008 fica aprovado pelo CEP, o novo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF, elaborado pela PROAC, como parte importante de arcabouço normativo que sustentará a implantação do REUNI na UFF. Ao analisarmos o Regulamento, encontramos todos os traços já mencionados anteriormente, como o aproveitamento de estudos através de exames de proficiência (até 40% das disciplinas, conforme art. 61 § 7º do Regulamento), com a dispensa de disciplinas, equivalência de disciplinas, mobilidade acadêmica e a oferta de disciplinas semipresenciais ou à distância através do NEAMI, totalizando até 20% do curso, além de 20% do aproveitamento de cursos, chegando a perfazer um total de 80% do curso fora de sala de aula, conforme transcrição do regulamento:

Art. 35 (...)

§ 5º - Os Departamentos, através da PROAC/NEAMI poderão disponibilizar, com a autorização do Colegiado do Curso, algumas disciplinas na modalidade de 11 ensino a distância, sendo que cada aluno poderá cursar no máximo 20% das disciplinas de seu Curso exclusivamente nesta modalidade.

§ 6º - As disciplinas às quais se refere o § 5º, supra, poderão ser utilizadas pelos Cursos com os seguintes objetivos: Nivelamento de estudos; Aproveitamento de estudos; Aceleração de estudos; Reforço de ensino; e Apoio didático a disciplinas do curso” (UFF, 2008, p. 22).

Em abril de 2009 a Universidade aprova o segundo PDI referente ao quadriênio 2008-2012, explicitando na sua introdução um suposto compromisso com o art. 207 da CF, que versa sobre o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão e pela autonomia didático científica, administrativa, financeira e patrimonial (UFF, 2009; p. 7).

Apesar desta referência, o PDI 2008-2012 surge como uma proposta um pouco mais sofisticada em relação ao primeiro PDI, tendo como ponto norteador as diretrizes anteriormente apresentadas no PDI 2003-2007 e no próprio Decreto do REUNI, apontando para a necessidade de expansão do número de vagas e uma “melhoria qualitativa dos cursos” (UFF, 2009; p. 9), além da criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes na UFF.

O segundo PDI exalta o REUNI todo o tempo, e aponta o Decreto como o responsável por criar condições ideais para a UFF

“ampliar, aprofundar e conferir sustentabilidade às ações de seu PDI, melhorando a qualidade da expansão já existente e realizando investimentos planejados em infra-estrutura e pessoal que estabeleçam uma base sólida para o desenvolvimento da Universidade para além dos 5 anos de duração previstos no REUNI.” (UFF, 2009; p. 10)

Defende a reestruturação curricular, a fim de diminuir a retenção e a evasão estudantil e a criação de novos cursos e turnos noturnos, sempre nos moldes estabelecidos pelo REUNI.

O estímulo ao uso das novas tecnologias da informação através de cursos semipresenciais e da EAD estão presentes no PDI como ações estratégicas importantes para a UFF. Incentiva a criação de cursos de formação continuada para professores da rede pública e sugere a reestruturação dos cursos de mestrado e doutorado que não atingem as metas estabelecidas pelas avaliações da CAPES.

Mais uma vez o documento faz menção ao estímulo à criação de cursos interdisciplinares e apregoa o apoio à “pesquisas inovadoras” que atendam aos interesses da “sociedade”. (UFF, 2009; p. 14) Com relação à política de pessoal docente da UFF, o PDI aponta a necessidade da realização de concursos públicos para o Magistério Superior apenas para as classes de Titular e Adjunto, sempre exigindo-se o título de doutorado, exceto quando a área de concentração do certame que não conte com número suficiente de doutores no país. (UFF, 2009; p. 13)

A assistência estudantil também assume papel relevante na política universitária da UFF conforme já vinha se desenvolvendo nos anos anteriores. O PDI 2008-2012 determina que a UFF deverá facilitar o transporte dos alunos, construir

alojamento estudantil e ampliar os programas de bolsas de assistência social aos alunos, além de fortalecer o Núcleo Sensibiliza UFF para atender alunos com necessidades especiais.

O PDI 2008-2012 aponta ainda a necessidade de capacitação permanente da força de trabalho, nos parâmetros defendidos pelo BM já analisados nesta dissertação, defendendo a avaliação permanente dos docentes e dos técnico-administrativos, aprofundando uma cultura da educação ao longo da vida produtivista e meritocrática.

As metas estabelecidas pelo Acordo de Metas do REUNI assinado pela UFF com o MEC já aparecem no segundo PDI como objetivos a serem alcançados no quadriênio 2008-2012, porém para melhor compreendê-las faz necessário nos remetermos ao Acordo de Metas.

É fundamental voltarmos no tempo e analisarmos com atenção o Acordo de Metas pactuado entre a UFF e o MEC em 14 de abril de 2008, que deixa

“evidente, portanto, que o financiamento indicado pelo governo federal para reestruturação e expansão das universidades federais está condicionado ao cumprimento de metas expressas nos contratos de gestão, efetivando a conversão destas IES em organizações de ensino, nos termos bancomundialistas (Leher e Barreto, 2008), descaracterizando, assim, o conceito de universidade pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (LIMA, 2009; p. 12)

Trata-se de um instrumento de contrato de gestão, onde a Universidade Federal Fluminense se compromete a cumprir determinadas metas estipuladas pelo MEC, em troca de recursos financeiros para implantação de projetos de expansão e reestruturação, tanto física, quanto de pessoal, nos moldes do modelo difundido pelos organismos internacionais do capital, principalmente nas unidades do interior.

Neste Termo de Metas, a UFF se compromete, primeiramente até 2012, e finalmente em 2017, a atingir indicadores referentes ao aumento no número de matrículas, aumento da relação professor/aluno e aumento da taxa de alunos concluintes. Segundo a ADUFF (2008), até 2011, a UFF terá que realizar um aumento de 106% no número de matrículas (254% no período noturno em relação a 2007) e aumentar o número de concluintes em 228% (521% no período noturno), sob pena de ter a transferência de recursos interrompida a qualquer tempo no caso de não cumprimento destas metas, conforme subcláusula 1ª da cláusula 7ª.

TABELA DE INDICADORES E DADOS GLOBAIS									
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE									
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
Graduação	Número cursos	Total	66	77	99	117	122	121	121
		Noturno	19	20	38	47	50	49	49
	Vagas anuais	Total	4818	5428	8008	9388	9958	9958	9958
		Noturno	1140	1315	3093	3745	4045	4045	4045
	Matrículas Projetadas ⁵⁹	Total	23384	26367	38056	44364	46934	46934	46934
		Noturno	5087	5900	13603	15544	17866	17866	17866
	Alunos Diplomados	Total	2730	2900	3098	3341	3972	4354	8962
Noturno		586	688	789	836	1148	1857	3640	
Taxa de conclusão dos cursos de graduação (%) ⁶⁰			64	68	71	71	87	90	90
Pós-Graduação	Número Cursos	Mestrado	39	40	43	44	44	44	44
		Doutorado	24	26	27	29	29	29	29
	Matrículas	Mestrado	2044	2077	2188	2287	2345	2391	2585
		Doutorado	1010	1044	1119	1199	1271	1322	1484
Número de Professores Equivalentes			3358	3577	3899,50	4025,05	4254,45	4254,45	4254,45
Número de Professores com Equivalência ⁶¹			2166,45	2307,74	2515,81	2596,81	2744,81	2744,81	2744,81
Dedução por integração da Pós-Graduação			108,32	115,39	125,79	129,84	137,24	137,24	137,24
Corpo Docente Ajustado			2058,13	2192,35	2390,02	2466,97	2607,57	2607,57	2607,57
Relação de Alunos de Graduação Professor			11,36	12,03	15,92	17,98	18	18	18

Fonte: Termo de Acordo de Metas UFF-MEC

⁵⁹ Projeção do total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração padrão (tempo mínimo, medida em anos, para integralização curricular) e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento. A matrícula projetada não corresponde necessariamente ao número de alunos que estão matriculados em disciplinas oferecidas pela universidade em um determinado período letivo. A matrícula projetada em cursos de graduação estima a capacidade de atendimento da universidade como função do número de vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos e a duração dos cursos.

⁶⁰ Relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição cinco anos antes.

⁶¹ Cálculo do número de professores equivalentes em regime de dedicação exclusiva, tomando-se por referência o banco de professores equivalentes.

Para a execução do plano de metas do REUNI, o MEC estaria disponibilizando para Universidade Federal Fluminense o montante de recurso de R\$ 216.607.329,99 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), sendo para investimento em obras e equipamentos o valor de R\$ 133.026.806,12 (cento e trinta e três milhões, vinte e seis mil, oitocentos e seis reais e doze centavos) e na de custeio e pessoal R\$ 83.580.523,87(oitenta e três milhões, quinhentos e oitenta mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos).

O Termo de Metas apresenta o quadro abaixo, discriminando ano a ano o montante a ser investido e gasto na UFF:

Ano	Investimento	Custeio Autorizado	Total
2008	12.946.790,14	6.370.451,50	19.317.241,64
2009	48.032.006,39	21.739.358,47	69.771.364,86
2010	48.032.006,39	39.837.450,73	87.869.457,12
2011	24.016.003,2	60.510.428,32	84.526.431,52
2012	0,00	83.580.523,87	83.580.523,87

Fonte: Termo de Acordo de Metas UFF-MEC

Segundo o documento Diretrizes do REUNI “o valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de 5 anos, até atingir ao final o montante correspondente a 20% do previsto para 2007” (BRASIL, 2007c; p. 3). Já os recursos de investimentos serão distribuídos entre as universidades de acordo com critérios vinculados ao número de matrículas projetadas. Ou seja, quanto mais aumentam as vagas mais as universidades receberão recursos. A tabela abaixo nos mostra o orçamento previsto com a nomeação de novos servidores para a implantação do REUNI no período de 2008 a 2012, incluindo os docentes:

Tabela de Orçamento Parcial do REUNI com Pessoal

Pessoal	2008	2009	2010	2011	2012
DOCENTES	4.439.199,20	13.872.497,50	18.367.186,69	26.579.705,21	26.579.705,21
TÉCNICOS NÍVEL MÉDIO	318.112,40	954.337,20	1.590.562,00	2.274.503,66	4.771.686,00

TÉCNICOS NÍVEL SUPERIOR	531.504,96	569.469,60	1.898.232,00	2.372.790,00	4.897.438,56
TOTAL PESSOAL	5.288.816,56	15.396.304,30	21.855.980,69	31.226.998,87	36.248.829,77

Fonte: www.uff.br

Esse crescimento nos gastos com pessoal se confirma se analisarmos os dados disponíveis da execução orçamentária disponibilizada pela Universidade em seus relatórios de Gestão publicados anualmente, embora sejam imprecisos e bastante confusos.

Execução Orçamentária da UFF (em milhões de Reais) - Período 2006-2009		
	Total Executado	Pessoal
2006	648	437
2007	687	599
2008*	830	-
2009	966	822
2010*	1.068	-

*Dados não disponíveis

Fonte: Relatório de Gestão UFF

Observamos que durante o período de execução do REUNI na UFF o orçamento da Universidade aumentou cerca de 50% em relação a 2006, entretanto se compararmos esse aumento de recursos orçamentários com outros indicativos, constataremos que essa elevação no montante recebido pela UFF pode não ter sido suficiente. Vejamos primeiramente a evolução no quantitativo de cursos oferecidos pela Universidade ao longo do período de 2006-2010 e ainda o comparativo com o ano de 1995 que foi o ponto de partida desta dissertação. Observamos que o número de cursos de graduação quase que dobrou (95,56%), e que se incluirmos os cursos de pós-graduação *Strictu Sensu*, esse percentual sobe para 257,78%.

Evolução do número de cursos de graduação e pós-graduação - UFF - 2006-2010				
ANO	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
1995*	45	-	-	45
2006*	53	-	-	
2007	57	39	24	120
2008	68	40	26	134
2009	75	43	27	145

2010	88	44	29	161
Δ% 1995-2010	95,56%			257,78%

Fonte: Caderno Técnico Reuni (UFF, 2010).

*Dados não disponíveis

O número de cursos de graduação no período noturno, também teve expressivo aumento, passando de 18 cursos em 2006 para 29 em 2010, conforme informação disponibilizada no Caderno Técnico do REUNI.

Com base no mesmo documento, podemos analisar a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação da UFF no período de 2006 a 2010.

Evolução do número de matrículas na UFF - Graduação 2006-2010			
ANO	Total Graduação	Diurno	Noturno
1995	15.967	-	-
2006	22.303	17.945	4.358
2007	23.652	18.240	4.412
2008	26.569	20.439	6.131
2009	29.630	23.149	6.480
2010	36.103	26.412	9.691
Δ% 1995-2010	126,11	47,18	122,37

Fonte: Caderno Técnico do REUNI (UFF, 2010)

Verificamos que se compararmos o número de matrículas de graduação em 2010 em relação ao patamar de 1995, observamos um crescimento da ordem de 126,11%, passando de pouco mais de 15 mil em 1995 para mais 36 mil em 2010. Mais uma vez salta aos olhos o crescimento no turno noturno (122,37% de 2006 a 2010), passando de 4.358 alunos em 2006 para 9.691 em 2010.

Esse crescimento no número de vagas pode ser melhor observado se levarmos em consideração o quadro abaixo, onde as vagas oferecidas pelo Concurso Vestibular da UFF são mapeadas por curso no período entre 2006 e 2011.⁶²

Vagas Oferecidas pela UFF nos Concursos Vestibulares - Período 2006-2011						
CURSOS	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
ADMINISTRAÇÃO (NITERÓI)	100	100	100	100	100	80
ADMINISTRAÇÃO (MACAÉ)	40	90	-	50	50	40
ADMINISTRAÇÃO (ITAPERUNA)	40	40	100	-	50	40
ADMINISTRAÇÃO (VOLTA REDONDA)	80	80	120	120	120	96

⁶² No concurso vestibular 2011 da UFF só foram oferecidas 80% das vagas disponíveis. Os 20% restantes foram oferecidas através do ENEM. No total foram oferecidas pela UFF 8170 vagas nos seus cursos de graduação para 2011.

ADM. PÚBLICA (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	40	32
ARQUITETURA	72	72	72	72	72	72
ARQUIVOLOGIA	60	60	60	60	60	57
BIBLIOTECONOMIA	60	60	60	60	60	57
BIOMEDICINA	40	40	40	50	50	40
BIOMEDICINA (NOVA FRIBURGO)	-	-	-	-	25	20
CIÊNCIA AMBIENTAL	-	-	-	-	-	28
CIÊNCIAS ATUARIAIS	-	-	-	-	-	80
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	80	80	80	85	100	80
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (NITERÓI)	70	70	80	80	100	80
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (MACAÉ)	40	90	-	50	50	40
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (MIRACEMA)	75	-	40	40	-	40
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	120	96
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	160	160	160	180	200	160
CIÊNCIAS ECONÔMICAS (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	-	-	-	50	110	96
CIÊNCIAS SOCIAIS	90	90	90	90	90	72
CIÊNCIAS SOCIAIS (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	-	-	-	50	110	96
CINEMA E AUDIO VISUAL	50	50	50	60	60	48
DESENHO INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	24
DIREITO (NITERÓI)	200	200	200	240	320	290
DIREITO (MACAÉ)	-	-	50	50	100	98
DIREITO (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	-	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	-	40	50	50	60	48
ENFERMAGEM	100	100	100	100	100	88
ENFERMAGEM (RIO DAS OSTRAS)	-	-	-	60	60	48
ENGENHARIA	500	580	580	590	660	528
ENGENHARIA QUÍMICA	80	80	80	80	90	72
ENGENHARIA (VOLTA REDONDA)	320	320	320	320	320	256
ENGENHARIA (RIO DAS OSTRAS)	-	-	60	70	70	56
ESTATÍSTICA	-	60	60	60	60	64
ESTUDOS DE MÍDIA	40	40	40	50	50	49
FARMÁCIA	100	100	100	100	100	80
FILOSOFIA	-	-	40	40	80	64
FÍSICA	116	116	116	120	120	117
FÍSICA (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	40	64
FÍSICA (SANTO ANTONIO DE PÁDUA)	-	-	-	-	-	24
FONOAUDIOLOGIA (NOVA FRIBURGO)	-	-	-	-	30	24
GEOFÍSICA	20	20	20	30	30	34
GEOGRAFIA	100	100	100	100	100	80
GEOGRAFIA (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	-	-	-	50	110	96
HISTÓRIA	180	180	180	180	180	144
HISTÓRIA (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	-	-	-	-	-	96
HOTELARIA - TECNÓLOGO	-	-	-	-	-	32
INFORMÁTICA	90	90	90	100	100	80
INFORMÁTICA (RIO DAS OSTRAS)	-	-	70	70	70	-
JORNALISMO	40	40	50	40	50	40
LETRAS	215	215	230	250	250	214
MATEMÁTICA (NITERÓI)	120	120	140	140	280	138
MATEMÁTICA (SANTO ANTONIO DE PÁDUA)	70	70	40	50	40	64
MATEMÁTICA (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	40	64

MEDICINA	160	160	160	160	160	136
NUTRIÇÃO	60	60	60	70	70	64
ODONTOLOGIA	80	80	80	84	86	70
ODONTOLOGIA (NOVA FRIBURGO)	-	-	120	120	120	96
PEDAGOGIA (NITERÓI)	160	160	160	160	160	128
PEDAGOGIA (ANGRA DOS REIS)	40	-	-	80	120	96
PEDAGOGIA (SANTO ANTONIO DE PÁDUA)	-	-	-	120	80	64
PRODUÇÃO CULTURAL	50	50	50	50	60	56
PRODUÇÃO CULTURAL (RIO DAS OSTRAS)	-	60	60	70	70	56
PSICOLOGIA	90	90	90	90	90	72
PSICOLOGIA (RIO DAS OSTRAS)	-	-	40	80	80	64
PSICOLOGIA (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	-	-	-	-	-	96
PSICOLOGIA (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	-	32
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40	40	40	40	50	40
QUÍMICA	60	60	60	60	60	60
QUÍMICA (VOLTA REDONDA)	-	-	-	-	80	128
QUÍMICA INDUSTRIAL	40	40	40	40	40	36
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	-	-	-	30	30	92
SERVIÇO SOCIAL (CAMPOS)	100	100	100	100	100	80
SERVIÇO SOCIAL (NITERÓI)	200	140	220	224	220	176
SERVIÇO SOCIAL (BOM JESUS DO ITABAPOANA)	-	50	-	-	-	-
SERVIÇO SOCIAL (RIO DAS OSTRAS)	-	70	70	70	70	56
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	-	-	-	-	-	80
TURISMO	40	45	80	80	90	72
TURISMO (QUISSAMÁ)	40	40	40	40	-	-
VETERINÁRIA	100	100	100	100	110	96
TOTAL	4348	4898	5338	6005	7023	6536

Fonte: www.coseac.uff.br. Elaboração nossa.

Após essa análise, observamos que o aumento no número de vagas, que chegou ao total de 8.170 vagas, ficou bastante concentrado nos cursos oferecidos no interior, principalmente nos Pólos Universitários de Volta Redonda, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes.

Devemos ainda considerar que além dessas vagas oferecidas para cursos presenciais, ainda existe um grande quantitativo de vagas oferecidas na modalidade de EAD pela UFF através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme podemos constatar no quadro abaixo, extraído do Edital de vagas do Consórcio CEDERJ⁶³, formado pelas 4 universidades federais do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, UFRRJ, UFRJ e UFF), mais as duas estaduais (UERJ e UENF). A UFF oferece um total de 1.370 vagas de

⁶³ Acordo de Parceria firmado entre a Capes, que gerencia a UAB, e a Fundação CECIERJ que coordena o CEDERJ, firmado através do processo Capes nº 23038.027338/2009-23, publicado no D.O.U. de 08/02/2010, Seção 3, pág. 21, com duração de 4 anos.

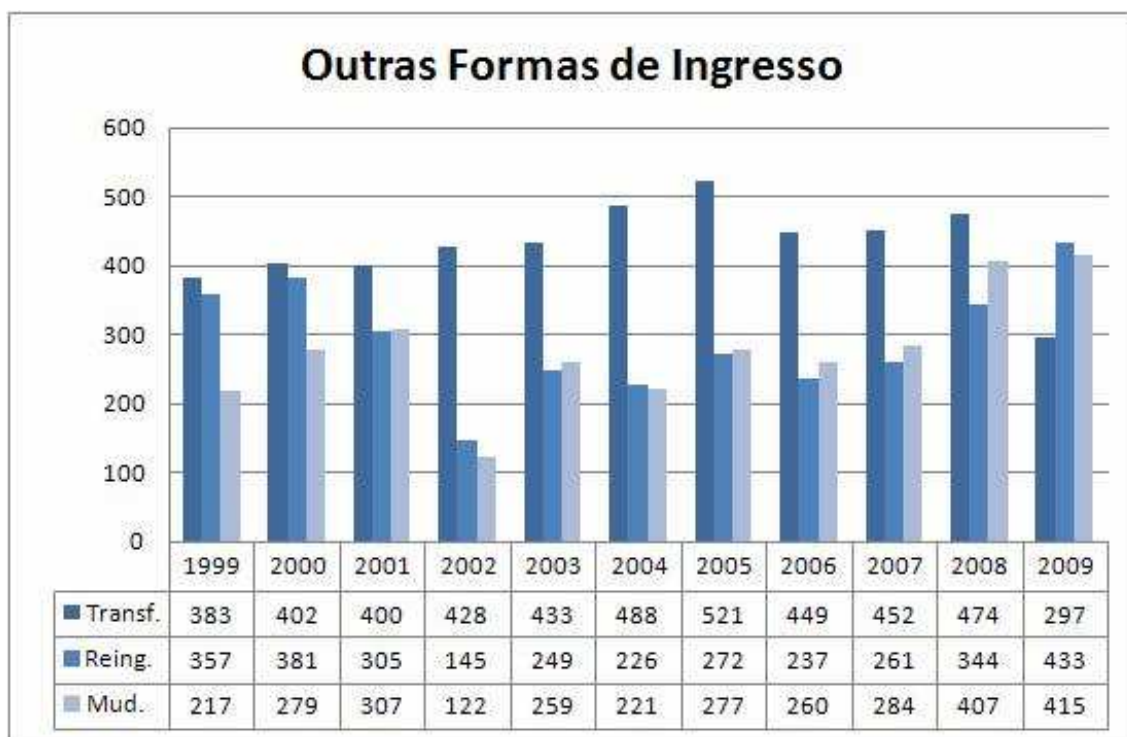
graduação, distribuídas por três cursos (Matemática, Computação e Administração Pública), cobrindo um total de 25 municípios.

VAGAS OFERECIDAS PELA UFF PARA A UAB PELO CEDERJ 2011 POR POLOS E CURSOS				
	MATEMÁTICA	COMPUTAÇÃO	ADM. PÚBLICA	TOTAL
ANGRA DOS REIS	45	35	0	80
BARRA DO PIRAÍ	0	15	0	15
BELFORD ROXO	0	35	50	85
B. J. DO ITABAPOANA	10	0	50	60
CAMPO GRANDE (RJ)	70	0	50	120
CANTAGALO	30	0	0	30
DUQUE DE CAXIAS	0	35	0	35
ITAGUAÍ	0	35	0	35
ITAOCARA	10	15	0	25
ITAPERUNA	25	35	0	60
MACAÉ	35	0	0	35
NITERÓI	0	45	0	45
NOVA IGUAÇU	60	35	0	95
PARACAMBI	50	0	50	100
PIRAÍ	20	35	0	55
RESENDE	40	0	0	40
RIO BONITO	40	35	0	75
RIO DAS FLORES	5	10	0	15
SÃO FIDÉLIS	15	20	0	35
S. F. DO ITABAPOANA	15	0	0	15
SÃO GONÇALO	0	35	0	35
S. P. D'ALDEIA	50	0	0	50
SAQUAREMA	30	35	0	65
TRÊS RIOS	0	35	0	35
VOLTA REDONDA	80	50	0	130
TOTAL	630	540	200	1370

Fonte: www.cederj.edu.br

Além do Vestibular UFF e do consórcio CEDERJ para cursos à distância, ainda existem outras formas de ingresso na UFF, como a transferência, o reingresso e a

mudança de curso, que permitem ainda aumentar o quantitativo de alunos da universidade, conforme podemos observar neste gráfico extraído da página da UFF na rede mundial.



Fonte: www.uff.br

Outro fator importante a ser observado é o número de diplomados, ou seja, o quantitativo de alunos concluintes, que também vem aumentando bastante nos últimos anos (27,45% entre 1999 e 2008).



Fonte: www.uff.br

Observados esses dados, voltaremos à lançarmos nosso olhar sobre a evolução do Quadro de Pessoal Docente da UFF no período de 2006 a 2010, e perceberemos um aumento nos números absolutos de docentes da universidade. Neste período, o número total de docentes da UFF, passou de 2.233 em 2006 para 2.920 em 2010, o que representa um aumento de 30,8%. Entretanto se considerarmos os índices verificados em 1995 (ano de início do Governo FHC e de nossa pesquisa) encontraremos um crescimento muito mais acanhado, da ordem de apenas 14,4%, que torna-se ainda mais pífio se considerarmos as metas “impostas” pelo acordo do REUNI e ao crescimento do número de matrículas na UFF. Da mesma forma podemos considerar o crescimento no número de professores em regime integral (40 horas ou DE), que de 2006 a 2010 variou positivamente em 28%, bem mais moderado se abrangermos todo o período histórico analisado (22,9% de 1995 a 2010).

Note que falamos de um período bastante longo, de cerca de quinze anos, quando a Universidade Federal Fluminense passou por uma enorme expansão em sua estrutura organizacional, aumentando sua área geográfica de atuação de maneira agressiva e expandindo o número de cursos e vagas conforme já mencionamos anteriormente.

CORPO DOCENTE PERMANENTE DA UFF POR REGIME DE TRABALHO - PERÍODO 2006-2010					
ANOS	20 h	%	40 h e DE	%	TOTAL
1995	489	19,20%	2.064	80,80%	2.553
2006	252	11,3%	1.981	88,7%	2.233
2007	233	10,5%	1.976	89,5%	2.209
2008	227	10,3%	1.977	89,7%	2.204
2009	282	11,0%	2.272	89,0%	2.554
2010	384	13,2%	2.536	86,8%	2.920
2006/2010 Δ%	52,4%		28,0%		30,8%
1995/2010 Δ%	21,5%		22,9%		14,4%

Fonte: Relatórios de Gestão UFF. Elaboração nossa.

Outra análise que julgamos importante observar, é a evolução da titulação do corpo docente da UFF no período do REUNI. A primeira característica a ressaltar é a queda no número de docentes com pós-doutorado, que era de 98 em 2006 e em 2010 passa a ser de 76, muito provavelmente pela aposentadoria de docentes já no final da carreira. O número de docentes que possuem apenas graduação também reduziu, passando de 356 em 2006 para 242 em 2010 (antes representavam 14% do total, agora apenas 7%). A

quantidade relativa de mestres diminuiu de 27,10% para 24,81%, o que pode-se considerar dentro de certa estabilidade. Embora o número de docentes com doutorado tenha crescido bastante neste período (2006-2010), tendo passado de 1167 para 1874 em 2010, já parece uma tendência de estabilização, visto que a desaceleração do crescimento vem se constatando nos anos mais recentes, principalmente entre 2009 e 2010 (o grande crescimento ocorreu entre 2008 e 2009).

EVOLUÇÃO TITULAÇÃO DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR UFF 2006-2010										
	2006	% Total	2007	% Total	2008	% Total	2009	% Total	2010	% Total
GRADUAÇÃO	356	14,48%	402	16,15%	423	16,72%	330	11,84%	242	7,85%
APERFEIÇOAMENTO	2	0,08%	2	0,08%	2	0,08%	2	0,07%	2	0,06%
ESPECIALIZAÇÃO	169	6,88%	157	6,31%	142	5,61%	130	4,66%	124	4,02%
MESTRADO	666	27,10%	627	25,19%	603	23,83%	617	22,13%	765	24,81%
DOUTORADO	1167	47,48%	1210	48,61%	1274	50,36%	1626	58,32%	1874	60,78%
PÓS-DOUTORADO	98	3,99%	91	3,66%	86	3,40%	83	2,98%	76	2,47%
TOTAL	2458		2489		2530		2788		3083	

Fonte: Relatório de Gestão. Elaboração nossa.

Passamos então a observarmos a evolução do quadro de pessoal docente da UFF, agora nos marcos do REUNI, da mesma forma como fizemos na seção anterior, porém focando o período de 2006 (ano imediatamente anterior ao decreto) a 2010.

A tabela abaixo nos mostra o quantitativo de aposentadorias ano a ano, onde podemos verificar que embora tenha diminuído o ritmo das aposentadorias neste período frente ao que aconteceu de 1995 a 2005, ainda é um número expressivo de 264 professores aposentados, e que vem aumentando a cada ano. Essa situação se agrava ainda mais se somarmos esses 264 aos 847 verificados no período anterior (1995-2005), totalizando 1.111 aposentadorias em 15 anos de análise.

Aposentadorias de Docentes do Magistério Superior - Entre 2006 e 2010 UFF	
Ano	Qtd
2006	36
2007	50
2008	56
2009	63
2010*	59
Total	264

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

* Até setembro de 2010.

Quando focamos as vacâncias geradas por exonerações, falecimentos e posse em outro cargo inacumulável, nos deparamos com uma situação ainda mais preocupante, onde atingimos o número de 147 num período de 5 anos. Isto, proporcionalmente, é pior do que o que aconteceu nos dez anos anteriores (1995-2005), onde 196 professores haviam se afastado definitivamente de suas atividades. Chama-nos atenção o fato do número de exonerações estar crescendo sistematicamente a cada ano, quase que dobrando no final do período analisado. Se somarmos as vacâncias do período do REUNI (147) às do período anteriormente analisado (196), chegaremos a expressiva marca de 343 professores excluídos do quadro de pessoal docente por exoneração, falecimento e posse em cargo inacumulável.

Vacâncias Docentes do Magistério Superior UFF Entre 2006 e 2010		
Ano	VACÂNCIA	Qtd
2006	EXONERAÇÃO	14
	FALECIMENTO	5
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	14
2007	EXONERAÇÃO	7
	FALECIMENTO	8
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	3
2008	EXONERAÇÃO	14
	FALECIMENTO	7
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	2
2009	EXONERAÇÃO	17
	FALECIMENTO	7
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	5
2010	EXONERAÇÃO	25
	FALECIMENTO	5
	POSSE OUTRO CARGO INACUMULAVEL	14
TOTAL		147

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

Isto posto, chegamos ao número de 411 professores afastados de seus cargos durante o período do REUNI (2006-2010), que se somados aos 1043 já verificados no estudo da seção anterior (1995-2005), totalizam a impressionante marca de 1.454 docentes do Magistério Superior oficialmente e definitivamente excluídos do quadro de pessoal da UFF.

Embora o governo Lula da Silva tenha aumentado a reposição do quadro docente em comparação com o governo FHC, veremos a partir do quadro abaixo, que, na UFF, esta reposição se concentrou principalmente nos dois últimos anos (2009-2010). Somente em 2009, houve mais nomeações do que em todo o período anteriormente estudado (1995-2005), ou seja, 431 contra 429. No total foram nomeados 1.216 docentes em 5 anos.

NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR UFF – PERÍODO 2006 A 2010		
Ano		Qtd
2006	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	210
2007	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	42
2008	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	87
2009	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	431
2010	NOMEAÇÃO LEI 8112/90	446
TOTAL		1.216

Fonte: DOU. Elaboração nossa.

Se somarmos as nomeações do período 2006-2010 (1.216) com as do período 1995-2005 (429), chegaremos ao número de 1.645 docentes incorporados ao quadro de pessoal da UFF nos 15 anos analisados.

MOVIMENTAÇÃO DOCENTE NA UFF NO PERÍODO 1995-2010			
	1995-2005	2006-2010	1995-2010
Vacâncias e aposentadorias	1043	411	1454
Nomeações	429	1216	1645
Saldo no período	-614	805	191

Entretanto a grandiosidade desse número se esgota quando apresentamos o déficit anterior (1995-2005) somado as vacâncias e aposentadorias deste período recente (2006-2010), perfazendo um total de 1.454, que dá um saldo positivo de apenas 191 professores. Digo apenas porque, se considerarmos o crescimento no número de vagas discentes oferecidas e no número de vagas matrículas apresentado pela UFF neste período total de 1995 a 2010, chegaremos a um crescimento de 137,5% (3.440 em 1995 e 8.170 em 2010), levando em conta que grande parte das vagas docentes preenchidas foram destinadas aos Pólos do interior, como veremos mais adiante.

EVOLUÇÃO/INVOLUÇÃO DE INDICADORES DA UFF NO PERÍODO 1995-2010				
	DOCENTES	VAGAS DISCENTES	MATRÍCULAS GRADUAÇÃO	CURSOS
1995	2.572	3.440	15.967	45
2010	2.920	8.170	36.103	88
Δ 1995-2010	348	4.730	20.136	39
$\Delta\%$	13,53%	137,50%	126,11%	95,55%

Devemos levar em conta também que boa parte dos professores substitutos que não estão na conta anterior, foram substituídos por docentes do quadro permanente, que na prática não alterou em nada a carga horária de aula oferecida aos alunos. Para compreendermos basta verificarmos as tabelas a seguir que nos mostram a dinâmica dos professores substitutos nos últimos 5 anos (2006-2010), onde verificamos que o número de contratações caiu de 149 em 2006 para apenas 45 em 2010, e que portanto essa diferença de 100 contratos temporários caiu sobre os ombros dos professores do quadro, caracterizando um menor impacto em relação ao superávit de 191 professores verificado anteriormente.

PROFESSORES SUBSTITUTOS CONTRATADOS UFF – PERÍODO 2006 A 2010		
ANO	Inclusão	Qtd
2006	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	149
2007	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	165
2008	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	184
2009	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	115
2010	CONTRATO PROFESSOR SUBSTITUTO	45
TOTAL		658

Fonte DOU. Elaboração nossa.

ANO	PROFESSORES SUBSTITUTOS – DESLIGAMENTOS UFF PERÍODO 2006 A 2010	Qtd
2006	RESCISAO DE CONTRATO	18
2006	TERMINO DE CONTRATO	121
2007	RESCISAO DE CONTRATO	22
2007	TERMINO DE CONTRATO	90
2007	FALECIMENTO	1
2008	RESCISAO DE CONTRATO	29
2008	TERMINO DE CONTRATO	125
2009	RESCISAO DE CONTRATO	34
2009	TERMINO DE CONTRATO	175
2010	RESCISAO DE CONTRATO	24
2010	TERMINO DE CONTRATO	77
TOTAL		716

Fonte: DOU. Elaboração nossa

Desses 1.216 professores nomeados no período de 2006-2010, devemos destacar que 517 foram vagas criadas dentro do Decreto do REUNI, sendo que 32 foram destinadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB), 154 foram destinadas à expansão de novas unidades do interior, e 331 foram efetivamente para o REUNI, sendo que dessas 169 também foram para unidades do interior e apenas 162 ficaram com as já combalidas unidades de Niterói. Portanto, das 517 vagas, 32 foram destinadas à EAD e 323 para a interiorização, somando 355 vagas, restando apenas 162 vagas para a sede, no período de 2008-2010.

VAGAS DOCENTES DISTRIBUÍDAS PELO MEC PARA A UFF REUNI - EXPANSÃO- UAB - PERÍODO 2008-2010													
UNIDADE	REUNI			TOTAL REUNI	EXPANSÃO			TOTAL EXPANSÃO	UAB			TOTAL UAB	TOTAL
	2008	2009	2010		2008	2009	2010		2008	2009	2010		
Volta Redonda	0	36	18	54	24	0	0	24	0	0	0	0	78
Campos dos Goytacazes	6	31	14	51	0	0	0	0	0	0	0	0	51
Rio das Ostras	0	0	0	0	31	30	0	61	0	0	0	0	61
Angra dos Reis	3	11	5	19	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Macaé	6	9	5	20	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Nova Friburgo	0	0	0	0	40	29	0	69	0	0	0	0	69
S. A. de Pádua	6	13	6	25	0	0	0	0	0	0	0	0	25
Sub-Total Interior	21	100	48	169	95	59	0	154	0	0	0	0	323
ICHF	4	19	10	33	0	0	0	0	0	0	0	0	33
Engenharia	2	12	6	20	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Administração	3	7	4	14	0	0	0	0	1	0	2	3	17
Direito	2	8	3	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Matemática	3	6	3	12	0	0	0	0	10	0	8	18	30
IACS	4	7	2	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Computação	3	3	1	7	0	0	0	0	4	0	4	8	15
Física	3	2	1	6	0	0	0	0	1	0	0	1	7
Biologia	2	2	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Biomédico	3	1	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Saúde da Comunidade	1	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Educação	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Economia	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Química	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Geociências	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Letras	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	2	5
Odontologia	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Medicina	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Farmácia	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Educação Física	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Veterinária	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Nutrição	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Arquitetura	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviço Social	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Enfermagem	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sub-Total Niterói	59	70	33	162	0	0	0	0	16	0	16	32	194
TOTAL	80	170	81	331	95	59	0	154	16	0	16	32	517

Fonte: www.uff.br/copemag

As demais 699 nomeações foram realizadas dentro dos critérios do banco de professores equivalentes já mencionados no Capítulo II, e apenas repuseram as vacâncias surgidas a partir de 01/07/2007 (Professores equivalentes por vacância), ou substituíram professores temporários (Professores equivalentes substitutos), praticamente inalterando a força de trabalho das Unidades.

Com esse agressivo crescimento no número de alunos, aliado à um falso incremento na força de trabalho, o REUNI vai atingindo seus objetivos, que podem ser

facilmente identificados na evolução da relação aluno-professor conforme demonstra tabela abaixo⁶⁴:

Relação de aluno de graduação por professor RAP na UFF pelos critérios do REUNI						
2007	2008	2009	2010	2011	2012	2017
11,36	12,03	15,92	17,98	18	18	18,28

Da mesma forma que procedemos na seção anterior referente ao período 1995-2005, passaremos a analisar a evolução/involução do Quadro de Pessoal docente da UFF no período do REUNI (2006-2010), destacando que embora o decreto do REUNI tenha entrado em vigor em 2007, suas ações em relação ao quadro docente na UFF só foram executadas efetivamente a partir de dezembro de 2008, tendo os primeiros docentes provenientes destas ações ingressado em janeiro de 2009. As tabelas apresentadas no Anexo 1 tem como objetivo oferecer um panorama desta evolução/involução de uma maneira genérica, dividindo os docentes por unidades, classe e carga horária.

Analisando tais tabelas, podemos chegar a algumas conclusões de clara percepção, como por exemplo, em relação ao aumento considerável no número de professores do quadro permanente da UFF no período entre 2006 e 2010, passando de 2.233 para 2.920, perfazendo um aumento de 30,76% no número de docentes do quadro de pessoal da UFF. Entre os anos de 2006 e 2008 houve certa estagnação nesse número, apesar do grande quantitativo de nomeações para os pólos universitários de Rio das Ostras e Volta Redonda, efetivamente criados neste interregno.

Somente a partir de 2009, as vagas do REUNI e do banco de professores equivalentes começam a ser efetivamente preenchidas. Daí a repentina explosão no número de professores nos anos de 2009 e 2010.

Outro fato que podemos perceber é a criação de mais uma classe na carreira docente, a de professor associado, após a de adjunto, precedendo o posto de professor titular (alcançada somente através de novo concurso público de provas e títulos especificamente para esta classe).

⁶⁴ O cálculo professor/aluno (RAP) presente no documento “Diretrizes do REUNI” é: $RAP = \frac{MAT}{(DDE - DPG)}$. Nessa conta o numerador (MAT) é a soma das vagas de ingresso anuais multiplicado pela duração mínima de integralização do curso e multiplicado por (1+fator de retenção) onde o fator de retenção é determinado de acordo com cada área de

Embora o número de professores adjuntos e associados tenham aumentado continuamente entre 2006 e 2010, passando de 1.340 para 1.657 e de 356 para 619, respectivamente, o de professores titulares caiu de 152 para 120 no mesmo período.

A quantidade de professores em regime de DE aumentou de 1.811 em 2006 para 2.396 em 2010, caracterizando um incremento da ordem de 32,30% em quatro anos.

Uma característica que também nos chama a atenção é a diminuição do quadro de professores substitutos. O número de professores temporários caiu de 225 em 2006 para 147 em 2010, aproveitando-se a possibilidade criada pelo banco de professores equivalentes de se converter esses contratos temporários em nomeações para o quadro permanente. A proporção de professores substitutos em relação ao corpo docente total da UFF caiu de 9,15% em 2006 para apenas 4,79% em 2010, conforme tabela abaixo:

PROPORCIONALIDADE ENTRE PROFESSORES SUBSTITUTOS E O TOTAL DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UFF - PERÍODO DE 2006-2010					
UNIDADES	2006	2007	2008	2009	2010
Letras	20,00%	24,18%	26,88%	11,22%	13,59%
Educação Física	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Matemática	7,32%	11,94%	11,68%	10,67%	5,56%
ICFH	6,37%	8,81%	10,91%	2,82%	3,68%
IACS	12,39%	15,60%	16,81%	11,11%	6,82%
Geociências	6,56%	8,33%	9,68%	4,76%	1,43%
Veterinária	3,90%	7,69%	12,35%	5,68%	3,37%
Farmácia	14,29%	14,58%	18,75%	11,76%	7,69%
Medicina	2,82%	2,89%	2,74%	1,68%	0,97%
Odontologia	10,47%	14,94%	26,60%	21,43%	14,41%
Enfermagem	5,80%	18,29%	22,99%	22,35%	15,48%
Saúde da Comunidade	0,00%	6,06%	0,00%	0,00%	0,00%
Nutrição	13,51%	8,57%	13,51%	9,76%	7,69%
Biomédico	3,23%	7,37%	5,26%	3,13%	4,44%
Educação	15,24%	17,14%	15,69%	8,18%	5,56%
Administração e Ciências Contábeis	26,67%	26,44%	20,93%	10,00%	0,88%
Serviço Social	23,26%	19,05%	20,93%	22,92%	17,39%
Campos dos Goytacazes	21,62%	23,68%	17,65%	1,67%	1,10%
Economia	16,07%	18,97%	14,55%	8,77%	1,89%
Direito	20,27%	20,00%	19,44%	17,81%	9,09%
Física	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Química	11,22%	13,73%	18,18%	11,21%	8,74%
Biologia	12,16%	13,33%	11,11%	8,14%	5,81%
Arquitetura e Urbanismo	6,98%	19,57%	19,57%	8,51%	8,33%
Computação	10,00%	11,76%	11,54%	10,53%	7,81%
Engenharia	4,93%	7,29%	9,47%	6,57%	2,61%
S. A. de Pádua	35,00%	17,65%	18,75%	15,00%	2,38%

conhecimento. Assim o número de matrículas na graduação não equivale aos efetivamente matriculados, mas a uma estimativa que leva centralmente em consideração o número de vagas anuais oferecidas.

Volta Redonda	3,00%	0,97%	1,63%	2,40%	2,21%
Rio das Ostras	0,00%	3,85%	3,23%	5,13%	0,84%
Nova Friburgo	0,00%	0,00%	33,33%	15,00%	1,23%
Angra dos Reis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras	0,00%	0,00%	0,00%	16,67%	0,00%
TOTAL	9,15%	11,25%	12,37%	8,06%	4,79%

Salta aos olhos o avassalador crescimento nas unidades do interior, que em 2006 totalizavam 159 professores e que em 2010 chegam a expressiva marca de 523 docentes, deixando de contar com 13,05% para ter 17,9% do quadro da Universidade.

A maior queda percentual em relação ao total do quadro permanente foi da Faculdade de Medicina que diminuiu sua participação de 13,88% em 2006 para 10,51% em 2010, acompanhada do Instituto de Física que caiu de 3,05% para 2,33%. O maior aumento relativo foi registrado pelas unidades do interior, e dentre as unidades da sede, apenas a Faculdade Administração, Ciências Contábeis e Turismo aumentou sua participação de maneira a causar algum impacto, passando de 2,96% em 2006 para 3,87% em 2010.

PROPORCIONALIDADE DA UNIDADE EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DOCENTES EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UFF - PERÍODO DE 2006 a 2010					
UNIDADES	2006	2007	2008	2009	2010
Letras	3,22%	3,12%	3,09%	3,41%	3,05%
Educação Física	0,76%	0,72%	0,68%	0,67%	0,62%
Matemática	5,11%	5,34%	5,49%	5,25%	5,24%
ICFH	6,58%	6,56%	6,67%	6,73%	6,27%
IACS	4,43%	4,16%	4,26%	4,39%	4,21%
Geociências	2,55%	2,49%	2,54%	2,35%	2,36%
Veterinária	3,31%	3,26%	3,22%	3,25%	2,95%
Farmácia	1,88%	1,86%	1,77%	1,76%	1,64%
Medicina	13,88%	13,67%	12,89%	11,43%	10,51%
Odontologia	3,45%	3,35%	3,13%	3,01%	3,25%
Enfermagem	2,91%	3,03%	3,04%	2,58%	2,43%
Saúde da Comunidade	2,82%	2,81%	2,86%	2,74%	2,36%
Nutrição	1,43%	1,45%	1,45%	1,45%	1,23%
Biomédico	4,03%	3,98%	4,08%	3,64%	2,95%
Educação	3,99%	3,94%	3,90%	3,95%	3,49%
Administração e Ciências Contábeis	2,96%	2,90%	3,09%	3,17%	3,87%
Serviço Social	1,48%	1,54%	1,54%	1,45%	1,30%
Campos dos Goytacazes	1,30%	1,31%	1,27%	2,31%	3,08%
Economia	2,10%	2,13%	2,13%	2,04%	1,78%
Direito	2,64%	2,72%	2,63%	2,35%	2,74%
Física	3,05%	3,12%	2,99%	2,66%	2,33%
Química	3,90%	3,98%	3,68%	3,72%	3,22%

Biologia	2,91%	2,94%	2,90%	3,09%	2,77%
Arquitetura e Urbanismo	1,79%	1,67%	1,68%	1,68%	1,51%
Computação	2,02%	2,04%	2,09%	2,00%	2,02%
Engenharia	8,64%	8,06%	7,80%	7,79%	7,67%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0,58%	0,63%	0,59%	0,67%	1,40%
Volta Redonda	4,34%	4,62%	5,49%	4,78%	6,06%
Rio das Ostras	0,90%	1,13%	1,36%	2,90%	4,04%
Nova Friburgo	0,00%	0,54%	0,82%	2,00%	2,74%
Angra dos Reis	0,00%	0,00%	0,00%	0,39%	0,58%
Outras	1,03%	0,91%	0,86%	0,39%	0,31%

Outra tabelas que também podemos observar, trata da evolução/involução do número de professores em regime de dedicação exclusiva por unidade acadêmica.

EVOLUÇÃO DOS DOCENTE DA UFF EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - PERÍODO DE 1995-2010				
UNIDADES	1995	2010	Δ 1995-2010	Δ%
Letras	86	78	-8	-9,30%
Educação Física	20	17	-3	-15,00%
Matemática	151	148	-3	-1,99%
ICFH	152	174	22	14,47%
IACS	96	100	4	4,17%
Geociências	49	57	8	16,33%
Veterinária	78	76	-2	-2,56%
Farmácia	25	38	13	52,00%
Medicina	184	144	-40	-21,74%
Odontologia	69	75	6	8,70%
Enfermagem	67	62	-5	-7,46%
Saúde da Comunidade	24	48	24	100,00%
Nutrição	35	32	-3	-8,57%
Biomédico	73	68	-5	-6,85%
Educação	112	95	-17	-15,18%
Administração e Ciências Contábeis	35	83	48	137,14%
Serviço Social	34	34	0	0,00%
Campos dos Goytacazes	25	83	58	232,00%
Economia	34	45	11	32,35%
Direito	23	31	8	34,78%
Física	76	68	-8	-10,53%
Química	88	90	2	2,27%
Biologia	56	76	20	35,71%
Arquitetura e Urbanismo	26	35	9	34,62%
Computação	38	56	18	47,37%
Engenharia	121	161	40	33,06%
Educação Matemática S. A. de Pádua	12	40	28	233,33%
Volta Redonda	19	166	147	773,68%
Rio das Ostras	0	112	112	-
Nova Friburgo	0	80	80	-
Angra dos Reis	0	17	17	-

A seguir apresentaremos a análise setorializada de cada unidade, apontando sua evolução/involução no período do REUNI, abrangendo os anos de 2006 a 2010. Para tal procuraremos comparar os números atuais não apenas com os números apresentados em 2006, mas efetivamente com os números de 1995, quando se iniciou esta coleta de dados.

Instituto de Letras

Apesar de ter aumentado sua oferta de vagas no Vestibular UFF em relação à 2006 de 215 para 250 vagas, e ter aumentado o número de docentes efetivos de 72 para 89 neste mesmo período, o Instituto de Letras teve uma diminuição de cerca de 5,32% no seu efetivo se compararmos com a situação apresentada no ano de 1995, quando a unidade contava com 94 docentes, sendo 5 titulares (hoje existe apenas 1). Em 1995 eram 86 professores em regime de DE, e em 2010 esse número não passa de 78 docentes.

Ao analisarmos o total do quadro de professores, incluindo os temporários, o número atual supera o total de 1995 (103 a 101), entretanto se analisarmos com mais calma percebemos que atualmente o Instituto conta com 14 professores substitutos, sendo 12 em regime de 20 horas semanais. Mais crítica fica a situação, quando comparamos as situações proporcionalmente, onde em 1995 o percentual de temporários em relação ao total da força de trabalho do Instituto de Letras era de apenas 6,93% e hoje chega a 13,59%.

Cabe destacar ainda que, deste efetivo apresentado em 2010, 2 docentes são exclusivos para atender às necessidades da UAB na modalidade de ensino à distância, donde concluímos que as 3 vagas de REUNI distribuídas para o Instituto não foram suficientes para repor as perdas sofridas desde 1995.

INSTITUTO DE LETRAS																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	2	0	2	1	0	25	1	3	54	0	0	0	1	0	5	94	4	0	3	7	101	6,93%
2006	0	0	0	0	0	3	1	0	32	2	0	33	0	0	1	72	16	2	0	18	90	20,00%
2007	0	0	0	0	0	2	1	0	28	2	0	35	0	0	1	69	21	1	0	22	91	24,18%
2008	0	0	0	0	0	1	0	0	27	2	0	37	0	0	1	68	21	4	0	25	93	26,88%
2009	0	0	0	1	0	2	7	0	36	2	0	38	0	0	1	87	9	2	0	11	98	11,22%
2010	0	0	0	1	0	2	8	0	38	2	0	37	0	0	1	89	12	2	0	14	103	13,59%
Δ2006/2010																23,61%				-22,22%	14,44%	
Δ1995/2010																-5,32%				100,00%	1,98%	

Instituto de Educação Física

Apenas em 2006 foi criado o curso de graduação em Educação Física e no primeiro Vestibular o Instituto ofereceu 40 vagas, chegando a 60 em 2010. entretanto o quadro efetivo da unidade manteve-se estável neste período (aumentou em apenas 1 docente). Se compararmos com o ano inicial da pesquisa (1995) a situação torna-se bastante perceptível, com uma queda de 21,74% (de 23 para 18). Em 1995 eram 20 professores em regime de DE, em 2010 apenas 17. Mesmo que acrescentemos os professores substitutos (3 docentes em regime de 20 horas) que atualmente lecionam no Instituto, este número não alcança a situação de partida em 1995.

Ainda temos que destacar que a unidade não foi contemplada com vagas do REUNI, apesar de seus docentes ministrarem disciplinas eletivas para todos os cursos de graduação da UFF.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	1	0	0	6	0	3	13	0	0	0	0	0	0	23	0	0	0	0	23	0,00%
2006	0	0	0	1	0	4	0	1	10	0	0	1	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
2007	0	0	0	1	0	4	0	1	8	0	0	2	0	0	0	16	0	0	0	0	16	0,00%
2008	0	0	0	1	0	3	0	0	9	0	0	2	0	0	0	15	0	0	0	0	15	0,00%
2009	0	0	0	1	0	3	0	0	10	0	0	3	0	0	0	17	2	0	0	2	19	10,53%
2010	0	0	0	1	0	2	0	0	12	0	0	3	0	0	0	18	3	0	0	3	21	14,29%
Δ2006/2010																5,88%				300,00%	23,52%	
Δ1995/2010																-21,74%				300,00%	-8,70%	

Instituto de Matemática

O Instituto de Matemática é uma das maiores unidades da UFF e também sofreu uma queda na sua força de trabalho no período 1995-2010. Mesmo tendo aumentado o seu quadro efetivo entre 2006 e 2010 de 114 para 153 docentes, o Instituto não conseguiu rever seu quadro original (1995) anterior ao desmonte neoliberal. Se compararmos com o ano de 1995, a queda do quadro de pessoal docente do Instituto chega a 9,47% (de 169 para 153) em 2010. Um fato que torna esse déficit mais comprometedor é o quantitativo de 18 destes 153 docentes estarem exclusivamente dedicados a exercer atividades junto aos cursos à distância da UAB, coordenando atividades junto aos Pólos e aos tutores à eles ligados.

Neste período compreendido entre 1995 e 2010, o número de vagas oferecidas pelo Instituto aumentou de 120 para 280 em 2009 no curso de Matemática (crescimento de 133,33%!!!), além de 70 vagas para o curso de Estatística. Mesmo tendo recebido 12 docentes do REUNI, este quantitativo torna-se insuficiente devido ao crescimento explosivo nas vagas oferecidas.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20					40	DE	
1995	0	0	4	1	0	42	10	7	98	0	0	0	0	0	7	169	6	0	9	15	184	8,15%
2006	0	0	0	0	0	12	3	2	57	0	1	33	0	0	6	114	9	0	0	9	123	7,32%
2007	0	0	0	0	0	12	3	2	62	0	1	32	0	0	6	118	16	0	0	16	134	11,94%
2008	0	0	0	0	0	12	3	2	49	0	1	48	0	0	6	121	16	0	0	16	137	11,68%
2009	0	0	0	0	0	11	3	2	63	0	1	48	0	0	6	134	16	0	0	16	150	10,67%
2010	0	0	0	0	0	14	3	1	80	0	1	48	0	0	6	153	9	0	0	9	162	5,56%
Δ2006/2010																34,21%				-40,00%	31,70%	
Δ1995/2010																-9,47%				-40,00%	-11,96%	

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Uma curiosidade acontece com o ICHF quando tomamos o período completo da pesquisa entre 1995 e 2010, onde houve um crescimento zero no número de docentes

efetivos. Se considerarmos também os docentes substitutos, há uma queda de 4,04% na força de trabalho da unidade.

Entretanto neste mesmo período as vagas oferecidas nos cursos de graduação do ICHF se expandiram bastante. No Vestibular UFF de 1996 o ICHF oferecia um total de 340 vagas distribuídas pelos 3 cursos de graduação (História, Ciências Sociais e psicologia), já em 2011 esse número ultrapassa 540 vagas em 5 cursos de graduação (além dos já existentes, foram criados os cursos de Relações Internacionais e Filosofia). Isso nos leva a crer que, mesmo tendo recebido 33 docentes via REUNI, o ICHF não conta com um quadro efetivo suficiente para sequer repor sua estrutura em 1995, apesar da inegável recuperação assistida no período entre 2006 e 2010 (147 para 183).

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	6	2	1	50	9	17	89	0	0	0	0	1	7	183	8	0	7	15	198	7,58%
2006	0	0	1	0	0	6	4	4	66	2	3	49	0	1	11	147	6	4	0	10	157	6,37%
2007	0	0	1	0	0	6	4	2	62	2	4	52	0	1	11	145	10	4	0	14	159	8,81%
2008	0	0	1	0	0	5	4	1	62	2	3	56	0	1	12	147	13	5	0	18	165	10,91%
2009	0	0	1	0	0	5	2	1	79	3	2	66	0	1	12	172	3	2	0	5	177	2,82%
2010	0	0	1	0	0	5	1	2	83	4	2	72	0	0	13	183	4	3	0	7	190	3,68%
Δ2006/2010																24,48%				-53,33%	21,01%	
Δ1995/2010																0,00%				-53,33%	-4,04%	

Instituto de Artes e Comunicação Social

O IACS obteve um crescimento da ordem de 24% em relação a 2006, entretanto se considerarmos o início da pesquisa em 1995, esse percentual cai para apenas 3,34%. O número de professores titulares caiu de 6 em 1995 para apenas 1 em 2010.

Mesmo tendo sido contemplado com 13 professores do REUNI, o IACS terá sérias dificuldades em cumprir as metas que lhe foram impostas, visto que o quantitativo

de vagas oferecidas no Vestibular UFF 1996 era de 260 vagas distribuídas em 6 cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia, Cinema, Jornalismo, Produção Cultural, Publicidade e Propaganda) e passou a 425 em 2011 distribuídos em 7 cursos (foi criado o curso de Estudos de Mídia em 2006).

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	17	3	0	30	6	9	45	0	0	0	1	1	4	119	8	0	0	8	127	6,30%
2006	1	0	1	2	0	22	3	3	54	0	0	11	0	0	2	99	14	0	0	14	113	12,39%
2007	1	0	1	2	0	20	3	3	46	0	0	14	0	0	2	92	17	0	0	17	109	15,60%
2008	1	0	1	2	0	19	3	3	47	0	0	16	0	0	2	94	18	1	0	19	113	16,81%
2009	1	0	1	5	0	21	6	2	56	0	0	19	0	0	1	112	13	1	0	14	126	11,11%
2010	1	0	1	11	0	22	9	2	58	0	0	18	0	0	1	123	9	0	0	9	132	6,82%
Δ2006/2010																24,24%				12,50%	16,81%	
Δ1995/2010																3,36%				12,50%	3,94%	

Instituto de Geociências

Embora tenha apresentado um crescimento de 21,05% em relação a 2006 no seu número de professores do quadro efetivo, o Instituto de Geociências, quando consideramos o ponto de partida o ano de 1995, vê esse crescimento encolher para apenas 9,52% (de 63 para 69), mesmo tendo sido contemplado com 3 professores via REUNI. Se considerarmos o total da força de trabalho docente da unidade, essa variação deixa de existir, ou seja, crescimento zerado no período de 1995-2010. De certa maneira, o que ocorreu foi apenas uma troca de alguns professores temporários por professores do quadro efetivo.

Em 1995 o Instituto de Geociências oferecia apenas o curso de Geografia, totalizando 200 vagas, que logo no ano seguinte foram reduzidas para 100. No Vestibular UFF 2011 a unidade disponibiliza 100 vagas para Geografia e outras 30 para o curso de Ciência Ambiental e outras 40 para Geofísica.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40	DE		
1995	3	0	1	5	0	21	3	3	25	0	0	0	0	0	2	63	4	0	3	7	70	10,00%
2006	1	0	1	2	0	2	3	1	27	1	0	17	0	0	2	57	4	0	0	4	61	6,56%
2007	1	0	1	1	0	1	3	1	26	1	0	18	0	0	2	55	4	1	0	5	60	8,33%
2008	1	0	1	1	0	1	2	1	24	2	0	21	0	0	2	56	5	1	0	6	62	9,68%
2009	1	0	1	3	0	1	1	0	26	3	0	22	0	0	2	60	3	0	0	3	63	4,76%
2010	1	0	1	7	0	1	1	0	30	3	0	23	0	0	2	69	0	1	0	1	70	1,43%
Δ2006/2010																21,05%				75,00%	14,75%	
Δ1995/2010																9,52%				-85,71%	0,00%	

Faculdade de Veterinária

Se considerarmos o período imediatamente anterior ao REUNI, a Faculdade de Veterinária apresenta um crescimento de 16,21% em relação ao ano de 2006 no que diz respeito ao número de docentes do quadro permanente da unidade, entretanto ao verificarmos os dados referentes ao ano de 1995, essa variação passa a ser negativa da ordem de 7,53%, caindo de 93 para 86 docentes mesmo tendo recebido 3 docentes via REUNI. Se considerarmos também os professores substitutos, esta queda torna-se ainda maior (105 para 89), atingindo 15,24%.

Outro fato que chama a atenção é a queda de 50% no número de professores titulares (de 18 para 9) embora as vagas oferecidas tenham crescido 10% nos últimos quinze anos (100 para 110 vagas) no curso de Medicina Veterinária.

FAULDADE DE VETERINÁRIA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40	DE		
1995	2	0	4	1	0	14	3	6	44	0	0	0	2	1	16	93	0	0	12	12	105	11,43%
2006	0	0	0	1	0	3	2	0	38	0	1	16	1	0	12	74	3	0	0	3	77	3,90%
2007	0	0	0	0	1	2	2	0	34	0	1	20	1	0	11	72	6	0	0	6	78	7,69%
2008	0	0	0	0	1	2	2	0	31	0	1	22	1	0	11	71	9	1	0	10	81	12,35%
2009	0	0	0	1	1	1	5	0	40	0	0	24	1	0	10	83	5	0	0	5	88	5,68%
2010	0	0	0	3	1	1	5	0	41	0	0	26	1	0	8	86	3	0	0	3	89	3,37%
Δ2006/2010																16,21%				0,00%	15,58%	
Δ1995/2010																-7,53%				-75,00%	-15,24%	

Faculdade de Farmácia

Embora não conte com nenhum professor titular em sua estrutura atualmente (em 1995 eram 2), a Faculdade de Farmácia é uma das poucas unidades que tiveram aumento no número de docentes do quadro efetivo (23,08%) no período 1995-2010. No entanto ao analisarmos a força de trabalho da Faculdade (efetivos + substitutos), constatamos que tal aumento torna-se quase que imperceptível (1,96%)

A unidade recebeu dois novos docentes através do REUNI e aumentou seu número de professores em regime de dedicação exclusiva de 25 para 38, além de ter mantido o quantitativo de vagas oferecidas no Vestibular UFF em 100 no período pesquisado (1995-2010).

O número de professores substitutos caiu de 12 em 1995 para apenas 4 em 2010 (queda de 66,67%), deixando de compor mais de 20% da estrutura para significar apenas 7,69% da força de trabalho da unidade.

FAULDADE DE FARMÁCIA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	20	40	DE			Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			
1995	1	0	5	2	0	10	4	6	9	0	0	0	0	1	1	39	11	0	1	12	51	23,53%
2006	0	0	0	1	0	3	3	3	26	0	0	5	0	1	0	42	7	0	0	7	49	14,29%
2007	0	0	0	1	0	2	3	3	24	0	0	7	0	1	0	41	7	0	0	7	48	14,58%
2008	0	0	0	1	0	2	4	2	21	0	0	8	0	1	0	39	9	0	0	9	48	18,75%
2009	0	1	0	1	0	3	4	2	25	0	0	8	0	1	0	45	6	0	0	6	51	11,76%
2010	0	1	0	3	0	5	4	1	23	1	0	10	0	0	0	48	4	0	0	4	52	7,69%
Δ2006/2010																14,28%				-42,85%	6,12%	
Δ1995/2010																23,08%				-66,67%	1,96%	

Faculdade de Medicina

Embora tenha se mantido praticamente estável no período de 2006 a 2010 (310 em 2006 para 307 em 2010), o quantitativo de docentes permanentes da Faculdade de Medicina caiu vertiginosamente (39,92%) se considerarmos o interstício 1995-2010, passando de 511 docentes em 1995 para 307 em 2010.

Se considerarmos o total de docentes da unidade, essa queda é ainda mais acentuada (43,33%), passando de 547 para 310, considerando-se que os substitutos deixaram de somar 36 em 1995 para serem apenas 3 em 2010.

Mesmo considerando que o número de vagas (160) oferecidas tenha se mantido nos quinze anos contemplados pela nossa análise, a qualidade do serviço prestado pela Faculdade de Medicina fica bastante comprometida, visto que houve uma queda importante no número de professores titulares (46 para 15) e no de docentes em DE (184 para 144).

FAULDADE DE MEDICINA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	31	2	27	31	12	24	49	174	115	0	0	0	4	24	18	511	25	0	11	36	547	6,58%
2006	9	0	2	21	6	13	39	82	96	1	2	12	1	7	19	310	7	2	0	9	319	2,82%
2007	8	0	2	21	6	9	37	67	90	3	12	23	1	7	16	302	8	1	0	9	311	2,89%
2008	8	0	2	19	4	5	34	64	85	4	13	27	1	6	12	284	8	0	0	8	292	2,74%
2009	8	0	2	20	3	8	37	58	90	6	10	34	1	6	9	292	5	0	0	5	297	1,68%
2010	11	0	3	24	3	12	53	51	78	6	9	42	2	4	9	307	3	0	0	3	310	0,97%
Δ2006/2010																-0,96%				-66,66%	-2,82%	
Δ1995/2010																-39,92%				-91,67%	-43,33%	

Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia também manteve a oferta de 80 vagas no Vestibular no período entre 1995 e 2010, e teve seu quadro de pessoal docente pouco alterado neste intervalo (variou 2,15% positivamente, passando de 93 para 95), embora o número de professores titulares tenha caído pela metade (6 em 1995 e 3 em 2010). Se considerarmos apenas o período imediatamente anterior ao REUNI, houve um crescimento de 23,37% no quadro permanente, que possuía 77 docentes em 2006.

Outro fato que observamos também é um aumento do número de professores substitutos, tanto em números absolutos (11 para 16), quanto em números relativos (10,58% para 14,41%), sendo que a maioria atualmente está contratada em regime de 20 horas semanais, ao contrário do que ocorria em 1995 (mais de 90% dos substitutos exerciam DE).

FAULDADE DE ODONTOLOGIA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	3	0	24	3	3	27	5	7	15	0	0	0	1	2	3	93	1	0	10	11	104	10,58%
2006	0	0	1	0	0	17	1	3	45	0	1	5	0	0	4	77	9	0	0	9	86	10,47%
2007	0	0	1	0	0	14	1	3	45	0	1	5	0	0	4	74	13	0	0	13	87	14,94%
2008	0	0	0	0	0	13	1	4	41	0	1	9	0	0	0	69	16	9	0	25	94	26,60%
2009	0	0	0	1	0	10	1	4	49	0	1	10	0	0	1	77	13	8	0	21	98	21,43%
2010	0	0	0	11	0	10	4	4	47	0	1	15	0	0	3	95	11	5	0	16	111	14,41%
Δ2006/2010																23,37%				77,77%	29,06%	
Δ1995/2010																2,15%				45,45%	6,73%	

Escola de Enfermagem

Outra unidade que simboliza bem o que aconteceu na UFF nestes últimos anos é a Escola de Enfermagem. Se tomarmos para análise apenas o período entre 2006 e 2010, constatamos um crescimento no número de professores estatutários de 9,23%, passando de 65 para 71 docentes. Porém ao selecionarmos o período total da pesquisa (1995-2010) notamos um decréscimo no quadro permanente da Escola de 5,33%, decaindo de 75 para 71 professores. Curiosamente o número de professores titulares da unidade subiu de 4 em 1995 para 9 em 2010. Entretanto a Escola de Enfermagem só foi agraciada com uma vaga de professor via REUNI, não alterando em nada a dificuldade vivida pela unidade.

O número de professores em regime de dedicação exclusiva caiu de 68 em 1995 para 62 em 2010 e o quantitativo de professores temporários subiu bastante (62,50%) no período saltando de 8 em 1995 para 13 em 2010. soma-se a isso o fato do número de vagas oferecidas para o curso de Enfermagem ter passado de 100 em 1995 para 110 no Vestibular 2011.

ESCOLA DE ENFERMAGEM																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Deppto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	0	0	31	1	0	18	7	0	14	0	0	0	0	0	4	75	3	0	5	8	83	9,64%
2006	0	1	0	2	0	24	5	0	23	0	0	1	0	0	9	65	4	0	0	4	69	5,80%
2007	0	1	0	2	0	26	5	2	20	0	0	1	0	0	10	67	15	0	0	15	82	18,29%
2008	0	1	0	2	0	24	4	2	23	0	0	1	0	0	10	67	20	0	0	20	87	22,99%
2009	0	1	0	2	0	18	4	2	25	0	0	4	0	0	10	66	19	0	0	19	85	22,35%
2010	0	1	0	2	0	21	4	1	28	0	1	4	0	0	9	71	13	0	0	13	84	15,48%
Δ2006/2010																9,23%				225,00%	21,73%	
Δ1995/2010																-5,33%				62,50%	1,20%	

Instituto de Saúde da Comunidade

O fato de ter sido criado no ano de 1996 colaborou para o Instituto de Saúde da Comunidade ter tido um crescimento tão importante (38%) num período onde quase todas as unidades encolheram. O número de professores efetivos da unidade que era de 50 em 1996 passou a 69 em 2010, incluindo-se aí 3 vagas recebidas através do REUNI.

Nestes último período analisado (2006-2010), assim como em toda a série histórica analisada (1995-2010), o Instituto de Saúde da Comunidade manteve-se sem professores titulares, entretanto o crescimento no número de professores em regime de DE saltou de 24 em 1995 para 48 em 2010 (100%!!!)

Cabe ressaltar que o Instituto não possui nenhum curso diretamente relacionado, porém oferece disciplinas para todos os cursos da área biomédica, que também apresentaram significativa expansão nestes últimos 15 anos.

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Deppto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1996	0	0	1	6	3	5	8	9	18	0	0	0	0	0	0	50	0	0	0	0	50	0,00%
2006	0	0	0	0	2	9	10	6	36	0	0	0	0	0	0	63	0	0	0	0	63	0,00%
2007	0	0	0	0	1	5	9	7	31	0	0	9	0	0	0	62	4	0	0	4	66	6,06%
2008	0	0	0	0	1	5	9	7	31	1	0	9	0	0	0	63	4	0	0	4	67	5,97%
2009	0	0	0	2	1	4	10	7	36	2	0	8	0	0	0	70	3	0	0	3	73	4,11%
2010	0	0	0	2	1	4	10	6	35	2	0	9	0	0	0	69	2	0	0	2	71	2,82%
Δ2006/2010																9,52%				200,00%	12,69%	
Δ1996/2010																38,00%				200,00%	42,00%	

Faculdade de Nutrição

A Faculdade de Nutrição teve seu quadro praticamente estabilizado ao fim dos 15 anos analisados ao longo da pesquisa (1995-2010), entretanto ao verificarmos a força de trabalho da unidade (substitutos + efetivos) encontramos uma queda de 4,88%. Os professores em regime de DE que totalizavam 35 em 1995, agora são 32 docentes, já somadas as duas vagas adquiridas através do REUNI.

A essa queda no quantitativo de docentes, soma-se o fato do aumento nas vagas oferecidas no Vestibular para o curso de graduação em Nutrição, passando de 60 em 1995 para 80 em 2011.

FACULDADE DE NUTRIÇÃO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	12	1	0	9	0	0	11	0	0	0	0	0	3	37	0	0	4	4	41	9,76%
2006	0	0	0	0	0	13	2	0	15	0	0	1	0	0	1	32	5	0	0	5	37	13,51%
2007	0	0	0	0	0	13	2	0	15	0	0	1	0	0	1	32	3	0	0	3	35	8,57%
2008	0	0	0	0	0	11	2	0	17	0	0	1	0	0	1	32	3	2	0	5	37	13,51%
2009	0	0	0	0	0	10	4	0	21	0	0	1	0	0	1	37	3	1	0	4	41	9,76%
2010	0	0	0	0	0	8	4	0	22	0	0	1	0	0	1	36	2	1	0	3	39	7,69%
Δ2006/2010																12,50%				-25,00%	5,40%	
Δ1995/2010																-2,70%				-25,00%	-4,88%	

Instituto Biomédico

O Instituto Biomédico oferece disciplinas para todos os cursos da área de saúde (que se expandiram nos últimos quinze anos), além de servir de sustentação para o curso de graduação em Biomedicina, e teve seu quadro permanente bastante reduzido, tanto em relação ao ano de 2006 (4,45%) quanto em relação a 1995 (11,34%), passando de 97 (1995) para 86 (2010).

Os docentes em regime de dedicação exclusiva que eram 73 em 1995, passaram a 68 em 2010. Os professores substitutos também foram bastante reduzidos, passando de 15 (8 em DE) para apenas 4 atualmente (todos em 20 horas!!!).

INSTITUTO BIOMÉDICO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	21	3	0	24	7	9	27	0	0	0	1	3	1	97	7	0	8	15	112	13,39%
2006	4	0	2	4	2	10	2	6	42	0	1	11	0	1	5	90	3	0	0	3	93	3,23%
2007	4	0	2	3	3	10	2	6	42	0	1	10	0	1	4	88	7	0	0	7	95	7,37%
2008	4	0	2	3	5	7	2	5	44	0	1	12	0	1	4	90	5	0	0	5	95	5,26%
2009	4	0	2	3	3	7	0	6	49	1	0	13	0	1	4	93	3	0	0	3	96	3,13%
2010	4	0	2	3	3	8	1	5	49	1	1	5	0	0	4	86	4	0	0	4	90	4,44%
Δ2006/2010																-4,44%				-25,00%	-3,22%	
Δ1995/2010																-11,34%				-73,33%	-19,64%	

Faculdade de Educação

Embora tenha recebido 3 vagas de docentes relativas ao REUNI e tenha aumentado seu quantitativo de professores efetivos no período recente (2006-2010) em 14,6% (de 89 para 102), a Faculdade de Educação também se vê bastante prejudicada quando tomamos para análise o período total da pesquisa (1995-2010).

No início do período do desmonte neoliberal a Faculdade contava com 122 docentes do quadro permanente, sendo 13 titulares e 112 em regime de DE. Hoje, ao final do ano de 2010, esse quantitativo caiu para 102 docentes efetivos, sendo apenas 2 titulares e 95 em dedicação exclusiva. Isso significa uma queda de 16,39% no número de professores estatutários.

A situação torna-se mais grave a medida que incluímos na análise os professores substitutos, que diminuíram 76% no período 1995-2010, caindo de 25 em 1995 para apenas 6 em 2010 (-76%), elevando o déficit da força de trabalho docente da unidade para 26,53% em relação ao ano de 1995 (147 para 108).

Embora o curso de Pedagogia tenha se mantido inalterado entre 1995 e 2010 (160 vagas no Vestibular UFF), a demanda por disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação aumentou muito nos últimos anos, visto que a unidade é responsável pelas disciplinas didáticas de todas as licenciaturas como Matemática, Física, Geografia, História, Letras, entre outras, que são o foco principal da expansão de vagas discentes do REUNI.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	3	2	1	64	2	1	35	0	0	0	1	2	10	122	23	0	2	25	147	17,01%
2006	0	0	1	1	0	9	1	1	73	0	0	0	1	0	2	89	16	0	0	16	105	15,24%
2007	0	0	0	1	0	7	0	1	60	0	0	16	1	0	1	87	18	0	0	18	105	17,14%
2008	0	0	0	1	0	6	0	1	50	0	0	26	1	0	1	86	16	0	0	16	102	15,69%
2009	0	0	0	1	0	6	4	1	61	0	0	26	1	0	1	101	9	0	0	9	110	8,18%
2010	0	0	0	1	0	4	4	1	59	0	0	31	1	0	1	102	6	0	0	6	108	5,56%
Δ2006/2010																14,60%				-62,50%	2,85%	
Δ1995/2010																-16,39%				-76,00%	-26,53%	

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Uma das unidades que mais aderiu ao projeto direcionado pelo REUNI foi a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, tendo recebido 14 vagas do REUNI e 3 da UAB nos últimos anos. Precisamos salientar que pelo menos metade das vagas de REUNI destinadas à Unidade de Macaé estão inseridas neste quadro de pessoal da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, visto que esta, junto com a Faculdade de Direito, absorveram os docentes da unidade do interior.⁶⁵

Apenas entre 2006 e 2010, o total de professores efetivos da unidade cresceu 71,21%. Se colocarmos os anos anteriores no corpo da análise, esse percentual aumenta para 105,45% de crescimento. O número de professores em regime de DE passou a 83 em 2010, contra apenas 35 em 1996, quando a unidade se desmembrou da Faculdade de Economia. Além de ter aumentado consideravelmente a força de trabalho docente da unidade (64 para 114), a Faculdade conseguiu praticamente eliminar a figura do professor contratado de sua estrutura (em 2010 ficou apenas 1!!!), que em 1995 representava 14,06%.

Tal privilégio talvez esteja diretamente ligado ao fato de ter absorvido rapidamente a lógica do REUNI, aumentando suas vagas no Vestibular UFF de maneira categórica, saltando de 140 vagas divididas em 2 cursos em 1996 (Administração e Ciências Contábeis) para 290 em 3 cursos em 2011 (foi criado o curso de Turismo). A

unidade ainda passou a oferecer a partir de 2011, 40 vagas para o curso de Tecnólogo em Hotelaria, nos moldes propostos pelo BM e presentes no decreto do REUNI. Além disso, a unidade oferece o curso de EAD em Administração Pública através da UAB, oferecendo em 2011, 200 vagas distribuídas por 4 municípios.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1996	8	0	14	1	0	10	9	2	10	0	0	0	0	0	1	55	9	0	0	9	64	14,06%
2006	4	0	0	7	0	17	6	0	32	0	0	0	0	0	0	66	24	0	0	24	90	26,67%
2007	4	0	0	4	0	12	4	2	37	0	0	1	0	0	0	64	23	0	0	23	87	26,44%
2008	3	0	0	4	0	14	6	2	36	0	0	3	0	0	0	68	18	0	0	18	86	20,93%
2009	7	0	0	5	0	16	5	1	41	1	0	5	0	0	0	81	9	0	0	9	90	10,00%
2010	9	0	2	13	0	29	6	2	44	0	0	8	0	0	0	113	1	0	0	1	114	0,88%
Δ2006/2010																71,21%				-93,59%	21,05%	
Δ1996/2010																105,45%				-88,89%	78,13%	

Escola de Serviço Social

Se considerarmos todo o período de 1995 a 2010, a Escola de Serviço Social teve um pequeno incremento no seu corpo docente efetivo (5,56%) passando de 36 para 38 docentes do quadro permanente. O número de docentes em DE passou de 31 para 35 no mesmo período, entretanto a unidade não conta mais com nenhum professor titular.

O crescimento da força de trabalho é um pouco maior (12,20%), porém baseado no crescimento do número de professores substitutos (60%), passando de 41 docentes para 46 ao fim da análise.

O número de vagas oferecidas no vestibular cresceu cerca de 10% nestes últimos dez anos, passando de 200 em 1996 para 220 em 2011, o que significa mais do que o crescimento do quadro de pessoal docente, mesmo levando-se em conta os dois docentes recebidos através do REUNI.

⁶⁵ Apenas para critérios administrativos.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	2	0	1	1	0	20	1	0	10	0	0	0	0	0	1	36	0	0	5	5	41	12,20%
2006	1	0	1	1	0	6	1	0	23	0	0	0	0	0	0	33	10	0	0	10	43	23,26%
2007	1	0	1	1	0	5	1	0	24	0	0	1	0	0	0	34	8	0	0	8	42	19,05%
2008	1	0	1	1	0	4	1	0	24	0	0	2	0	0	0	34	9	0	0	9	43	20,93%
2009	0	0	1	2	0	4	1	0	26	0	0	3	0	0	0	37	11	0	0	11	48	22,92%
2010	0	0	1	3	0	6	1	0	23	0	0	4	0	0	0	38	5	3	0	8	46	17,39%
Δ2006/2010																15,15%				-20,00%	6,97%	
Δ1995/2010																5,56%				60,00%	12,20%	

Faculdade de Economia

O número de professores efetivos da Faculdade de Economia cresceu no período que vai de 2006 a 2010 cerca de 10%, passando de 47 para 52, e esse crescimento se mantém quando analisamos o período maior de 1995 a 2010 (8,33%). Entretanto a força de trabalho docente da unidade (incluindo substitutos), caiu 5,35% em relação a 2006 e 3,64% em relação a 1995.

O número de professores em regime de dedicação exclusiva aumentou de 34 em 1995 para 45 em 2010 e o número de professores titulares manteve-se estabilizado em 4 docentes.

A Faculdade recebeu 3 vagas de docentes através do REUNI até 2010 e teve sua oferta de vagas no vestibular encolhida no decorrer dos anos pesquisados (eram 240 em 1996 e agora são 200).

FACULDADE DE ECONOMIA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	0	2	1	11	10	0	20	0	0	0	1	0	3	48	7	0	0	7	55	12,73%
2006	0	0	0	0	0	6	5	0	25	0	0	5	1	0	5	47	3	6	0	9	56	16,07%
2007	0	0	0	0	0	6	5	0	26	0	0	5	1	0	4	47	11	0	0	11	58	18,97%
2008	0	0	0	0	0	5	5	0	27	0	0	5	1	0	4	47	8	0	0	8	55	14,55%
2009	0	0	0	0	0	4	5	0	29	1	0	8	1	0	4	52	5	0	0	5	57	8,77%
2010	0	0	0	0	0	3	5	0	29	1	0	10	1	0	3	52	0	1	0	1	53	1,89%
Δ2006/2010																10,63%				-85,71%	-5,35%	
Δ1995/2010																8,33%				-85,71%	-3,64%	

Faculdade de Direito

Apesar de ter registrado um crescimento em seu quadro de pessoal docente efetivo entre os anos de 2006 e 2010 da ordem de 35,59% (inclui-se aí os docentes da unidade de Macaé)⁶⁶, quando ampliamos o período de análise para 1995-2010, esse crescimento se apresenta bem mais moderado (19,40%), embora ainda alto se comparado às demais unidades de Niterói.

O número de professores em regime de DE cresceu de 23 em 1995 para 31 em 2010, acompanhando a proporção do crescimento da unidade, que nos últimos três anos, recebeu 13 vagas do REUNI e pelo menos a metade das 20 vagas destinadas á unidade de Macaé também pelo REUNI. Em contrapartida o número de professores em regime de 20 horas caiu, passando de 32 em 1995 para 29 em 2010.

Entretanto, precisamos destacar o crescimento explosivo no número de vagas oferecidas para o curso de graduação em Direito no município de Niterói, passando de 180 em 1996 para 320 em 2011, o que significa um aumento de 77,77%, superando e muito o crescimento da força de trabalho da unidade, que foi de apenas 11,39% nos quinze anos analisados.

FACULDADE DE DIREITO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	15	0	13	8	2	2	7	8	2	0	0	0	2	2	6	67	10	0	2	12	79	15,19%
2006	6	0	2	16	2	10	3	1	10	0	0	0	0	3	6	59	15	0	0	15	74	20,27%
2007	6	0	2	13	2	9	5	3	11	0	0	0	0	3	6	60	15	0	0	15	75	20,00%
2008	5	0	2	10	2	7	8	2	14	1	0	0	0	3	4	58	14	0	0	14	72	19,44%
2009	4	0	2	7	2	6	10	4	16	1	0	1	0	3	4	60	13	0	0	13	73	17,81%
2010	5	0	1	11	5	7	12	13	17	1	0	1	0	2	5	80	8	0	0	8	88	9,09%
Δ2006/2010																35,59%				-46,66%	18,91%	
Δ1995/2010																19,40%				-33,33%	11,39%	

Instituto de Química

O Instituto de Química, assim como grande parte da UFF, também apresenta um tímido crescimento no período compreendido entre 2006 e 2010 (8,04% nos professores efetivos e 5,10% na força de trabalho total), porém ao alongarmos o interstício analisado chegaremos a conclusão que ambos os fatores observados encolheram no intervalo de 1995 a 2010 (-5,05% nos professores efetivos e -5,50% na força de trabalho). O número de professores em DE passaram de 88 em 1995 para 90 em 2010.

O quantitativo de professores substitutos permaneceu praticamente inalterado (de 10 para 9), entretanto em 1995 eram 6 em regime de DE, que em 2010 desapareceram da análise.

As vagas disponibilizadas no Vestibular UFF em 1996 eram 80 distribuídas em dois cursos (Química e Química Industrial), que em 2011 chegam a 120 somando-se os dois cursos, apresentado um crescimento de 50%.

INSTITUTO DE QUÍMICA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE	Total Subst.		
1995	1	0	1	0	0	22	6	4	59	0	0	0	0	0	6	99	4	0	6	10	109	9,17%
2006	0	0	0	0	0	2	3	0	40	1	0	34	0	0	7	87	11	0	0	11	98	11,22%
2007	0	0	0	0	0	2	3	0	36	1	0	39	0	0	7	88	14	0	0	14	102	13,73%
2008	0	0	0	0	0	1	3	0	32	1	0	44	0	0	0	81	18	0	0	18	99	18,18%
2009	0	0	0	0	0	1	4	0	35	1	0	47	0	0	7	95	12	0	0	12	107	11,21%
2010	0	0	0	0	0	1	4	0	32	0	0	51	0	0	6	94	9	0	0	9	103	8,74%
Δ2006/2010																8,04%				-18,18%	5,10%	
Δ1995/2010																-5,05%				-10,00%	-5,50%	

Instituto de Física

Um caso curioso é o do Instituto de Física, que apresentou crescimento zero, quando analisamos o período da implantação do REUNI, mesmo tendo recebido 6 professores via REUNI e 1 via UAB. Quando ampliamos a análise, verificamos uma queda

⁶⁶ As vagas docentes destinadas à Unidade de Macaé, assim como o seu quadro de pessoal docente, foram distribuídas e lotadas na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo e na Faculdade de

elevada (-20,93%) no período 1995-2010, mesmo tendo ampliado o número de vagas, passando de 80 em 1995 para 140 em 2011, aumentando cerca de 75%.

Hoje, a unidade não conta com professores em regime de 20 horas semanais e segue sem ter jamais contratado professores substitutos para suprir suas necessidades, embora já tenha contratado diversos professores visitantes para atender a pós-graduação.

INSTITUTO DE FÍSICA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	0	0	0	3	4	6	64	0	0	0	0	0	9	86	0	0	0	0	86	0,00%
2006	0	0	0	0	0	2	1	1	35	0	0	24	0	0	5	68	0	0	0	0	68	0,00%
2007	0	0	0	0	0	2	0	1	29	0	0	32	0	0	5	69	0	0	0	0	69	0,00%
2008	0	0	0	0	0	2	0	1	27	0	0	31	0	0	5	66	0	0	0	0	66	0,00%
2009	0	0	0	0	0	2	0	0	32	0	0	30	0	0	4	68	0	0	0	0	68	0,00%
2010	0	0	0	0	0	2	0	0	28	0	0	33	0	0	5	68	0	0	0	0	68	0,00%
Δ2006/2010																0,00%				0,00%	0,00%	
Δ1995/2010																-20,93%				0,00%	-20,93%	

Instituto de Biologia

Como verificamos na análise referente ao período 1995-2005, o Instituto de Biologia sofreu um processo inverso em relação as demais unidades da UFF, visto que neste intervalo foi criado o curso de graduação em Biologia. Chama-nos a atenção o fato do Instituto ter tido um crescimento maior no período (1995-2010) do que no período do REUNI (2006-2010), mesmo tendo recebido 5 vagas docentes pelo programa.

O número de professores substitutos foi bastante reduzido (44,44%) entre 2006 e 2010 e a força de trabalho da unidade cresceu em ambos os períodos analisados (16,21% e 26,47%).

O curso de Ciências Biológicas que surgiu em 2000 oferecendo 80 vagas no Vestibular, hoje disponibiliza 100 (aumento de 25%). Verificamos que, por nosso método de análise, trata-se de um dos raros casos em que o aumento da oferta de vagas é sustentado pelo aumento do quantitativo de docentes da unidade.

INSTITUTO DE BIOLOGIA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	0	0	2	0	0	21	2	3	31	0	0	0	0	0	2	61	0	0	7	7	68	10,29%
2006	0	0	0	1	0	1	0	0	39	0	1	21	0	0	2	65	6	3	0	9	74	12,16%
2007	0	0	0	1	0	1	0	0	35	0	1	25	0	0	2	65	8	2	0	10	75	13,33%
2008	0	0	0	1	0	1	0	0	34	0	1	25	0	0	2	64	6	2	0	8	72	11,11%
2009	0	0	0	2	0	0	2	0	47	0	1	25	0	0	2	79	5	2	0	7	86	8,14%
2010	0	0	0	2	0	0	2	0	44	0	1	30	0	0	2	81	4	1	0	5	86	5,81%
Δ2006/2010																24,61%				-44,44%	16,21%	
Δ1995/2010																32,79%				-28,57%	26,47%	

Escola de Arquitetura e Urbanismo

A Escola de Arquitetura e Urbanismo teve um pequeno crescimento em seu número de professores do quadro efetivo entre 2006 e 2010 (10%) passando de 40 para 44 docentes, embora só tenha sido contemplada com uma vaga de professor do REUNI. Se alongarmos a análise para os quinze últimos anos (1995-2010), curiosamente esse crescimento é ainda maior (12,82%).

A quantidade de professores titulares encolheu de 4 para apenas 1 (queda de 75%), enquanto que o número de professores em DE passou de 26 em 1995 para 35 em 2010. Em relação aos professores contratados a situação pouco se alterou no decorrer dos anos (5 em 1995, 3 em 2006 e 4 em 2010).

As vagas discentes oferecidas para o curso de Arquitetura saltaram de 70 em 1995 para 90 em 2011, sustentando um aumento de 28,57%, portanto superior ao acréscimo do quadro de pessoal docente.

ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.		
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	2	1	2	0	0	6	7	2	15	0	0	0	0	1	3	39	5	0	0	5	44	11,36%
2006	0	1	1	2	0	4	2	0	18	0	0	9	0	0	3	40	3	0	0	3	43	6,98%
2007	0	0	1	2	1	3	1	0	19	0	0	8	0	0	2	37	9	0	0	9	46	19,57%
2008	0	0	1	1	1	2	2	0	19	0	0	9	0	0	2	37	9	0	0	9	46	19,57%
2009	0	0	1	3	0	2	4	1	19	0	0	11	0	0	2	43	4	0	0	4	47	8,51%
2010	0	0	1	4	0	2	4	1	21	0	0	10	0	0	1	44	4	0	0	4	48	8,33%
Δ2006/2010																10,00%				-20,00%	11,62%	
Δ1995/2010																12,82%				-20,00%	9,09%	

Instituto de Computação

Criado em 1999, o Instituto de Computação, assim como o de Biologia, se beneficiou da sua “juventude” para fortalecer o seu quadro de pessoal docente. Entre 2006 e 2010 o acréscimo em relação aos professores efetivos foi 31,11%, aumentando para 43,9% se considerarmos o período de 1999 a 2010. A unidade recebeu 7 professores via REUNI e outros 8 para atender aos alunos da EAD através da UAB.

O número de professores em regime de dedicação exclusiva passou de 38 em 1999 para 56 em 2010, e o de professores da classe titular passaram de 5 para 9 no mesmo período.

Além de ter aumentado o quantitativo de vagas oferecidas através do Vestibular UFF de 80 em 1996 para 100 em 2011 (25%), o Instituto oferece 540 vagas de educação à distância através da Universidade Aberta do Brasil (quase 50% das vagas oferecidas pela UFF para a UAB através do Vestibular CEDERJ 2011), distribuídas por 17 municípios do RJ.

INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO																									
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.			
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				20	40	DE	Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE										
1999	0	0	0	1	0	3	2	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0	5	41	4	0	1	5	46	10,87%
2006	0	0	0	2	0	0	1	0	26	0	0	9	0	0	7	0	0	7	45	4	1	0	5	50	10,00%
2007	0	0	0	2	0	0	1	0	25	0	0	10	0	0	7	0	0	7	45	6	0	0	6	51	11,76%
2008	0	0	0	2	0	0	1	0	21	0	0	15	0	0	7	0	0	7	46	6	0	0	6	52	11,54%
2009	0	0	0	2	0	0	1	0	25	0	0	16	0	0	7	0	0	7	51	6	0	0	6	57	10,53%
2010	0	0	0	2	0	0	1	0	32	0	0	15	0	0	9	0	0	9	59	5	0	0	5	64	7,81%
Δ2006/2010																			31,11%				0,00%	28,00%	
Δ1999/2010																			43,90%				0,00%	39,13%	

Escola de Engenharia

Embora seu quadro efetivo tenha crescido 16,06% nos anos do REUNI, quando tomamos como ponto de partida o ano de 1995, a Escola de Engenharia apresenta um encolhimento de 4,68%. Dos 235 docentes que lecionavam em 1995, restam 224 atualmente. O número de professores substitutos caiu 50% em relação a 1995 e se

considerarmos o total da força de trabalho da Escola, chegaremos a conclusão que esta diminuiu 6,88% nos últimos quinze anos.

Embora tenha recebido 20 docentes para implantação do REUNI, o quantitativo da classe titular caiu de 37 em 1995 para 13 em 2010 (-184,61%!!!), entretanto o número de professores em regime de DE subiu de 121 para 161 (24,84%).

Nos últimos quinze anos (1995-2010) o quantitativo de vagas oferecidas no Vestibular 2011 passou de 350 (Engenharias) para 690 (Engenharias e Desenho Industrial), totalizando um incremento de quase 100%.

ESCOLA DE ENGENHARIA																						
ANO	EFETIVOS															Total Efetivos	SUBST.				Total Depto.	% Subst.
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.				Total Subst.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE							
1995	3	0	2	10	5	37	66	20	55	0	0	0	3	7	27	235	3	0	9	12	247	4,86%
2006	0	0	0	4	1	9	25	7	96	3	1	30	1	1	15	193	10	0	0	10	203	4,93%
2007	0	0	0	3	1	6	21	8	84	3	1	35	1	1	14	178	14	0	0	14	192	7,29%
2008	0	0	0	3	1	7	19	8	77	3	1	39	1	0	13	172	12	6	0	18	190	9,47%
2009	0	0	0	7	1	8	26	7	87	2	1	45	1	0	14	199	10	4	0	14	213	6,57%
2010	0	0	0	15	0	9	38	6	85	2	1	55	1	0	12	224	5	1	0	6	230	2,61%
Δ2006/2010																16,06%				-40,00%	13,30%	
Δ1995/2010																-4,68%				-50,00%	-6,88%	

Unidades do Interior

Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – Santo Antonio de Pádua

O plano de expansão do REUNI transformou o Departamento de Educação Matemática em uma unidade autônoma denominada Instituto de Educação Superior do Noroeste Fluminense, voltada para a implantação de cursos de licenciaturas nos moldes defendidos pelo decreto de 2007.

A nova unidade foi contemplada com 25 docentes via REUNI, ampliando seu quadro docente permanente de 13 professores em 2006 para 41 em 2010 (crescimento de 215,38%!!!), embora tenha tido um decréscimo de 66,67% nos seus professores

temporários, resultando num aumento de 110% em sua força de trabalho, concentrado principalmente entre os anos de 2009 e 2010.

Um fato relevante se refere à ausência de professores em regime de 20 horas semanais e a existência de apenas 1 professor em regime de 40 horas. São 40 docentes em DE, conforme quadro abaixo.

As vagas discentes anualmente oferecidas que eram de 40 em 1996 para o curso de Licenciatura em Matemática, hoje somam 190, divididas em três cursos (Matemática, Pedagogia e Física), também de formação de professores.

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – S. A. DE PÁDUA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
2006	0	0	0	0	1	8	0	0	4	0	0	0	0	0	0	13	6	1	0	7	20	100,00%
2007	0	0	0	0	1	9	0	0	4	0	0	0	0	0	0	14	2	1	0	3	17	17,65%
2008	0	0	0	0	1	7	0	0	5	0	0	0	0	0	0	13	2	1	0	3	16	18,75%
2009	0	0	0	0	1	7	0	0	8	0	0	1	0	0	0	17	3	0	0	3	20	15,00%
2010	0	0	0	0	1	23	0	0	16	0	0	1	0	0	0	41	1	0	0	1	42	2,38%
Δ2006/2010																215,38%				-66,67%	110,00%	

Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Anteriormente apenas como Departamento de Serviço Social de Campos e posteriormente Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, esta unidade foi promovida a categoria de Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes e experimentou um crescimento fantástico em seus números como em todas as unidades do interior.

A unidade viu seu quadro de professores mais que triplicar nos últimos cinco anos (+221,43%), contando atualmente com 90 docentes efetivos e apenas 1 temporário (-83,33% em relação a 1995), sendo que destes 51 foram nomeados através de vagas destinadas ao REUNI. O número de professores em regime de dedicação exclusiva passou de 25 em 1995 para 83 em 2010 (aumento de 232%).

A unidade oferecia 100 vagas para o curso de Serviço Social em 1996 e passou a oferecer mais 50 vagas para o mesmo curso para o município de Bom Jesus do

Itabapoana em 2003. Atualmente o Pólo oferece além das 100 vagas para Serviço Social, outras 550 vagas distribuídas nos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Geografia, História e Psicologia, totalizando 650 novas vagas a cada ano.

POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	1	0	13	0	0	4	2	0	7	0	0	0	0	0	1	28	3	0	3	6	34	17,65%
2006	1	0	0	0	0	11	1	3	12	0	0	0	0	0	1	29	8	0	0	8	37	21,62%
2007	0	0	1	0	0	8	1	3	14	0	0	1	0	0	1	29	9	0	0	9	38	23,68%
2008	0	0	0	0	0	3	1	3	19	0	0	1	0	0	1	28	6	0	0	6	34	17,65%
2009	0	0	0	1	0	7	1	3	44	0	0	2	0	0	1	59	1	0	0	1	60	1,67%
2010	0	0	0	2	0	24	2	3	55	0	0	3	0	0	1	90	1	0	0	1	91	1,10%
Δ1995/2010																221,43%				-83,33%	167,65%	

Instituto de Educação Superior de Angra dos Reis

Apesar de ter sido criado em meados da década de 1990, o então curso de Pedagogia de Angra dos Reis só foi transformado em unidade desvinculada da Faculdade de Educação em 2009, dando origem ao Instituto de Educação Superior de Angra dos Reis.

Mesmo tendo sido contemplado com 19 vagas docentes para nomeações do quadro permanente, a recém criada unidade conta hoje com 17 professores, o que mostra um esvaziamento da unidade através da não fixação dos docentes ao Instituto de Angra dos Reis.

Apesar disso, o número de vagas oferecidas no Vestibular UFF vem crescendo sistematicamente, passando de acanhadas 40 vagas em 1997 para 110 vagas em 2011, sempre para o curso de Pedagogia.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE ANGRA DOS REIS																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10	0,00%
2010	0	0	0	0	0	3	0	0	14	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	17	0,00%
Δ2009/2010																70,00%				0,00%	70,00%	

Pólo Universitário de Nova Friburgo

Criado em 2007, oriundo da federalização de uma Faculdade isolada administrada pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, o Pólo Universitário de Nova Friburgo (PUNF), inicialmente abrigava apenas a Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo ligada umbilicalmente à Faculdade de Odontologia de Niterói. Posteriormente emancipou-se e hoje vem percebendo um forte crescimento, tanto em seu quadro de pessoal docente, quanto na criação de novos cursos e na expansão dos já existentes. Entre 2007 e 2010 a estrutura docente do Pólo cresceu inacreditáveis 566,67%, passando de 12 docentes em 2007 para 80 em 2010, sendo todos em regime de DE e considerando que a unidade recebeu 69 novos docentes via projeto de expansão.

Inicialmente o PUNF oferecia 120 vagas destinadas apenas ao curso de Odontologia, posteriormente essa gama de graduações passou a contar também com cursos de Biomedicina e Fonoaudiologia, totalizando no Vestibular UFF 2011, 175 vagas.

POLO UNIVERSITÁRIO DE NOVA FRIBURGO																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
2007	0	0	0	0	0	3	0	0	9	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	12	0,00%
2008	0	0	0	0	0	3	0	0	15	0	0	0	0	0	0	18	2	7	0	9	27	33,33%
2009	0	0	0	0	0	16	0	0	35	0	0	0	0	0	0	51	5	4	0	9	60	15,00%
2010	0	0	0	0	0	26	0	0	54	0	0	0	0	0	0	80	0	1	0	1	81	1,23%
Δ2007/2010																566,67%				100,00%	575,00%	

Pólo Universitário de Rio das Ostras

O Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO) criado em 2006 a partir de um convênio anterior com a prefeitura local, também experimentou um crescimento espetacular (490%!!!) nos últimos cinco anos, concentrados principalmente entre 2008 e 2010, reforçando a tese de que o REUNI converge suas forças na interiorização do ensino de graduação. O PURO recebeu 61 professores através da expansão da UFF e conta

atualmente com 118 professores efetivos, sendo que destes, 112 exercem dedicação exclusiva.

A unidade ofereceu no Vestibular UFF 2010, 410 vagas alocadas em 6 diferentes cursos (Enfermagem, Engenharia, Ciência da Computação, Produção Cultural, Psicologia e Serviço Social).

POLO UNIVERSITÁRIO DE RIO DAS OSTRAS																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
2006	0	0	0	0	0	11	0	0	9	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	20	0,00%
2007	0	0	0	0	0	11	0	0	13	0	0	1	0	0	0	25	1	0	0	1	26	3,85%
2008	0	0	0	0	0	13	0	0	15	0	0	1	0	0	1	30	1	0	0	1	31	3,23%
2009	0	0	0	0	0	17	0	0	55	0	0	1	0	0	1	74	4	0	0	4	78	5,13%
2010	0	0	0	2	0	31	4	0	78	0	0	2	0	0	1	118	1	0	0	1	119	0,84%
Δ 2006/2010																490,00%				100,00%	495,00%	

Pólo Universitário de Volta Redonda

Em 2006 a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda (EEIMVR) foi anexada ao Pólo Universitário de Volta Redonda, que posteriormente ganharia mais duas novas unidades: O Instituto de Ciências Exatas (ICEEx) e a Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ECHSVR).

Embora tenha tido um crescimento bastante expressivo no seu número de professores efetivos nos períodos pesquisados (82,47% em 2006/2010 e 342,50% em 1995/2010), este torna-se modesto se comparados com o crescimento no número de vagas oferecidas pelos cursos de graduação sediados em Volta Redonda.

Em 1996, a UFF oferecia em seu concurso vestibular, 70 vagas para o curso de graduação em Engenharia Metalúrgica e atualmente disponibiliza 1040 vagas discentes para ingresso em 9 cursos distintos (Engenharias, Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito, Física, Matemática, Psicologia e Química), resultando num aumento de 1.385,71% no número de vagas. Apesar de ter sido contemplado com 78 vagas referentes ao Decreto do REUNI (54 via REUNI e 24 via expansão), quando observamos o crescimento do quadro de pessoal docente frente ao aumento do número de vagas, este aparenta insuficiente.

A excelência acadêmica fica bastante prejudicada, se considerarmos que a unidade que contava com 13 professores titulares entre os 40 que integravam o quadro permanente em 1995, atualmente se resume a 4 titulares dentre os 177 docentes do Pólo. O quantitativo de professores substitutos pouco se alterou em números absolutos, entretanto o número de professores do quadro na situação Adjunto DE que era zero em 1995, passou a 99 em 2010.

POLO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA																						
ANO	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Subst.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivos	SUBST.					
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE		20	40	DE			Total Subst.
1995	0	0	2	4	0	10	11	0	0	0	0	0	6	0	7	40	0	0	2	2	42	4,76%
2006	0	0	1	1	0	18	10	0	56	1	0	4	0	0	6	97	2	1	0	3	100	3,00%
2007	0	0	0	0	0	22	12	0	57	1	0	4	0	0	6	102	1	0	0	1	103	0,97%
2008	0	0	0	0	0	28	12	0	67	1	0	8	0	0	5	121	2	0	0	2	123	1,63%
2009	0	0	0	0	0	30	10	0	69	1	0	8	0	0	4	122	3	0	0	3	125	2,40%
2010	0	0	0	0	0	54	10	0	99	1	0	9	0	0	4	177	3	1	0	4	181	2,21%
Δ2006/2010																82,47%				25,00%	81,00%	
Δ1995/2010																342,50%				100,00%	330,95%	

Pólo Universitário de Macaé

Apesar de não ter tido sua situação oficialmente reconhecida como Pólo, a unidade da UFF em Macaé segue crescendo bastante. Entretanto não possui uma estrutura organizacional própria, e seu quadro docente fica impossibilitado de ser analisado com exatidão, visto que seu quadro docente está distribuído pela Faculdade de Direito e pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

A unidade foi contemplada com 20 vagas de docentes do REUNI e hoje oferece 220 vagas nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Finalizada esta radiografia da Universidade Federal Fluminense, que nos mostrou uma expansão desordenada do número de alunos e cursos de graduação que não foi acompanhada de um crescimento satisfatório do quadro de pessoal docente da instituição, podemos desenvolver alguns argumentos que comprovam substanciais mudanças no trabalho docente dentro da mesma.

Implicações do REUNI no Trabalho Docente na UFF

Numa sociedade onde o trabalhador tende a ter o seu trabalho cada vez mais subsumido ao capital, não é diferente o que acontece com o trabalho docente no ensino superior brasileiro, principalmente no sistema público federal e em especial na UFF. A nova estruturação da lógica capitalista que domina a sociedade deste início de século XXI, como já vimos anteriormente, traz a precarização do trabalho e também das relações de trabalho docente do sistema universitário federal. Nesta época em que a educação superior passa a ser parte importante do discurso burguês hegemônico, não é de se estranhar que o trabalho docente seja foco de investidas da burguesia.

No Brasil, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passando pelo atual de Lula da Silva (2003-2010), se vê a intensificação do trabalho docente de ensino superior federal, às vezes de forma mais clara, em outras de forma mais velada, reconfigurando os parcos direitos conseguidos durante anos de lutas árduas do movimento sindical.

Com o Decreto que estabelece o REUNI (Decreto nº 6096/97), esse ataque a qualidade do trabalho docente assume novos contornos, através de um discurso mais sofisticado, que foca a expansão e a democratização do acesso à universidade, e encobre as facetas mais perversas desse projeto que passa pela opressão dos trabalhadores docentes, chegando a um aumento excessivo da carga de trabalho, tanto de forma absoluta, através do aumento da carga horária real, quanto de forma relativa, com a intensificação das atividades e com o aumento do número de alunos por sala de aula, conforme fica claro no Art. 1º do Decreto do REUNI.

Nessa lógica, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho; por outro lado, o produto do seu trabalho – formação de força de trabalho competente e, no caso da educação superior, produção de tecnologia e conhecimento científico – é profundamente afetado.

As instituições de ensino superior são praticamente forçadas a se adaptarem à reconfiguração do trabalho, como também a oferecer um produto que esteja em conformação com as exigências mais atuais do capital.

“Assim, o cotidiano da universidade e a conformação das atividades docentes se vêem duplamente atingidos pela organização produtiva

emergente: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho com as características citadas em parte anterior desse texto e onde sua eficiência e produtividade são objetivadas em índices; por outro lado, o professor é produtor das mercadorias “força de trabalho competente” e “tecnologia e conhecimento científico”, fundamentais na dinâmica do novo funcionamento sócio-produtivo.” (MANCEBO, 2007a; p. 77)

Todo esse processo traz diversas consequências para um professor universitário. Dos estudos e pesquisas elaborados por Mancebo (2004, 2006 e 2007) destaco alguns elementos centrais da reconfiguração e na intensificação/precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais:

(i) A precarização do trabalho docente, que podemos ver como regra quase que geral no setor privado, já aparece de forma clara até mesmo nas grandes universidades públicas como a UFF, onde se intensificaram nos últimos anos, as (sub)contratações temporárias de professores substitutos. Esse aumento do trabalho precarizado nas IFE's se apresenta como resultado a progressiva diminuição dos recursos públicos destinados ao financiamento das universidades. O encolhimento orçamentário gera diversos efeitos prejudiciais, e um deles justamente é a não reposição do quadro de docentes de forma correta, ou seja, através de concursos públicos para o quadro efetivo, quer para o atendimento minimamente adequado ao crescimento quantitativo e qualitativo de cursos e alunos, quer para a reposição paritária das vagas geradas por aposentadorias, óbitos, desligamentos voluntários e afastamento de docentes, conforme comprovamos no item anterior. Desta forma, a contratação de professores substitutos foi uma saída para as universidades manterem, mesmo que a título precário, seus quadros docentes, e que perversamente se tornou natural no dia-a-dia universitário.

(ii) A intensificação do regime de trabalho dos docentes, que aumenta o sofrimento subjetivo, neutralizando a mobilização coletiva e aprofundando o individualismo, implicando em consequências desagradáveis para a convivência e a conduta dos trabalhadores das IFES.

(iii) A relação estabelecida com o tempo, relação na qual pode-se verificar não só uma aceleração da produção docente, bem como o prolongamento do tempo que o professor despense com o trabalho. Essa dinâmica “não é nova e nem exclusiva ao trabalho docente”, porém tem se tornado bastante intensificada nos últimos anos.

(iv) O trabalho docente flexível e multifacetado, não cessa nem em época de greve, e muito menos nas férias, gerando mudanças na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho), ampliada com o auxílio das novas tecnologias. Pequenos períodos de interrupção do ano letivo são aproveitados para “botar as coisas em dia”, ou seja, preencher formulários, preparar projetos, escrever artigos, adquirir os livros que ainda não foram lidos e muitas vezes não conseguir lê-los. Além disso, responder e-mails, atender o celular que toca em casa a qualquer hora do dia também faz parte dessa rotina que acompanha o professor. O professor fisicamente encontra-se em casa, mas o dia de trabalho continua, devido as inovações tecnológicas que possibilitam o entrelace entre o “mundo pessoal” e o “mundo profissional”. Marx já vislumbrava tal tendência quando disse:

“O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afóra as interrupções puramente físicas do sono, das refeições e etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para reproduzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação.” (MARX, 1982; p. 177)

(v) Outro aspecto que pouco se aborda e que não é nada desprezível diz respeito ao profundo enxugamento do quadro de funcionários técnicos administrativos, que repassa novas atividades e responsabilidades ao cotidiano do professor. A sua responsabilidade ultrapassa a sala de aula e o desenvolvimento de sua pesquisa, e chega ao preenchimento de inúmeros relatórios e formulários, a emissão de pareceres, e até à captação de recursos para viabilizar seus projetos de pesquisa.

“O professor ideal agora é um híbrido de cientista e corretor de valores. Grande parte do seu tempo deve ser dedicado a preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas e promover visibilidade para si e seu departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco pregão. O gerenciamento de meio acabou se tornando fim na universidade. A idéia é que todos se empenhem, no limite de suas forças...” . (SEVCENKO, 2000, p.7).

(vi) A produção de textos, por exemplo, é um capítulo à parte em toda essa extensa gama de atividades docentes produtivistas. Nestes casos, os professores pesquisadores mais experientes, que gerenciam projetos de pesquisa de ponta, que duram

freqüentemente três ou quatro anos e seus dados só são analisados em sua plenitude no fim do período, passam a ter a necessidade de publicar vários artigos por ano, o que acaba desviando a atenção do pesquisador do projeto principal para poder desenvolver outros projetos menores. O caminho seguido é o da publicação conjunta com alunos e o “autoplágio”, onde o docente, a fim de cumprir os critérios estabelecidos pelas agências de fomento, com a exigência de um número cada vez mais absurdo de publicações, abre mão da originalidade de seus trabalhos para atender as metas impraticáveis.

A questão que nos salta aos olhos é o fato de redesenhar-se a instituição universitária sobre novas formas. Seria possível um projeto que pudesse reverter esse processo e dar novos rumos à universidade com trabalho docente prazeroso e não regulado pelo produtivismo acadêmico e da intensificação do trabalho docente? As respostas para estas questões são desanimadoras e não se tem constituído, numa alternativa abordada de maneira maciça pelos docentes. Ainda são insuficientes as análises que problematizem articuladamente a concepção de universidade que se vem desenhando, o cotidiano flexibilizado do trabalho docente. E até mesmo nas greves e outros movimentos de resistência, se verifica que há um sentimento generalizado de isolamento e de esfacelamento das relações no interior da universidade, que são apontados como fatores determinantes para a pouca resistência aos projetos hegemônicos.

“O trabalho extenuante, a falta de tempo, a ausência de propósitos mais amplos e a captura subjetiva também oferecem sua carga de contribuição para a aceitação, mesmo que crítica, do trabalho prescrito.” (MANCEBO, 2007a; p. 79)

O que se vê na UFF em tempos de REUNI, nada mais é do que a expressão deste projeto burguês hegemônico, onde o docente tem o seu tempo de trabalho “sugado” ao máximo, sendo obrigado a assumir turmas que extrapolam sua carga horária semanal para conseguir dar conta do quadro de disciplinas oferecidas pelos departamentos de ensino, expondo-se à situações insalubres, em salas de aulas lotadas com quase 100 alunos, desenvolvendo atividades burocráticas que deveriam ser desenvolvidas por técnicos, e tendo sua iniciativa de realizar projetos de pesquisa e extensão tolhida.

Como se não bastasse, ainda se vem pressionados por metas de avaliação da CAPES na pós-graduação, exigências de publicações, além de enfrentar um número bastante elevado de orientações em monografias, dissertações e teses, convivendo ainda com a necessidade de angariar recursos financeiros e materiais para suas unidades via projetos de pesquisa.

Além disso, o crescimento da modalidade de EAD tenta apresentar-nos a idéia de que o docente é peça dispensável no processo educativo, e que as novas TIC's podem substituir o seu trabalho a um custo menor e alcançando uma base muito maior, massificando o ensino superior sem a qualidade que este requer, principalmente entre a classe trabalhadora.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo principal analisar a política de pessoal docente implementada pelo governo Lula da Silva através de um conjunto de ações que culminaram com o Decreto nº 6.096/07 que estabeleceu o REUNI, e seus impactos nas condições de trabalho docente no âmbito da Universidade Federal Fluminense, através de um mapeamento da mobilidade do quadro de pessoal da instituição entre os anos de 1995 (onde se iniciou de maneira contundente o processo de desmonte das universidades federais no primeiro governo de FHC) e 2010. Através desta fica comprovado que a reposição do número de professores na UFF proveniente do REUNI não foi, e não será suficiente sequer para repor as perdas acumuladas entre 1995 e 2005, gerando um crescimento no número de vagas discentes muito superior à sua capacidade, para que esta ofereça uma educação superior com qualidade, baseada nos princípios constitucionais do ensino, da pesquisa e da extensão.

A aplicação de um olhar iluminado pelo método marxista, enxergando esse processo através da luta de classes, foi indispensável para uma clara compreensão da implantação do REUNI na UFF, pois este chega aos olhos de parte da classe trabalhadora como uma política de expansão e democratização do ensino superior público.

Para tanto, realizamos um movimento inverso de inserção do REUNI na UFF num processo ainda mais amplo, que engloba um conjunto de políticas governamentais que começaram no primeiro governo FHC, e sustentaram as reformas neoliberais do Estado brasileiro desencadeadas pelo MARE na gestão de Bresser Pereira e que foram reconfiguradas nos dois governos de Lula da Silva, servindo como base para a aplicação de uma reforma neoliberal da educação superior. Tais políticas públicas, por sua vez, encontram-se submetidas há um projeto ainda maior, sustentado pela classe burguesa dos países do capitalismo central e disseminadas pelos organismos internacionais, visando a obtenção de consenso da classe trabalhadora dos países periféricos e a difusão de seu projeto de sociabilidade.

No primeiro capítulo mostramos que o conceito de luta de classes apreendido por Marx e Engels, deve guiar o olhar do pesquisador, para que possamos entender que a reconfiguração do capitalismo atual é movida por uma disputa entre a burguesia e a classe trabalhadora, e pela expansão imperialista dos países centrais frente aos países periféricos, entendendo que estes são fatores inerentes ao capitalismo.

Utilizamos o conceito de imperialismo de Lênin e de mundialização financeira de Chesnais para explicarmos as reconfigurações do capitalismo a partir dos anos de 1970, com a substituição do modelo keynesiano/fordista, esgotado, pelo toyotismo, resultando em alterações substanciais para a classe trabalhadora, tecendo análises baseadas na obra de Harvey e de Antunes. Combatemos o argumento burguês de que o trabalho deixa de ser contraponto ao capital e de que a luta de classes já não faz mais sentido. Antes, porém, o conceito de Fernandes de padrão composto de hegemonia burguesa é recuperado para explicar a formação econômico-social brasileira através da presença concomitante do moderno e do arcaico, da inexistência de uma revolução burguesa clássica, e dos conceitos de desenvolvimento desigual e combinado, e de capitalismo dependente.

No segundo capítulo foram analisados alguns documentos do Banco Mundial, organismo internacional muito presente no Brasil e responsável pela disseminação do ideário burguês e pela adoção de políticas públicas pelos países do capitalismo periférico. Verificamos a concepção bancomundialista na década de 1990, voltada para uma análise custo/benefício em relação ao ensino superior, que foi revista no final desta mesma década, sendo substituída por outra, baseada no conceito de “educação terciária” e voltada para as políticas de “alívio da pobreza”, entretanto sempre cumprindo a sua função ideológica estratégica de difundir a concepção burguesa de mundo.

Neste mesmo capítulo chegamos à análise das reformas do Estado e da educação superior propostas pelo BM e postas em prática pelos governos FHC e Lula da Silva, caracterizando um processo de continuidade, porém entremeado de algumas novidades. As diversas ações políticas são caracterizadas pela necessidade de ampliação do acesso à educação superior, a diversificação das instituições de ensino, pela diversificação das fontes de financiamento e pela utilização das novas tecnologias da informação. Apesar desta análise pormenorizada das diversas Leis, Decretos e Portarias, nosso foco principal foi a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, analisando suas principais características, focando no ensino

noturno, na aplicação de novas tecnologias (EAD) e na otimização de recursos humanos e de infraestrutura, ou seja, no aumento das taxas de conclusão e da relação aluno/professor.

Após uma análise generalizada das ações aplicadas nas IFES, no capítulo III chegamos ao caso específico da UFF, tecendo uma análise histórica da criação da Universidade e analisando a movimentação do seu quadro de pessoal docente no período de 1995 a 2005. A escolha de tal período justifica-se por 1995 ter marcado o início do processo de descaracterização deste quadro de pessoal, marcado pelas vacâncias em massa e pela proibição de reposição dos docentes. O ano de 2005 representa o início de uma pequena recuperação deste quadro iniciada no primeiro mandato de Lula da Silva e também por ser o período imediatamente anterior ao início do processo de expansão que culminou com o REUNI em 2007.

Ainda no terceiro capítulo, dissertamos sobre o processo de implantação do REUNI na UFF, que antecede o próprio decreto em diversas legislações internas, e fazemos uma análise semelhante do quadro de pessoal docente no período de 2006 a 2010, mapeando unidade por unidade, comparando a situação atual com os dados de 2006 e com a situação inicial em 1995. Através de tal análise chegamos à conclusão que apesar da expansão apresentada entre 2006 e 2010, esta torna-se insuficiente para repor o quantitativo de pessoal de 1995.

O que se constata na UFF, é um aumento indiscriminado no número de vagas discentes oferecidas (137,5% de 1995 a 2010), além de uma grande expansão no número de cursos de graduação (95,56% no mesmo período), principalmente nas unidades do interior. As vagas docentes, em sua maioria foram destinadas aos pólos universitários (das 517 vagas distribuídas para expansão, REUNI e UAB, 323 foram para unidades do interior), sendo destinadas às unidades de Niterói, uma parcela proporcionalmente bastante inferior (apenas 194!!!). O que se verifica é um crescimento no número de vagas discente bastante superior ao incremento no número de docentes, mesmo nos pólos universitários, caracterizando a intensificação do trabalho docente na UFF, resultando num número cada vez maior de alunos em sala de aula, colaborando para a precarização do trabalho docente.

Esta dissertação não esgota as análises do REUNI na UFF, visto que se trata de um processo contínuo, que se encontra em andamento e a cada momento se revigora com novas legislações e novas diretrizes. No entanto, é importante que o movimento sindical e a representação estudantil mantenham-se resistentes ao forte processo de cooptação do

governo federal. Com a sucessão de Lula da Silva pelo governo Dilma Rouseff, poderemos nos deparar com novas situações para a universidade pública brasileira. A sinalização de cortes nos gastos públicos para o ano de 2011 e a possibilidade da proibição de novos concursos públicos e nomeações no âmbito federal, pode significar um rompimento unilateral do acordo de metas do REUNI assinado em 2007. Entretanto as vagas discentes já estão disponibilizadas no Vestibular 2011 (aumento de 16,33% em relação a 2010) e precisarão ser honradas a custo de um “esforço redobrado dos professores da UFF”. Obras estão em andamento sem que o orçamento para sua conclusão esteja garantido, correndo o risco de nossos *campi* tornarem-se verdadeiros esqueletos inacabados.

Cerca de 148 vagas docentes previstas para o REUNI 2011 serão possivelmente canceladas e o banco de professores equivalentes será suspenso. Prova disso foi a recente publicação da Portaria MEC nº 196 de 24/02/2011, publicada no D.O.U. de 25/02/2011, liberando a contratação de professores temporários para as IFES “cumprirem sua demanda” para o REUNI no exercício 2011, dentre as quais, 80 vagas foram destinadas à UFF. A preocupação já parte inclusive dos reitores, que até então “endeusavam” o REUNI, e que através do Ofício nº 050/2011 da ANDIFES de 02/02/2011 enviado ao MEC, manifestam a sua preocupação com 29 pontos específicos do REUNI (isso mesmo, 29!!!), dentre os quais a “revisão do REUNI” e a “revisão da expansão” confirmam a fragilidade da política governamental.

Nossos estudos e pesquisas confirmam, portanto, as análises do movimento docente e do movimento estudantil: o REUNI vem, de fato, efetivando a intensificação e a precarização do trabalho docente nas universidades federais. A tarefa política que temos é, justamente, continuar os estudos e pesquisas que fundamentem as análises sobre o significado do referido Programa para a educação superior brasileira e, particularmente, para o trabalhador docente em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a universidade pública brasileira.** Cadernos ANDES. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: 2003.

_____. **A Contra-Reforma da Educação Superior: uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva.** Brasília, ago., 2004.

_____. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior.** Cadernos ANDES nº 25. Brasília, DF. Agosto 2007.

ANDIFES. **Relatório de acompanhamento do Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): o Brasil e sua gente estão nas Universidades Federais.** Brasília, Janeiro de 2010.

ANTUNES, R. e ALVES, G. . **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educação e Sociedade, São Paulo, v. 25, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, R. . **Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje?.** Margem Esquerda, São Paulo, p. 55-61, 2006.

_____. **O caracol e sua concha.** Latin America Studies Association of Korea, v. 18, p. 137-156, 2005.

_____. . **A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas.** Cadernos ANDES (Brasília), São Paulo, v. 21, p. 8-16, 2005.

_____. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Editora Cortez, São Paulo, 2008.

AUDITORIA CIDADÃ, **Boletim da auditoria Cidadã da Dívida nº 14 de 14 de fevereiro de 2006.** Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/boletins/>.

ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Programa de Aceleração dos Credores.** Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/artigos/artigo.2007-01-25.0110962553>. Brasília, 2007. Acesso em 16/08/2010.

BANCO MUNDIAL. 1994. **La Enseñanza Superior – Lãs Lecciones derivadas de La Experiência.** Washington, 1994. Disponível em www.bancomundial.org.br acessado em maio/2009.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación.** Washington, D.C: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento / Banco Mundial, 1996.

BANCO MUNDIAL. **El Estado em um mundo em transformaci3n.** Washington, D.C: Banco Internacional para Reconstru3o e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1997 (Informe sobre el desarrollo mundial).

BANCO MUNDIAL. **Estratégia para o Setor Educacional**. Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para La Educación Terciaria**. Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 2003.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 5ª Edição, 2008.

BELLONI, Isaura. **A Gratificação de Estímulo à Docência (GED): e a política de educação superior**. In SGUISSARDI, Valdemar. (org.) Educação superior: novos e velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1ª edição, 1999.

BOSI, Antonio de Pádua. **A Precarização do Trabalho docentes Instituições de Ensino superior do Brasil nesses Últimos 25 anos**. In Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, nº 101, p.1503-1533, set/dez 2007.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988c.

BRASIL. Lei nº 8112, de 11/12/1990, publicada no D. O. U. de 12/12/1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm. Acesso em 01/08/2010.

_____. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Extingue o Conselho Federal de Educação, cria o Conselho Nacional de Educação e estabelece o Exame Nacional de Cursos. Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19131_95.htm. Acesso em 06/08/2010.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano CXXXIV, n. 1.248, 23 dez. 1996. p. 27833-27841.

_____. Lei nº 9.678 , de 03/ de julho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência. Disponível em <http://www.leidireto.com.br/lei-9678.html>. Acesso em 01/08/2010.

_____. Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10260.htm>. Acesso em 09/08/2010.

_____, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em 18/08/2010.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira*. Brasília, 2003.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle*. Cadernos MARE para a Reforma do Estado, vol. 1; Brasília, 1997.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº2.051 de 9 de Julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no Diário Oficial da União nº132, de 12.07. 2004, Seção I, página 12

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reforma da Educação Superior: Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Brasília, 2004a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. Brasília, 2004b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior*. (2ª versão), Brasília, mai., 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, abril, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Brasília, abril, 2007. Disponível em <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/BrazilGuiadosProgramasdoMEC.pdf>.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Gerais do REUNI – Agosto de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> – consultado em 17.08.2008

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Acordo de Metas do REUNI nº 044 – Universidade Federal Fluminense*, Brasília, mar., 2008, disponível em www.uff.br.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Catálogo do Sistema Universidade Aberta do Brasil*. Disponível em http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10:estatisticas-&catid=6:sobre&Itemid=23

BRASIL – Presidência da República - Decreto nº 6.096, Brasília, 2007. Disponível em <http://www.dee.ufcg.edu.br/dee/arquivos/Decreto.6096.de.24.04.2007.pdf> – consultado em 17.08.2008.

BRASIL/Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portarias Interministeriais n. 22 e 224.** *Constitui em cada universidade federal um banco de professor-equivalente.* Disponível em http://www.adunb.org/portaria_interministerial22.pdf. Acesso em setembro de 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos da reforma do FMI e do Banco Mundial.** 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 1999.

ENGELS, Frederick. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FÁVERO, Osmar (org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968. p. 21-103.

_____, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª. Ed. RJ: Zahar, 1975. p. 11-120.

_____, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 201-365.

_____. Florestan. **A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** Coleção Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. 2ª Ed. Editora Alfa-Omega. SP, 1979.

_____, Florestan. **Brasil em compasso de espera. Pequenos escritos políticos.** Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980. p. 01-34.

_____, Florestan. **“O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores”.** SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.43).

FONSECA, Marília. **O Financiamento do Banco Mundial à Educação Brasileira: vinte anos de cooperação internacional.** In: DE TOMASSI, L., WARDE, M. J. e Haddad, J. (orgs.) O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 229-251.

GARCIA, Ciro. **Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem.** Tese de Doutorado; Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em História. Niterói: UFF, 2008. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_GARCIA_Cyro-S.pdf. Acesso em

16/08/2010.

GARRISON, John W. **Do Confronto à Colaboração. Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil.** Washington, D.C e Brasília, DF: O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Neoliberalismo e restauração do poder de classe.** 12 de agosto de 2004. Disponível em http://resistir.info/variados/neoliberalismo_ago04_port.html Acesso em 12 de Junho de 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, Roberto e BARRETO, Raquel Goulart. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária.** In Revista Brasileira de Educação, v. 33, nº 39, set/dez 2008; p. 423-436.

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas anti-neoliberais.** 6 fev., 2004. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Reforma_universit_governo_LULA.htm.

_____. **ProUni é “bóia de salvação” do ensino privado.** Recife: Reforma Universitária. Caderno 3, ADUFEPE – SSIND, 2004/2005.

LÊNINE, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** (3ª ed.). São Paulo: Centauro, 2005.

LIMA, Kátia R. S. **Capitalismo Dependente e “Reforma Universitária Consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros.** In: NEVES, Lucia M. W. (org.) Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. **Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

_____. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF.** In Universidade e Sociedade, ANDES-SN, nº 44, Brasília: julho de 2009. p. 147-157

_____. **Análise do Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – ANDIFES – 2010.** Documento, 2010.

LOWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANCEBO, Deise ; LÉDA, Denise Bessa . **REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**. Educação e Realidade, v. 34, p. 49-64, 2009.

MANCEBO, D. ; EWALD, Ariane P. ; PRESTRELO, E. T. e UZIEL, A. P. **Em Debate: o trabalho docente**. In Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 6, nº 1, 1º semestre de 2006.

MANCEBO, Deise. Relatório da Pesquisa História dos cursos de Psicologia do Rio de Janeiro. Capítulo 1 - **A história da Universidade Federal Fluminense**. UERJ. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. Educação & Sociedade, vol.25 nº.88 Especial Campinas Outubro de 2004.

_____. **Crise e Reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente**. In: Educar, nº 28, p. 37-53, Curitiba, Editora UFPR, 2006.

_____. **Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, nº 20 (1), p. 74- 80, Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

_____. **Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre o trabalho docente**. Educação e Sociedade, v. 28, p. 466-482, 2007.

MANDEL, E. **O capitalismo Tardio**. São Paulo; Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**.. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

_____. **O Método da Economia Política**. In: Contribuição para a crítica a Economia Política. Lisboa: Estampa, 1977, p. 228-237.

MARX, Karl. **Capítulo 6º inédito d'O Capital: Resultados do processo de produção imediato**. Porto (Portugal): Publicações Escorpão, 1975.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1982, p. 133-185.

MATTOS, Marcelo Badaró . **Classes sociais e luta de classes**. In: Marcelo Badaró Mattos. (Org.). História: Pensar e Fazer. Niterói: LDH - UFF, 1998, v. , p. 53-72.

_____. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 5ª Edição, 2009.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo: Xamã, 2004.

_____. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Marcos Marques de . **A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I.** In NEVES, L. M. W. O empresariamento da educação. São Paulo. Ed. Xamã, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.** São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

RAMOS, Marise N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?.** São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **Os Empresários e a Educação Superior.** Campinas: Autores Associados, 2007.

ROSA, Rui Namorado. **Ensino superior: a reforma ditada pela União Européia.** Disponível em http://resistir.info/rui/educacao_ameacada_5.html Acesso em 28 de Julho de 2010. Sem data.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **A Natureza da Burguesia Brasileira em Florestan Fernandes.** Disponível em <http://www.portalpopular.org.br/debates/socialismo/> . Acesso em Outubro de 2009. Sem data.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas.** São Paulo: Editora Autores Associados; 1997.

SEVCENKO, N. . **A corrida para o século 21.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção.** São Paulo, Ed. Cortez; 2001.

_____. **“A nova lei da educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público”**. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Campinas: Editora Autores Associados, n. 29, mai/ago., 2005.

_____. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SIQUEIRA, Ângela C. de **“The new economic global order and its effects on higher education policies”**. Tese de Doutorado desenvolvida no International/Intercultural Development Education Program, Florida State University, 2000.

_____. **Organismos Internacionais, Gastos Sociais e Reforma Universitária do Governo Lula** In: NEVES, Lucia M. W. (org.) *Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

SIQUEIRA, Angela C. de e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

TOUSSAINT, Eric. **Banco Mundial El Golpe de Estado Permanente: La Legenda Oculta del Consenso de Washington**. Quito: Abya Yala, 2007.

TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa. Primeiro Volume: A Queda do Tzarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

UGÁ, Vivian D. **A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial**. In: *Revista Sociologia Política*. Curitiba, n.23, Nov/2004. p. 55-62.

_____. **A questão social como “pobreza”: crítica à conceituação neoliberal**. Tese de Doutorado desenvolvida no IUPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. **No Ar: 40 anos da Universidade Federal Fluminense**. CD de áudio. IACS; Niterói, 2000.

_____. (2002) **Projeto Pedagógico Institucional/PPI**. Disponível em http://www.proac.uff.br/index.php?searchword=PPI&option=com_search&Itemid= Acesso em julho de 2009.

_____. (2004) **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2003-2007**. <http://www.uff.br/pdi/> Acesso em julho de 2009.

_____. (2006) Pró-Reitoria de Planejamento. **Relatório de Gestão 2006**. Acesso em Dezembro 2009. Disponível em [http://www.uff.br/reuni/images/stories/arquivos/reuni/relatoriodegestao/Relatrio de Gesto_2006.pdf](http://www.uff.br/reuni/images/stories/arquivos/reuni/relatoriodegestao/Relatrio_de_Gesto_2006.pdf).

_____. (2007) **Projeto de adesão da UFF ao Programa REUNI**. Disponível em http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_search&Itemid=99999999&searchword=REUNI&submit=Pesquisar&searchphrase=any&ordering=newest Acesso em 04 de agosto de 2009.

_____. (2007) Pró-Reitoria de Planejamnto. **Relatório de Gestão 2007**. Acesso em Janeiro 2011. Disponível em <http://www.proplan.uff.br/relatorios-de-gestao.html>

_____. (2008) Pró-Reitoria de Planejamnto. **Relatório de Gestão 2008**. Acesso em Janeiro 2011. Disponível em <http://www.proplan.uff.br/relatorios-de-gestao.html>

_____. (2009) **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2008-2012**. http://www.pdi.uff.br/images/images/PDI_no_EMEC_pos_Comissao_versao_30abr091.pdf Acesso em julho de 2009.

_____. (2010) **Caderno Técnico nº1 do REUNI na UFF 2006-2010**. Núcleo de Comunicação Social da UFF. RJ; Janeiro de 2010.

_____. (2010) Pró-Reitoria de Planejamnto. **Relatório de Gestão 2009**. Acesso em Janeiro 2011. Disponível em <http://www.noticias.uff.br/arquivos/uff/relatorio-gestao-uff-2009.pdf>

ANEXOS

Anexo 1 – Tabelas de evolução detalhada do quadro de Pessoal Docente da UFF por Unidades no período de 1995 a 2010.

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 1995

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	2	0	2	1	0	25	1	3	54	1	0	5	94	3,65%	4	0	3	7	101	3,55%	6,93%
Educação Física	0	0	1	0	0	6	0	3	13	0	0	0	23	0,89%	0	0	0	0	23	0,81%	0,00%
Matemática	0	0	4	1	0	42	10	7	98	0	0	7	169	6,57%	6	0	9	15	184	6,47%	8,15%
ICFH	1	0	6	2	1	50	9	17	89	0	1	7	183	7,12%	8	0	7	15	198	6,96%	7,58%
IACS	3	0	17	3	0	30	6	9	45	1	1	4	119	4,63%	8	0	0	8	127	4,46%	6,30%
Geociências	3	0	1	5	0	21	3	3	25	0	0	2	63	2,45%	4	0	3	7	70	2,46%	10,00%
Veterinária	2	0	4	1	0	14	3	6	44	2	1	16	93	3,62%	0	0	12	12	105	3,69%	11,43%
Farmácia	1	0	5	2	0	10	4	6	9	0	1	1	39	1,52%	11	0	1	12	51	1,79%	23,53%
Medicina	31	2	27	31	12	24	49	174	115	4	24	18	511	19,87%	25	0	11	36	547	19,22%	6,58%
Odontologia	3	0	24	3	3	27	5	7	15	1	2	3	93	3,62%	1	0	10	11	104	3,65%	10,58%
Enfermagem	0	0	31	1	0	18	7	0	14	0	0	4	75	2,92%	3	0	5	8	83	2,92%	9,64%
Saúde da Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Nutrição	1	0	12	1	0	9	0	0	11	0	0	3	37	1,44%	0	0	4	4	41	1,44%	9,76%
Biomédico	1	0	21	3	0	24	7	9	27	1	3	1	97	3,77%	7	0	8	15	112	3,94%	13,39%
Educação	1	0	3	2	1	64	2	1	35	1	2	10	122	4,74%	23	0	2	25	147	5,17%	17,01%
Administração e Ciências Contábeis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Serviço Social	2	0	1	1	0	20	1	0	10	0	0	1	36	1,40%	0	0	5	5	41	1,44%	12,20%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	13	0	0	4	2	0	7	0	0	1	28	1,09%	3	0	3	6	34	1,19%	0,00%
Economia	8	0	13	4	1	26	19	3	33	1	0	4	112	4,35%	11	0	18	29	141	4,95%	20,57%
Direito	15	0	13	8	2	2	7	8	2	2	2	6	67	2,60%	10	0	2	12	79	2,78%	15,19%
Física	0	0	0	0	0	3	4	6	64	0	0	9	86	3,34%	0	0	0	0	86	3,02%	0,00%
Química	1	0	1	0	0	22	6	4	59	0	0	6	99	3,85%	4	0	6	10	109	3,83%	9,17%
Biologia	0	0	2	0	0	21	2	3	31	0	0	2	61	2,37%	0	0	7	7	68	2,39%	10,29%
Arquitetura e Urbanismo	2	1	2	0	0	6	7	2	15	0	1	3	39	1,52%	5	0	0	5	44	1,55%	11,36%
Computação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia	3	0	2	10	5	37	66	20	55	3	7	27	235	9,14%	3	0	9	12	247	8,68%	4,86%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	2	4	0	10	11	0	0	6	0	7	40	1,56%	0	0	2	2	42	1,48%	4,76%
Outras	1	1	0	2	1	10	2	8	21	0	0	5	51	1,98%	7	0	4	11	62	2,18%	17,74%
TOTAL	82	4	207	85	26	525	233	299	891	23	45	152	2572	100,00%	143	0	131	274	2846	100,00%	9,63%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 1996

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	3	0	0	26	0	2	53	0	0	5	89	3,70%	1	0	0	1	90	3,56%	1,11%
Educação Física	0	0	2	0	0	6	0	2	8	0	0	0	18	0,75%	3	0	0	3	21	0,83%	14,29%
Matemática	0	0	3	1	0	38	11	5	90	0	0	6	154	6,41%	15	0	1	16	170	6,73%	9,41%
ICFH	1	0	3	1	0	43	9	15	86	0	2	12	172	7,15%	7	0	0	7	179	7,08%	3,91%
IACS	1	0	15	3	0	32	4	8	41	1	1	4	110	4,58%	2	0	0	2	112	4,43%	1,79%
Geociências	3	0	1	5	0	19	3	3	24	0	0	2	60	2,50%	1	0	1	2	62	2,45%	3,23%
Veterinária	1	0	5	1	0	13	2	6	39	2	1	14	84	3,49%	3	0	0	3	87	3,44%	3,45%
Farmácia	1	0	5	2	0	12	3	6	10	0	0	2	41	1,71%	7	0	0	7	48	1,90%	14,58%
Medicina	26	0	15	26	10	22	41	147	86	1	21	22	417	17,35%	5	0	1	6	423	16,74%	1,42%
Odontologia	2	0	25	2	3	28	3	6	16	0	1	5	91	3,79%	3	0	2	5	96	3,80%	5,21%
Enfermagem	0	0	24	0	0	26	5	0	13	0	0	3	71	2,95%	9	0	0	9	80	3,17%	11,25%
Saúde da Comunidade	0	0	1	6	3	5	8	9	18	0	0	0	50	2,08%	0	0	0	0	50	1,98%	0,00%
Nutrição	0	0	12	2	0	10	0	0	9	0	0	2	35	1,46%	2	0	0	2	37	1,46%	5,41%
Biomédico	3	0	15	3	0	26	5	8	28	1	2	2	93	3,87%	3	0	0	3	96	3,80%	3,13%
Educação	1	0	1	1	0	67	2	1	29	1	2	9	114	4,74%	7	0	0	7	121	4,79%	5,79%
Administração e Ciências Contábeis	8	0	14	1	0	10	9	2	10	0	0	1	55	2,29%	9	0	0	9	64	2,53%	14,06%
Serviço Social	2	0	1	1	0	19	1	0	4	0	0	2	30	1,25%	2	0	0	2	32	1,27%	6,25%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	2	0	12	0	0	5	2	0	6	0	0	1	28	1,16%	2	0	0	2	30	1,19%	6,67%
Economia	0	0	0	2	1	11	10	0	20	1	0	3	48	2,00%	7	0	0	7	55	2,18%	12,73%
Direito	16	0	11	10	2	3	5	5	2	1	2	5	62	2,58%	6	0	0	6	68	2,69%	8,82%
Física	0	0	0	0	0	3	4	4	61	0	0	8	80	3,33%	0	0	0	0	80	3,17%	0,00%
Química	1	0	1	0	0	21	6	4	58	0	0	5	96	3,99%	3	0	0	3	99	3,92%	3,03%
Biologia	0	0	2	0	0	17	3	2	32	0	0	2	58	2,41%	2	0	0	2	60	2,37%	3,33%
Arquitetura e Urbanismo	2	1	2	1	0	6	1	2	15	0	1	3	34	1,41%	4	0	0	4	38	1,50%	10,53%
Computação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia	2	0	1	9	5	37	58	17	60	3	6	25	223	9,28%	4	0	0	4	227	8,98%	1,76%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	9	0	1	10	10	0,40%	100,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	4	0	10	10	0	8	0	0	7	40	1,66%	0	0	0	0	40	1,58%	0,00%
Outras	1	1	0	1	2	10	1	8	24	0	0	3	51	2,12%	0	0	1	1	52	2,06%	1,92%
TOTAL	73	2	175	82	26	525	206	262	850	11	39	153	2404	100,00%	116	0	7	123	2527	100,00%	4,87%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 1997

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	1	0	0	22	0	2	55	0	0	4	84	3,64%	4	0	0	4	88	3,42%	4,55%
Educação Física	0	0	2	0	0	6	0	2	8	0	0	0	18	0,78%	3	0	0	3	21	0,82%	14,29%
Matemática	0	0	3	0	0	36	9	6	87	0	0	5	146	6,33%	24	0	0	24	170	6,60%	14,12%
ICFH	1	0	4	1	0	33	9	13	93	2	2	11	169	7,33%	20	0	0	20	189	7,34%	10,58%
IACS	2	0	13	2	0	33	3	8	41	0	1	5	108	4,69%	7	0	0	7	115	4,47%	6,09%
Geociências	3	0	0	4	0	18	3	3	24	0	0	2	57	2,47%	6	0	0	6	63	2,45%	9,52%
Veterinária	1	0	3	2	0	15	2	5	41	2	1	13	85	3,69%	11	0	0	11	96	3,73%	11,46%
Farmácia	1	0	3	2	0	13	3	4	13	0	0	3	42	1,82%	6	0	0	6	48	1,86%	12,50%
Medicina	20	0	15	28	8	25	40	138	83	1	19	23	400	17,35%	6	0	0	6	406	15,77%	1,48%
Odontologia	2	0	23	2	2	27	3	4	16	0	1	5	85	3,69%	8	0	1	9	94	3,65%	9,57%
Enfermagem	0	0	22	1	0	28	5	0	12	0	0	3	71	3,08%	10	0	0	10	81	3,15%	12,35%
Saúde da Comunidade	1	0	1	6	3	3	7	9	17	0	0	0	47	2,04%	0	0	0	0	47	1,83%	0,00%
Nutrição	0	0	11	2	0	10	0	0	9	0	0	1	33	1,43%	4	0	0	4	37	1,44%	10,81%
Biomédico	4	0	11	4	0	27	3	7	30	1	2	0	89	3,86%	11	0	0	11	100	3,88%	11,00%
Educação	1	0	0	0	0	60	2	1	31	0	1	9	105	4,56%	24	0	0	24	129	5,01%	18,60%
Administração e Ciências Contábeis	8	0	10	1	0	12	7	0	10	0	0	1	49	2,13%	24	0	0	24	73	2,83%	32,88%
Serviço Social	3	0	1	1	0	20	0	0	5	0	0	2	32	1,39%	14	0	0	14	46	1,79%	30,43%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	12	0	0	5	2	0	6	0	0	1	27	1,17%	6	0	0	6	33	1,28%	18,18%
Economia	0	0	0	2	0	11	10	0	18	1	0	4	46	2,00%	8	0	0	8	54	2,10%	14,81%
Direito	15	1	9	8	3	3	4	4	2	1	2	4	56	2,43%	18	0	0	18	74	2,87%	24,32%
Física	0	0	0	0	0	3	4	3	55	0	0	6	71	3,08%	0	0	0	0	71	2,76%	0,00%
Química	1	0	1	0	0	20	6	3	58	0	0	5	94	4,08%	11	0	0	11	105	4,08%	10,48%
Biologia	1	0	1	0	0	12	2	1	32	0	0	3	52	2,26%	9	0	0	9	61	2,37%	14,75%
Arquitetura e Urbanismo	2	1	0	3	0	8	4	2	15	0	1	3	39	1,69%	8	0	0	8	47	1,83%	17,02%
Computação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia	2	0	0	9	5	34	51	15	64	3	7	23	213	9,24%	9	0	0	9	222	8,62%	4,05%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04%	10	0	1	11	12	0,47%	91,67%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	4	0	10	10	0	7	0	0	7	39	1,69%	4	0	0	4	43	1,67%	9,30%
Outras	0	1	1	1	0	10	2	9	20	0	0	3	47	2,04%	1	0	2	3	50	1,94%	6,00%
TOTAL	69	3	149	83	21	504	191	239	852	11	37	146	2305	100,00%	266	0	4	270	2575	100,00%	10,49%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 1998

UNIDADES	EFETIVOS												SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.		
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40				DE	Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	18	0	2	59	0	0	4	83	3,67%	5	0	0	5	88	3,65%	5,68%
Educação Física	0	0	2	0	0	7	0	2	6	0	0	0	17	0,75%	0	0	0	0	17	0,70%	0,00%
Matemática	0	0	3	0	0	33	9	6	90	0	0	5	146	6,46%	5	2	1	8	154	6,38%	5,19%
ICFH	1	0	3	0	0	30	6	13	98	0	2	10	163	7,21%	2	0	1	3	166	6,88%	1,81%
IACS	2	0	13	2	0	30	3	7	41	0	1	5	104	4,60%	2	0	0	2	106	4,39%	1,89%
Geociências	3	0	0	3	0	16	4	3	28	0	0	2	59	2,61%	1	0	0	1	60	2,49%	1,67%
Veterinária	1	0	0	2	0	17	2	5	38	1	0	13	79	3,49%	7	0	0	7	86	3,56%	8,14%
Farmácia	1	0	3	2	0	10	3	5	15	0	0	3	42	1,86%	7	0	0	7	49	2,03%	14,29%
Medicina	19	0	12	28	7	27	41	132	84	1	16	25	392	17,34%	4	0	0	4	396	16,40%	1,01%
Odontologia	2	0	22	2	2	27	3	5	19	0	1	5	88	3,89%	4	0	1	5	93	3,85%	5,38%
Enfermagem	0	0	20	3	0	23	5	0	14	0	0	3	68	3,01%	3	0	0	3	71	2,94%	4,23%
Saúde da Comunidade	1	0	1	4	3	3	8	9	16	0	0	0	45	1,99%	7	0	0	7	52	2,15%	13,46%
Nutrição	0	0	8	2	0	13	0	0	9	0	0	1	33	1,46%	6	0	0	6	39	1,62%	15,38%
Biomédico	5	0	6	6	0	25	2	7	32	1	2	0	86	3,80%	5	0	0	5	91	3,77%	5,49%
Educação	0	0	0	1	0	44	2	1	43	0	1	8	100	4,42%	8	0	0	8	108	4,47%	7,41%
Administração e Ciências Contábeis	8	0	11	1	0	14	8	0	12	0	0	1	55	2,43%	12	0	0	12	67	2,78%	17,91%
Serviço Social	2	0	1	2	0	22	0	0	6	0	0	1	34	1,50%	7	0	0	7	41	1,70%	17,07%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	9	0	0	9	2	0	6	0	0	1	28	1,24%	5	0	0	5	33	1,37%	15,15%
Economia	0	0	0	2	0	12	11	0	15	1	0	0	41	1,81%	5	0	0	5	46	1,91%	10,87%
Direito	18	1	7	9	2	4	4	5	4	1	2	4	61	2,70%	13	0	0	13	74	3,07%	17,57%
Física	0	0	0	0	0	3	3	3	52	0	0	6	67	2,96%	0	0	0	0	67	2,78%	0,00%
Química	1	0	0	0	0	15	7	2	64	0	0	5	94	4,16%	4	1	0	5	99	4,10%	5,05%
Biologia	1	0	1	0	0	11	0	1	32	0	0	3	49	2,17%	7	4	0	11	60	2,49%	18,33%
Arquitetura e Urbanismo	1	1	1	3	0	8	4	1	15	0	1	3	38	1,68%	3	0	0	3	41	1,70%	7,32%
Computação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Engenharia	1	0	0	11	4	28	48	16	71	4	6	21	210	9,29%	5	0	0	5	215	8,91%	2,33%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0,09%	8	0	0	8	10	0,41%	80,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	3	0	9	9	0	9	0	0	7	38	1,68%	4	0	0	4	42	1,74%	9,52%
Outras	0	1	0	0	0	7	2	6	21	0	0	2	39	1,72%	1	1	2	4	43	1,78%	9,30%
TOTAL	68	3	125	86	18	466	186	231	899	9	32	138	2261	100,00%	140	8	5	153	2414	100,00%	6,34%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 1999

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	13	0	2	62	0	0	4	81	3,61%	5	0	0	5	86	3,62%	5,81%
Educação Física	0	0	1	0	0	7	0	2	7	0	0	0	17	0,76%	0	0	0	0	17	0,72%	0,00%
Matemática	0	0	2	0	0	23	6	6	68	0	0	5	110	4,90%	3	7	0	10	120	5,05%	8,33%
ICFH	1	0	2	0	0	26	5	11	102	0	2	11	160	7,13%	5	0	0	5	165	6,94%	3,03%
IACS	3	0	11	2	0	29	3	6	42	0	1	3	100	4,46%	4	0	0	4	104	4,38%	3,85%
Geociências	3	0	0	3	0	14	4	3	30	0	0	2	59	2,63%	3	0	0	3	62	2,61%	4,84%
Veterinária	0	0	0	2	0	15	1	3	43	1	0	14	79	3,52%	1	2	0	3	82	3,45%	3,66%
Farmácia	1	0	1	1	0	11	4	5	18	0	0	3	44	1,96%	7	0	0	7	51	2,15%	13,73%
Medicina	17	0	10	28	7	24	45	127	88	1	15	25	387	17,25%	7	0	0	7	394	16,58%	1,78%
Odontologia	2	0	14	1	1	30	3	5	25	0	1	5	87	3,88%	4	0	0	4	91	3,83%	4,40%
Enfermagem	0	0	10	3	0	27	6	0	20	0	0	3	69	3,08%	5	0	0	5	74	3,11%	6,76%
Saúde da Comunidade	1	0	1	0	2	6	10	11	16	0	0	0	47	2,10%	5	0	0	5	52	2,19%	9,62%
Nutrição	0	0	8	1	0	12	1	0	10	0	0	1	33	1,47%	1	0	0	1	34	1,43%	2,94%
Biomédico	5	0	6	7	0	23	3	8	34	1	1	1	89	3,97%	1	0	0	1	90	3,79%	1,11%
Educação	0	0	0	1	0	34	2	1	50	0	1	8	97	4,32%	7	0	0	7	104	4,38%	6,73%
Administração e Ciências Contábeis	7	0	6	2	0	16	7	0	13	0	0	1	52	2,32%	9	0	0	9	61	2,57%	14,75%
Serviço Social	2	0	1	2	0	22	0	0	7	0	0	0	34	1,52%	2	0	0	2	36	1,51%	5,56%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	6	0	0	13	2	0	6	0	0	1	29	1,29%	5	0	0	5	34	1,43%	14,71%
Economia	0	0	0	2	0	11	10	0	15	2	0	3	43	1,92%	2	7	0	9	52	2,19%	17,31%
Direito	16	0	6	11	1	5	4	4	5	1	2	4	59	2,63%	12	0	0	12	71	2,99%	16,90%
Física	0	0	0	0	0	2	3	2	53	0	0	4	64	2,85%	0	0	0	0	64	2,69%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	14	7	2	60	0	0	5	89	3,97%	4	1	0	5	94	3,95%	5,32%
Biologia	1	0	1	0	0	8	0	1	36	0	0	3	50	2,23%	3	1	0	4	54	2,27%	7,41%
Arquitetura e Urbanismo	1	1	1	3	0	9	3	1	18	0	1	3	41	1,83%	4	0	0	4	45	1,89%	8,89%
Computação	0	0	0	1	0	3	2	0	30	0	0	5	41	1,83%	4	0	1	5	46	1,94%	10,87%
Engenharia	1	0	0	9	5	23	46	15	86	3	4	18	210	9,36%	5	1	0	6	216	9,09%	2,78%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0,09%	0	2	0	2	4	0,17%	50,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	3	0	9	8	0	12	0	0	7	40	1,78%	1	0	0	1	41	1,72%	2,44%
Outras	0	0	0	0	0	5	1	4	20	0	0	0	30	1,34%	0	0	3	3	33	1,39%	9,09%
TOTAL	62	1	89	83	16	435	186	219	976	9	28	139	2243	100,00%	109	21	4	134	2377	100,00%	5,64%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2000

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	10	2	1	63	0	0	3	79	3,58%	5	0	0	5	84	3,46%	5,95%
Educação Física	0	0	1	0	0	5	0	2	9	0	0	0	17	0,77%	0	0	0	0	17	0,70%	0,00%
Matemática	0	0	2	0	0	16	4	6	74	0	0	5	107	4,85%	6	7	0	13	120	4,95%	10,83%
ICFH	1	0	2	0	0	24	5	11	104	0	1	11	159	7,21%	8	0	0	8	167	6,89%	4,79%
IACS	3	0	7	2	0	29	3	5	45	0	1	3	98	4,45%	16	1	0	17	115	4,74%	14,78%
Geociências	2	0	0	3	0	12	3	3	33	0	0	2	58	2,63%	3	0	0	3	61	2,52%	4,92%
Veterinária	0	0	0	1	0	12	1	2	46	1	0	14	77	3,49%	1	4	0	5	82	3,38%	6,10%
Farmácia	1	0	0	1	0	9	4	5	20	0	0	3	43	1,95%	9	0	0	9	52	2,14%	17,31%
Medicina	17	0	5	25	7	24	45	121	96	1	13	25	379	17,20%	10	0	0	10	389	16,04%	2,57%
Odontologia	2	0	8	1	0	31	1	6	31	0	1	4	85	3,86%	15	0	0	15	100	4,12%	15,00%
Enfermagem	0	0	10	2	0	24	6	1	21	0	0	3	67	3,04%	10	0	0	10	77	3,18%	12,99%
Saúde da Comunidade	0	0	0	1	2	6	10	10	16	0	0	0	45	2,04%	5	0	0	0	45	1,86%	0,00%
Nutrição	0	0	3	1	0	17	1	0	10	0	0	1	33	1,50%	6	0	0	6	39	1,61%	15,38%
Biomédico	5	0	6	7	0	22	4	8	34	1	1	1	89	4,04%	3	0	0	3	92	3,79%	3,26%
Educação	0	0	0	1	0	19	1	1	64	0	1	6	93	4,22%	13	0	0	13	106	4,37%	12,26%
Administração e Ciências Contábeis	7	0	3	4	0	17	6	0	14	0	0	1	52	2,36%	19	0	0	19	71	2,93%	26,76%
Serviço Social	2	0	1	2	0	20	0	0	9	0	0	0	34	1,54%	1	0	0	1	35	1,44%	2,86%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	5	0	0	14	2	0	5	0	0	1	28	1,27%	7	0	0	7	35	1,44%	20,00%
Economia	0	0	0	2	0	10	11	0	13	2	0	3	41	1,86%	1	8	0	9	50	2,06%	18,00%
Direito	14	0	3	11	1	9	5	3	5	1	2	4	58	2,63%	18	0	0	18	76	3,13%	23,68%
Física	0	0	0	0	0	2	2	2	53	0	0	4	63	2,86%	0	0	0	0	63	2,60%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	9	7	2	64	0	0	5	88	3,99%	6	5	0	11	99	4,08%	11,11%
Biologia	1	0	1	0	0	8	0	1	36	0	0	3	50	2,27%	2	5	0	7	57	2,35%	12,28%
Arquitetura e Urbanismo	1	1	1	3	0	8	3	0	19	0	0	4	40	1,81%	9	0	0	9	49	2,02%	18,37%
Computação	0	0	0	1	0	1	2	0	31	0	0	5	40	1,81%	5	0	0	5	45	1,86%	11,11%
Engenharia	1	0	0	8	4	17	45	13	96	2	4	18	208	9,44%	5	3	0	8	216	8,91%	3,70%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0,14%	4	2	0	6	9	0,37%	66,67%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	1	0	8	11	0	14	0	0	7	42	1,91%	2	0	0	2	44	1,81%	4,55%
Outras	0	0	0	0	0	5	0	3	20	0	0	0	28	1,27%	0	0	2	2	30	1,24%	6,67%
TOTAL	58	1	60	78	14	390	184	206	1045	8	24	136	2204	100,00%	189	35	2	221	2425	100,00%	9,11%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2001

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	6	2	1	64	0	0	3	76	3,47%	6	0	0	6	82	3,40%	7,32%
Educação Física	0	0	1	0	0	6	1	1	9	0	0	0	18	0,82%	0	0	0	0	18	0,75%	0,00%
Matemática	0	0	2	0	0	15	4	6	74	0	0	5	106	4,84%	9	6	0	15	121	5,02%	12,40%
ICFH	1	0	2	0	0	23	6	11	106	0	1	11	161	7,35%	9	0	0	9	170	7,06%	5,29%
IACS	2	0	5	3	0	27	3	5	48	0	0	3	96	4,39%	14	1	0	15	111	4,61%	13,51%
Geociências	2	0	0	3	0	9	4	2	35	0	0	2	57	2,60%	4	0	0	4	61	2,53%	6,56%
Veterinária	0	0	0	2	0	11	1	2	46	1	0	14	77	3,52%	0	3	0	3	80	3,32%	3,75%
Farmácia	1	0	0	1	0	9	3	5	20	0	0	3	42	1,92%	8	0	0	8	50	2,08%	16,00%
Medicina	15	0	4	23	7	18	45	115	102	1	12	25	367	16,77%	9	0	0	9	376	15,61%	2,39%
Odontologia	1	0	8	2	0	26	1	6	36	0	1	4	85	3,88%	15	0	0	15	100	4,15%	15,00%
Enfermagem	0	0	8	2	0	23	6	1	23	0	0	2	65	2,97%	10	0	0	10	75	3,11%	13,33%
Saúde da Comunidade	0	0	2	0	2	6	10	10	15	0	0	0	45	2,06%	4	0	0	0	45	1,87%	0,00%
Nutrição	0	0	3	0	0	15	1	0	13	0	0	1	33	1,51%	3	0	0	3	36	1,49%	8,33%
Biomédico	4	0	4	8	0	23	5	8	33	1	1	1	88	4,02%	3	1	0	4	92	3,82%	4,35%
Educação	0	0	0	1	0	16	1	1	67	0	1	6	93	4,25%	13	0	0	13	106	4,40%	12,26%
Administração e Ciências Contábeis	6	0	3	7	0	16	6	0	17	0	0	1	56	2,56%	16	0	0	16	72	2,99%	22,22%
Serviço Social	1	0	2	2	0	19	0	0	10	0	0	0	34	1,55%	4	0	0	4	38	1,58%	10,53%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	3	0	2	14	3	1	7	0	0	1	32	1,46%	7	0	0	7	39	1,62%	17,95%
Economia	0	0	0	1	0	7	10	0	19	1	0	4	42	1,92%	1	11	0	12	54	2,24%	22,22%
Direito	13	0	3	11	1	9	5	3	5	1	2	4	57	2,60%	18	0	0	18	75	3,11%	24,00%
Física	0	0	0	0	0	2	1	4	55	0	0	4	66	3,02%	0	0	0	0	66	2,74%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	6	7	2	67	0	0	0	83	3,79%	2	6	0	8	91	3,78%	8,79%
Biologia	0	0	0	1	0	6	0	1	39	0	0	3	50	2,28%	4	5	0	9	59	2,45%	15,25%
Arquitetura e Urbanismo	1	1	1	3	0	6	2	0	22	0	0	4	40	1,83%	8	0	0	8	48	1,99%	16,67%
Computação	0	0	0	2	0	1	2	0	32	0	0	5	42	1,92%	4	0	0	4	46	1,91%	8,70%
Engenharia	1	0	0	8	4	11	45	13	104	2	3	18	209	9,55%	7	4	0	11	220	9,13%	5,00%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	0	7	0	0	1	0	0	0	9	0,41%	4	2	0	6	15	0,62%	40,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	2	0	6	2	0	14	0	0	7	32	1,46%	3	0	0	3	35	1,45%	8,57%
Outras	0	0	0	1	0	4	1	4	18	0	0	0	28	1,28%	0	0	0	0	28	1,16%	0,00%
TOTAL	49	1	53	84	16	347	177	202	1101	7	21	131	2189	100,00%	185	39	0	220	2409	100,00%	9,13%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2002

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	5	4	0	61	0	0	1	71	3,23%	13	2	0	15	86	3,53%	17,44%
Educação Física	0	0	1	0	0	5	1	1	9	0	0	0	17	0,77%	0	0	0	0	17	0,70%	0,00%
Matemática	0	0	2	0	0	14	4	6	73	0	0	5	104	4,74%	16	5	0	21	125	5,13%	16,80%
ICFH	1	0	1	0	0	16	6	10	117	0	1	9	161	7,33%	6	0	1	7	168	6,89%	4,17%
IACS	2	0	2	2	0	27	3	4	56	0	0	2	98	4,46%	14	1	0	15	113	4,63%	13,27%
Geociências	2	0	0	3	0	9	4	1	31	0	0	2	52	2,37%	5	0	0	5	57	2,34%	8,77%
Veterinária	0	0	0	2	0	10	0	1	46	1	0	14	74	3,37%	1	3	0	4	78	3,20%	5,13%
Farmácia	1	0	0	1	0	6	4	5	23	0	1	2	43	1,96%	8	0	0	8	51	2,09%	15,69%
Medicina	13	0	3	23	7	17	44	110	104	0	10	22	353	16,08%	11	0	0	11	364	14,92%	3,02%
Odontologia	0	0	4	2	0	25	1	5	41	0	0	4	82	3,74%	12	0	0	12	94	3,85%	12,77%
Enfermagem	0	0	6	2	0	23	6	1	23	0	0	2	63	2,87%	12	0	0	12	75	3,08%	16,00%
Saúde da Comunidade	0	0	2	0	2	7	10	10	18	0	0	0	49	2,23%	2	0	0	2	51	2,09%	3,92%
Nutrição	0	0	3	1	0	11	1	0	16	0	0	1	33	1,50%	5	0	0	5	38	1,56%	13,16%
Biomédico	4	0	3	6	0	22	4	6	38	1	1	1	86	3,92%	3	1	0	4	90	3,69%	4,44%
Educação	0	0	0	1	0	13	1	1	72	0	1	6	95	4,33%	11	0	0	11	106	4,35%	10,38%
Administração e Ciências Contábeis	6	0	0	8	0	16	6	0	21	0	0	1	58	2,64%	15	0	0	15	73	2,99%	20,55%
Serviço Social	1	0	1	2	0	18	0	0	11	0	0	0	33	1,50%	1	4	0	5	38	1,56%	13,16%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	3	0	2	13	2	1	8	0	0	1	31	1,41%	8	0	0	8	39	1,60%	20,51%
Economia	0	0	0	0	0	6	8	0	25	1	0	4	44	2,00%	1	11	0	12	56	2,30%	21,43%
Direito	12	0	3	14	1	9	6	3	6	1	2	4	61	2,78%	19	0	0	19	80	3,28%	23,75%
Física	0	0	0	0	0	2	1	2	54	0	0	4	63	2,87%	0	0	0	0	63	2,58%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	3	7	2	68	0	0	4	85	3,87%	8	8	0	16	101	4,14%	15,84%
Biologia	0	0	0	1	0	5	0	1	46	0	0	3	56	2,55%	3	2	0	5	61	2,50%	8,20%
Arquitetura e Urbanismo	0	1	2	3	0	6	1	0	23	0	0	4	40	1,82%	5	0	0	5	45	1,85%	11,11%
Computação	0	0	0	2	0	1	2	0	34	0	0	5	44	2,00%	5	0	0	5	49	2,01%	10,20%
Engenharia	1	0	0	8	2	12	37	12	120	1	2	16	211	9,61%	8	0	0	8	219	8,98%	3,65%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	2	5	0	0	1	0	0	0	9	0,41%	7	2	0	9	18	0,74%	50,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	2	0	4	12	0	15	0	0	6	40	1,82%	5	0	0	5	45	1,85%	11,11%
Outras	0	0	0	1	0	2	2	5	25	0	0	4	39	1,78%	0	0	0	0	39	1,60%	0,00%
TOTAL	44	1	38	85	16	312	177	187	1185	5	18	127	2195	100,00%	204	39	1	244	2439	100,00%	10,00%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2003

UNIDADES	EFETIVOS												SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.		
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40				DE	Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	4	3	0	62	0	0	1	70	3,32%	14	4	0	18	88	3,73%	20,45%
Educação Física	0	0	0	0	0	6	0	1	10	0	0	0	17	0,81%	0	0	0	0	17	0,72%	0,00%
Matemática	0	0	1	0	0	14	3	4	76	0	0	5	103	4,88%	15	5	0	20	123	5,21%	16,26%
ICFH	1	0	1	0	0	10	7	10	112	0	1	9	151	7,15%	7	3	2	12	163	6,91%	7,36%
IACS	1	0	3	3	0	27	3	3	54	0	0	1	95	4,50%	10	0	0	10	105	4,45%	9,52%
Geociências	2	0	0	3	0	7	4	1	33	0	0	2	52	2,46%	3	0	0	3	55	2,33%	5,45%
Veterinária	0	0	0	2	0	9	1	1	39	1	0	11	64	3,03%	4	3	0	7	71	3,01%	9,86%
Farmácia	0	0	0	1	0	4	3	4	25	0	1	2	40	1,89%	9	0	0	9	49	2,08%	18,37%
Medicina	11	0	3	24	7	15	42	99	93	0	8	21	323	15,30%	12	0	0	12	335	14,20%	3,58%
Odontologia	0	0	3	1	0	26	1	4	40	0	0	4	79	3,74%	10	0	0	10	89	3,77%	11,24%
Enfermagem	0	1	2	2	0	24	6	0	23	0	0	5	63	2,98%	9	0	0	9	72	3,05%	12,50%
Saúde da Comunidade	0	0	2	0	2	9	10	9	19	0	0	0	51	2,42%	1	0	0	1	52	2,20%	1,92%
Nutrição	0	0	1	1	0	11	1	0	17	0	0	1	32	1,52%	5	0	0	5	37	1,57%	13,51%
Biomédico	4	0	2	4	0	19	5	7	37	1	1	0	80	3,79%	4	1	0	5	85	3,60%	5,88%
Educação	0	0	0	1	0	10	1	1	72	0	1	2	88	4,17%	13	0	0	13	101	4,28%	12,87%
Administração e Ciências Contábeis	6	0	0	7	0	17	6	0	24	0	0	1	61	2,89%	14	0	0	14	75	3,18%	18,67%
Serviço Social	1	0	1	2	0	17	0	0	10	0	0	0	31	1,47%	5	3	0	8	39	1,65%	20,51%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	3	0	1	13	2	2	6	0	0	1	29	1,37%	10	0	0	10	39	1,65%	25,64%
Economia	0	0	0	0	0	6	7	0	24	1	0	4	42	1,99%	1	12	0	13	55	2,33%	23,64%
Direito	10	0	3	14	1	6	6	1	9	1	3	3	57	2,70%	14	0	0	14	71	3,01%	19,72%
Física	0	0	0	0	0	2	1	2	54	0	0	4	63	2,98%	0	0	0	0	63	2,67%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	3	6	0	70	0	0	6	86	4,07%	8	6	0	14	100	4,24%	14,00%
Biologia	0	0	0	1	0	3	0	1	47	0	0	3	55	2,61%	3	2	0	5	60	2,54%	8,33%
Arquitetura e Urbanismo	0	1	1	3	0	5	1	0	26	0	0	3	40	1,89%	4	0	0	4	44	1,87%	9,09%
Computação	0	0	0	2	0	1	1	0	32	0	0	6	42	1,99%	6	0	0	6	48	2,03%	12,50%
Engenharia	1	0	0	7	1	11	32	11	115	1	1	15	195	9,24%	9	1	0	10	205	8,69%	4,88%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	1	0	2	6	0	0	1	0	0	0	10	0,47%	9	0	0	9	19	0,81%	47,37%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	2	0	5	11	0	21	0	0	7	47	2,23%	4	3	0	7	54	2,29%	12,96%
Outras	1	0	0	1	0	2	2	7	29	0	0	3	45	2,13%	0	0	0	0	45	1,91%	0,00%
TOTAL	39	2	28	82	14	292	165	168	1180	5	16	120	2111	100,00%	203	43	2	248	2359	100,00%	10,51%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2004

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	3	3	0	63	0	0	1	70	3,34%	13	3	0	16	86	3,65%	18,60%
Educação Física	0	0	0	0	0	6	0	1	10	0	0	0	17	0,81%	0	0	0	0	17	0,72%	0,00%
Matemática	0	0	1	0	0	11	3	3	82	0	0	5	105	5,01%	12	2	0	14	119	5,04%	11,76%
ICFH	1	0	1	0	0	10	7	9	109	0	1	9	147	7,01%	7	2	0	9	156	6,61%	5,77%
IACS	1	0	2	3	0	25	3	3	54	0	0	2	93	4,43%	16	1	0	17	110	4,66%	15,45%
Geociências	1	0	1	2	0	6	4	1	33	0	0	2	50	2,38%	4	0	0	4	54	2,29%	7,41%
Veterinária	0	0	0	2	0	6	2	0	46	1	0	11	68	3,24%	5	3	0	8	76	3,22%	10,53%
Farmácia	0	0	0	1	0	4	3	4	30	0	1	1	44	2,10%	9	0	0	9	53	2,25%	16,98%
Medicina	11	0	2	24	7	15	41	90	96	0	8	19	313	14,93%	10	0	0	10	323	13,69%	3,10%
Odontologia	0	0	3	0	0	26	1	4	40	0	0	4	78	3,72%	12	0	0	12	90	3,82%	13,33%
Enfermagem	0	1	0	2	0	26	6	0	23	0	0	5	63	3,00%	10	0	0	10	73	3,09%	13,70%
Saúde da Comunidade	0	0	2	0	2	8	10	8	23	0	0	0	53	2,53%	0	0	0	0	53	2,25%	0,00%
Nutrição	0	0	1	0	0	11	2	0	17	0	0	1	32	1,53%	1	1	0	2	34	1,44%	5,88%
Biomédico	4	0	2	4	0	14	4	6	46	0	1	1	82	3,91%	3	1	0	4	86	3,65%	4,65%
Educação	0	0	0	1	0	10	1	1	70	0	1	2	86	4,10%	14	0	0	14	100	4,24%	14,00%
Administração e Ciências Contábeis	6	0	0	7	0	14	6	0	26	0	0	1	60	2,86%	20	2	0	22	82	3,48%	26,83%
Serviço Social	1	0	1	2	0	14	0	0	13	0	0	0	31	1,48%	8	2	0	10	41	1,74%	24,39%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	2	0	0	11	1	4	8	0	0	1	28	1,34%	11	0	0	11	39	1,65%	28,21%
Economia	0	0	0	0	0	6	6	0	26	1	0	3	42	2,00%	1	10	0	11	53	2,25%	20,75%
Direito	7	0	4	16	1	6	5	1	8	1	3	5	57	2,72%	16	0	0	16	73	3,09%	21,92%
Física	0	0	0	0	0	2	1	2	55	0	0	4	64	3,05%	0	0	0	0	64	2,71%	0,00%
Química	0	0	0	1	0	2	5	0	76	0	0	6	90	4,29%	9	3	0	12	102	4,32%	11,76%
Biologia	0	0	0	1	0	2	0	1	54	0	0	3	61	2,91%	5	2	0	7	68	2,88%	10,29%
Arquitetura e Urbanismo	0	1	1	3	0	5	1	0	28	0	0	3	42	2,00%	5	0	0	5	47	1,99%	10,64%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	30	0	0	7	40	1,91%	6	0	0	6	46	1,95%	13,04%
Engenharia	1	0	0	6	1	10	29	8	112	1	1	15	184	8,77%	16	2	0	18	202	8,56%	8,91%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	0	0	2	7	0	0	1	0	0	0	10	0,48%	10	0	0	10	20	0,85%	50,00%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	2	0	4	11	0	21	0	0	7	46	2,19%	3	2	0	5	51	2,16%	9,80%
Outras	1	0	0	1	0	2	2	6	26	0	0	3	41	1,96%	0	0	0	0	41	1,74%	0,00%
TOTAL	35	2	24	80	13	266	158	152	1226	4	16	121	2097	100,00%	226	36	0	262	2359	100,00%	11,11%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2005

UNIDADES	EFETIVOS													SUBST.				Total Unidade	% Total	% Substit.	
	AUX.			ASS.			ADJ.			TIT.			Total Efetivos	% Efetivos	20	40	DE				Total Subst.
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE									
Letras	0	0	0	0	0	3	3	0	60	0	0	1	67	3,23%	11	4	0	15	82	3,57%	18,29%
Educação Física	0	0	0	0	0	6	0	1	6	0	0	0	13	0,63%	0	0	0	0	13	0,57%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	11	3	3	83	0	0	5	105	5,06%	9	1	0	10	115	5,00%	8,70%
ICFH	1	0	1	0	0	8	6	9	105	0	1	8	139	6,70%	8	3	0	11	150	6,53%	7,33%
IACS	1	0	1	2	0	20	4	3	56	0	0	2	89	4,29%	12	0	0	12	101	4,40%	11,88%
Geociências	1	0	1	2	0	5	4	1	34	0	0	2	50	2,41%	7	0	0	7	57	2,48%	12,28%
Veterinária	0	0	0	2	0	5	1	1	45	1	0	10	65	3,13%	4	1	0	5	70	3,05%	7,14%
Farmácia	0	0	0	1	0	4	3	2	31	0	1	1	43	2,07%	4	0	0	4	47	2,05%	8,51%
Medicina	11	0	2	23	6	13	39	87	97	1	7	18	304	14,64%	9	1	0	10	314	13,66%	3,18%
Odontologia	0	0	1	0	0	24	1	4	41	0	0	4	75	3,61%	10	0	0	10	85	3,70%	11,76%
Enfermagem	0	1	0	2	0	23	5	0	22	0	0	7	60	2,89%	6	0	0	6	66	2,87%	9,09%
Saúde da Comunidade	0	0	2	0	1	6	9	6	28	0	0	0	52	2,50%	0	0	0	0	52	2,26%	0,00%
Nutrição	0	0	0	0	0	11	2	0	15	0	0	1	29	1,40%	3	1	0	4	33	1,44%	12,12%
Biomédico	4	0	2	5	0	11	2	5	47	0	1	4	81	3,90%	2	1	0	3	84	3,66%	3,57%
Educação	0	0	0	1	0	9	1	1	71	0	1	2	86	4,14%	13	0	0	13	99	4,31%	13,13%
Administração e Ciências Contábeis	5	0	0	5	0	14	6	0	24	0	0	0	54	2,60%	25	0	0	25	79	3,44%	31,65%
Serviço Social	1	0	1	2	0	9	0	0	18	0	0	0	31	1,49%	5	1	0	6	37	1,61%	16,22%
Ciências da Sociedade e Dês. Regional	1	0	1	0	0	9	1	3	10	0	0	1	26	1,25%	10	0	0	10	36	1,57%	27,78%
Economia	0	0	0	0	0	6	6	0	27	1	0	4	44	2,12%	3	6	0	9	53	2,31%	16,98%
Direito	7	0	3	15	1	6	3	2	8	0	3	5	53	2,55%	11	0	0	11	64	2,79%	17,19%
Física	0	0	0	0	0	2	1	1	53	0	0	5	62	2,99%	0	0	0	0	62	2,70%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	2	5	0	75	0	0	7	89	4,29%	9	1	0	10	99	4,31%	10,10%
Biologia	0	0	0	1	0	2	0	1	55	0	0	3	62	2,99%	4	2	0	6	68	2,96%	8,82%
Arquitetura e Urbanismo	0	1	1	3	0	4	1	0	27	0	0	3	40	1,93%	3	0	0	3	43	1,87%	6,98%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	31	0	0	7	41	1,97%	4	1	0	5	46	2,00%	10,87%
Engenharia	0	0	0	5	1	10	26	9	111	1	1	14	178	8,57%	10	2	0	12	190	8,27%	6,32%
Educação Matemática S. A. de Pádua	0	0	0	0	2	6	0	0	2	0	0	0	10	0,48%	7	1	0	8	18	0,78%	44,44%
Engenharia Metalúrgica de V. Redonda	0	0	1	1	0	2	12	0	24	0	0	6	46	2,22%	4	3	0	7	53	2,31%	13,21%
Outras	0	1	0	2	1	10	2	7	54	0	0	5	82	3,95%	0	0	0	0	82	3,57%	0,00%
TOTAL	32	3	17	74	12	241	147	146	1260	4	15	125	2076	100,00%	193	29	0	222	2298	100,00%	9,66%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2006

UNIDADES	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Total	% Substit.		
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivo	% Efetivo	Total Subst.						
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40				DE	
Letras	0	0	0	0	0	3	1	0	32	2	0	33	0	0	1	72	3,22%	16	2	0	18	90	3,66%	20,00%
Educação Física	0	0	0	1	0	4	0	1	10	0	0	1	0	0	0	17	0,76%	0	0	0	0	17	0,69%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	12	3	2	57	0	1	33	0	0	6	114	5,11%	9	0	0	9	123	5,00%	7,32%
ICFH	0	0	1	0	0	6	4	4	66	2	3	49	0	1	11	147	6,58%	6	4	0	10	157	6,39%	6,37%
IACS	1	0	1	2	0	22	3	3	54	0	0	11	0	0	2	99	4,43%	14	0	0	14	113	4,60%	12,39%
Geociências	1	0	1	2	0	2	3	1	27	1	0	17	0	0	2	57	2,55%	4	0	0	4	61	2,48%	6,56%
Veterinária	0	0	0	1	0	3	2	0	38	0	1	16	1	0	12	74	3,31%	3	0	0	3	77	3,13%	3,90%
Farmácia	0	0	0	1	0	3	3	3	26	0	0	5	0	1	0	42	1,88%	7	0	0	7	49	1,99%	14,29%
Medicina	9	0	2	21	6	13	39	82	96	1	2	12	1	7	19	310	13,88%	7	2	0	9	319	12,98%	2,82%
Odontologia	0	0	1	0	0	17	1	3	45	0	1	5	0	0	4	77	3,45%	9	0	0	9	86	3,50%	10,47%
Enfermagem	0	1	0	2	0	24	5	0	23	0	0	1	0	0	9	65	2,91%	4	0	0	4	69	2,81%	5,80%
Saúde da Comunidade	0	0	0	0	2	9	10	6	36	0	0	0	0	0	0	63	2,82%	0	0	0	0	63	2,56%	0,00%
Nutrição	0	0	0	0	0	13	2	0	15	0	0	1	0	0	1	32	1,43%	5	0	0	5	37	1,51%	13,51%
Biomédico	4	0	2	4	2	10	2	6	42	0	1	11	0	1	5	90	4,03%	3	0	0	3	93	3,78%	3,23%
Educação	0	0	1	1	0	9	1	1	73	0	0	0	1	0	2	89	3,99%	16	0	0	16	105	4,27%	15,24%
Administração e C. Contábeis	4	0	0	7	0	17	6	0	32	0	0	0	0	0	0	66	2,96%	24	0	0	24	90	3,66%	26,67%
Serviço Social	1	0	1	1	0	6	1	0	23	0	0	0	0	0	0	33	1,48%	10	0	0	10	43	1,75%	23,26%
Campos dos Goytacazes	1	0	0	0	0	11	1	3	12	0	0	0	0	0	1	29	1,30%	8	0	0	8	37	1,51%	21,62%
Economia	0	0	0	0	0	6	5	0	25	0	0	5	1	0	5	47	2,10%	3	6	0	9	56	2,28%	16,07%
Direito	6	0	2	16	2	10	3	1	10	0	0	0	0	3	6	59	2,64%	15	0	0	15	74	3,01%	20,27%
Física	0	0	0	0	0	2	1	1	35	0	0	24	0	0	5	68	3,05%	0	0	0	0	68	2,77%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	2	3	0	40	1	0	34	0	0	7	87	3,90%	11	0	0	11	98	3,99%	11,22%
Biologia	0	0	0	1	0	1	0	0	39	0	1	21	0	0	2	65	2,91%	6	3	0	9	74	3,01%	12,16%
Arquitetura e Urbanismo	0	1	1	2	0	4	2	0	18	0	0	9	0	0	3	40	1,79%	3	0	0	3	43	1,75%	6,98%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	26	0	0	9	0	0	7	45	2,02%	4	1	0	5	50	2,03%	10,00%
Engenharia	0	0	0	4	1	9	25	7	96	3	1	30	1	1	15	193	8,64%	10	0	0	10	203	8,26%	4,93%
S. A. de Pádua	0	0	0	0	1	8	0	0	4	0	0	0	0	0	0	13	0,58%	6	1	0	7	20	0,81%	35,00%
Volta Redonda	0	0	1	1	0	18	10	0	56	1	0	4	0	0	6	97	4,34%	2	1	0	3	100	4,07%	3,00%
Rio das Ostras	0	0	0	0	0	11	0	0	9	0	0	0	0	0	0	20	0,90%	0	0	0	0	20	0,81%	0,00%
Nova Friburgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Angra dos Reis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Outras	0	1	0	1	0	2	2	4	8	0	0	3	0	0	2	23	1,03%	0	0	0	0	23	0,94%	0,00%
TOTAL	27	3	14	70	14	257	139	128	1073	11	11	334	5	14	133	2233	100,00%	205	20	0	225	2458	100,00%	9,15%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2007																								
UNIDADES	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Total	% Substit.		
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivo	% Efetivo	Total Subst.						
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40				DE	
Letras	0	0	0	0	0	2	1	0	28	2	0	35	0	0	1	69	3,12%	21	1	0	22	91	3,66%	24,18%
Educação Física	0	0	0	1	0	4	0	1	8	0	0	2	0	0	0	16	0,72%	0	0	0	0	16	0,64%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	12	3	2	62	0	1	32	0	0	6	118	5,34%	16	0	0	16	134	5,38%	11,94%
ICFH	0	0	1	0	0	6	4	2	62	2	4	52	0	1	11	145	6,56%	10	4	0	14	159	6,39%	8,81%
IACS	1	0	1	2	0	20	3	3	46	0	0	14	0	0	2	92	4,16%	17	0	0	17	109	4,38%	15,60%
Geociências	1	0	1	1	0	1	3	1	26	1	0	18	0	0	2	55	2,49%	4	1	0	5	60	2,41%	8,33%
Veterinária	0	0	0	0	1	2	2	0	34	0	1	20	1	0	11	72	3,26%	6	0	0	6	78	3,13%	7,69%
Farmácia	0	0	0	1	0	2	3	3	24	0	0	7	0	1	0	41	1,86%	7	0	0	7	48	1,93%	14,58%
Medicina	8	0	2	21	6	9	37	67	90	3	12	23	1	7	16	302	13,67%	8	1	0	9	311	12,49%	2,89%
Odontologia	0	0	1	0	0	14	1	3	45	0	1	5	0	0	4	74	3,35%	13	0	0	13	87	3,50%	14,94%
Enfermagem	0	1	0	2	0	26	5	2	20	0	0	1	0	0	10	67	3,03%	15	0	0	15	82	3,29%	18,29%
Saúde da Comunidade	0	0	0	0	1	5	9	7	31	0	0	9	0	0	0	62	2,81%	4	0	0	4	66	2,65%	6,06%
Nutrição	0	0	0	0	0	13	2	0	15	0	0	1	0	0	1	32	1,45%	3	0	0	3	35	1,41%	8,57%
Biomédico	4	0	2	3	3	10	2	6	42	0	1	10	0	1	4	88	3,98%	7	0	0	7	95	3,82%	7,37%
Educação	0	0	0	1	0	7	0	1	60	0	0	16	1	0	1	87	3,94%	18	0	0	18	105	4,22%	17,14%
Administração e C. Contábeis	4	0	0	4	0	12	4	2	37	0	0	1	0	0	0	64	2,90%	23	0	0	23	87	3,50%	26,44%
Serviço Social	1	0	1	1	0	5	1	0	24	0	0	1	0	0	0	34	1,54%	8	0	0	8	42	1,69%	19,05%
Campos dos Goytacazes	0	0	1	0	0	8	1	3	14	0	0	1	0	0	1	29	1,31%	9	0	0	9	38	1,53%	23,68%
Economia	0	0	0	0	0	6	5	0	26	0	0	5	1	0	4	47	2,13%	11	0	0	11	58	2,33%	18,97%
Direito	6	0	2	13	2	9	5	3	11	0	0	0	0	3	6	60	2,72%	15	0	0	15	75	3,01%	20,00%
Física	0	0	0	0	0	2	0	1	29	0	0	32	0	0	5	69	3,12%	0	0	0	0	69	2,77%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	2	3	0	36	1	0	39	0	0	7	88	3,98%	14	0	0	14	102	4,10%	13,73%
Biologia	0	0	0	1	0	1	0	0	35	0	1	25	0	0	2	65	2,94%	8	2	0	10	75	3,01%	13,33%
Arquitetura e Urbanismo	0	0	1	2	1	3	1	0	19	0	0	8	0	0	2	37	1,67%	9	0	0	9	46	1,85%	19,57%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	25	0	0	10	0	0	7	45	2,04%	6	0	0	6	51	2,05%	11,76%
Engenharia	0	0	0	3	1	6	21	8	84	3	1	35	1	1	14	178	8,06%	14	0	0	14	192	7,71%	7,29%
S. A. de Pádua	0	0	0	0	1	9	0	0	4	0	0	0	0	0	0	14	0,63%	2	1	0	3	17	0,68%	17,65%
Volta Redonda	0	0	0	0	0	22	12	0	57	1	0	4	0	0	6	102	4,62%	1	0	0	1	103	4,14%	0,97%
Rio das Ostras	0	0	0	0	0	11	0	0	13	0	0	1	0	0	0	25	1,13%	1	0	0	1	26	1,04%	3,85%
Nova Friburgo	0	0	0	0	0	3	0	0	9	0	0	0	0	0	0	12	0,54%	0	0	0	0	12	0,48%	0,00%
Angra dos Reis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Outras	0	1	0	1	1	1	1	4	5	1	0	3	0	0	2	20	0,91%	0	0	0	0	20	0,80%	0,00%
TOTAL	25	2	13	59	17	233	130	119	1021	14	22	410	5	14	125	2209	100,00%	270	10	0	280	2489	100,00%	11,25%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2008																								
UNIDADES	EFETIVOS														SUBST.				Total Depto.	% Total	% Substit.			
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivo	% Efetivo	Total Subst.						
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20				40	DE	
Letras	0	0	0	0	0	1	0	0	27	2	0	37	0	0	1	68	3,09%	21	4	0	25	93	3,70%	26,88%
Educação Física	0	0	0	1	0	3	0	0	9	0	0	2	0	0	0	15	0,68%	0	0	0	0	15	0,60%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	12	3	2	49	0	1	48	0	0	6	121	5,49%	16	0	0	16	137	5,45%	11,68%
ICFH	0	0	1	0	0	5	4	1	62	2	3	56	0	1	12	147	6,67%	13	5	0	18	165	6,56%	10,91%
IACS	1	0	1	2	0	19	3	3	47	0	0	16	0	0	2	94	4,26%	18	1	0	19	113	4,49%	16,81%
Geociências	1	0	1	1	0	1	2	1	24	2	0	21	0	0	2	56	2,54%	5	1	0	6	62	2,47%	9,68%
Veterinária	0	0	0	0	1	2	2	0	31	0	1	22	1	0	11	71	3,22%	9	1	0	10	81	3,22%	12,35%
Farmácia	0	0	0	1	0	2	4	2	21	0	0	8	0	1	0	39	1,77%	9	0	0	9	48	1,91%	18,75%
Medicina	8	0	2	19	4	5	34	64	85	4	13	27	1	6	12	284	12,89%	8	0	0	8	292	11,61%	2,74%
Odontologia	0	0	0	0	0	13	1	4	41	0	1	9	0	0	0	69	3,13%	16	9	0	25	94	3,74%	26,60%
Enfermagem	0	1	0	2	0	24	4	2	23	0	0	1	0	0	10	67	3,04%	20	0	0	20	87	3,46%	22,99%
Saúde da Comunidade	0	0	0	0	1	5	9	7	31	1	0	9	0	0	0	63	2,86%	4	0	0	0	63	2,50%	0,00%
Nutrição	0	0	0	0	0	11	2	0	17	0	0	1	0	0	1	32	1,45%	3	2	0	5	37	1,47%	13,51%
Biomédico	4	0	2	3	5	7	2	5	44	0	1	12	0	1	4	90	4,08%	5	0	0	5	95	3,78%	5,26%
Educação	0	0	0	1	0	6	0	1	50	0	0	26	1	0	1	86	3,90%	16	0	0	16	102	4,06%	15,69%
Administração e C. Contábeis	3	0	0	4	0	14	6	2	36	0	0	3	0	0	0	68	3,09%	18	0	0	18	86	3,42%	20,93%
Serviço Social	1	0	1	1	0	4	1	0	24	0	0	2	0	0	0	34	1,54%	9	0	0	9	43	1,71%	20,93%
Campos dos Goytacazes	0	0	0	0	0	3	1	3	19	0	0	1	0	0	1	28	1,27%	6	0	0	6	34	1,35%	17,65%
Economia	0	0	0	0	0	5	5	0	27	0	0	5	1	0	4	47	2,13%	8	0	0	8	55	2,19%	14,55%
Direito	5	0	2	10	2	7	8	2	14	1	0	0	0	3	4	58	2,63%	14	0	0	14	72	2,86%	19,44%
Física	0	0	0	0	0	2	0	1	27	0	0	31	0	0	5	66	2,99%	0	0	0	0	66	2,62%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	1	3	0	32	1	0	44	0	0	0	81	3,68%	18	0	0	18	99	3,94%	18,18%
Biologia	0	0	0	1	0	1	0	0	34	0	1	25	0	0	2	64	2,90%	6	2	0	8	72	2,86%	11,11%
Arquitetura e Urbanismo	0	0	1	1	1	2	2	0	19	0	0	9	0	0	2	37	1,68%	9	0	0	9	46	1,83%	19,57%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	21	0	0	15	0	0	7	46	2,09%	6	0	0	6	52	2,07%	11,54%
Engenharia	0	0	0	3	1	7	19	8	77	3	1	39	1	0	13	172	7,80%	12	6	0	18	190	7,55%	9,47%
S. A. de Pádua	0	0	0	0	1	7	0	0	5	0	0	0	0	0	0	13	0,59%	2	1	0	3	16	0,64%	18,75%
Volta Redonda	0	0	0	0	0	28	12	0	67	1	0	8	0	0	5	121	5,49%	2	0	0	2	123	4,89%	1,63%
Rio das Ostras	0	0	0	0	0	13	0	0	15	0	0	1	0	0	1	30	1,36%	1	0	0	1	31	1,23%	3,23%
Nova Friburgo	0	0	0	0	0	3	0	0	15	0	0	0	0	0	0	18	0,82%	2	7	0	9	27	1,07%	33,33%
Angra dos Reis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Outras	0	1	0	1	1	1	1	4	5	0	0	3	0	0	2	19	0,86%	0	0	0	0	19	0,76%	0,00%
TOTAL	23	2	11	53	17	214	129	112	998	17	22	481	5	12	108	2204	100,00%	276	39	0	311	2515	100,00%	12,37%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2009																								
UNIDADES	EFETIVOS															SUBST.			Total Depto.	% Total	% Substit.			
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivo	% Efetivo	Total Subst.						
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20				40	DE	
Letras	0	0	0	1	0	2	7	0	36	2	0	38	0	0	1	87	3,41%	9	2	0	11	98	3,53%	11,22%
Educação Física	0	0	0	1	0	3	0	0	10	0	0	3	0	0	0	17	0,67%	2	0	0	0	17	0,61%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	11	3	2	63	0	1	48	0	0	6	134	5,25%	16	0	0	16	150	5,40%	10,67%
ICFH	0	0	1	0	0	5	2	1	79	3	2	66	0	1	12	172	6,73%	3	2	0	5	177	6,37%	2,82%
IACS	1	0	1	5	0	21	6	2	56	0	0	19	0	0	1	112	4,39%	13	1	0	14	126	4,54%	11,11%
Geociências	1	0	1	3	0	1	1	0	26	3	0	22	0	0	2	60	2,35%	3	0	0	3	63	2,27%	4,76%
Veterinária	0	0	0	1	1	1	5	0	40	0	0	24	1	0	10	83	3,25%	5	0	0	5	88	3,17%	5,68%
Farmácia	0	1	0	1	0	3	4	2	25	0	0	8	0	1	0	45	1,76%	6	0	0	6	51	1,84%	11,76%
Medicina	8	0	2	20	3	8	37	58	90	6	10	34	1	6	9	292	11,43%	5	0	0	5	297	10,69%	1,68%
Odontologia	0	0	0	1	0	10	1	4	49	0	1	10	0	0	1	77	3,01%	13	8	0	21	98	3,53%	21,43%
Enfermagem	0	1	0	2	0	18	4	2	25	0	0	4	0	0	10	66	2,58%	19	0	0	19	85	3,06%	22,35%
Saúde da Comunidade	0	0	0	2	1	4	10	7	36	2	0	8	0	0	0	70	2,74%	3	0	0	0	70	2,52%	0,00%
Nutrição	0	0	0	0	0	10	4	0	21	0	0	1	0	0	1	37	1,45%	3	1	0	4	41	1,48%	9,76%
Biomédico	4	0	2	3	3	7	0	6	49	1	0	13	0	1	4	93	3,64%	3	0	0	3	96	3,46%	3,13%
Educação	0	0	0	1	0	6	4	1	61	0	0	26	1	0	1	101	3,95%	9	0	0	9	110	3,96%	8,18%
Administração e C. Contábeis	7	0	0	5	0	16	5	1	41	1	0	5	0	0	0	81	3,17%	9	0	0	9	90	3,24%	10,00%
Serviço Social	0	0	1	2	0	4	1	0	26	0	0	3	0	0	0	37	1,45%	11	0	0	11	48	1,73%	22,92%
Campos dos Goytacazes	0	0	0	1	0	7	1	3	44	0	0	2	0	0	1	59	2,31%	1	0	0	1	60	2,16%	1,67%
Economia	0	0	0	0	0	4	5	0	29	1	0	8	1	0	4	52	2,04%	5	0	0	5	57	2,05%	8,77%
Direito	4	0	2	7	2	6	10	4	16	1	0	1	0	3	4	60	2,35%	13	0	0	13	73	2,63%	17,81%
Física	0	0	0	0	0	2	0	0	32	0	0	30	0	0	4	68	2,66%	0	0	0	0	68	2,45%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	1	4	0	35	1	0	47	0	0	7	95	3,72%	12	0	0	12	107	3,85%	11,21%
Biologia	0	0	0	2	0	0	2	0	47	0	1	25	0	0	2	79	3,09%	5	2	0	7	86	3,10%	8,14%
Arquitetura e Urbanismo	0	0	1	3	0	2	4	1	19	0	0	11	0	0	2	43	1,68%	4	0	0	4	47	1,69%	8,51%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	25	0	0	16	0	0	7	51	2,00%	6	0	0	6	57	2,05%	10,53%
Engenharia	0	0	0	7	1	8	26	7	87	2	1	45	1	0	14	199	7,79%	10	4	0	14	213	7,67%	6,57%
S. A. de Pádua	0	0	0	0	1	7	0	0	8	0	0	1	0	0	0	17	0,67%	3	0	0	3	20	0,72%	15,00%
Volta Redonda	0	0	0	0	0	30	10	0	69	1	0	8	0	0	4	122	4,78%	3	0	0	3	125	4,50%	2,40%
Rio das Ostras	0	0	0	0	0	17	0	0	55	0	0	1	0	0	1	74	2,90%	4	0	0	4	78	2,81%	5,13%
Nova Friburgo	0	0	0	0	0	16	0	0	35	0	0	0	0	0	0	51	2,00%	5	4	0	9	60	2,16%	15,00%
Angra dos Reis	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	10	0,39%	0	0	0	0	10	0,36%	0,00%
Outras	0	0	0	0	1	1	1	1	3	0	0	2	0	0	1	10	0,39%	2	0	0	2	12	0,43%	16,67%
TOTAL	25	2	11	70	13	231	158	102	1247	24	16	529	5	12	109	2554	100,00%	205	24	0	224	2778	100,00%	8,06%

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - REFERÊNCIA MÊS DE DEZEMBRO ANO 2010 – Até Setembro 2010																								
UNIDADES	EFETIVOS															SUBST.				Total Depto.	% Total	% Substit.		
	AUX.			ASS.			ADJ.			ASSOC.			TIT.			Total Efetivo	% Efetivo	Total Subst.						
	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE	20	40	DE			20	40				DE	
Letras	0	0	0	1	0	2	8	0	38	2	0	37	0	0	1	89	3,05%	12	2	0	14	103	3,36%	13,59%
Educação Física	0	0	0	1	0	2	0	0	12	0	0	3	0	0	0	18	0,62%	3	0	0	0	18	0,59%	0,00%
Matemática	0	0	0	0	0	14	3	1	80	0	1	48	0	0	6	153	5,24%	9	0	0	9	162	5,28%	5,56%
ICFH	0	0	1	0	0	5	1	2	83	4	2	72	0	0	13	183	6,27%	4	3	0	7	190	6,19%	3,68%
IACS	1	0	1	11	0	22	9	2	58	0	0	18	0	0	1	123	4,21%	9	0	0	9	132	4,30%	6,82%
Geociências	1	0	1	7	0	1	1	0	30	3	0	23	0	0	2	69	2,36%	0	1	0	1	70	2,28%	1,43%
Veterinária	0	0	0	3	1	1	5	0	41	0	0	26	1	0	8	86	2,95%	3	0	0	3	89	2,90%	3,37%
Farmácia	0	1	0	3	0	5	4	1	23	1	0	10	0	0	0	48	1,64%	4	0	0	4	52	1,70%	7,69%
Medicina	11	0	3	24	3	12	53	51	78	6	9	42	2	4	9	307	10,51%	3	0	0	3	310	10,11%	0,97%
Odontologia	0	0	0	11	0	10	4	4	47	0	1	15	0	0	3	95	3,25%	11	5	0	16	111	3,62%	14,41%
Enfermagem	0	1	0	2	0	21	4	1	28	0	1	4	0	0	9	71	2,43%	13	0	0	13	84	2,74%	15,48%
Saúde da Comunidade	0	0	0	2	1	4	10	6	35	2	0	9	0	0	0	69	2,36%	2	0	0	0	69	2,25%	0,00%
Nutrição	0	0	0	0	0	8	4	0	22	0	0	1	0	0	1	36	1,23%	2	1	0	3	39	1,27%	7,69%
Biomédico	4	0	2	3	3	8	1	5	49	1	1	5	0	0	4	86	2,95%	4	0	0	4	90	2,93%	4,44%
Educação	0	0	0	1	0	4	4	1	59	0	0	31	1	0	1	102	3,49%	6	0	0	6	108	3,52%	5,56%
Administração e C. Contábeis	9	0	2	13	0	29	6	2	44	0	0	8	0	0	0	113	3,87%	1	0	0	1	114	3,72%	0,88%
Serviço Social	0	0	1	3	0	6	1	0	23	0	0	4	0	0	0	38	1,30%	5	3	0	8	46	1,50%	17,39%
Campos dos Goytacazes	0	0	0	2	0	24	2	3	55	0	0	3	0	0	1	90	3,08%	1	0	0	1	91	2,97%	1,10%
Economia	0	0	0	0	0	3	5	0	29	1	0	10	1	0	3	52	1,78%	0	1	0	1	53	1,73%	1,89%
Direito	5	0	1	11	5	7	12	13	17	1	0	1	0	2	5	80	2,74%	8	0	0	8	88	2,87%	9,09%
Física	0	0	0	0	0	2	0	0	28	0	0	33	0	0	5	68	2,33%	0	0	0	0	68	2,22%	0,00%
Química	0	0	0	0	0	1	4	0	32	0	0	51	0	0	6	94	3,22%	9	0	0	9	103	3,36%	8,74%
Biologia	0	0	0	2	0	0	2	0	44	0	1	30	0	0	2	81	2,77%	4	1	0	5	86	2,80%	5,81%
Arquitetura e Urbanismo	0	0	1	4	0	2	4	1	21	0	0	10	0	0	1	44	1,51%	4	0	0	4	48	1,57%	8,33%
Computação	0	0	0	2	0	0	1	0	32	0	0	15	0	0	9	59	2,02%	5	0	0	5	64	2,09%	7,81%
Engenharia	0	0	0	15	0	9	38	6	85	2	1	55	1	0	12	224	7,67%	5	1	0	6	230	7,50%	2,61%
S. A. de Pádua	0	0	0	0	1	23	0	0	16	0	0	1	0	0	0	41	1,40%	1	0	0	1	42	1,37%	2,38%
Volta Redonda	0	0	0	0	0	54	10	0	99	1	0	9	0	0	4	177	6,06%	3	1	0	4	181	5,90%	2,21%
Rio das Ostras	0	0	0	2	0	31	4	0	78	0	0	2	0	0	1	118	4,04%	1	0	0	1	119	3,88%	0,84%
Nova Friburgo	0	0	0	0	0	26	0	0	54	0	0	0	0	0	0	80	2,74%	0	1	0	1	81	2,64%	1,23%
Angra dos Reis	0	0	0	0	0	3	0	0	14	0	0	0	0	0	0	17	0,58%	0	0	0	0	17	0,55%	0,00%
Outras	0	0	0	0	1	1	0	1	3	0	0	2	0	0	1	9	0,31%	0	0	0	0	9	0,29%	0,00%
TOTAL	31	2	13	123	15	340	200	100	1357	24	17	578	6	6	108	2920	100,00%	132	20	0	147	3067	100,00%	4,79%